

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Mirele Milani da Silva

**AS IDENTIDADES TERRITORIAIS DA REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL
DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DOS MARCADORES
RELIGIOSOS, HISTÓRICOS E FABRICADOS**

Santa Maria, RS
2020

Mirele Milani da Silva

**AS IDENTIDADES TERRITORIAIS DA REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO
GRANDE DO SUL A PARTIR DOS MARCADORES RELIGIOSOS, HISTÓRICOS E
FABRICADOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de concentração Dinâmicas Territoriais do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito para a obtenção do título de **Doutora em Geografia**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Meri Lourdes Bezzi

Santa Maria, RS
2020

SILVA, MIRELE MILANI DA
AS IDENTIDADES TERRITORIAIS DA REGIÃO TURÍSTICA
CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL / MIRELE MILANI DA SILVA.-
2020.
261 p.; 30 cm

Orientadora: MERI LOURDES BEZZI
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, RS, 2020

1. CULTURA 2. IDENTIDADES TERRITORIAIS 3. MARCADORES
TERRITORIAIS 4. REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO 5. TURISMO I.
LOURDES BEZZI, MERI II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

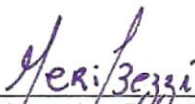
Declaro, MIRELE MILANI DA SILVA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Mirele Milani da Silva

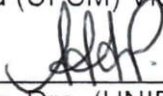
AS IDENTIDADES TERRITORIAIS DA REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DOS MARCADORES RELIGIOSOS, HISTÓRICOS E FABRICADOS.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de concentração Dinâmicas Territoriais do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito para a obtenção do título de **Doutora em Geografia.**

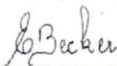
Aprovado em 01 de outubro de 2020



Meri Lourdes Bezzi, Dra.
Orientadora (UFSM) Videoconferência



Adriana Pisoni da Silva, Dra. (UNIPAMPA) Videoconferência



Elsbeth Léia Spode Becker, Dra. (UFN) Videoconferência



Helena Brum Neto, Dra. (IFF/São Vicente do Sul) Videoconferência



Luciana Davi Traverso Dra. (UFSM) Videoconferência

Santa Maria, RS
2020

DEDICATÓRIA

*A ti, “Amoreco”, Cleverton Ferraz, pelo amor, paciência,
apoio e sabedoria,*

*Aos meus amados pais Eduardo e Marilene, pelos ensinamentos, incentivo, amor,
investimento e apoio aos estudos.*

A minha mana Franciele, “Fran”, pelo carinho, amor e incentivo.

À vocês dedico este meu sonho!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à DEUS, por todas as bênçãos e oportunidades que tens me concedido.

À Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade do ensino público e de qualidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo período de concessão de bolsa de estudos.

À Professora Meri L. Bezzi pela orientação, apoio, carinho e incentivo ao longo deste caminho e especialmente na trajetória final, onde já estava aposentada e continuou me orientado com total zelo e atenção para finalizar a tese.

Aos professores e aos colegas do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFSM.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários - NERA onde dividimos anseios, alegrias, boas risadas, estudos e muitos lanches.

À colega Juliana Frantz que a academia me presentou como amiga muito especial.

À banca examinadora, Prof^o. Benhur Pinos da Costa que aceitou prontamente o convite para presidir a sessão de defesa, Prof^a. Adriana Pisoni, Prof^a Elsbeth Becker, Prof^a. Helena Brum Neto e Prof^a. Luciana Traverso pelas considerações, contribuições e sugestões oferecidas a esta pesquisa.

Aos gestores públicos entrevistados no trabalho de campo.

Aos municípios integrantes da Região Turística Central do Rio Grande do Sul pelo acolhimento no trabalho de campo.

À Prefeitura Municipal de Itaara pela liberdade no trabalho de campo no município e na região.

Ao meu companheiro de vida Cleverton Costa Ferraz, pelo amor, apoio, auxílio em todo o trabalho de campo, mesmo ele passando por dificuldade de saúde, sempre esteve ao meu lado.

Aos meus pais Eduardo Claro da Silva e Marilene Milani da Silva pelos incentivos e investimentos aos estudos, pela paciência, dedicação, e muito amor ao longo desta etapa.

À minha querida irmã Franciele Milani da Silva pela força, amor e pensamentos positivos.

À amiga de longa data, Tatiane Almeida Netto, um agradecimento e um carinho mais do que especial, pois me incentivou a participar da seleção do doutorado, o qual era um dos meus sonhos e esteve me apoiando e auxiliando em todas as fases, nas alegrias e nas angústias e na “missão” de confecção dos mapas.

Enfim, a todas as pessoas, que de alguma forma contribuíram com a realização desta pesquisa.

Aqui encerra-se mais uma fase, mais uma etapa, mais um objetivo, mais um degrau, mais um sonho da minha vida e por tudo isso, só tenho que dizer: MUITO OBRIGADA!!!

“Povo que não preserva as suas raízes, perde sua identidade e, perdida esta, nada mais tem a perder.”

Pe. Luizinho
N.P

RESUMO

AS IDENTIDADES TERRITORIAIS DA REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DOS MARCADORES RELIGIOSOS, HISTÓRICOS E FABRICADOS

AUTORA: Mirele Milani da Silva
ORIENTADORA: Meri Lourdes Bezzi

A pesquisa insere-se na abordagem da Geografia Cultural enfatizando o recorte regional da Região Turística Central do Rio Grande do Sul, a qual se constitui na base empírica do trabalho composto por dezesseis unidades territoriais: Agudo, Cachoeira do Sul, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Restinga Sêca, Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins e Toropi. O enfoque da investigação está centrado nas identidades territoriais alicerçadas através da leitura dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados de influências das colonizações alemã e italiana concomitantes com o viés turístico. A Geografia acompanha as transformações globais e dissemina o entendimento dos diversos grupos sociais e suas distintas formas de organização e reorganização espacial. A cultura é o conceito-chave capaz de esclarecer a relação que o homem estabelece com o seu meio e sua influência na materialidade simbólica. O trabalho contribui para elucidar as identidades culturais na perspectiva territorial, construídas a partir dos distintos marcadores territoriais produzidos, no decorrer do tempo, pelos grupos sociais étnicos. Neste contexto, ela está direcionada para as influências das correntes migratórias e o processo de colonização dos alemães e italianos que se fixaram na região. Paralelamente colabora com estudos culturais e, socialmente, fornece subsídios aos gestores públicos, no que tange ao planejamento, organização e reorganização espacial e turística. A regionalização utilizou-se da proposta do Ministério do Turismo através do Programa de Regionalização, o qual se constitui em uma política pública no âmbito territorial, de forma descentralizada e participativa. O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de formação e organização territorial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul e, paralelamente, identificar os marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados, nos municípios integrantes para compreender os processos de identificação por meio das influências das colonizações alemã e italiana. O caminho metodológico perpassa o método qualitativo e dialético, através de entrevistas semiestruturadas e observação participante. No trabalho de campo, realizaram-se registros fotográficos, diário de campo e georreferenciamento dos marcadores territoriais. A revisão da literatura priorizou os conceitos de região e regionalização, cultura, Geografia Cultural, identidade e dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados. Considerou também, os aspectos físicos/naturais e turísticos das unidades territoriais para o entendimento regional. Identificaram-se duzentos e vinte e nove marcadores territoriais os quais estão divididos em sessenta e três marcadores territoriais religiosos, setenta marcadores territoriais históricos e noventa e seis marcadores territoriais fabricados. As identidades territoriais construídas são dinâmicas, híbridas e heterogêneas, sendo produzidas por combinações de culturas que se espacializaram em diferentes formas nos municípios reorganizando-os no decorrer do tempo e moldando os espaços. Conclui-se que as identidades territoriais da Região Turística Central resultam das expressivas influências dos grupos étnicos alemães e italianos, demonstrando a espacialização dessas etnias através dos simbolismos materializados pelos marcadores territoriais evidenciando a dimensão econômica e o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo responsável pelos distintos produtos turísticos a partir da perspectiva cultural com vistas ao desenvolvimento local e regional.

Palavras-chave: Cultura. Identidades Territoriais. Marcadores Territoriais. Região e Regionalização. Turismo.

ABSTRACT

THE TERRITORIAL IDENTITIES IN THE CENTRAL TOURIST REGION OF RIO GRANDE DO SUL FROM THE RELIGIOUS, HISTORICAL AND MANUFACTURED MARKERS

AUTHOR: Mirele Milani da Silva
ADVISOR: Meri Lourdes Bezzi

The research approach Cultural Geography emphasizing the regional focus of the Central Tourist Region of Rio Grande do Sul, which constitutes the empirical basis this work composed by sixteen territorial units: Agudo, Cachoeira do Sul, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Restinga Sêca, Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins and Toropi. The focus of the investigation is centered on the territorial identities based on the reading of the religious, historical and manufactured territorial markers of influences from the german and italian colonizations concomitant with tourist bias. Geography follows the global transformations and disseminates the understanding of various social groups and their different forms of spatial organization and reorganization. The culture is the key concept able to clarifying the relationship which man establishes with his environment and influence on the symbolic materiality. This work contributes to elucidate the cultural identities in the territorial perspective, constructed from the different territorial markers produced, in the course of time, by ethnic social groups. In this context, it is directed to the influences of the migratory flows and the colonization process of the germans and italians who settled in the region. At the same time, it collaborates with cultural studies and, socially, provides subsidies to public managers, with regard to planning, and spatial and tourist organization and reorganization. Regionalization was based on the proposal of the Ministry of Tourism through the Regionalization Program which is constituted in a public policy at the territorial level in a decentralised and participatory way. The general objective of the research is to analyze the process of formation and territorial organization of the Central Tourist Region of Rio Grande do Sul and, in parallel, to identify the religious, historical and manufactured territorial markers, in the municipalities integrated to understand the identification processes through the influences from the ethnicities of the german and italian colonizations. The methodological path runs through the qualitative and dialectical method, through semistructured interviews and participant observation. In the fieldwork, photographic records, field diary and georeferencing of territorial markers were carried out. The literature reviews prioritized the concepts of region and regionalization, culture, Cultural Geography, identity and religious, historical and manufactured territorial markers. It also considered the physical/natural and tourist aspects from the territorial units for the regional understanding. Two hundred and twenty-nine territorial markers were identified which are divided into sixty-three religious territorial markers, seventy historical territorial markers and ninety-six manufactured territorial markers. The territorial identities constructed are dynamic, hybrid and heterogeneous, being produced by combinations of cultures that have been spatialized in different ways in the municipalities, reorganizing them over time and shaping the spaces. It's concluded that the territorial identities of the Central Tourist Region result from the expressive influences of the german and italian ethnic groups, demonstrating the spatialization of these ethnicities through the symbolisms materialized by the territorial markers evidencing the economic dimension and the development of the productive chain of tourism responsible for the different tourism products from the cultural perspective with a view to local and regional development.

Keywords: Culture. Territorial Identities. Territorial Markers. Region and Regionalization. Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Localização da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.....	24
Figura 2 –	Fluxograma das etapas metodológicas da pesquisa.....	29
Figura 3 –	Distribuição dos COREDEs no Rio Grande do Sul.....	44
Figura 4 –	Regiões funcionais dos COREDEs no Rio Grande do Sul.....	45
Figura 5 –	Municípios integrantes do COREDE Central do RS.....	46
Figura 6 –	Municípios integrantes do COREDE Jacuí Centro do RS.....	47
Figura 7 –	Biosfera Mata Atlântica no município de Itaara/RS.....	51
Figura 8 –	Vista do município de Ivorá/RS.....	52
Figura 9 –	Colheita de soja no município de Júlio de Castilhos/RS.....	53
Figura 10 –	Antiga Estação Férrea no município de Santa Maria/RS.....	55
Figura 11 –	Identidade visual do Circuito Turístico Santos Caminhos da Fé.....	56
Figura 12 –	Folder do roteiro Arte & Religiosidade de Santa Maria/RS.....	57
Figura 13 –	Mapa de localização instituído no folder de divulgação de roteiros Integrados da Quarta Colônia/RS.....	58
Figura 14 –	Identidade visual da Rota Turística & Gastronômica Santa Maria e Silveira Martins/RS.....	59
Figura 15 –	Escultura no município de Nova Palma/RS.....	60
Figura 16 –	Identidade visual da Rota Paleontológica/RS.....	61
Figura 17 –	Parreira de uva no município de Silveira Martins/RS.....	62
Figura 18 –	Santuário Basílica Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças em Santa Maria/RS.....	63
Figura 19 –	Identidade visual da Rota Vinhos do Coração do Rio Grande/RS..	64
Figura 20 –	Roteiros Turístico Caminhos de Ivorá/RS.....	65
Figura 21 –	Museu Internacional de Ufologia, História e Ciência “Victor Mostajo” no município de Itaara/RS.....	66
Figura 22 –	Troncos petrificados no município de Mata/RS.....	67
Figura 23 –	Monumento da Polenta em Vale Vêneto/São João do Polêsine/RS.....	68
Figura 24 –	Praça do Chatêau D'Eau em Cachoeira do Sul/RS.....	68
Figura 25 –	Cemitério Israelita Phillipson em Itaara/RS.....	70
Figura 26 –	Prédio de arquitetura alemã no município de Agudo/RS.....	71
Figura 27 –	Monumento do Imigrante em Paraíso do Sul/RS.....	73
Figura 28 –	Monumento Iberê Camargo em Restinga Sêca/RS.....	74
Figura 29 –	Fogo de chão da Fazenda Boqueirão em São Sepé/RS.....	75
Figura 30 –	Mapa do Turismo Brasileiro, edição 2019.....	104
Figura 31 –	Temas da Geografia Cultural.....	120
Figura 32 –	Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Agudo.....	149
Figura 33 –	Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Cachoeira do Sul.....	153
Figura 34 –	Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Faxinal do Soturno.....	156
Figura 35 –	Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Itaara.....	160

Figura 36 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Ivorá.....	161
Figura 37 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Júlio de Castilhos.....	164
Figura 38 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Nova Palma.....	167
Figura 39 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Paraíso do Sul.....	169
Figura 40 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Pinhal Grande.....	171
Figura 41 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Restinga Sêca.....	173
Figura 42 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Santa Maria.....	176
Figura 43 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de São João do Polêsine.....	179
Figura 44 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de São Pedro do Sul.....	181
Figura 45 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de São Sepé.....	183
Figura 46 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Silveira Martins.....	186
Figura 47 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Toropi.....	187
Figura 48 – Mosaico de fotografias de alguns marcadores territoriais religiosos da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.....	190
Figura 49 – Marcadores territoriais religiosos da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.....	193
Figura 50 – Mosaico de fotografias de alguns marcadores territoriais históricos da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.....	195
Figura 51 – Marcadores territoriais históricos da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.....	197
Figura 52 – Mosaico de fotografias de alguns marcadores territoriais fabricados da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.....	199
Figura 53 – Marcadores territoriais fabricados da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.....	201
Figura 54 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.....	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais autores e os conceitos norteadores da pesquisa.....	30
Quadro 2 – Denominações das repartições públicas de turismo e/ou cultura dos municípios integrantes da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.....	40
Quadro 3 – Cronologia das principais políticas públicas de turismo no Brasil.....	90
Quadro 4 – Quantitativo de regiões e municípios regionalizados de 2013 a 2019 no Rio Grande do Sul.....	99
Quadro 5 – Critérios para os municípios aderirem à regionalização de 2019.....	105
Quadro 6 – Categorização da Região Turística Central do Rio Grande do Sul em 2019.....	109
Quadro 7 – Gestão compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo, 2013.....	110
Quadro 8 – Quantitativo de marcadores territoriais na Região Turística Central do Rio Grande do Sul.....	147
Quadro 9 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Agudo.....	149
Quadro 10 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Cachoeira do Sul.....	152
Quadro 11 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Faxinal do Soturno.....	156
Quadro 12 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Itaara.....	159
Quadro 13 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Ivorá.....	161
Quadro 14 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Júlio de Castilhos.....	164
Quadro 15 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Nova Palma.....	166
Quadro 16 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Paraíso do Sul.....	168
Quadro 17 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Pinhal Grande.....	171
Quadro 18 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Restinga Sêca.....	172
Quadro 19 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Santa Maria.....	175
Quadro 20 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de São João do Polêsine.....	178
Quadro 21 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de São Pedro do Sul.....	180
Quadro 22 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de São Sepé.....	185

Quadro 23 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Silveira Martins.....	185
Quadro 24 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Toropi.....	187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM CENTRO	Associação dos Municípios da Região Central do Rio Grande do Sul
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Território Central/RS
CONDESUS	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
CONETUR	Conselho Estadual do Turismo do Rio Grande do Sul
CPG	Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS
COREDE CENTRAL	Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central do RS
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMATER/ASCAR-RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
EXPOJUC	Feira Agropecuária de Júlio de Castilhos/RS
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FEISMA	Multifeira de Santa Maria
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
ICBAA	Instituto Cultural Brasileiro Alemão
IELB	Igreja Evangélica Luterana do Brasil
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
MTB	Mapa do Turismo Brasileiro
Mtur	Ministério do Turismo
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PEPDR	Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional
PNT	Programa de Regionalização do Turismo
PRODETUR	Programa Regionais de Desenvolvimento do Turismo
RT	Região Turística
SECOHTUR	Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Hoteleiro, de Turismo e Hospitalidade de Santa Maria
SEDACTEL/RS	Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do estado do Rio Grande do Sul (extinta)
SETUR/RS	Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul (extinta)
SEDETUR/RS	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria/RS
UFN	Universidade Franciscana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	TRILHANDO O PERCURSO DA PESQUISA	27
3	CARACTERÍSTICAS FÍSICO/NATURAIS E SOCIOESPACIAIS DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	43
3.1	ROTAS, ROTEIROS E PRODUTOS TURÍSTICOS FORMATADOS PELOS AGENTES PÚBLICOS.....	55
4	DA REGIÃO À REGIONALIZAÇÃO: APORTES TEÓRICOS E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	77
4.1	REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS DOS CONCEITOS DE REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO.....	78
4.2	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	87
4.3	MAPA DO TURISMO BRASILEIRO.....	97
4.4	INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL.....	100
5	CULTURA, IDENTIDADE E MARCADORES TERRITORIAIS: UM OLHAR GEOGRÁFICO REGIONAL	115
5.1	A RELAÇÃO DA CULTURA E DA IDENTIDADE NA ABORDAGEM DA GEOGRAFIA CULTURAL.....	121
5.2	MARCADORES TERRITORIAIS RELIGIOSOS, HISTÓRICOS E FABRICADOS.....	137
6	OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO DA REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DA LEITURA DOS MARCADORES TERRITORIAIS	143
6.1	MARCADORES TERRITORIAIS RELIGIOSOS.....	188
6.2	MARCADORES TERRITORIAIS HISTÓRICOS.....	193
6.3	MARCADORES TERRITORIAIS FABRICADOS.....	199
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
	REFERÊNCIAS	217
	APÊNDICE A – ROTEIRO ESTRUTURADO PARA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO	231
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	233
	APÊNDICE C – COORDENADAS GEOGRÁFICAS DOS MARCADORES TERRITORIAIS NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	235
	ANEXO A – PORTARIA 192 - ESTABELECE CRITÉRIOS PARA ATUALIZAÇÃO DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2019- 2021	246
	ANEXO B – PORTARIA 271 – DEFINE O MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2019	247
	ANEXO C – MAPA TURISMO BRASILEIRO 2019 – MTUR	248
	ANEXO D – REGIÕES TURÍSTICAS DO RS 2019-2021	249

ANEXO E – REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RS 2019-2021.....	261
--	------------

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo, denominado de introdução, apresenta a temática da pesquisa, a problemática, a justificativa, o objetivo geral e os objetivos específicos, os quais direcionam a investigação da tese.

Refletir sobre Geografia e pesquisa constitui um desafio que leva a pensar o que fizemos e o que temos feito desde a institucionalização da Geografia como ciência no século XIX (PESSOA, 2012). Ao longo de sua trajetória a Geografia procura acompanhar as transformações globais e disseminar o entendimento dos diversos grupos sociais e suas distintas formas de organização e reorganização espacial.

A ciência geográfica é dinâmica e contempla diversos estudos e temas, entre eles, os culturais. Seus enfoques teóricos estão associados ao campo de pesquisas da Geografia Humana. Para Brum Neto (2012) a renovação dos conceitos geográficos ocorreu através da superação constante de sua matriz teórica, inserindo novas teorias e reflexões, pelas quais se recupera a própria unidade geográfica.

De acordo com Claval (2002, p. 19) “[...] a Geografia Cultural, ou mais precisamente o interesse dos geógrafos pelos problemas culturais, nasceu na mesma época da Geografia Humana, final do século dezenove”. Neste contexto, ela visa a “[...] interpretação das representações que os diferentes grupos sociais construíram a partir de suas próprias experiências e práticas” (CORRÊA, 2009, p. 5). Os grupos sociais, através das representações, códigos e símbolos, organizam e reorganizam o seu espaço por meio de suas marcas culturais. Segundo Wagner e Mikesell (2003), essa organização espacial proveniente dos diferentes grupos sociais é resultante da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos.

A cultura é o conceito-chave da Geografia Cultural, capaz de esclarecer a relação que o homem estabelece com o seu meio e sua influência na materialidade simbólica, destacando a importância da cultura como organizadora do espaço através de seus símbolos e dos códigos culturais, os quais são responsáveis pela sua identificação (COSGROVE, 1998).

Para compreender a abordagem cultural na Geografia, é fundamental entender o significado da cultura. Gomes (1999) afirma que a cultura é a principal fonte para a compreensão de comportamentos e hábitos espaciais, da organização espacial das coisas e das divisões simbólicas do espaço. Para Claval (2001) as culturas diferem de um indivíduo para outro, de um grupo para outro, de um lugar para outro e de um período histórico para outro. Nesta linha de raciocínio, Corrêa (1999) comenta

Segundo o editorial da revista *Géographie et Cultures*, a cultura é definida como conjunto de técnicas, atitudes, ideias e valores, apresentando assim componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos (CORRÊA, 1999, p. 52).

Na atualidade a Geografia Cultural é analisada através da subjetividade dos grupos sociais e os temas culturais foram, de fato, aprofundados pelos pesquisadores após Segunda Guerra Mundial, no movimento chamado de “A Renovação da Geografia Cultural” (CLAVAL, 2002). Os estudos culturais subsidiam novos estudos teóricos que contribuem com a ciência geográfica, pois

As transformações nas bases teórico-metodológicas da ciência geográfica acarretam reflexões sobre seu objeto de estudo e os métodos científicos utilizados, ou seja, nas distintas formas de interpretar a interface sociedade-natureza. Trata-se de uma busca por novas perspectivas, com a finalidade de fornecer respostas adequadas à realidade, cada vez mais dinâmica e que, conseqüentemente, requerem da ciência novos aportes teóricos (BRUM NETO, 2012, p. 22).

A partir de 1990, no Brasil os estudos culturais intensificaram-se e renovaram-se através dos pesquisadores e temáticas, entre elas a preocupação de compreender o sentido da diversidade das identidades dos lugares, regiões e dos grupos sociais entrelaçadas no espaço e no tempo das sociedades. Salientam-se os estudos culturais focados nos processos migratórios alemães e italianos na colonização da região sul do Brasil, que teve início a partir do século XIX.

Os imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, estimulados pelas extensas e vastas áreas de terras disponíveis, viram as mesmas como uma forma de se desenvolverem e se consolidarem economicamente no país (SAQUET,

2003). Os imigrantes trouxeram junto com seus descendentes, traços e marcas culturais simbólicas, constituindo uma identidade no território gaúcho.

Na constituição das suas identidades, os imigrantes e seus descendentes mantêm traços culturais peculiares relacionados à sua origem, como os alemães e italianos no Rio Grande do Sul. Porém, agregam novos códigos, como consequência do processo evolutivo, no qual coexistem territorialmente com outros grupos sociais (BRUM NETO, 2012, p. 90).

A questão regional assinala como relevante as heterogeneidades culturais marcadas e expressas simbolicamente nas unidades territoriais do Rio Grande do Sul. As mesmas podem ser identificadas nos seus atributos históricos, costumes, arquiteturas, espaços de sociabilidades, religiosidades, gastronomia, entre outros. Neste sentido, as singularidades culturais caracterizam distintos grupos sociais, moldando sua(s) identidade(s) territorial(ais) no espaço geográfico. Esses espaços de referências vivenciados pelos grupos étnicos como suporte para sua construção identitária propicia, muitas vezes, o fortalecimento de uma identidade coletiva, que é, acima de tudo, territorial (HAESBAERT, 2006).

Desta forma, através da cultura, por meio de elementos, símbolos e marcas, os grupos sociais são caracterizados e identificados, representando a sua identidade territorial que produz as suas relações entre as pessoas e com o espaço emoldurado no tempo, os quais marcam o encontro do passado com as relações sociais, culturais, históricas e econômicas na contemporaneidade. “[...] A cultura existe, a identidade classifica, pois a partir desta, ocorre a inclusão ou exclusão do grupo social” (BRUM NETO, 2007, p. 32).

Neste contexto, a cultura nos fornece subsídios importantes para o entendimento da configuração dos grupos sociais no espaço e sua organização territorial. Assim, são objetos de interesse geográfico os aspectos relacionais da abordagem cultural e a temática da identidade, enquanto produto sociocultural e elementos das disposições territoriais no espaço geográfico. Destaca-se, portanto, que a Geografia humanística-cultural procura analisar de que modo os fatores culturais e a percepção interferem nas ações de organização e de elaboração do espaço geográfico nos distintos recortes regionais (BEZZI, 2004).

Considerando a relevância da cultura para a organização e a reorganização espacial dos recortes territoriais, a presente pesquisa justifica-se por elucidar a identidade cultural na perspectiva territorial, construída a partir dos distintos marcadores territoriais produzidos pelos grupos sociais étnicos. Eles estão expressos em determinado recorte espacial, produzindo o que se denomina de identidade territorial. Além disso, a literatura sobre cultura, identidade e marcadores territoriais é enriquecedora, do ponto de vista da Geografia Cultural ao relacionar o turismo nas dimensões culturais e econômicas, correlatas à análise multidimensional do espaço.

O Rio Grande do Sul teve no seu processo de colonização a influência de diversas correntes migratórias que foram moldando, de formas distintas, o seu território. Os símbolos e os marcadores culturais são elementos fundamentais para a preservação e disseminação da paisagem destas marcas culturais.

Nesta perspectiva de análise, a pesquisa está direcionada para as distintas influências das correntes migratórias e o processo de colonização dos alemães e italianos que se fixaram na Região Turística Central do Rio Grande do Sul. Sobre estes grupos étnicos é importante destacar os caminhos de ocupação, pois eles se estabeleceram em áreas da depressão periférica e do planalto no estado gaúcho, sendo que

Ao se abordar a colonização no Rio Grande do Sul, ressalta-se a importância dos aspectos naturais, como elementos que dificultaram ou facilitaram os caminhos para a ocupação. Assim, juntamente com o caráter estratégico do início do povoamento com estâncias e charqueadas, ocuparam-se as unidades de relevo mais planas, como a Depressão Periférica da Bacia do Paraná, a Planície Litorânea, ou mesmo com declividades suaves como as do Escudo Sul-Rio-Grandense. Aos imigrantes alemães e italianos restaram algumas porções mais planas da Depressão, sendo que alguns se expandiram em direção ao Rebordo do Planalto, em áreas de difícil acesso (BRUM NETO, 2012, p. 176).

A Região em estudo possui diversidades culturais de etnias, pois tem raízes das ocupações de portugueses, espanhóis, italianos, alemães, judeus, açorianos, negros, com presença de quilombos em alguns municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana e em Santa Maria. Nesta tese optou-se pelas etnias alemã e italiana como objeto empírico de estudo dos marcadores territoriais religiosos,

históricos e fabricados, pois há expressividade de identidades e marcadores territoriais vinculados ao processo de colonização efetivado por população de origem europeia, notadamente de ascendência alemã e italiana. Neste sentido, busca-se com esta pesquisa contribuir com os estudos culturais particularmente por se tratar de uma análise de espaço turístico identificado a partir de uma proposta de regionalização.

Cientificamente, a pesquisa busca colaborar com estudos culturais emergentes, relacionados à Geografia Cultural e a categoria analítica de região. Socialmente, ela ofertará informações, aos gestores públicos, no que tange ao planejamento, organização e reorganização espacial mediada pela identidade territorial caracterizada por meio dos marcadores territoriais. Deste modo, visa contribuir para o planejamento e desenvolvimento local e regional, com vistas ao incremento do turismo.

A pesquisa teve sua origem através da inquietude da pesquisadora, voltada para o trabalho na gestão pública¹. Neste sentido, constantemente nos indagávamos sobre a identidade cultural da Região Turística Central do Rio Grande do Sul, visto ela ser uma região multicultural. Entretanto, nos chamava atenção a expressividade dos marcadores territoriais das etnias alemãs e italianas em relação as demais. Tal fato pode ser observado na materialização dos marcadores na sua paisagem, e isso foi fundamental para eleger as duas etnias para o estudo. Desta forma, teve-se a preocupação de abordar alguns dos marcadores territoriais dos alemães e italianos pela sua presença em todas as unidades territoriais que integram a referida região em estudo.

A identidade construída a partir da organização e/ou reorganização espacial, tanto simbólica, quanto concreta, é neste estudo, compreendida como identidade territorial. Em relação a identidade, enfatiza-se a abordagem territorial sob a ótica cultural, onde ela não exclui as demais dimensões, uma vez que os homens são

1 A pesquisadora tem conhecimento empírico da região estudada, como moradora e também como profissional na gestão pública municipal atuando como técnica na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Cultural do município de Itaara/RS. No ano de 2017 foi Coordenadora Adjunta do Fórum Regional do Turismo representando a Região Turística Central do Rio Grande do Sul, na época, composta por 18 municípios tendo direito a participação no Conselho Estadual do Turismo do Rio Grande do Sul. A Dissertação de Mestrado em Extensão Rural/UFSM da pesquisadora também foi na linha de pesquisa em Turismo.

seres sociais que realizam atividades econômicas e políticas sobre a base natural (BRUM NETO; BEZZI, 2017).

Na abordagem territorial, Haesbaert (1999, p. 178) refere a identidade territorial como “uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para a sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto”.

O direcionamento da pesquisa estruturou-se por questões centrais: Qual é a identidade territorial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul? Essa identidade é única? Ela é homogênea?

A regionalização, ao propor recortar parcelas do espaço articuladas ou dotadas de relativa coerência, tem como preocupação, ser instrumento para as pesquisas voltadas principalmente para o desenvolvimento local e regional. Então, revela ao mesmo tempo articulações ligadas, indissociavelmente, “[...] à ação concreta de controle, produção e significação do espaço pelos sujeitos sociais que as constroem, no entrecruzamento entre múltiplas dimensões (econômica, política, cultural)” (HAESBAERT, 2014, p. 171).

No sentido epistemológico, a regionalização visa o princípio de “recorte analítico” do espaço através de critérios propostos pelo investigador, ou no caso de planejamento estatal pelo planejador (HAESBAERT, 2014, p. 170). Portanto, a região enquanto uma “[...] espécie de unidade espacial definida a partir de uma determinada articulação de relações socioespaciais, [...], é sempre defendida a partir de sua especificidade, diferenciação ou contraste” (HAESBAERT, 2014, p. 127).

Por conseguinte, a região é um foco de identificação ou aproximação simbólica do lugar por determinado grupo, onde o espaço dá a sua identidade (BEZZI, 2002). Ela reflete um conjunto de relações resultante da afinidade entre os indivíduos e o espaço.

Nesta tese, optou-se por trabalhar a regionalização como um processo teórico e prático, o que Haesbaert (2014) denomina como região artefato, respondendo às questões de diferentes articulações da sociedade-espaço nas múltiplas dimensões. Considerou-se tanto o campo das práticas quanto o das representações geohistoricamente contextualizadas, onde os próprios sujeitos sociais constroem as diferenciações geográficas que levam a elaboração de distintas regionalizações.

A regionalização que instituiu as regiões turísticas nos estados brasileiros foi proposta pelo Ministério do Turismo, através do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, criado em 2004 e reformulado em 2013. Ele é uma política pública em âmbito territorial de forma descentralizada e participativa incluindo os estados e municípios brasileiros.

A participação de um município na regionalização faz com que ele seja reconhecido turisticamente. Desta forma, ele participa de ações integradas e tem acesso às oportunidades, como captação de recursos para projetos, nas instâncias estadual e federal, bem como em eventos e em materiais institucionais com vistas à promoção e divulgação de seus atrativos e produtos turísticos. Para que os municípios possam aderir à regionalização é necessário atender aos critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo.

Sobre a regionalização do turismo, o Mapa do Turismo Brasileiro (MTB) é de suma relevância, o qual faz parte do Programa de Regionalização do Turismo. O MTB é um instrumento de planejamento, ou seja, uma ferramenta de categorização de recorte territorial e ordenamento regional (BRASIL, 2013). O mesmo é atualizado periodicamente e conta com versões de 2004, 2006, 2009, 2013, 2016, 2017 e 2019.

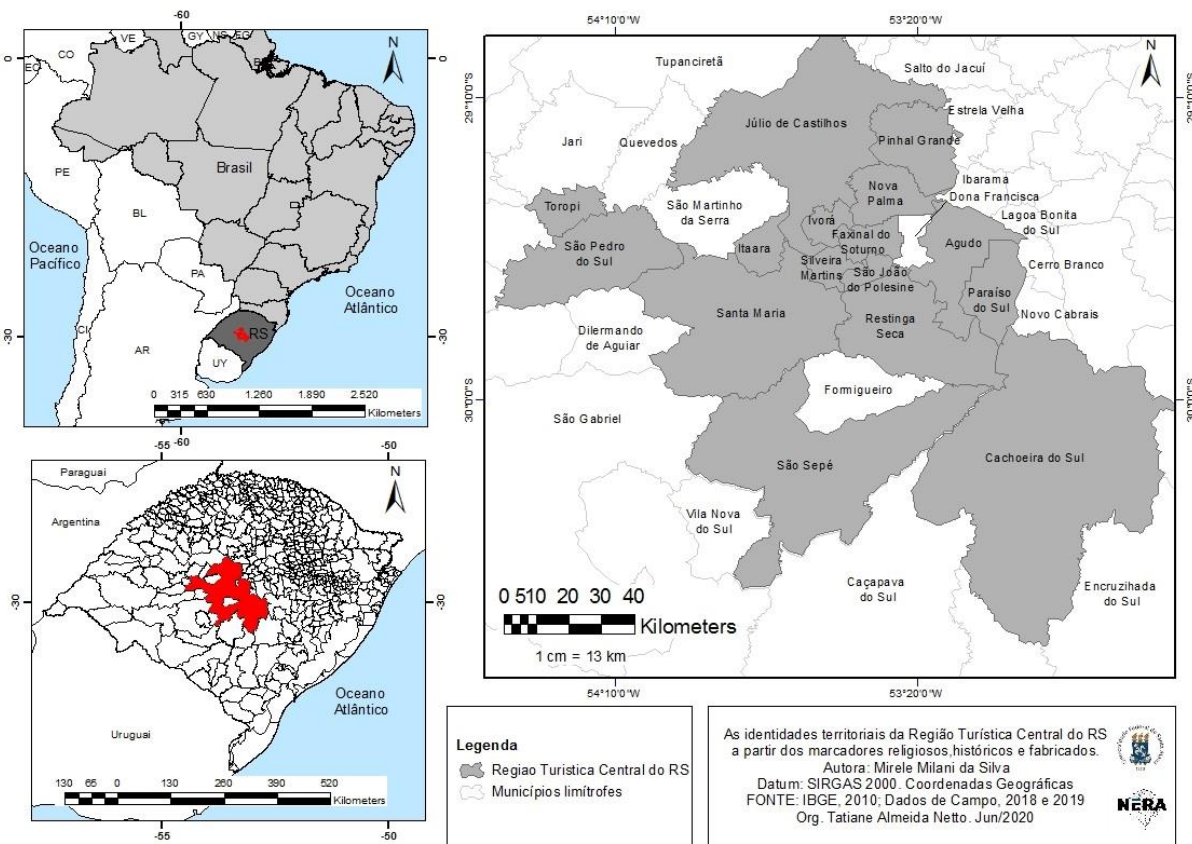
O recorte temporal estabelecido para a pesquisa foi o período de 2004 a 2019. Justifica-se tal opção pois no ano de 2004 o Ministério do Turismo criou o primeiro Programa de Regionalização do Turismo, pensado a partir da Política Nacional do Turismo, marco do ordenamento e da gestão da política pública do turismo, o qual gerou as regiões turísticas e o Mapa do Turismo Brasileiro como instrumento e ferramenta da gestão pública.

Dentre as vinte e sete regiões turísticas do Rio Grande do Sul, esta tese analisa a Região Turística Central, composta por dezesseis municípios segundo a configuração do Mapa do Turismo Brasileiro na sua edição atualizada, ou seja, a de 2019. Os municípios são: Agudo, Cachoeira do Sul, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Restinga Sêca, Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins e Toropi (Figura 1).

Portanto, para responder e compreender as indagações propostas como problema da pesquisa, tem-se como objetivo geral analisar o processo de formação

e organização territorial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul e, paralelamente, identificar os marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados nos municípios integrantes, para assim, compreender os processos de identificação por meio das influências das colonizações alemãs e italianas. Os objetivos específicos buscam: a) Verificar o processo de formação territorial e a reorganização espacial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul em 2019; b) Identificar e georreferenciar os principais marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados com viés turístico das unidades territoriais pertencentes à Região Turística Central do Rio Grande do Sul e c) Compreender os processos de identificação territorial da região supracitada a partir da leitura dos marcadores territoriais de influência das colonizações alemãs e italianas.

Figura 1 - Localização da Região Turística Central do Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE (2013)
 Org.: SILVA, M. M.; NETTO, T. A. (2020)

Para obter uma melhor compreensão, a presente tese está estruturada em sete-capítulos, além das referências, apêndices e anexos.

No capítulo 1 encontra-se a introdução a qual visa colocar o leitor em contato com a problemática e justificativa da pesquisa. Assina, também, o objetivo geral, os específicos e delimita o recorte espacial investigado.

O capítulo 2 denominado “Trilhando o percurso da pesquisa” refere-se aos procedimentos metodológicos, ou seja, o caminho percorrido pela pesquisadora para atingir os objetivos propostos na pesquisa, além de contemplar a caracterização socioespacial, cultural e turístico da Região Turística Central do Rio Grande do Sul, base empírica deste estudo, composta por dezesseis municípios integrantes da regionalização proposta pelo Programa Nacional de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo no ano de 2019. O capítulo contempla as etapas da pesquisa através de um fluxograma que demonstra a totalidade do trabalho: organização do referencial teórico (conceitos e autores); o método de pesquisa; as categorias de análise; os instrumentos de pesquisa; o trabalho de campo; a análise e interpretação dos resultados e, finalmente, a redação final da tese.

No capítulo 3, intitulado “Características físicas/naturais e socioespaciais dos municípios que integram a Região Turística Central do Rio Grande do Sul”, aborda os aspectos referentes aos atributos e peculiaridades dos municípios componentes da região em estudo, os quais encontram-se inseridos no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDEs) Central e no Jacuí Centro. Esses aspectos físicos/naturais e socioespaciais são fundamentais para compreender as potencialidades/possibilidades e limitações espaciais dessas unidades territoriais, para o desenvolvimento regional do turismo.

No capítulo 4, designado “Da região à regionalização: aportes teóricos e políticas institucionais da Região Turística Central do Rio Grande do Sul”, busca-se um aprofundamento teórico sobre os conceitos de região e regionalização, contextualizando a formação territorial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul a partir da Política Nacional do Turismo, especificamente do Programa de Regionalização, proposto pelo Ministério do Turismo, onde se faz, também, um resgate teórico sobre a política pública do turismo no Brasil, bem como a compreensão da organização e formatação do Mapa do Turismo Brasileiro,

instrumento e ferramenta de gestão pública, bem como, a organização e espacialização das regiões turísticas no Rio Grande do Sul.

O capítulo 5 intitulado “Cultura, identidades e marcadores territoriais: um olhar geográfico regional” refere-se a contextualização sobre as matrizes teóricas referentes a cultura, Geografia Cultural, identidade territorial e marcadores territoriais. Busca-se compreender a importância desses conceitos, no intuito de subsidiar epistemologicamente a pesquisa.

No capítulo 6 denominado de “Os processos de identificação da Região Turística Central do Rio Grande do Sul a partir dos marcadores territoriais”, procura entender os processos de identificação da Região Turística Central, delimitada pelos marcadores territoriais religiosos, marcadores territoriais históricos e marcadores territoriais fabricados a partir das influências das etnias colonizadoras alemãs e italianas e demonstrar como estes referidos marcadores estão espacializados através do georreferenciamento, no campo empírico, por unidade territorial e na região como um todo, ou seja, com os dezesseis municípios, por meio de mapas.

O capítulo 7 designado de “Considerações Finais”, apresenta uma análise da pesquisa, referenciando a matriz teórica e o trabalho de campo, concomitante com as informações secundárias, a fim de atingir a problemática do estudo através dos objetivos propostos pela pesquisa.

Nas referências encontra-se a bibliografia utilizada para sustentar os conceitos teóricos e metodológicos. Posteriormente, no apêndice está o modelo de entrevista utilizado no trabalho de campo. E, por fim, nos anexos estão materiais institucionais de divulgação turística dos municípios integrantes da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.

2 TRILHANDO O PERCURSO DA PESQUISA

Este capítulo refere-se aos procedimentos metodológicos, ou seja, o caminho percorrido pela pesquisadora para atingir os objetivos propostos na pesquisa. Nele enfatizam-se as etapas do trabalho através da organização do referencial teórico, do método de pesquisa, das técnicas, da categoria de análise, dos instrumentos de pesquisa, do trabalho de campo, da análise e interpretação dos resultados e, finalmente, da redação final da tese.

A produção do conhecimento científico não é própria do homem contemporâneo, pois desde as primeiras formas de organização social é possível identificar a tentativa do homem para compreender, não só o mundo, mas a si próprio (PESSÔA, 2002). A pesquisa proporciona o conhecimento para quem a realiza e permite, também, a descoberta de forma sistematizada, revelando dados e fatos importantes na construção e avanço da ciência.

Em todas as ciências, o método científico consiste na observação sistemática dos fenômenos, através da sucessão de passos orientados por fundamentos teóricos. Sua “[...] característica fundamental é a investigação organizada, o rigor nas observações e a utilização dos conhecimentos teóricos” (GOLDENBERG, 2004, p. 105).

A pesquisa é um fenômeno de aproximações sucessivas da realidade, fazendo uma combinação particular entre a teoria e os dados (MINAYO, 1999). Não cabe, por isso, esboçar a compreensão isolada, seja da forma da ação ou da representação. Torna-se imprescindível ter o rigor metodológico, pois

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO; CARVALHO; SIMÕES, 2008, p. 148).

Neste contexto, a metodologia é a parte fundamental de toda e qualquer investigação científica, além do rigor, ela apresenta o caminho percorrido pelo pesquisador em busca de resultados parametrizados na ciência.

De acordo com Minayo (2002, p. 16) a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Pode-se afirmar, então, que ela ocupa um lugar fundamental no interior das teorias e está sempre referida a elas. A autora enfatiza, também, que a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.

É notório, então, que as pesquisas necessitam de um rigor metodológico e embasamento teórico, pois são estudos científicos que visam colaborar com os estudiosos, pesquisadores, universidades, laboratórios e com a própria sociedade. Assim,

O embasamento teórico somado ao domínio do uso dos instrumentos possibilitará a confiabilidade e a aplicabilidade desse conhecimento construído para a interpretação do material empírico, sua organização e comunicação precisa dos resultados permitindo a validade científica (PESSOA, 2012, p. 9).

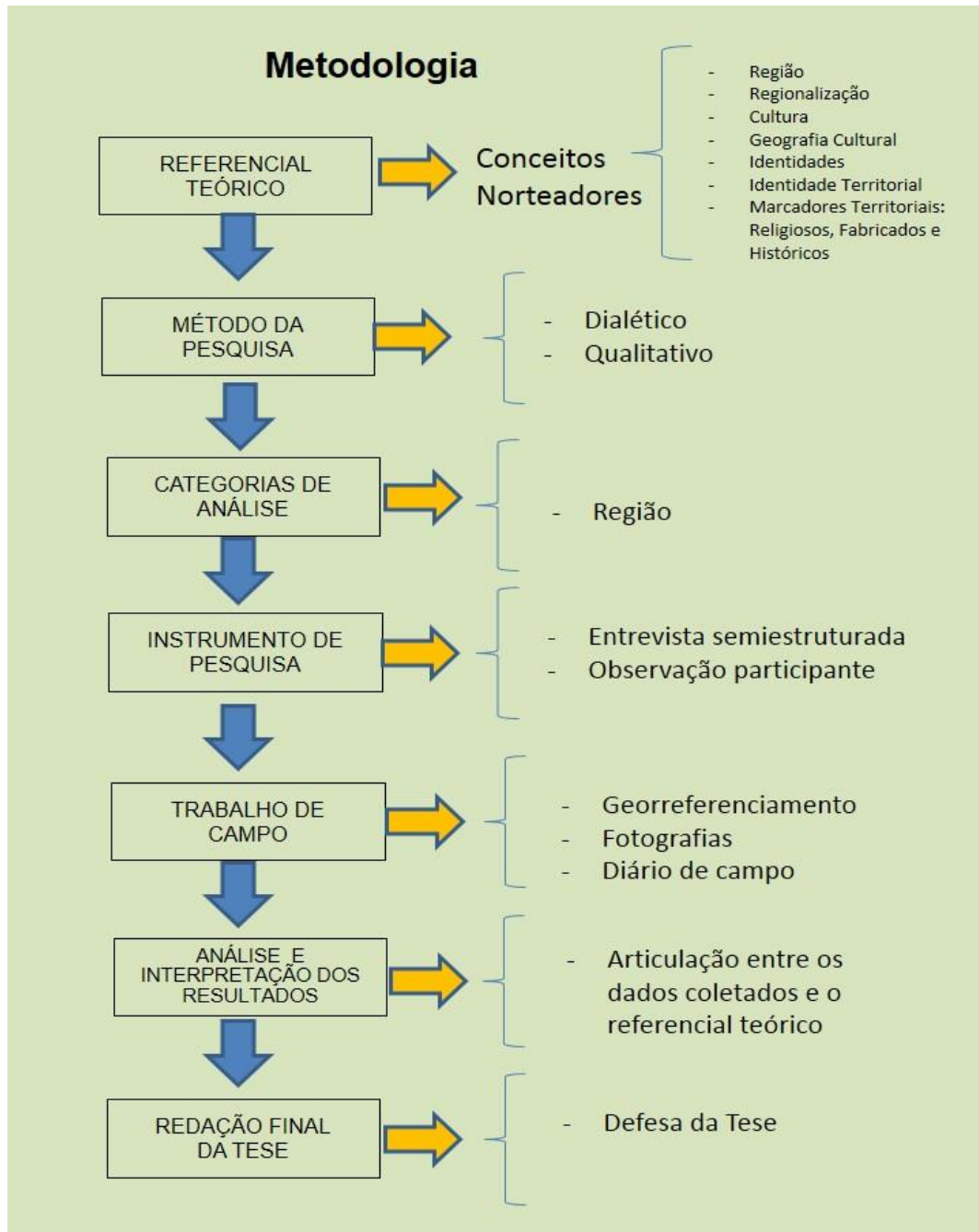
Desta forma, os pressupostos metodológicos, ou seja, os caminhos investigativos da pesquisa caracterizam-se como uma abordagem qualitativa as quais foram organizados em etapas intrínsecas (Figura 2).

No referencial teórico utilizou-se como método de procedimento a pesquisa bibliográfica, visando à elaboração dos conceitos norteadores e a coleta de dados a partir de fontes primárias e secundárias (Quadro 1).

É fundamental que os (as) cientistas sociais entendam o significado de fontes primárias e fontes secundárias. As fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador (a) que analisa. Por fontes secundárias compreende-se a pesquisa de dados de segunda mão (Oliveira, 1990), ou seja, informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento (SÁ-SILVA et al. 2009, p. 6).

A partir da citação supracitada, entendem-se as diferenças das fontes primárias e secundárias, fundamentais para o aprofundamento científico da pesquisa.

Figura 2 – Fluxograma das etapas metodológicas da pesquisa



Fonte: SILVA, M. M (2020)

Quadro 1 – Principais autores e os conceitos norteadores da pesquisa

CONCEITOS	PRINCIPAIS AUTORES
Região e regionalização	Santos (2002) Duarte (1980), Castro (1992), Carleial (1993), Gomes (1995, 2000), Bezzi (1996, 2002, 2004), Haesbaert (1999, 2014), Corrêa (2001), Amarin (2007), Brum Neto (2007), Lencioni (1999, 2014,) e Servilha (2015).
Cultura e Geografia Cultural	Sauer (2000), McDowell (1996), Claval (1999, 2001 e 2002), Cosgrove (1998), Cosgrove e Jackson (2000), Hall (1997) Cucho (2002), Figueiredo (2013) Bossé (2004), Bezzi (2007, 2008), Brum Neto (2007), Zanatta (2007), Corrêa (2001, 2009), Corrêa e Rozendahl, 2003 Lobato e Rosendahl (2005), Gomes (1999), Brum Neto e Bezzi (2008), Laraia (1999), Wagner e Mikesell (2003), Paes (2009), Schier (2003). Heidrich e Pires (2016) e Zusman Y Haesbaert (2011).
Identidade e identidade territorial	Hall (1987, 2002 e 2003), Castells (1999 e 2008), Haesbaert (1997, 1999, 2006 e 2007), Grasso (1998), Gomes (2002), Saquet (2003), Raffestin (2003), Bossé (2004), Di Méo, Buléon (2007), Brum Neto (2007), Gimezez (2009) Cruz (2007), Almeida (2008), Oliveira (1999) Silveira (2014), Flores (2006), Pinto (2015), Woodward (2000) Cucho (2002), Ewald e Soares (2007), Limberti (2008), Santos (1997) Font Rufi (2006) e Policce (2010).
Marcadores territoriais	Bordieu (1989), Henrique (2004), Bonnemaision (2012) e Pinto (2015), Corrêa (2013), Albuquerque (2013), Di Méo, Buléon (2007) e Landel (2007).

Fonte: SILVA, M. M. (2019)

Revisitar os conceitos teóricos de acordo com a temática da pesquisa é fundamental, pois a teoria vai balizar todo o desenvolvimento da pesquisa, juntamente, com os objetivos propostos.

A teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. Este conjunto citado constitui o domínio empírico da teoria, pois esta tem sempre um caráter abstrato (MINAYO, 2002, p. 18).

A coleta de dados é outro fator fundamental e determinante para o trabalho. Esta se baseou na pesquisa documental através de informações obtidas por meio de leis municipais, estadual (RS) e federal. Também foram consideradas as portarias institucionais, programas federais, decretos, atas e memórias de reuniões da Associação dos Municípios da Região Central do Rio Grande do Sul e do Fórum Regional de Turismo da Região Central do Rio Grande do Sul, estes dois últimos no período de 2015 a 2019. Consideraram-se, ainda, as informações em sites oficiais dos dezesseis municípios que integram a região em estudo, sites das Secretarias de Turismo e de Cultura do Estado gaúcho. Utilizaram-se, também, as folheterias turísticas regionais e municipais, site da Fundação de Economia e Estatística (FEE), site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de subsídios teóricos resgatados em leituras de livros, artigos científicos, teses e dissertações relacionados à temática da pesquisa.

O método, na pesquisa, é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação do estudo (FACHIN, 2003). Entende-se que o método científico proporciona o alcance dos objetivos propostos de forma organizada. Como método de abordagem optou-se, também, nesta tese, pelo dialético, pois ele busca a compreensão da realidade com uma interpretação na totalidade da base empírica do estudo, considerando as transformações dos aspectos territoriais e culturais, relacionando-os à sociedade com os marcadores territoriais, nos municípios integrantes da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.

Para Gil (2008, p.14) “[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que, estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente”. Ou seja, separados das influências políticas, sociais, econômicas, culturais, entre outras, que se modificam com o decorrer do tempo, gerando novas formas de organização e/ou reorganização espacial.

Segundo Sposito (2004; 2010) no método dialético, sujeito e objeto são intrínsecos. O sujeito se constrói e se transforma, construindo e transformando ao

mesmo tempo, o objeto, que é construído e influencia as ações do sujeito. O referido método considera que “[...] a pesquisa geográfica deve ser feita mediante uma reflexão radical (buscar a origem do problema), crítica (colocar o objeto do conhecimento em um ponto de crise) e total” (OLIVEIRA, 1990, p. 22).

Lakatos e Marconi (2007) apontam que uma das leis da dialética, a da ação recíproca, destaca que o mundo não pode ser entendido como um conjunto de “coisas”, mas como um conjunto de processos em que as coisas estão em constante mudança, sempre em vias de transformação onde “[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro.” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 101). Portanto, entende-se que as “coisas” e os acontecimentos existem como um todo, ligados entre si, dependentes uns dos outros.

Uma das contribuições do método dialético é a busca pelo conhecimento que multiplica o olhar receptivo do pesquisador, o que contribui para o desenvolvimento de uma prática articulada entre o pensar e o fazer. “[...] Essa reflexão, resultante das tensões, dos conflitos e das incertezas entre o pensar/fazer, deve ser absorvida na produção científica” (DAVID, 2002, p. 23).

Desta forma, entende-se que a análise e interpretação dos dados devem ser absolutamente verdadeiras em relação ao campo teórico e ao campo da realidade. É nesse momento da pesquisa que “[...] o método dialético se destaca sobre os demais métodos, pois considera a dinâmica das coisas em constante transformação e inter-relação do todo” (BECKER, 2005, p. 57).

Neste sentido, pode-se afirmar que o método dialético sugere uma revisão e uma reflexão crítica e totalizante, a qual submete a análise total da interpretação preexistente sobre o objeto de estudo, neste caso, a compreensão da identidade territorial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul. A dialética se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também, as representações sociais que traduzem o mundo dos significados (MINAYO, 2002, p. 24).

Toda a pesquisa é um fenômeno de sucessivas aproximações da realidade, fazendo uma combinação particular entre a teoria e os dados (MINAYO, 1999). “[...] Quando nos reportamos a um ou outro, seria mais adequado aceitar sua imbricação complexa” (HEIDRICH, 2013, p. 57).

A presente pesquisa também se utiliza da abordagem qualitativa e se fundamenta no princípio de que os grupos sociais existem em um determinado espaço, cuja formação é específica. Além disso, ela visa apresentar e compreender características particulares do fenômeno estudado. Seu campo de investigação se situa na esfera da subjetividade e do simbolismo fortemente inserido no contexto social e situacional (PAULILO, 1999).

A pesquisa qualitativa, segundo Perez (2005), é uma estratégia usada para responder perguntas sobre os grupos, comunidades e interações humanas, e tem a finalidade de descrever os fenômenos, ou ainda, de analisar o comportamento humano. Godoy (1995) assina que ela ocupa um lugar significativo entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrínsecas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes.

Este tipo de pesquisa oferece, ao pesquisador, contato direto com a realidade a ser pesquisada, a partir da observação local e a sua utilização está vinculada aos estudos de cunho interpretativo (PAULILO, 1999). Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reproduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1999).

A investigação qualitativa apresenta características particulares. Seu universo de ação está longe de ser captado por hipóteses perceptíveis, verificáveis e quantificáveis. Seu campo de investigação se situa na esfera da subjetividade e do simbolismo, fortemente inserido no contexto social e situacional (LIMA; MOREIRA, 2015, p. 31).

Em relação a categoria analítica, optou-se por delimitar uma região, visto que, o universo empírico está representado pelos municípios agregados em uma região turística, indo ao encontro da regionalização do turismo, uma política pública territorial descentralizada. O campo de pesquisa, como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representa uma realidade empírica estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação (MINAYO, 2002, p. 54).

A região empírica desta pesquisa, denominada “Região Turística Central do Rio Grande do Sul”, advém de uma regionalização originada a partir de uma política

pública nacional descentralizada, que norteou um programa específico do Ministério do Turismo, denominado “Programa de Regionalização do Turismo”, que possui como instrumento de planejamento e gestão, o “Mapa do Turismo Brasileiro”.

O campo empírico em estudo é composto por dezesseis unidades territoriais que integram a Região Turística Central do Rio Grande do Sul, na regionalização de 2019, sendo: Agudo, Cachoeira do Sul, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Restinga Sêca, Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins e Toropi (Figura 1).

É imprescindível relatar que a cada dois anos um processo de regionalização turística é realizado resultando em novos mapas do turismo brasileiro. Porém, a inclusão ou exclusão de municípios na Região Turística Central do Rio Grande Sul se dá por critérios preestabelecidos pelo Governo Federal através de normatizações por meio de portaria federal, onde os municípios têm o direito de escolher se querem ou não aderir a esta regionalização. Entretanto, uma vez aderindo, o município tem o dever de cumprir os requisitos obrigatórios da portaria. Essa pode sofrer alterações nos requisitos a cada nova edição do Mapa do Turismo Brasileiro, porém, este fato não afeta o resultado do processo de identificação territorial da região estudada, visto que são municípios agregados numa mesma região política e geográfica onde estão divididos em duas regiões coredianas, a Central e a do Jacuí Centro.

Outra etapa fundamental do processo metodológico foi a escolha dos marcadores territoriais. Nesta tese, optou-se por seguir a teoria da pesquisadora Isabel Castro Henrique, professora do Departamento de História da Universidade de Lisboa/Portugal no trabalho intitulado: “A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950)”, exposto em Textos de História, volume 12, nº 1 e 2 de 2004.

Nesse trabalho, a autora enfoca que “[...] a vertente da materialização da cultura permite a manipulação, tornando visível e palpável os sinais identificadores dos territórios [...]” (HENRIQUE, 2004, p.12). No artigo, Henrique (2004) apresenta

cinco categorias de marcadores territoriais: marcadores vivos², marcadores religiosos, marcadores históricos, marcadores fabricados e marcadores musicais³.

Na presente tese, após observações preliminares *in loco* nos municípios integrantes da região em foco, optou-se em estudar e analisar três categorias de marcadores territoriais, sendo eles: marcadores territoriais religiosos, marcadores territoriais históricos e os marcadores territoriais fabricados.

Justifica-se a escolha destes marcadores territoriais, pois eles vão ao encontro do objetivo central da pesquisa e, preliminarmente, estão materializados no recorte regional da análise. Ou seja, são marcadores que possuem viés turístico, visto que, o foco da pesquisa consiste em estudar uma região turística. Também se relacionam diretamente com as etnias colonizadoras alemãs e italianas das unidades territoriais em estudo.

É importante ressaltar que as validações dos marcadores territoriais que foram fotografados e georreferenciados resultaram das indicações dos agentes públicos municipais, os identificados nas pesquisas em sites institucionais e os de conhecimento empírico da pesquisadora. Entretanto, salienta-se que existem outros marcadores na região mas que não estão contemplados nesta pesquisa, uma vez que não foram indicados nas entrevistas. O intuito foi pesquisar marcadores que tivessem a influência das colonizações alemãs e italianas e, também, com o viés turístico, porém nem sempre isso ocorreu. Alguns marcadores são atrativos ou potenciais turísticos e não remetem às etnias estudadas, enquanto outros remetem às etnias e não são atrativos turísticos. Portanto, a escolha se baseia nos principais marcadores dentro da configuração especificada, não remetendo a todos eles, mas os mais evidenciados pelos agentes públicos, que são os que se relacionam diretamente com a regionalização do turismo que gerou a região em estudo.

2 Os marcadores territoriais "vivos" são os criados pela natureza e que o homem não consegue controlar. São identificados e classificados de modo a assegurar o processo de socialização do espaço, evidenciando a posse do território: as águas, as vegetações e a terra, onde se plantam os alimentos e se formam as aldeias (HENRIQUE, 2004, p. 13).

3 Os marcadores territoriais "musicais" são instrumentos relacionados à música, dança e canto, por exemplo, os *tambores* são utilizados não só para produzir música, mas também para organizar uma "linguagem tamborinada", que permite estabelecer relações a curta e a longa distância entre os diferentes grupos, ajudando assim a assegurar a coesão do território (HENRIQUE, 2004, p. 25).

Outra questão a ser destaca diz respeito a localização dos marcadores territoriais. Desta forma, priorizou-se os marcadores situados na área urbana dos municípios estudados. Tal critério foi estipulado, visto que o campo empírico da pesquisa é amplo e não teríamos tempo hábil para realizar o trabalho considerando os marcadores nas áreas urbanas e também nas áreas rurais.

A palavra “categoria”, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à ideia de classe ou série. As categorias são empregadas para estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões, em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 2002, p. 70).

A primeira categoria refere-se aos marcadores territoriais religiosos, também denominados de sagrados. Eles se referem: “[...] a um marcador simbólico que permite vários suportes e desempenha diferentes funções em relação ao homem e a religiosidade” (HENRIQUE, 2004, p. 16). Neste entendimento, a arte e as crenças profanas e religiosas produzem sentidos aos espaços sociais (PINTO, 2015).

A segunda categoria refere-se aos marcadores territoriais históricos. Para a autora eles “[...] constituem elementos naturais e também fabricados, que implicam na mobilização dos grupos sociais que os organizaram, assegurando a socialização do espaço, da natureza e dos lugares de memória” (HENRIQUE, 2004, p. 23).

Os marcadores territoriais fabricados se constituem na terceira categoria e dizem respeito “[...] aos espaços de habitação dos homens com suas múltiplas construções e as marcas que integram os caminhos que sinalizam os territórios” (HENRIQUE, 2004, p. 17 e 18). Para tal autora, eles se referem às arquiteturas civis, públicas que são os diversos espaços, como as casas, onde o homem trabalha e/ou reside e, também, se inclui nesta categoria, os espaços construídos e sinalizados como as pontes, que facilitam a circulação das pessoas. Esses marcadores: “[...] são autênticos e são fabricados no espaço regional” (PINTO, 2015, p. 47).

Para esta pesquisa, as coletas dos marcadores territoriais foram selecionadas da maneira descrita a seguir. Os marcadores territoriais religiosos, dizem respeito aos espaços sagrados. Assim, as igrejas, grutas, monumentos, cemitérios e capitéis

presentes nos municípios foram consideradas. Para os marcadores territoriais históricos, foram considerados os monumentos, praças públicas, pórticos e os museus históricos/culturais, que servem como espaços de memória e socialização criados, idealizados e/ou organizados pelos grupos sociais. E, para os marcadores territoriais fabricados, foram destacados as casas de residências e construções públicas ativas e desativadas, as quais possuem arquiteturas típicas das etnias colonizadoras alemãs e italianas, bem como as pontes históricas e de relevante construção, que sinalizam caminhos para circulação de pessoas.

É importante salientar que dentre essas categorias de marcadores territoriais, optou-se em selecionar para o estudo os marcadores com relevância turística regional, visto que, o campo empírico é uma região turística que foi construída a partir de uma regionalização estabelecida através de políticas públicas do turismo em nível federal.

Outro fator importante da metodologia da pesquisa é a técnica. Segundo Lakatos e Marconi (2003) elas referem-se a um conjunto de preceitos ou processos de que serve uma ciência ou arte. Os autores destacam que a habilidade para usar esses preceitos ou normas se constituem na a parte prática do trabalho.

Como instrumento de pesquisa, realizou-se a construção e estruturação das entrevistas semiestruturada, ou seja, com perguntas abertas e fechadas, direcionadas aos agentes públicos das repartições públicas de turismo e/ou cultura das prefeituras dos municípios integrantes da Região Turística Central do Rio Grande do Sul, a fim de obter uma visão política institucional.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos sujeitos sociais.

Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (MINAYO, 2002, p.57).

Paralelamente ao trabalho de campo, foi realizado também como instrumento de pesquisa, a observação participante, a qual consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade. Neste sentido, o observador assume, pelo

menos, até certo ponto, o papel de um membro do grupo (GIL, 1999). A referida observação compreendeu os anos de 2017 a 2019, onde a pesquisadora compartilhou de eventos, encontros e atividades de planejamento e gestão com os agentes públicos de turismo e/ou cultura dos municípios da base territorial em estudo, através da participação em reuniões da Associação dos Municípios da Região Central do Rio Grande do Sul (AM Centro) e do Fórum Regional de Turismo da Região Turística Central do Rio Grande do Sul.

A pesquisadora também participou da construção do Mapa do Turismo Brasileiro, especificamente da região turística em estudo, organizando a documentação de inserção dos municípios na plataforma do Ministério do Turismo nos anos de 2016 e 2017.

O trabalho de campo para a ciência geográfica representa a realidade observada a partir de uma concepção teórica investigativa (MINAYO, 2002). Nesta etapa o pesquisador coleta dados no campo empírico da pesquisa. É fundamental, então, ter um conhecimento acerca do espaço estudado.

No trabalho de campo, a compreensão do espaço da pesquisa não se resolve apenas por meio de um domínio técnico. É preciso ter uma base teórica para poder “[...] olhar os dados dentro de um quadro de referências que nos permite ir além do que simplesmente nos está sendo mostrado” (MINAYO, 2001, p. 61).

Pode-se dizer, então, que o trabalho de campo é o momento de aproximação do pesquisador com a realidade, sobre a qual formulou suas questões e o problema de pesquisa, tornando, assim, uma realidade prática do estudo, entendendo que

O trabalho de campo consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. Essa etapa combina entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional etc. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias (MINAYO, 2001, p. 26).

Na referida etapa as entrevistas foram realizadas com os agentes das repartições públicas de turismo e/ou cultura dos municípios da Região Turística Central do Rio Grande do Sul e os marcadores territoriais foram identificados *in loco* nas unidades territoriais integrantes da região em estudo por meio de capturas de fotografias e georreferenciamento. Essas informações posteriormente foram

utilizadas para a espacialização dos dados. Também foi fundamental a utilização do diário de campo, no qual a pesquisadora efetuou anotações pertinentes ao objeto de estudo. O diário de campo é pessoal e intransferível, e nele o pesquisador se debruça no intuito de construir detalhes, que no seu somatório, agrega os diferentes momentos da pesquisa (MINAYO, 2001, p. 63) (Quadro 2).

Destaca-se que a técnica metodológica da entrevista é uma forma de interação social entre o entrevistado e o entrevistador.

É a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1999, p. 119).

Nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os agentes públicos, o intuito foi identificar os principais marcadores territoriais de cada município a partir do viés turístico e visão da instituição pública. Salientou-se, também, a importância da cultura e da identidade territorial para o município e, conseqüentemente, para os grupos sociais, bem como, o entendimento da visão sobre a nomenclatura “Central” da Região Turística em estudo.

A identificação dos marcadores territoriais foi verificada através de três formas. A primeira, por meio das entrevistas aos agentes públicos. A segunda, através de pesquisas em sites institucionais e, a terceira, pela pesquisadora, a qual percorreu *in loco* os municípios com o intuito de identificar os marcadores, com viés turístico e simbólico, nas etnias colonizadoras alemãs e italianas, materializadas na paisagem da região em estudo.

Quadro 2 – Denominações das repartições públicas de turismo e/ou cultura dos municípios integrantes da Região Turística Central do Rio Grande do Sul

Nº	MUNICÍPIO	DENOMINAÇÃO DA REPARTIÇÃO PÚBLICA DE TURISMO E/OU CULTURA
01	Agudo	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo
02	Cachoeira do Sul	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
03	Faxinal do Soturno	Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Habitação
04	Itaara	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Cultural
05	Ivorá	Núcleo de Cultura, Desporto e Turismo
06	Júlio de Castilhos	Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente
07	Nova Palma	Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura e Desporto
08	Paraíso do Sul	Secretaria de Turismo Esporte e Lazer
09	Pinhal Grande	Diretoria de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer
10	Restinga Sêca	Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura, Desporto e Lazer
11	Santa Maria	Secretaria de Município de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação
12	São João do Polêsine	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo
13	São Pedro do Sul	Departamento de Cultura
14	São Sepé	Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho
15	Silveira Martins	Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos
16	Toropi	Secretaria da Agricultura Ind. Com. Tur. e Meio Ambiente

Fonte: Trabalho de campo (2019)

Org.: SILVA, M. M. (2019)

O trabalho de campo com o levantamento, registro fotográfico e georreferenciamento dos marcadores territoriais, bem como a realização das entrevistas com os agentes públicos foram realizadas em duas etapas. A primeira etapa do trabalho de campo foi realizada antes da qualificação de doutorado, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2018, e desenvolvido nos municípios de Agudo, Cachoeira do Sul, Paraíso do Sul, Restinga Sêca, São João do Polêsine, São Pedro do Sul e Toropi, totalizando 670 km percorridos. A segunda etapa ocorreu nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2019, nos municípios de Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Santa Maria, São Sepé e Silveira Martins, percorrendo 830 km. Somando as duas etapas, a pesquisadora percorreu 1.500 km na região foco da pesquisa.

Na análise e interpretação dos resultados, foi realizada uma articulação entre os dados coletados no trabalho de campo e o referencial teórico. Na referida etapa foi realizada a sistematização de todas as informações coletadas, visando a interpretação e produção de mapas, quadros e tabelas para subsidiar a análise e a obtenção dos resultados da pesquisa. Esta etapa teve como finalidades “[...] estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte” (MINAYO, 2001, p. 69).

Nesta perspectiva, a etapa metodológica da análise dos dados coletados é muito importante para o estudo, pois a pesquisa científica vai muito além da realização do referencial teórico e da coleta de dados durante o trabalho de campo, pois o que torna uma pesquisa essencial e única é a sua interpretação.

Por mais objetiva que a pesquisa seja, a interpretação dos dados sempre envolve “[...] algo mágico, criativo, um imaterial que ordena e dispersa o caos”. É nesta etapa da pesquisa em que se busca entender uma faceta do discurso da natureza: “[...] o colorido de um conjunto caótico de números e fatos. Sem ela, somos apenas coletores de dados, mas não cientistas” (VOLPATO, 2004, p. 123).

Em relação à produção de mapas, optou-se por realizar um mapa por município, localizando os três tipos de marcadores territoriais selecionados, ou seja, religiosos, históricos e fabricados, totalizando dezesseis mapas. Também foram estruturados três mapas regionais identificando os três tipos de marcadores na região, separadamente, ou seja, um mapa regional dos marcadores territoriais religiosos, um mapa regional dos marcadores territoriais históricos e um mapa regional dos marcadores territoriais fabricados. Por fim, um mapa regional único, incluindo as três categorias de marcadores territoriais nas unidades estudadas, totalizando assim, vinte mapas.

A única alteração da regionalização de 2017 para 2019, na Região Turística Central do Rio Grande do Sul, foi a exclusão dos municípios de Novo Cabrais e Dona Francisca. Entretanto, a exclusão destes não acarretou problemas no trabalho de campo. A inclusão ou exclusão de um município na adesão à região turística é de decisão e responsabilidade de cada órgão público municipal, no cumprimento da

portaria federal e com validação do Conselho Estadual do Turismo do Rio Grande do Sul (CONETUR).

O CONETUR é composto por um órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo e deliberativo. É um órgão superior de assessoramento ao titular da Secretaria do Turismo (SETUR/RS), conforme disposto na Lei Estadual Nº 14129/2012.

Por fim, o percurso metodológico encerra-se com a redação final, defesa da tese e, posteriormente, a disseminação da pesquisa para a sociedade, pois

O pesquisador, ao apresentar os resultados de sua pesquisa à sociedade, mostra que esta se torna um importante instrumento de disseminação do conhecimento. Por meio dos resultados alcançados, será possível compreender a realidade e se posicionar criticamente frente a ela; propor a transformação da sociedade porque é parte de seu compromisso político; propor discussões e até mesmo soluções para o problema que originou a pesquisa; fazer com que as ideias e conclusões sejam ouvidas por um número significativo de pessoas (PESSOA, 2020, p. 15).

Contudo, pretende-se com este estudo, fornecer subsídios para alicerçar novos objetos de pesquisas, ou seja, analisar o processo de formação e organização territorial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul e, paralelamente, identificar os marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados dos seus municípios integrantes, para, assim, compreender os processos de identificação cultural por meio das influências das etnias colonizadoras alemãs e italianas e, não proporcionar respostas definitivas, visto que todas as pesquisas servem para aprimorar novos conhecimentos e não apenas para finalizar respostas. Portanto, destaca-se que “[...] a pesquisa deve ser encarada de forma provisória e aproximativa, pois se tratando de ciência, as afirmações podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras” (MINAYO, 2001, p. 79).

3 CARACTERÍSTICAS FÍSICOS/NATURAIS E SOCIOESPACIAIS DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

O capítulo 3 aborda os aspectos referentes aos atributos e peculiaridades dos municípios componentes da região em estudo, os quais encontram-se inseridos no Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDEs) Central e no Jacuí Centro. Esses aspectos físicos/naturais e socioespaciais são fundamentais para compreender as potencialidades/possibilidades e limitações espaciais dessas unidades territoriais para o desenvolvimento regional do turismo.

Para se compreender a caracterização físico/natural e socioespacial da região Turística Central do Rio Grande do Sul, optou-se por coletar subsídios nos COREDEs que abrangem os municípios que integram da região em foco. Paralelamente, coletaram-se informações em diversas fontes, como folheterias, sites institucionais do governo do Estado e das prefeituras municipais, IBGE, atas de memória de reuniões do Fórum Regional de Turismo da Região Central, reuniões dos setores de Turismo e Cultura da AM Centro (Associação dos Municípios da Região Central), para assim, reunir os dados apresentados na pesquisa. Também foram fundamentais, as informações dos COREDEs, que encontram-se disponibilizados no site da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica do Rio Grande do Sul (SGG/RS, 2019), a qual anteriormente era denominada de Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG/RS, 2019).

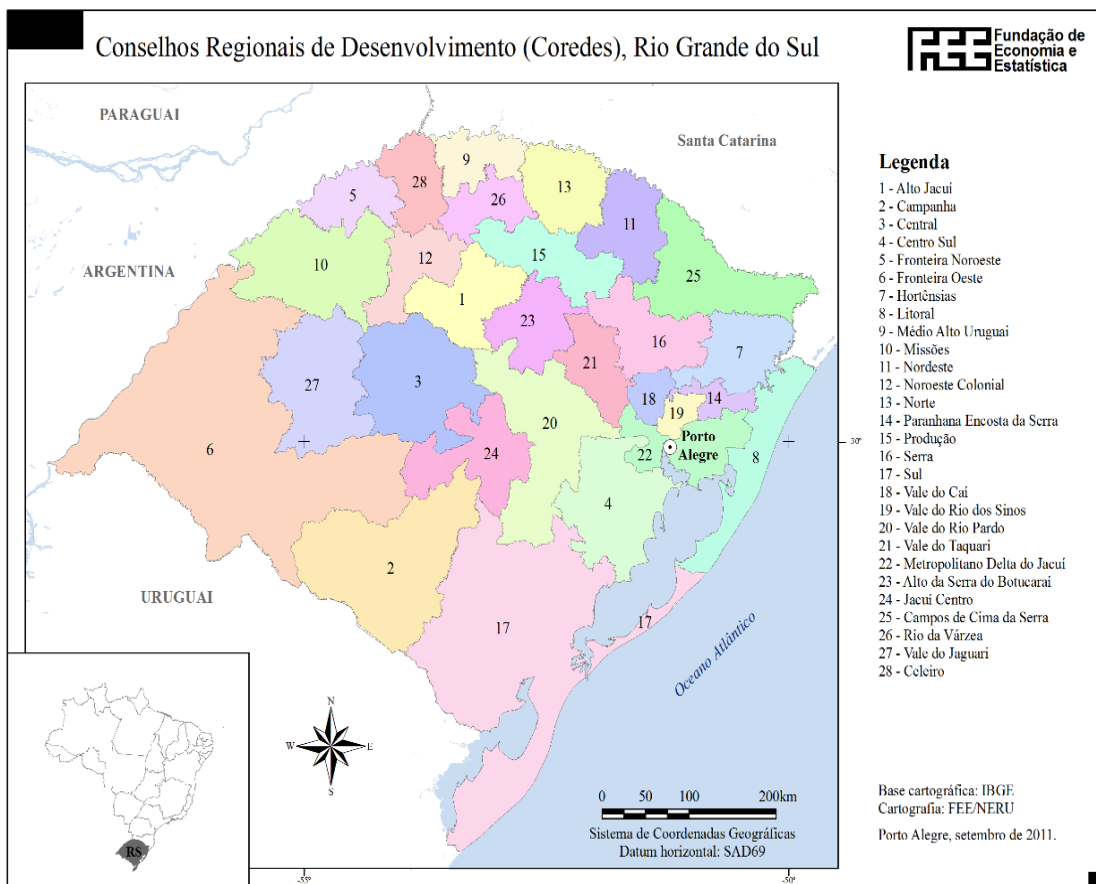
Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) do Rio Grande do Sul são fóruns de discussões com vistas à promoção de políticas e ações articuladas ao desenvolvimento regional, criados pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Seus principais objetivos visam,

[...] a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente (COREDE, 2015).

A regionalização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, instituída em 1991, dividiu o estado gaúcho em vinte e uma regiões. Posteriormente, em 1998, foi criada a região Metropolitana Delta do Jacuí e, a partir de 2003 foram criados os COREDEs: Alto da Serra do Botucatu, Jacuí Centro, Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea. E, em 2008, foi criado mais dois Conselhos, o Vale do Jaguari e Celeiro, completando as vinte e oito regiões de planejamento do Estado gaúcho, distribuídas em nove regiões funcionais (Figura 3 e Figura 4).

As regiões funcionais correspondem às escalas utilizadas atualmente como referência para elaboração de vários instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual (PPA) e o Orçamento do Estado (LOA) e os diagnósticos e estudos prospectivos (SEPLAG/RS, 2019).

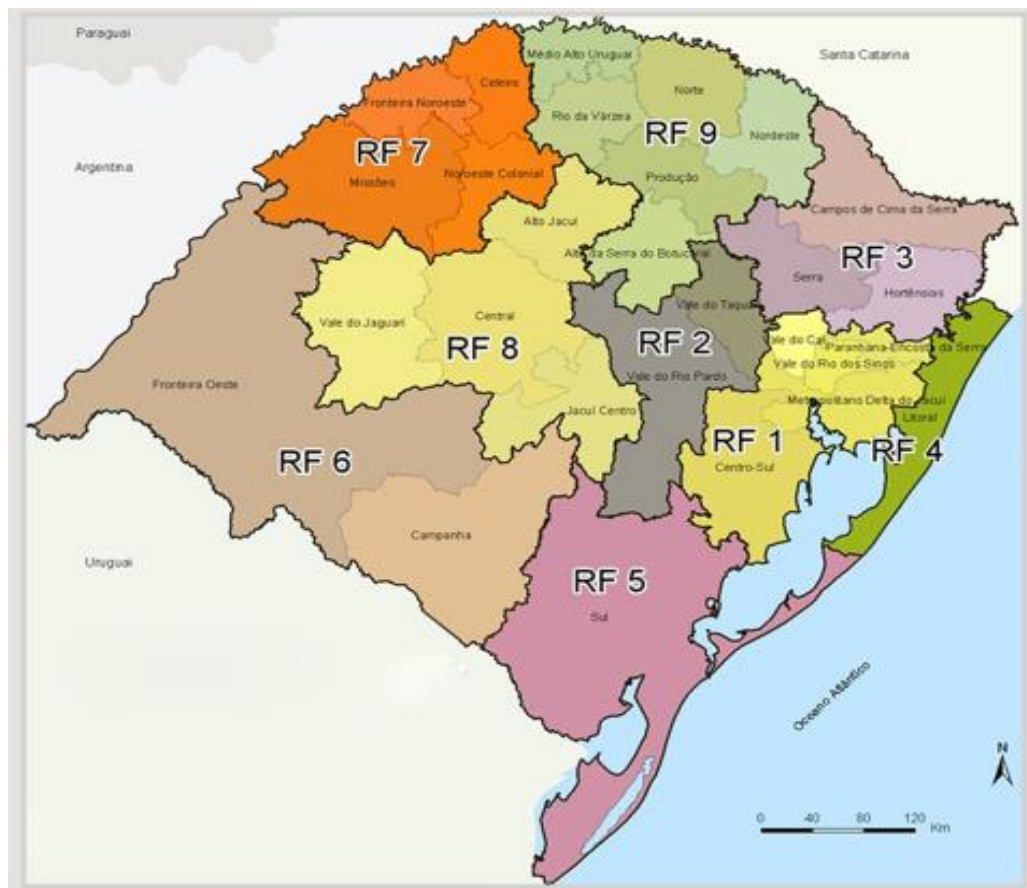
Figura 3 – Distribuição dos COREDEs no Rio Grande do Sul



Fonte: FEE/RS (2011)

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento possuem “[...] constituição jurídica própria em cada região, sendo que, o foro jurídico se aplica na cidade referência onde está instalada a sua sede político-administrativa” (MANFIO et al. 2015, p. 82). O seu funcionamento ocorre através da participação, discussão e deliberação, em reuniões plenárias e assembleias, realizadas de forma ordinária ou extraordinária, em conformidade com o estatuto social próprio (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRANDT, 2011).

Figura 4 – Regiões funcionais dos COREDES no Rio Grande do Sul



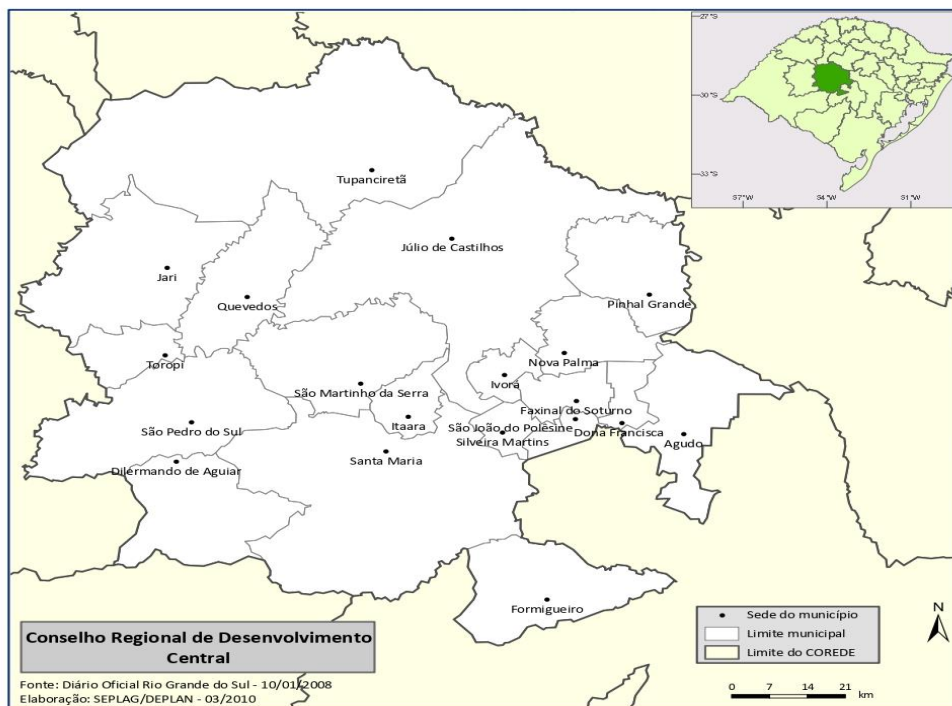
Fonte: SEPLAG/RS (2010)

Os COREDES Central e Jacuí Centro são as regiões onde se concentram os municípios regionalizados pelo Ministério do Turismo, pertencentes à Região Turística Central do Rio Grande do Sul e estão na Região Funcional número oito do COREDE/RS.

O COREDE Central foi fundado em 16 de junho de 1991, sendo o 1º do Estado, composto por trinta e cinco municípios da região geográfica central do Estado. No decorrer do tempo, houve dois desmembramentos, um para formar o COREDE Jacuí Centro e, o outro, para originar o COREDE Vale do Jaguari (SEPLAG/RS, 2010).

Atualmente o COREDE Central é constituído por dezenove municípios, sendo eles: Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã. Desses dezenove municípios, doze são integrantes da Região Turística Central Rio Grande do Sul: Agudo, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, Silveira Martins e Toropi (Figura 5).

Figura 5 – Municípios integrantes do COREDE Central do RS

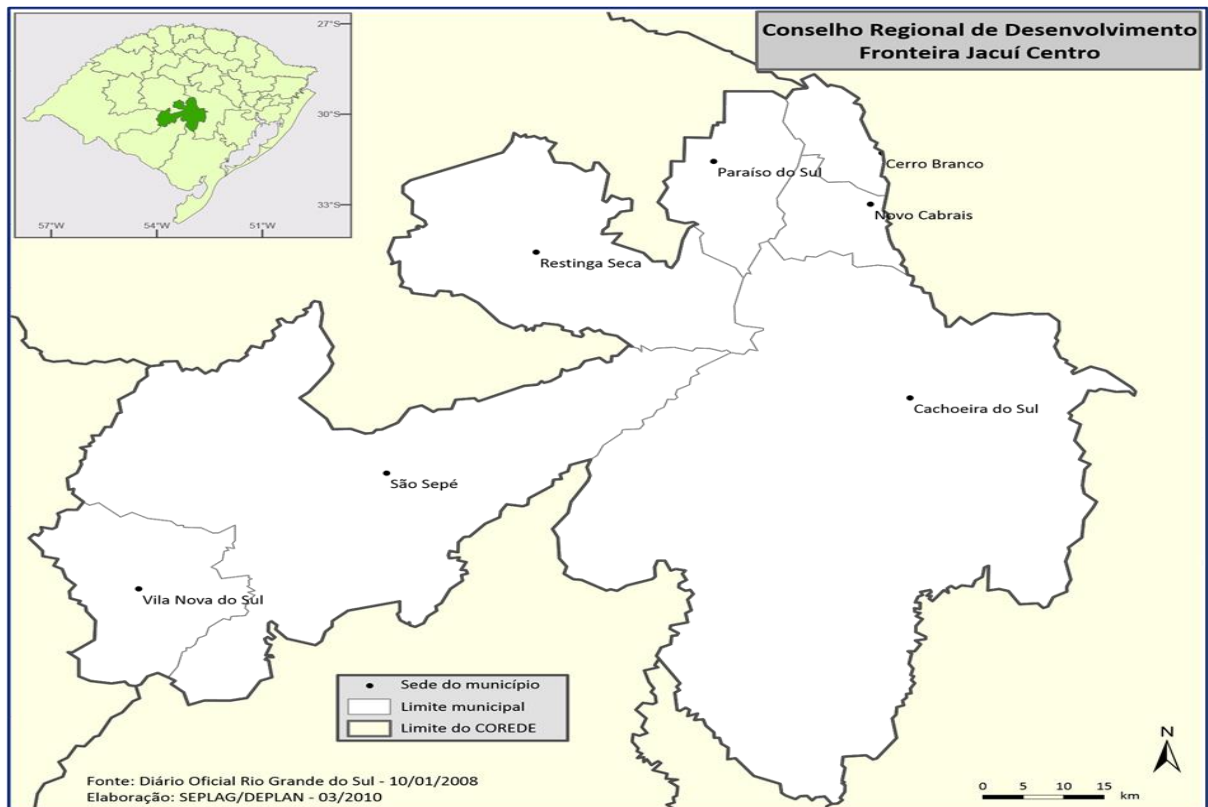


Fonte: SEPLAG/RS (2010)

O COREDE Jacuí Centro é formado por sete municípios: Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Sêca, São Sepé e Vila Nova

do Sul. Desses, quatro pertencem à Região Turística Central Rio Grande do Sul: Cachoeira do Sul, Paraíso do Sul, Restinga Sêca e São Sepé (Figura 6).

Figura 6 – Municípios integrantes do COREDE Jacuí Centro do RS



Fonte: SEPLAG/RS (2010)

Os municípios que integram a região do COREDE Central possuem diversidades étnicas, resultante de disputas de terras entre portugueses e espanhóis, e dos processos imigratórios que se estenderam no decorrer do tempo no Rio Grande do Sul, pois

As terras ocupadas atualmente pelo município de Santa Maria, historicamente, foram objeto de disputa entre portugueses e espanhóis, que, em, 1778, se se instalaram na região com objetivo de demarcar a linha divisória entre os domínios da Espanha e Portugal, fazendo deste local seu acampamento. Esta comissão mista permaneceu muito tempo neste local,

que aos poucos recebeu novas tropas expedicionárias e constituiu uma estrutura maior ao acampamento. Por volta de 1801, esta caravana partiu e, desse dia em diante, Santa Maria deixou de ser um acampamento e passou a ser um povoado, propriamente dito. Em 1837, esta localidade foi denominada Distrito de Santa Maria da Boca do Monte, em 1857 elevada à categoria de vila, com a denominação de Santa Maria da Boca do Monte e, em 1876, foi elevada à condição de cidade, sob a denominação de Santa Maria da Boca do Monte. A partir de 1882, diversas leis e atos foram publicados criando diversos distritos, dentre eles, o de São Pedro em 1882, de São Martinho em 1884, de Silveira Martins em 1901 (o extinto município foi adquirido por Santa Maria como distrito), Dilermando de Aguiar em 1923 e Itaara em 1952, os quais, ao longo dos anos foram sendo desmembrados para criação das cidades, com os mesmos nomes (SEPLAG/COREDE CENTRAL, 2017, p. 11).

Os aspectos culturais da região Jacuí Centro apresentam etnias diversificadas na sua formação social, com a presença de descendentes de índios, espanhóis, portugueses, negros, italianos, alemães, judeus, entre outros. Os processos migratórios e de colonização realizados pelos alemães e italianos tiveram um importante papel no desenvolvimento regional e desbravamento das terras sulinas.

Ao longo do século XIX, até meados do século XX diversas correntes migratórias chegaram no Rio Grande do Sul, entre elas a dos imigrantes alemães e italianos. Os alemães se estabeleceram, inicialmente, na região denominada Colônia de Santo Ângelo, a qual pertencia ao distrito de Cachoeira do Sul, e que mais tarde, se dividiu em seis grandes grupos. E com o decorrer do tempo, deu origem a outros municípios, dentre eles o de Agudo.

A imigração italiana se tornou mais intensa no período de 1870 a 1914, quando colonizaram a serra de São Martinho, a qual fazia fronteira com a então intendência de Santa Maria da Boca do Monte.

Inicialmente esta localidade foi denominada de Città Nuova, depois Città Bianca e mais tarde de Silveira Martins, em homenagem ao seu intercessor no império, Gaspar da Silveira Martins. Com o contínuo fluxo de imigrantes, a Colônia de Silveira Martins expandiu-se pelas quebras da serra, dando origem a novos núcleos, que, ao longo dos anos, transformaram-se nas cidades de Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Nova Palma, Dona Francisca, Pinhal Grande e Ivorá (SEPLAG/ COREDE CENTRAL, 2017, p. 11).

É importante salientar que nove municípios que pertencem ao COREDE Central e também à Região Turística Central, formaram por questões econômicas e geográficas, a região denominada "Quarta Colônia". Ela é composta pelos

municípios de Agudo (imigração alemã), Restinga Sêca (imigração predominante portuguesa), Silveira Martins, São João do Polêsine, Dona Francisca, Nova Palma, Ivorá, Faxinal do Soturno e Pinhal Grande (imigração italiana). Esses nove municípios, enquanto região da Quarta Colônia, são administrados por uma associação pública de direito privado, denominada Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS). Segundo Itaqui (2002), o referido consórcio foi criado oficialmente em 05 de agosto de 1996, como uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que promove os interesses de seus nove municípios-membros. Esse consórcio atua com foco no desenvolvimento regional, com discussões e debates entre os representantes legais do Poder Executivo dos municípios (ZIEMANN, 2016).

A região corediana Central também apresenta traços jesuítas, com a fundação dos Sete Povos das Missões, a partir de 1801, especialmente, nas terras que hoje formam os municípios de Júlio de Castilhos e Tupanciretã.

Em 1928 ocorreu a criação do município de Tupanciretã, desmembrando-se dos municípios de Júlio de Castilhos e Cruz Alta. No mesmo ano, o município instituiu cinco distritos, sendo que dois deles (Toropi e Jari) acabaram sendo emancipados posteriormente, com o mesmo nome. As terras pertencentes ao município de Quevedos pertenciam ao Povo de São Miguel das Missões e, ao longo dos anos, pertenceu ao município de Cruz Alta, posteriormente ao município de São Martinho e depois à Vila Rica. O município foi emancipado em 1992 (SEPLAG/ COREDE CENTRAL, 2017, p.12).

No quesito de aspectos demográficos, conforme dados do último censo do IBGE (2010), o COREDE Central possuía 391.633 habitantes. O município de Santa Maria, em primeiro lugar, com 261.027 habitantes. Em segundo, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Agudo e São Pedro do Sul, com populações entre 15 e 25 mil habitantes. Os demais municípios são de pequeno porte, com populações abaixo de 10 mil habitantes (SEPLAG/COREDE CENTRAL, 2010).

Em relação aos aspectos geográficos, o COREDE Central está localizado em uma região geomorfológica entre o Planalto Meridional e a Depressão Periférica. Sendo assim, é importante salientar a necessidade de preservação e recuperação dos resquícios da Biosfera Mata Atlântica e de sua respectiva fauna por meio da criação ou manutenção de áreas de pesquisa, parques e reservas. De acordo

Spolaor (2010), a região preserva importantes fragmentos da Floresta Estacional Decidual e de uma riquíssima fauna e, onde também, a calha do Rio Jacuí é rica em sítios arqueológicos de legado indígena (Figura 7).

Outra característica da referida região diz respeito a significativa disponibilidade de recursos hídricos, uma vez que,

Apresenta boa disponibilidade de recursos hídricos, contando com uma malha hidrográfica superficial formada, na maior parte, por rios e arroios e quatro sub-bacias coletoras: a dos rios Ibicuí e Ijuí, afluentes da Bacia do Uruguai, e a dos rios Vacacaí Mirim e Alto Jacuí, afluentes da Bacia do Guaíba [...] é importante registrar a presença de duas barragens para geração de energia elétrica: a Barragem de Dona Francisca, no município de Nova Palma, com capacidade de geração de energia elétrica de 125MW e reservatório de 20km²; e a Barragem de Itaúba, no município de Pinhal Grande, com capacidade de geração de energia elétrica de 500MW e reservatório de 13,29km², ambas no Rio Jacuí (SEPLAG/ COREDE CENTRAL, 2017, p. 17).

No que diz respeito à estrutura econômica, o COREDE Central apresentou, em 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 9,5 bilhões, representando 2,9% do total do Estado. O PIB *per capita* do COREDE era de R\$ 23.520,67,00, ocupando a 18ª posição dentre os 28 COREDEs (SEPLAG/COREDE CENTRAL, 2017). Dentre as atividades agropecuárias, se destacam, a pecuária de corte e a de leite, as quais apresentam participação considerável em quase todos os municípios que compõem este COREDE.

Salienta-se que a ocupação territorial, especificamente dos municípios integrantes da Quarta Colônia de Imigração Italiana, pertencentes ao COREDE Central, advém da colonização por imigrantes. Estes receberam os lotes de terra demarcados para serem ocupados, principalmente, com a agricultura familiar. As pequenas e médias propriedades rurais constituem, ainda hoje, uma característica regional e, conseqüentemente, possuem um baixo grau de mecanização, utilizando basicamente a mão de obra familiar.

Figura 7 – Biosfera Mata Atlântica no município de Itaara/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

Outra característica importante deve-se ao fato que o legado cultural da região vem sendo empreendido pelo turismo, principalmente nos segmentos culturais e rurais como forma de valorizar as identidades, valores, tradições e paisagens bucólicas, com vistas a mantê-los vivos, através das gerações (Figura 8). Assim, a região tem rotas e roteiros turísticos que contemplam características da vida rural, dos costumes materializados de forma material e imaterial dos povos colonizadores

A sua população preserva, nas suas mais diferentes manifestações, falas, hábitos costumes, artesanato, gastronomia e as referências vivas das culturas de portugueses, afrodescendentes, imigrantes alemães e italianos. Essas marcas, materiais e imateriais, constituem um patrimônio que, na sua diversidade e biodiversidade, dá sentido às formas de viver, ser e fazer do seu povo (SPOLAOR, 2010, p.22).

Figura 8 – Vista do município de Ivorá/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

No que diz respeito à agricultura, destaca-se o cultivo da soja em grãos, nos municípios localizados geograficamente ao norte do COREDE Central (Figura 9).

O setor de serviços é o maior PIB do COREDE com 65,0%, seguido pela agropecuária com 16,7% e pela indústria com 9,8%. Santa Maria tem a maior participação nos setores da indústria e dos serviços com, respectivamente, 71,3% e 69,6%. Já a agropecuária tem o PIB melhor distribuído entre os municípios, com destaque para Tupanciretã, que representa 26,9% do total regional. No Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária, destaca-se o cultivo da soja em grão, com 25,1%, com liderança dos municípios de Tupanciretã e Júlio de Castilhos. A Criação de bovinos e outros animais apresenta 23,7%, com destaque para Santa Maria. O cultivo de outros produtos da lavoura temporária, principalmente o fumo, a mandioca e a batata inglesa, possui 21,4%, destacando-se os municípios de Agudo, São Pedro do Sul e Santa Maria. A média do Estado é de 8,4% na agropecuária; 25,2%, na indústria; e 66,3%, nos serviços (SEPLAG/COREDE CENTRAL, 2017, p. 44).

A partir do exposto, é possível concluir que o Valor Acrescentado Bruto (VAB) do COREDE Central apresenta maior participação na agropecuária e nos serviços. Não há muita expressão em relação a indústria na região, em comparação com outras regiões coredianas que se destacam nesta atividade.

Figura 9 – Colheita de soja no município de Júlio de Castilhos/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

Dessa forma, observa-se a predominância do cultivo da soja no norte do COREDE, enquanto os municípios do sul e leste apresentam uma estrutura agropecuária mais diversificada, com produtos como arroz, milho, fumo, mandioca e batata inglesa. A pecuária de corte e leite apresenta participação considerável em quase todos os municípios do COREDE Central, pois

No setor primário, caracteriza-se por ser uma região de transição entre o cultivo da soja, no norte do Estado, e do arroz, no sul. Possui, também, núcleos onde predominam a pequena propriedade, com diversidade de culturas e integração com a atividade agroindustrial. A criação de bovinos também se destaca. Observa-se que a região participa de diversas cadeias produtivas agroindustriais dominantes no Estado, tais como a de grãos – soja, arroz, trigo e milho – e bovina (BERTÊ, et al. 2016, p. 183).

Os municípios de Júlio de Castilhos, Santa Maria, Jari, Tupanciretã, São Martinho da Serra, Quevedos e Dilermando de Aguiar são os maiores produtores de soja da região (MANFIO et al. 2015, p. 86). A expressiva produtividade está

associada às grandes lavouras (latifúndios), onde a cultura da soja exige mecanização do campo, além de ser o produto de maior cultivo na maioria dos municípios do COREDE Central, tanto nas grandes propriedades rurais, quanto nas médias e pequenas propriedades.

Outro fator de destaque na referida região corediana é a localização geográfica, visto que, Agudo, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, Silveira Martins e Toropi possuem pontos de ligação rodoviário entre a fronteira, a capital Porto Alegre e o porto de Rio Grande, sendo portanto, pontos estratégicos para diversas atividades no Estado.

A região também dispõe do modal ferroviário, o qual está articulado com pontos rodoviários em Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Santa Maria, municípios com média concentração de cargas. Conta, também, com modal aéreo, por meio do aeroporto civil e militar de Santa Maria, que dispõe de voos regulares comerciais para Porto Alegre (SEPLAG/COREDE CENTRAL, 2017) (Figura 10).

A referida região possui características similares na formação geográfica, geológica e é heterogêneas nos aspectos históricos e culturais. Então, a diversidade de etnias na formação social, ou seja, descendentes de índios, espanhóis, portugueses, negros, italianos, alemães, judeus, entre outros, se constitui em importantes atributos para o desenvolvimento turístico.

A região possui algumas características ímpares, como o acervo dos mais antigos fósseis zoobotânicos de animais e vegetais do mundo, com mais de 230 milhões de anos, incluindo o dinossauro mais antigo do mundo, o *Staurikossaurus pricei* (SETEL/RS, 2016). O nome *Staurikosaurus* significa "lagarto do Cruzeiro do Sul" (constelação somente visível no hemisfério sul). O epíteto específico *pricei* é em honra ao paleontólogo Llewellyn Ivor Price, que descobriu o fóssil, brasileiro e nascido em Santa Maria/RS.

Figura 10 – Antiga Estação Férrea no município de Santa Maria/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

3.1 ROTAS, ROTEIROS E PRODUTOS TURÍSTICOS FORMATADOS PELOS AGENTES PÚBLICOS

No quesito de rotas e roteiros, a região possui produtos turísticos institucionais, ou seja, criados, planejados e organizados pelos agentes públicos, haja visto que se tem uma série de outras rotas e roteiros oferecidos pelas agências receptoras de turismo na região em estudo. Sendo assim, apresenta-se os principais produtos turísticos institucionais:

1- **Santos Caminhos da Fé:** O roteiro turístico tem início na Basílica da Medianeira, no município de Santa Maria, onde os turistas e, também, os peregrinos recebem o passaporte da fé.

Ao longo de oito dias são visitados templos e espaços religiosos e espiritualidades, juntamente, com os atrativos histórico-culturais em vários municípios. O roteiro engloba as cidades de Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Vicente do Sul, Santiago, São Borja, São Miguel das Missões, São Luiz Gonzaga, Santa Rosa e Santo Ângelo (Figura 11).

Figura 11 – Identidade visual do Circuito Turístico Santos Caminhos da Fé



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS (2019)

2- **Roteiro Arte & Religiosidade:** É realizado no município de Santa Maria, onde os atrativos são a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora Imaculada


Conceição, o Santuário Basílica da Medianeira e a Igreja Nossa Senhora das Dores. Esse roteiro do segmento do turismo religiosos propicia o contato com a espiritualidade e estética, pois o visitante é convidado a apreciar as principais igrejas católicas em um passeio autoguiado. Para participar, o visitante utilizará um áudio-fone, onde encontrará parte da história e interpretações das principais obras nela contidas. As visitas devem ser agendadas previamente na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação de Santa Maria (Figura 12).

Figura 12 – Folder do roteiro Arte & Religiosidade de Santa Maria/RS

Roteiros Arte & Religiosidade

Igrejas de Santa Maria - RS

- AUTOGUIADOS -



Desfrute Arte e Religiosidade em Santa Maria-RS. Em um roteiro de espiritualidade e estética o visitante é convidado a conhecer as principais igrejas católicas locais em um passeio autoguiado.

Para participar, o visitante utilizará um áudio-fone, onde encontrará parte da história da igreja e interpretações das principais obras nela contidas.

Informações e Agendamento: Secretaria de Município de Turismo.

Catedral Metropolitana De Nossa Senhora Imaculada Conceição


Endereço: Av. Rio Branco, 823
Bairro Centro

Santuário - Basílica da Medianeira

Endereço: Av. Nossa Senhora Medianeira, 613
Bairro Nossa Senhora Medianeira

Igreja Nossa Senhora das Dores

Endereço: Av. Nossa Senhora das Dores, 304
Bairro Nossa Senhora das Dores



Secretaria de Município de Turismo
 Fones: 55 3217-9415 ou 0800 6424802
 E-Mail: turismo.com@santamaria.rs.gov.br
 Site: www.santamaria.rs.gov.br/turismo
 Blog: turismosantamaria.blog.terra.com.br
 Twitter: twitter.com/turismostmaria

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS (2019)

3- Roteiros Integrados da Quarta Colônia: A Quarta Colônia de Imigração Italiana é uma região localizada na Mesorregião do Centro Oriental Rio-grandense,

sendo o quarto núcleo de colonização italiana no Estado. Ela é constituída por nove municípios (Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins). Os roteiros são integrados de turismo rural, gastronômico, cultural e ecológico (Figura 13).

Figura 13 – Mapa de localização instituído no folder de divulgação de roteiros Integrados da Quarta Colônia/RS



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do RS (2019)

4- Rota Turística e Gastronômica Santa Maria/Silveira Martins: O município de Santa Maria faz parte desta rota através de Arroio Grande, que é o seu 4º Distrito, juntamente com Silveira Martins, que é conhecida como o berço da

colonização da 4ª Colônia de imigração italiana. Nesta rota está incluído o passeio “Caminho da Uva e das Águas”, que integra as comunidades de Val de Buia e Val Feltrina. O principal objetivo do caminho é proporcionar aos visitantes, um contato com a natureza e com a cultura local, marcada pela tradição dos descendentes de italianos que povoaram a região (Figura 14).

Figura 14 – Identidade visual da Rota Turística & Gastronômica Santa Maria e Silveira Martins/RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS (2019)

5- Rota das Esculturas: A rota é uma parceria entre o município de Nova Palma e o escultor Rogério Bertoldo e é composta de doze esculturas com alusão a símbolos e a história local, de autoria do referido escultor. As esculturas da rota

estão situadas à beira da estrada e podem ser apreciadas gratuitamente pelo visitante, que no caminho, visitam também, o Balneário Municipal de Nova Palma (Figura 15).

Figura 15 – Escultura no município de Nova Palma/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

6- Rota Paleontológica: Neste percurso é possível entender o passado geológico, o processo da fossilização e a valorização do patrimônio cultural. Integram esta rota os municípios de Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro

do Sul e Mata. Nos museus da Rota Paleontológica, pode-se conhecer a história dos fósseis vegetais e animais, admirar alguns originais e réplicas de seus acervos. Observar nos sítios e afloramentos as variadas formas e tamanhos dos troncos de árvores petrificadas, aflorando à superfície (Figura 16).

Figura 16 – Identidade visual da Rota Paleontológica/RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS (2019)

7- Rota Gastronômica da Imigração Italiana: Nesta rota, é possível passar por mais de 45 pontos de visitação entre o distrito santa-mariense de Arroio Grande e os municípios de Silveira Martins, São João do Polêsine e Restinga Sêca. A Rota compreende restaurantes, cantinas, agroindústrias, balneários, propriedades rurais, igrejas, monumentos e o Museu do Imigrante. Foi criada para resgatar e valorizar o caminho percorrido pelos imigrantes italianos, preservar a cultura e a história do

lugar e, principalmente, agregar valor na renda dos proprietários rurais, gerar empregos e oportunidades. A Rota proporciona um passeio inesquecível, através da natureza formada por belos vales e paisagens exuberantes, pela história preservada nas construções do início do século; por seu povo acolhedor e fiel às suas origens e pela deliciosa cozinha italiana, que tempera o cardápio dos restaurantes da região (Figura 17).

Figura 17 – Parreira de uva no município de Silveira Martins/RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria (2019)

8- Rota Território do Sagrado: Essa rota é do segmento de turismo religioso e contempla diversos templos sagrados e de fé, como igrejas e santuários, nos municípios de Santa Maria, Silveira Martins, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine. A essência do referido roteiro busca representar através dos templos sagrados, toda força da espiritualidade do povo que habita a região e que a torna,

desta maneira, uma região com símbolos de ecumenismo, fé e acolhimento de peregrinos e visitantes (Figura 18).

Figura 18 – Santuário Basílica Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças em Santa Maria/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

9- Rota Vinhos do Coração do Rio Grande: A rota que faz parte do segmento de enoturismo e é composta por vinícolas da região, onde são produzidos espumantes e vinhos de uvas cultivadas em vinhedos próprios, localizados em pequenas áreas planas ou vales, com micro climas e solos apropriados, e, eventualmente, utiliza-se uvas de outras regiões do estado. Fazem parte dessa rota as seguintes vinícolas: Dom Robertto, no distrito Boca do Monte, em Santa Maria; Velho Amâncio, no município de Itaara; Dalla Corte, no bairro Camobi, em Santa Maria; Quinta do Gama, em Dilermando de Aguiar; Adega Torri, no município de

Silveira Martins; Opera Viva, no Recanto Maestro, em São João do Polêsine e Toka, em Itaara (Figura 19).

Figura 19 – Identidade visual da Rota Vinhos do Coração do Rio Grande/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

É importante salientar, que além das rotas integradas, alguns municípios possuem produtos e roteiros turísticos específicos. Cita-se, como por exemplo, o município de Ivorá, que possui o roteiro turístico formatado, denominado de “Caminhos de Ivorá” (Figura 20).

Destaca-se, também, que todas as unidades territoriais da Região Turística Central do Rio Grande do Sul possuem algum atrativo turístico e/ou cultural, sem ter necessariamente um roteiro ou rota organizada.

Figura 20 – Roteiros Turísticos Caminhos de Ivorá/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

Outros municípios também se destacam pelos atrativos diferenciados, ou seja, são produtos turísticos peculiares e únicos, como Itaara, que possui o Museu Internacional de Ufologia, História e Ciência “Victor Mostajo” e o Observatório Bioastronômico “Cosmos” (Figura 21).

Foi inaugurado em junho de 2001, sendo o 1º Museu Internacional da América Latina e o 3º do Mundo nesta temática. É membro da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências. O acervo é constituído de fotos, documentos, textos, fragmentos de satélites, pedras calcinadas, vegetais queimados por pousos de OVNIS, réplicas de Ets, réplicas de naves extraterrestres, réplica da roupa usada pelo astronauta brasileiro Marcos Pontes, simulação do caso Roswell, simulação de uma autópsia de Ets, materiais astronômicos, biblioteca, videoteca e um circuito interno de Tv que apresenta 76 filmes e documentários ufológicos e astronômicos. A visita é guiada e interativa. Recentemente o proprietário inovou, criando o projeto: “Uma noite no Museu”, o qual é uma visita noturna, apenas com luzes de lanternas. Há também o projeto do “museu itinerante”, percorrendo escolas em todo o Rio Grande do Sul (SILVA, 2013, p, 75).

Figura 21 – Museu Internacional de Ufologia, História e Ciência “Victor Mostajo” no município de Itaara/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

No município da Mata, é possível observar troncos petrificados com mais de 200 milhões de anos. Eles estão expostos nas praças municipais e em seu jardim paleobotânico, o qual possui a reserva de fósseis naturais, com uma área de 36.000 m² e as madeiras fossilizadas estão em seu lugar de origem (Figura 22). Essa peculiaridade possibilita, ao município, desenvolver produtos turísticos diferenciados na região Central. O referido município pertence ao COREDE Central e à Região Turística Vale do Jaguari.

Mata possui a maior área delimitada de fósseis vegetais do Brasil. Trata-se do Jardim Paleobotânico, uma área pública, cercada e com acesso controlado, possui uma área de 3 hectares, no centro do município, a menos de mil metros da Prefeitura, da Igreja Matriz Santo Antônio e das três Praças (Martimiano Eggres da Costa, Santo Brugali e Medianeira), que são totalmente construídas com filamentos e pedaços de troncos de árvores coníferas do período triássico (260 a 220 milhões de anos) petrificadas, além de serem ornamentadas por exemplares completos, montados em locais de destaque nestes espaços (RUVIARO, 2015, p. 10).

Figura 22 – Troncos petrificados no município de Mata/RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Mata/RS (2019)

Outro produto turístico peculiar da região é a paisagem cênica e bucólica, que apresenta cenários maravilhosos. Um deles está localizado no distrito de Vale Vêneto, pertencente ao município de São João do Polêsine. Nele também se destaca o Monumento da Polenta, culinária típica dos imigrantes e evento festival de inverno, com farta gastronomia italiana (Figura 23). O referido evento é um espaço de apresentações artísticas, musicais e de gastronomia regional, que aborda os saberes culturais das comunidades locais, em específico, os saberes da etnia italiana.

Figura 23 – Monumento da Polenta em Vale Vêneto/São João do Polêsine/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

Em Cachoeira do Sul encontra-se a charmosa Praça do Chatêau D'Eau, que é uma riqueza cultural. Atualmente é cenário de *books* fotográficos de casais, famílias e pré-casamentos, tornando-se, com assim, uma praça cênica na região central (Figura 24).

Figura 24 – Praça do Chatêau D'Eau em Cachoeira do Sul/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

O município de Santa Maria, cidade polo da Região Central, possui diversidades de atrativos culturais, históricos, religiosos e turísticos. Há muitas opções de museus, templos religiosos, festividades típicas e, os distritos, também, estão focados para os segmentos do turismo rural, cultural e outras diferentes categorias de eventos. O município se destaca pelos segmentos do turismo rural, turismo religioso, turismo técnico-científico e turismo de negócios e eventos. É, também, referência na paleontologia mundial, desde 1936, quando o primeiro fóssil de dinossauro foi encontrado, o *Staurikosaurus pricei*, considerado o mais primitivo dinossauro da Terra, cujo original, está no Museu de Harvard, nos Estados Unidos.

Os municípios de Itaara, Júlio de Castilhos, Toropi e São Pedro do Sul, ainda não desenvolveram uma característica comercial para o turismo. No entanto, Itaara e Toropi apresentam potencial turístico, uma vez que se destacam pela beleza cênica natural, com destaque para trilhas ecológicas e balneários.

Salienta-se que o município de Itaara se destaca por ser o berço da colonização judaica no Brasil (1904). Nele, está situado o monumento da imigração judaica e o Cemitério Israelita Phillipson (Figura 25), tombado como patrimônio histórico do Rio Grande do Sul pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). A Estrada do Perau, também, foi tombada como patrimônio histórico municipal.

Figura 25 – Cemitério Israelita Phillipson em Itaara/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

O município de São Pedro do Sul é rico em fósseis vegetais e, em cujo solo, no ano de 1929, o cientista alemão Friedrich von Huene, encontrou no Sítio de Chiniquá, o fóssil de um Dicinodonte herbívoro, onde o original está no Museu de Tbingen, na Alemanha. Hoje, pode-se apreciar a réplica do crânio encontrado no museu da cidade (SDET/RS, 2020).

Agudo, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine e Silveira Martins fazem parte do território da “Quarta Colônia de Imigração Italiana”. O município de Agudo faz parte deste território, por decisões estratégicas políticas, pois a sua vocação turística e cultural está embasada na colonização de imigração alemã (Figura 26).

Figura 26 – Prédio de arquitetura alemã no município de Agudo/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

As unidades territoriais pertencentes à Quarta Colônia têm o turismo gastronômico, religioso, cultural e rural como âncora no desenvolvimento local e regional. Além dos cenários rurais e bucólicos, as festividades religiosas com gastronomia italiana, são um atrativo para os turistas. As marcas materiais e imateriais se constituem no patrimônio que, na sua diversidade (natural e cultural), dão sentido às formas de ser e de fazer do seu povo (SDET/RS, 2020).

O COREDE Jacuí Centro (JC) também está localizado na região central do Rio Grande do Sul e faz parte da Mesorregião Metade Sul do Estado. De acordo com a FEE (2010), esta região corediana possui uma população de 146.331 habitantes, ocupando 8.098 km² da área do Estado, com densidade demográfica de 18,1 habitantes por km².

A estrutura produtiva do COREDE Jacuí Centro é dominada pelo comércio e serviços os quais representam 48,2% do PIB regional, seguido pelas atividades de agropecuária, com um percentual de 36% e pela indústria, com 15,8%. A produção

da região está baseada na cultura do arroz que constitui 59% da produção total. Destaca-se que,

Várias cadeias agroindustriais estão presentes no COREDE/JC, embora com maior representatividade estadual na produção primária do que no secundário: arroz (7% da produção primária do Estado e 6,7% do processamento); bovinos (3,3% dos efetivos e 1,2% do processamento estadual); madeira e móveis (4% da extração, 1,4% do processamento e 2,1% de móveis do Estado). O elo de equipamentos de produção de alimentos e energia da cadeia de alta tecnologia está presente em Cachoeira do Sul, com 3% do estadual e alto crescimento (SEPLAG/COREDE JC, 2010, p. 15).

A região do COREDE Jacuí Centro caracteriza-se, essencialmente, pela agropecuária, com predominância de produção da pecuária bovina e do cultivo do arroz, soja e fumo e situa-se entre os municípios que possuem PIB e renda *per capita* que correspondem a cerca de 70% da média estadual (SEPLAG/COREDE JC, 2010),

A região do COREDE Jacuí Centro ocupa uma área de 809.860 hectares, infere-se que 83,23% da referida área é ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. A região destina uma área plantada de 94.950 hectares para o cultivo de soja; 83.488 para o arroz; 18.410 para o milho; 16.280 para o trigo e 9.054 para o fumo. Já, em relação ao PIB regional apresentou taxa média de crescimento do índice de volume do PIB em torno de 0,6%, considerando-se a série histórica, entre 1997 e 2006, sendo o ano base 2002. Em relação ao PIB *per capita*, considerando o mesmo período anterior, observou-se um crescimento de 0,2% no seu índice de volume, tendo 2002 o ano base (SEPLAG/COREDE JC, 2010).

A presente região corediana tem 31,52% do emprego formal no setor industrial; o setor de serviços ocupa 63,57% da mão de obra e a agropecuária 3,10%, sendo que há concentração do emprego formal no setor de serviços (SEPLAG/COREDE JC, 2010).

No que se refere ao desenvolvimento do turismo, os municípios da Região Turística Central do Rio Grande do Sul que fazem parte deste COREDE, não possuem produtos turísticos formatados como rotas e roteiros. Cada município tem atrativos municipais, entretanto, ainda não estão organizados na roteirização e, conseqüentemente, são municípios de apoio às atividade e produtos turísticos da região, como um todo.

O município de Cachoeira do Sul possui destaque na arquitetura barroca, por meio da história dos imigrantes portugueses e, como principais atrativos, têm-se: a praça Balthazar de Bem, a Catedral Nossa Senhora da Conceição e a Fonte das Águas Dançantes Artibano Sav. Salienta-se, ainda, a Casa de Cultura Paulo Salzano Vieira da Cunha, a Praça Borges de Medeiros (caixa d'água), a Ponte de Pedra (histórica), a Ponte do Fandango, a Igreja Matriz de Santo Antônio, Fazenda São José ou Tafona (arquitetura portuguesa rural) e a Praia Nova (delta do Rio Jacuí).

Com a maioria da população descendente da imigração alemã, Paraíso do Sul, contempla o cenário germânico na arquitetura local, religiosidade e nos eventos culturais e gastronômicos. Destaca-se como atrativo, o Pórtico, com traços da arquitetura alemã, o Monumento do Imigrante (Figura 27), a Cascata Poço Verde e o Balneário Pau-a-Pique.

Figura 27 – Monumento do Imigrante em Paraíso do Sul/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

O município de Restinga Sêca tem formação étnica predominantemente por quatro etnias: alemã, italiana, portuguesa e afro-brasileira e, com isso, produzindo diversidades culturais. Os principais atrativos turísticos são: o Balneário das Tunas, o Geossítio Buraco Fundo (formação geológica proveniente de erosão), o

Monumento Iberê Camargo (Figura 28) e o Distrito Recanto do Maestro (que faz divisa com o município de São João do Polêsine).

Figura 28 – Monumento Iberê Camargo em Restinga Sêca/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

Seguindo a mesma ideologia da diversidade étnica e cultural, na sua formação e povoação, São Sepé, possui como principais atrativos a Praça Mercês, a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, o fogo de chão da Fazenda Boqueirão (Figura 29), o Monumento/Estátua Sepé Tiaraju, a Gruta do Marco e a Fonte da Bica.

Figura 29 – Fogo de chão da Fazenda Boqueirão em São Sepé/RS



Fonte: Trabalho de campo (2019)

A partir da caracterização físico/natural e socioespacial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul, se averiguou as potencialidades e diversidades de atrativos históricos, religiosos, naturais e culturais, bem como os produtos turísticos peculiares locais e regionais. Destaca-se, também, a importância da agricultura e da pecuária local, atividades fundamentais as quais se utilizam dos saberes e fazeres herdados da colonização pelos imigrantes italianos e alemães, que se localizaram nas unidades territoriais da referida região e foram responsáveis por originarem as paisagens singulares.

4 DA REGIÃO À REGIONALIZAÇÃO: APORTES TEÓRICOS E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

O presente capítulo resgata os subsídios teóricos sobre os conceitos de região e regionalização, contextualizando a formação territorial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul a partir da Política Nacional do Turismo, especificamente do Programa de Regionalização, proposto pelo Ministério do Turismo. Apresentam-se, também, informações sobre as políticas públicas do turismo no Brasil, visando subsidiar a compreensão da organização e formatação do Mapa do Turismo Brasileiro, o qual é instrumento e ferramenta de gestão pública, para a compreensão da organização e espacialização das regiões turísticas do estado gaúcho.

Os estudos científicos pertencentes, em grande parte, às questões geográficas, buscam analisar de forma dialética as realidades advindas de diversas transformações espaciais e globais.

O espaço geográfico assim remodelado é considerado como um conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistemas de ações. No plano global, as ações, mesmo “desterritorializadas”, constituem normas de uso dos sistemas localizados de objetos, enquanto no plano local, o território, em si mesmo, constitui uma norma para o exercício das ações. A partir dessas duas ordens, se constituem, paralelamente, uma razão global e uma razão local que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o mundo, mas, também, o confronta, graças a sua própria ordem (SANTOS, 2002, p. 332).

A partir da exposição de Santos (2002), é possível perceber as contradições do mundo contemporâneo quanto ao desenvolvimento técnico, socioeconômico e territorial. Partindo deste pressuposto, torna-se importante compreender os aportes teóricos sobre a região e a regionalização, que são resultantes das transformações acumuladas no decorrer do tempo no espaço.

4.1 REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS DOS CONCEITOS DE REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

O debate acerca do conceito de região está presente em diversas áreas do conhecimento. Servilha (2015) refere-se que, na perspectiva geográfica, o conceito de região, historicamente, relaciona a compreensão acerca das diferenciações entre áreas, isto é, partes distintas do espaço geográfico.

A noção de região, no viés contemporâneo, é de fundamental importância para a análise espacial. “O que não mais se sustenta hoje em dia é a ideia de região nos moldes clássicos [...]” (LENCIONI, 2014, p. 192). Portanto, a categoria região é de uso corrente e está disseminada na linguagem comum e na científica, pois “[...] ela foi incorporada ao nosso dia a dia e possui um peso específico na estrutura conceitual analítica” (AMORIN, 2007, p. 5).

Desta forma, pode-se perceber que a região se tornou “[...] um conceito pretensioso dentro da Geografia e, talvez por isso mesmo, também aquele que algumas vezes é o mais nitidamente reconhecido como conceito geográfico por outros cientistas sociais” (HAESBAERT, 2014, p. 157).

As questões e debates acerca da região e da regionalização continuam densos, visto que, referem-se “[...] a diferenciação e/ou desigualização do mundo ou pela visão mais integrada e vivida, não somente funcional, mas pelos movimentos, identidades, representações e as políticas ditas regionais” (HAESBAERT, 2014, p. 181).

Neste contexto, compreende-se que, a região “[...] deixou de ser um fenômeno único para ser um sistema que se comunica e tem conexões, que se expande e se contrai segundo as necessidades de ajustamento às novas condições” (BEZZI, 1996, p. 325-326). Ou então, “[...] um recorte espacial (subespaço) dinâmico, que se estrutura e se reestrutura em um determinado tempo, considerando as transformações ambientais, humanas/sociais, históricas/políticas e culturais nele engendradas” (BEZZI, 2004, p. 256).

Corrêa (2001, p. 183) salienta que “[...] a origem etimológica do termo região remete ao termo *regio*, do latim, o qual se refere a unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano”. Ainda, segundo este autor, “[...] o fato de seu radical

ser proveniente do verbo *regere*, governar, atribuiria à região em sua concepção original, uma conotação eminentemente política” (AMORIN, 2007, p. 4).

Contribuindo com este debate conceitual, Gomes (1995, p. 50-51) assinala que “[...] a raiz etimológica da palavra: *regiones* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas, que ainda dispusessem de administração local [...] sediadas em Roma”.

Haesbaert (1999, p. 17) relembra a necessidade de uma releitura dos autores clássicos, pois

Devemos lembrar, sobretudo, nossos clássicos, responsáveis por uma “paternidade” da região em Geografia, especialmente Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne. Esses autores em distintas perspectivas enfatizaram a “diferenciação de áreas” como questão fundamental para o trabalho geográfico (HAESBAERT, 1999, p. 17).

Por conseguinte, ao longo do século XX, esses autores clássicos constituíram referenciais aos estudos de caráter regional, sistematizando a análise do espaço geográfico pela lógica zonal e apesar de divergências sobre o enfoque, possuem pontos semelhantes, entre elas: “[...] a) a importância dada ao específico, ao singular; b) o estudo integrador ou de “síntese”; c) a continuidade espacial; d) a (relativa) estabilidade regional e e) a relação entre região e uma “mesoescala” de análise” (HAESBAERT, 2014, p. 32-33).

Segundo Amorin (2007, p. 6), La Blache (1921) considerava a região “[...] como um corpo vivo, único e, para ele, o método recomendado nos estudos regionais era a descrição do espaço”. Gomes (1999, p. 57) afirma que, para La Blache “[...] a região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referências para a população que aí vive”. E Haesbaert (2002, p. 05) enfatiza que “[...] o conceito mais difundido sobre região é autoria de La Blache e, portanto, este conceito legitimou a Geografia como ciência”.

A partir do legado com ênfase na Geografia Cultural, novos rumos se consolidaram para a Geografia, pois “[...] os estudos regionais deveriam promover a construção de uma morfologia da paisagem” (AMORIM, 2007, p. 7). De acordo com Corrêa (2001, p. 267), “[...] o modo de estudar a paisagem geográfica por Sauer, do

que ele denominou de método morfológico, é similar ao que La Blache estabeleceu para suas monografias regionais”.

Dentre os autores clássicos da Geografia, Hartshorne também contribuiu para os estudos regionais, após os estudos de La Blache e Sauer. Para o autor, a região constituía “[...] em um constructo intelectual e que, como tal, poderia variar em sua delimitação de acordo com os objetivos do pesquisador” (HAESBAERT, 1999, p.18). Neste sentido, a região hartshorniana é vista como “[...] um meio de análise, uma técnica da geografia na demonstração de suas hipóteses” (AMORIM, 2007, p. 8).

Aprofundando este debate, Haesbaert (2014), observou diferentes fases relacionadas às três concepções de região. Assim,

a) a primeira fase, ainda pautada em certo determinismo físico-natural, que rejeita as decisões político-administrativas como base para a regionalização e propõe a valorização das unidades fisiogeográficas; b) a segunda fase, em que podemos identificar uma espécie de transição da região de bases naturais para uma região definida sobretudo pela ação humana ou, pelo menos, resultante da “relação homem-meio” e c) uma terceira fase, em que ocorre a introdução da concepção de região econômica, de forma implícita, de região funcional (HAESBAERT, 2014, p. 35).

Desta forma, deve-se considerar que o conceito de região, ao longo da evolução da ciência geográfica, apresentou distintas abordagens resultantes das transformações conceituais, metodológicas e dos avanços técnicos ocorridos na Geografia.

A partir de 1970, surgiu uma nova abordagem regional no âmbito da incorporação de novos paradigmas à Geografia. O conceito de região reaparece fundamentado “[...] no materialismo histórico e dialético, nas geografias humanista e cultural” (CORRÊA, 2001, p. 187). Santos (2002) enfatiza que “[...] a região deixa de ser um produto da solidariedade orgânica localmente tecida, para tornar-se resultante da solidariedade organizacional” (AMORIM, 2007, p. 10).

Bezzi (2004, p. 205) expõem que “[...] a partir de 1970 a região passou a ser entendida também como um foco de identificação cultural, baseada na Geografia Humanista que concebe a região como espaço vivido”. Na Geografia Cultural Renovada, Corrêa (2001) aponta as suas origens nos estudos sobre paisagem realizados por geógrafos alemães, franceses e anglo-saxônicos. Desta forma, a região para “[...] a Geografia humanístico-cultural procura analisar de que modo os

fatores culturais e a percepção interferem nas ações de organização e de elaboração do espaço geográfico e nos recortes regionais” (BEZZI, 2004, p. 206).

Contudo, a região pode ser concebida como “[...] um fato ou uma realidade, a partir de um arranjo de relações materiais ou mesmo naturais do espaço, na perspectiva de representações e símbolos construídos e partilhados” (HAESBAERT, 2014, p. 94).

Na perspectiva de Castro (1992, p. 30) deve-se entender que “[...] a região é escala socioespacial, que possui uma especificidade funcional, definida nos processos sociais, que condicionam e são condicionados por espaços diferenciados”. Neste contexto, é possível afirmar que o conceito de região está atrelado ao viés político na construção do espaço regional.

É necessário estabelecer o conceito de região que possibilite um recorte seguro para a análise do fato político de base regional. Como o espaço é produzido pela sociedade, a região é o espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global, porém configura-se de forma diferenciada (CASTRO, 1992, p. 32).

Desta maneira podemos entender a região como uma diferenciação no espaço geográfico produzido pelos grupos sociais. A partir das contextualizações expostas pode-se compreender que, na contemporaneidade, a dinâmica que orienta a temática da regionalização possui caráter global, dinamizando múltiplas abordagens e reflexões sobre os recortes regionais, ou seja, natural, cultural, social, político e administrativo, onde há variações epistemológicas conforme o intuito e os critérios do pesquisador e/ou planejador.

É importante assinalar que através de diversos estudos sobre região, o conceito de regionalização foi configurado.

Enfatiza-se a presença de dois grandes princípios distintos, mas complementares, que acabaram pautando grande parte dos debates sobre região e regionalização, e que tem origem, em dois dos conhecidos “princípios” gerais da extensão e da conexão em Geografia: o princípio da homogeneidade ou uniformidade e o princípio da coesão regional (funcional); a abordagem mais zonal priorizando a consideração dos fenômenos em área (ou superfície), e a abordagem mais reticular priorizando os fenômenos em rede ou os fluxos (HAESBAERT, 2014, p.47).

Referindo-se a regionalização, Duarte (1980) enfatiza que ela é mais que um método para identificar regiões. A regionalização identifica-se com o processo de formação de regiões, pois além de transformá-las, pode também, extinguir ou favorecer o seu surgimento.

Na mesma linha de pensamento, Carleial (1993, p. 49) relata que “[...] é possível a partir de uma forma de compreensão do que seja região, estabelecer diferentes regionalizações em função do que se pretende destacar, definindo critérios para o estudo de algum recorte espacial”. Haesbaert (1999, p. 22) assinala que “[...] na regionalização, ressaltar o singular não significa cair outra vez numa fenomenologia pura [...] baseado no binômio observação-descrição, significa, isto sim, evidenciar a capacidade dos grupos humanos de recriar espaços múltiplos de sociabilidade”.

A regionalização, no sentido epistemológico “[...] visa o princípio de recorte analítico do espaço através de critérios propostos pelo investigador ou no caso de planejamento estatal, pelo planejador” (HAESBAERT, 2014, p. 170). Neste sentido, o autor afirma que,

A regionalização, ao propor identificar parcelas do espaço articuladas ou dotadas de relativas coerências que sirvam como instrumento para nossas pesquisas revela ao mesmo tempo articulações ligadas, indissociavelmente, à ação concreta de controle, produção e significação do espaço pelos sujeitos sociais que as constroem, no entrecruzamento entre múltiplas dimensões (econômica, política, cultural entre outras) (HAESBAERT, 2014, p. 171).

Considerando a escala regional como escala intermediária de análise, como mediação entre o singular e o global, ela pode permitir revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais. Sob este enfoque “[...] o regional pode se reabilitar frente ao global, com particularidades da globalização e, assim, a própria noção de região também se reabilita” (LENCIONI, 2014, p. 194). De acordo com Haesbaert (2014, p. 91), é possível afirmar

O conceito de região, por extensão, os processos de regionalização que o acompanham, epistemologicamente falando, são moldados dentro de um amplo *continuum*, desde a visão mais racionalista que percebe a região como mero constructo de nosso intelecto, espécie de artifício ou instrumento que permite o entendimento das “partes” do espaço geográfico (através de

princípios gerais de diferenciação/homogeneização), até abordagens mais realistas, em torno de fenômenos socioespaciais efetivos, tanto no sentido mais objetivo e/ou funcional, referindo-se à organização de espaços econômicos a partir de sua incorporação na divisão inter-regional do trabalho, quanto no sentido das realidades imateriais, simbólicas, através, por exemplo, da manifestação de identidades regionais no contexto de nossos espaços vividos (HAESBAERT, 2014, p. 31-92).

Resgata-se, novamente, Haesbaert (2014) quando o mesmo trata a região e/ou a regionalização através de três caminhos referenciais. Estes dizem respeito, primeiramente, à abordagem da região, considerando-a como um fato “realista” interagindo com o sujeito/objeto, teoria/prática, no sentido epistemológico mais tradicional. O segundo viés, trata a abordagem racionalista, ou seja, a região como artifício voltado às questões analíticas e operacionais, de acordo com os objetivos do investigador/pesquisador. E, a terceira, diz respeito à região, no sentido mais normativo, ou seja, como instrumento de ação/intervenção vinculadas no planejamento e ações reais. Para o autor, entende-se que “[...] a região não simplesmente como “fato” (concreto), um “artifício” (teórico) ou um instrumento de ação, mas da região como um “artefato”, tomada na imbricação entre fato e artifício, de certo modo, também, enquanto ferramenta política” (HAESBAERT, 2014, p. 109).

Assim, sintetiza-se a discussão de região como artefato,

A região como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial [...]; a região como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação com articulação regional [...]; a região construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais [...] (HAESBAERT, 2014, p. 110).

De acordo com Haesbaert (2014), a região “[...] no percurso entre a realidade efetiva, material e imaterial e recurso analítico, deve ser vista incorporando a multiplicidade e a complexidade de processos que marcam os arranjos espaciais contemporâneos” (HAESBAERT, 2014, p. 122).

Portanto, a região, enquanto “[...] espécie de unidade espacial definida a partir de uma determinada articulação de relações socioespaciais [...] é sempre defendida a partir de sua especificidade, diferenciação ou contraste” (HAESBAERT, 2014, p. 127).

Diferenciações do espaço “recortado”, porém a “concepção de região como um espaço dotado de articulações (funcional e/ou simbólica) não é totalizante, pois não se pode utilizar uma mesma escala para a regionalização de todo espaço planetário” (HAESBAERT, 2014, p. 154).

Segundo Haesbaert (1999), deve-se ter em mente que “[...] seja como instrumento analítico, pedagógico ou de ação/intervenção, o conceito de região encontra-se relacionado a outros conceitos” (HAESBAERT, 2014, p. 157). Então, “[...] a região não é apenas uma construção intelectual, ela também é efetivamente construída pela atividade humana” (SMITH, 1988 apud HAESBAERT, 1999, p. 32).

A região pode ser vista como “[...] um espaço-momento cuja diferenciação resulta da [...] efetiva articulação espacial em rede, aberta as transformações [...] dos grupos sociais e do contexto geo-histórico em que estiver inserida” (HAESBAERT, 2014, p. 196). E o autor vai além, afirmando que,

A região deve ser vista sempre em dupla condição de arte-fato, de artifício e fato, na medida em que seu referencial escalar, mais ou menos definido, é ao mesmo tempo um constructo analítico para operacionalizar nossa investigação e uma categoria “da prática”, o “regional”, no mínimo, impregnando uma série de discursos regionais. E categoria “da prática” não apenas no âmbito mais estrito do senso comum, mas também, de alguma forma, retroalimentada por seu sentido pedagógico (via ensino escolar) e normativo (via gestão e/ou planejamento estatal) (HAESBAERT, 2014, p. 155).

Castro (1992, p. 32), ressalta que “[...] a região é um construto analítico e uma categoria da prática, ela também possui uma identidade que permite diferenciá-la do seu entorno” (CASTRO, 1992, p. 32). Ela pode ser observada a partir de um recorte regional, ou seja,

Regionalizar não é simplesmente recortar o espaço de parâmetros genéricos, quantitativos, diferenças de grau como faixas de renda, produto interno bruto, fluxos comerciais, etc. Deve envolver, igualmente, as diferenças de natureza como aquelas de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 1999, p. 24).

Indo ao encontro do exposto sobre as diferenças de ordem cultural, nesta tese, optou-se por trabalhar a regionalização como um processo teórico e prático.

Tal abordagem é denominada por Haesbaert (2014) como região artefato⁴, respondendo as questões de diferentes articulações da sociedade-espaço nas múltiplas dimensões e, no campo das práticas quanto das representações, geo-historicamente contextualizadas, onde os próprios sujeitos sociais constroem as diferenciações geográficas que levam à elaboração de distintas regionalizações a partir da cultura. Neste sentido,

Qualquer nova proposta para estudos regionais, hoje, deve levar em conta, sobretudo, as mudanças nas relações de articulação entre sujeitos sociais através de redes que se imbricam em diferentes escalas, não tendo apenas “uma” grande referência, o Estado, mas também os próprios circuitos econômicos (e, com força desigual, políticos e culturais) globalizados e mesmo, muitas vezes, as articulações de base mais estritamente “local” (HAESBAERT, 2014, p. 187-188).

Contudo, os processos estruturados a partir da base humana, sejam eles econômicos, políticos ou culturais, constroem espaços geograficamente delimitados, moldando suas peculiaridades e identificando as relações entre o homem e a sociedade. Nesta perspectiva, “[...] a região, como espaço territorial e social também é o espaço vivido, ou seja, o espaço das relações sociais mais imediatas e da identidade cultural” (CASTRO, 1992, p. 33).

Desta forma, fica evidente “[...] a relevância dos estudos regionais e a necessidade permanente de analisar a produção da diversidade territorial, seja região ou outro nome que dermos para os recortes que ela produz” (HAESBAERT, 1999, p. 36).

Pelo exposto, pode-se afirmar que “[...] a organização política do território impõe a percepção de uma nova escala regional que pode incluir diferentes “regiões de vivência ou subdividi-las” (CASTRO, 1992, p. 34). Nesta perspectiva, “[...] a região definida por critérios político-administrativos pode ser uma escala diferente daquela da região de vivência (ou de identidade), porém contém estas vivências e configura-se a partir de um processo de alianças que articula aquelas regiões entre si” (CASTRO, 1992, p. 35).

4 Nesta tese optou-se pelo entendimento de região e regionalização a partir do conceito exposto por Haesbaert que considera a região como artefato. Assim, justifica as diversas citações do autor ao longo do capítulo.

Considerando essa linha de raciocínio, a região pode ser definida, representada e diferenciada, passando a ser vista como um conjunto de significados expressos em determinado recorte regional, manipulando códigos de significações nela representado pelos seus atores sociais (BEZZI, 2004).

Nesta perspectiva Bezzi (2004) destaca que

Estudar a região pela vertente cultural é então manipular um código de representações e significações de determinado grupo social. Assim, os signos projetados no espaço por um grupo traçam os limites e as distâncias entre este grupo e os outros. Formam-se então espaços de referências, que são apropriados, mas que não têm qualquer obrigatoriedade de contiguidade espacial (BEZZI, 2004, p. 217).

A região pode ser, então, um instrumento analítico e também um recurso metodológico que busca o reconhecimento de coesões ou coerências espaciais materiais e simbólicas capazes de manifestar “[...] o efetivo jogo das dinâmicas sociais que produzem uma determinada articulação diferenciada do espaço” (HAESBAERT, 2014).

Entende-se que a região deve ser estabelecida por critérios definidos pelo pesquisador/planejador em nome de ações concretas, como o que ocorre na construção da identidade territorial.

Analisar uma região é entender a dialética do mundo, considerando o constante conflito entre o velho e o novo na organização e reorganização do espaço (BRUM NETO, 2007). A região é um foco de identificação ou aproximação simbólica do lugar por determinado grupo, onde o espaço dá a sua identidade (BEZZI, 2002). Para tanto, torna-se imprescindível, em qualquer estudo científico referentes à região e regionalização, a compreensão do espaço geográfico planejando e organizado.

A partir da nova Geografia, a região passou a ser utilizada para desenvolver ações voltadas ao planejamento, pois uma porção do espaço, mais ou menos homogênea, o torna mais plausível de ser executado (BRUM NETO, 2007). Essa característica de planejamento regional vai de encontro ao da organização das regiões turísticas do Brasil e, por conseguinte, do Rio Grande do Sul, as quais, também, possuem como objetivo central o planejamento da atividade turística de forma regionalizada, visando as diferentes potencialidades dos municípios.

Desta forma, a região e a regionalização são concepções teóricas distintas, pois a região possui um rigor teórico, enquanto que a regionalização se apresenta como um instrumento de análise. Entretanto, esses conceitos estão intimamente ligados e, em muitos casos, também, se relacionam.

Enquanto a região adquire um caráter epistemológico mais rigoroso, com uma delimitação conceitual mais consistente, a regionalização pode ser vista como um instrumento geral de análise, um pressuposto metodológico para o geógrafo e, neste sentido, é a diversidade territorial como um todo que nos interessa, pois a princípio qualquer espaço pode ser objeto de regionalização, dependendo dos objetivos definidos pelo pesquisador (HAESBAERT, 1999, p. 28).

É importante destacar, também, que a organização dos municípios em regiões turísticas, proposta pelo Ministério do Turismo, como uma política pública nacional, a partir do Programa de Regionalização do Turismo e do instrumento do Mapa do Turismo Brasileiro, vai de encontro ao entendimento de Bezzi (2002, p. 55) sobre região, o qual já mencionado anteriormente, onde a autora afirma que região é um recorte espacial dinâmico que se estrutura e se reestrutura em um determinado tempo

A partir das reflexões e entendimentos das bases teóricas conceituais sobre região e regionalização e suas mudanças no decorrer do tempo, desde os clássicos até os pesquisadores atuais, destaca-se que é de suma importância compreender as bases da formação da política pública do turismo, visto que, foi a partir dela que o aporte para a regionalização turística se instaurou no Brasil.

4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

A percepção geográfica do turismo tem sido estudada com base na Geografia Humanística, onde valoriza as experiências do homem em seu meio ambiente (XAVIER, 2007). O espaço do turismo envolve os centros emissores, os núcleos receptores e as vias ou fluxos, estabelecidos entre os locais de emissão e recepção, por meio dos quais o homem mantém complexas formas de relacionamento com a natureza e com os grupos humanos (XAVIER, 2007).

Nesta perspectiva, o turismo, assim como as outras atividades, é um elemento atuante e transformador dos espaços e lugares já existentes e, também, na criação de novos. Pode-se relacionar o turismo com o espaço geográfico, considerando o entendimento de Santos (2002, p. 38), quando o autor refere-se ao espaço como “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Para esse autor, os objetos constituem as redes técnicas (ruas, avenidas, estradas, prédios, casas, cidades, zonas rurais, entre outros) e, o substrato físico-natural, que serve de suporte à vida das sociedades, bem como as ações que compõem o trabalho, a produção e o consumo de mercadorias, além das práticas sociais cotidianas e não cotidianas dos povos (SANTOS, 2002).

A temática da região teve seu apogeu, sua fase áurea, nas décadas de 60 e 70, e especificamente, a região era voltada para o planejamento, isto é, o território de ação e controle. No Brasil, “[...] entre 1964 e 1977/78, sobretudo, numerosos estudos almejando a definição de regiões de planejamento foram realizados, seja em nível federal e macrorregional, seja em nível estadual” (CORRÊA, 1996, p. 50).

Já, a partir da década de 1990, foram criadas as regiões de planejamento, bem como os lugares turísticos no Brasil, por meio da densa participação do governo brasileiro.

Embora o turismo seja considerado por muitos uma atividade privada, e o processo de globalização esteja afetando a ação do Estado na sociedade contemporânea, os governos continuam a exercer um papel fundamental no seu desenvolvimento, seja através de elaboração de diretrizes para o setor, seja por meio do planejamento turístico (SILVEIRA, 2002, p. 53).

Segundo Hall (2002), as regiões de turismo são desenhadas, não apenas para responder as demandas dos turistas, mas, também, como uma resposta ao problema econômico provocado pela reestruturação da economia mundial e pelo aumento da competitividade territorial no contexto da globalização.

Lencioni (1999) afirma que a região pode ser entendida, em seu sentido afetivo, com base no sentimento de pertencer a um determinado lugar. Desta forma, entende-se que a região turística deve ser compreendida pelos atores locais, ou seja, por suas comunidades como um espaço das próprias vivências e experiências

em relação à cultura, pois a região turística é o espaço geográfico que tem características e potencialidades com capacidade de articulações regionais.

É fundamental a compreensão da temática sobre as políticas públicas, especificamente a do turismo, a qual fomenta a rede de regiões turísticas nos estados brasileiros. Ela visa fornecer estratégias de planejamento e organização de determinados espaços, principalmente na escala local para valorização de seus atributos turísticos.

A política está relacionada ao que é público, ou seja, ao povo ou ao Estado (BRASIL, 2009). Para Farhat (1996, p. 756), a política é “[...] a arte de conciliar interesses, para manter o esquema de poder em vigor”. Ela está diretamente relacionada ao Estado, o qual utiliza as políticas públicas como ferramenta de ordenamento territorial.

Dias (2003, p. 121) define políticas públicas como “[...] o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender as necessidades de toda a sociedade”. Portanto, as ações realizadas são exclusivas do Estado. Cruz (2002) acrescenta que o Estado tem papel elementar, tendo em vista que o poder público tem legitimidade para representar os interesses da coletividade.

No Brasil, as primeiras iniciativas do Estado para estabelecer ações intervencionistas relativas às políticas de turismo, ocorreu a partir de 1939, com a criação do Decreto-lei nº 1.915, de 27 de novembro de 1939, o qual regulamentou a Divisão de Turismo, a qual é considerada o primeiro organismo oficial de turismo, em nível federal (CAMPOS et al. 2006). Posteriormente, foi criado o primeiro órgão oficial de turismo do Rio Grande do Sul, na década de 1950 (FLORES, 1993, p.14). No ano de 1959, o Estado tornou-se pioneiro na normativa de um órgão oficial de fomento ao turismo, provendo “[...] recursos adequados para sua instalação e funcionamento” (FLORES, 1993, p. 14).

No cenário contemporâneo da globalização, o Brasil é um país emergente nas questões relacionadas à atividade turística. De fato, a partir da década de 1990, o país esforçou-se constantemente para se inserir no sistema turístico mundial através da implementação de políticas públicas e da atração de investimentos públicos e privados (SILVEIRA, 2014).

As políticas públicas são necessárias, tendo em vista que, além dos serviços básicos da atividade turística, como o deslocamento, hospedagem e a visitação de atrativos turísticos, essa atividade, também, compreende a oferta de produtos e serviços organizados no espaço turístico (Quadro 3).

Quadro 3 – Cronologia das principais políticas públicas do turismo no Brasil

IMPLEMENTAÇÃO CRONOLÓGICA DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO BRASIL	
1939	Regulamentação da Divisão de Turismo, sendo o primeiro organismo oficial de Turismo em nível federal
1958	Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR
1966	Conselho Nacional de Turismo – CNTUR e Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR
1971	Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR
1976	Departamento de Aviação Civil- DAC
1988	O turismo é citado na Constituição Brasileira em seu art.180, no qual se atribui responsabilidades iguais a todos os níveis governamentais.
1992	Plano Nacional de Turismo – Governo Collor
1993	Lançamento das diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo
1994	Plano Nacional de Municipalização de Turismo – PNMT
1994	Implantação do PRODETUR – NE
1996	Política Nacional de Turismo: Diretrizes e Programas
1997	Instalação dos Comitês “Visit Brasil”, investimentos em promoção no exterior
2003	Criação do Ministério do Turismo - MTUR
2003	Criação do Plano Nacional de Turismo (2003-2007)
2004	Implantação do Programa de Regionalização Turística – Roteiros do Brasil
2007	Plano Nacional do Turismo 2007-2010
2008	Lei Geral do Turismo
2013	Novo Programa de Regionalização do Turismo
2013	Plano Nacional do Turismo 2013-2016
2018	Plano Nacional do Turismo 2018-2022

Fonte: Pesquisa bibliográfica da autora (2019)

Org.: SILVA, M. M. (2019)

O turismo como atividade econômica, na era da globalização, remete alterações em diversos âmbitos, como os de nível local e regional. Se de um lado, a atividade turística demanda a internacionalização da sua operacionalidade, da sua

infraestrutura de transporte, de hospedagem e dos canais de comercialização, de outro, incorpora um forte comprometimento com o espaço e a cultura local (SARMENTO, 2004).

Neste contexto, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo, têm um histórico relativamente recente no Brasil. Desta forma, entende-se que,

A política pública do Turismo é o conjunto de decisões e ações tomadas pelo Estado com o intuito de iniciar e/ou desenvolver a atividade turística em determinada localidade, buscando benefícios tanto para a comunidade autóctone quanto para quem a visita (SCHINDLER, 2014, p. 31).

De acordo com Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002), o Estado tem a tarefa de coordenação, planejamento, legislação e regulamentação, empreendimento, incentivo, atuação social e promoção do turismo. Os autores definem política de turismo como,

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002, p. 294).

Segundo Beni (2001, p. 101), é importante considerar que “[...] a política de turismo é o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo de um país”. Entende-se que essas políticas visam determinar as prioridades da ação do Estado. Beni (2001, p.77) faz, ainda, outra consideração importante sobre a política pública de turismo, considerando que,

A política pública de turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos e programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e resignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia), e do “fomentar” (investimento e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais. (BENI, 2001, p.77).

Portanto é possível vislumbrar que o Estado é responsável pela legislação e regulamentação, através da criação de leis e decretos, os quais são instrumentos fundamentais para que as políticas públicas sejam executadas. Além disso, há

crescimento nas articulações das políticas públicas nos diversos setores da economia, bem como, das instâncias de governanças e segmentos da sociedade. Destaca-se que este papel do Estado não é apenas no turismo, mas em diversas áreas do conhecimento.

Para compreender as políticas públicas do turismo até a regionalização turística, é imprescindível retornar na história para o entendimento de fatores e acontecimentos que contribuíram para a evolução dessas políticas até os dias atuais.

Contextualizando a história contemporânea do turismo no Brasil, é possível dizer que a atividade turística teve, realmente, a ascensão no período econômico e político após da década de 1980, com a redemocratização do país. Todavia, é importante ressaltar que antes desse período já existiam algumas ações governamentais visando impulsionar o desenvolvimento da atividade turística. Entre elas, pode-se destacar o Decreto de 1939, que criou a Divisão do Turismo, a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATURE) em 1958, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em 1966, hoje, Instituto Brasileiro de Turismo (SILVEIRA, 2014).

Na contextualização histórica das políticas públicas do turismo no Estado do Rio Grande do Sul, é notória a sua participação, pois

A criação do primeiro órgão oficial de turismo do Rio Grande do Sul data do ano de 1950. Oficializou-se, pela gestão pública, o turismo no estado com o Conselho Estadual de Turismo e o Serviço Estadual de Turismo, cujo funcionamento foi adiado por falta de recursos. No ano de 1959, o estado tornou-se pioneiro na criação de um órgão oficial de fomento ao turismo, provendo “recursos adequados para sua instalação e funcionamento” (FLORES, 1993, p. 14).

Em relação ao governo federal, através da Lei Federal nº 10.683, de 28 de maio de 2003, foi criado o Ministério do Turismo e três meses após, foi lançado o Plano Nacional do Turismo 2003-2007, elaborado de forma participativa com o intuito de discussões e atualizações das necessidades e dinâmicas do setor (BRASIL, 2005).

No ano de 2008, foi criada a Lei nº 11.771/2008, que dispõem sobre a Política Nacional do Turismo, tornando-se referência na gestão pública do setor. Traz no seu

escopo, o marco regulatório definindo competências e responsabilidades do poder público e de toda a cadeia produtiva do turismo, garantindo a gestão ética, responsável, transparente e cidadã. O objetivo da referida lei é definir as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Nesta perspectiva, dentre os seus princípios, encontra-se a regionalização do turismo. O Ministério do Turismo adotou esta política, focada no desenvolvimento regional por meio de recomendação da Organização Mundial do Turismo (OMT) (BRASIL, 2007).

Com o Plano Nacional do Turismo, foi criado em 2003 e lançado em 2004, através do Ministério do Turismo, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, visando “[...] estimular em todo o país a adoção de um novo modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional, e na sinergia de decisões” (BRASIL, 2004).

Destaca-se que o estado do Rio Grande do Sul foi pioneiro na criação das políticas públicas estaduais para a regionalização do turismo, pois estas já existiam no estado gaúcho, antes do Programa de Regionalização.

O documento mais antigo que aborda a regionalização é o Plano Estadual de Turismo, do ano de 1976. O documento dividiu o Estado em zonas turísticas. Importante lembrar o conceito de zona, adotado por Boullón (2002), como a maior unidade de análise e estruturação do universo espacial turístico. A superfície de cada zona é variável, sendo delimitada pela forma de distribuição dos atrativos turísticos (MACHADO; TOMAZZONI, 2011, p. 236).

Segundo o Plano Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul de 1976, cada zona turística seria identificada pelos polos turísticos, nomeados como subzonas, que receberiam ações prioritárias, por meio de programas específicos. Segundo Machado e Tomazzoni (2011), para a identificação das referidas zonas, foram definidos critérios como: aspectos geotopográficos, étnico-culturais e econômicos. Assim, o território do Rio Grande do Sul foi, então, organizado em sete zonas turísticas, sendo elas,

Zona do Litoral (Subzonas Costa do Sol e Zona Sul); Zona da Serra (Subzonas Uva e Vinho, Campos de Cima da Serra e Hortênsias); Zona da

Grande Porto Alegre (Subzonas Vale do Rio Pardo e Vale do Alto Taquari); Zona do Alto Uruguai (Subzonas Estâncias Hidrominerais e Produção); Zona das Missões; Zona do Centro (Subzonas Vale do Jaguari e Vale do Jacuí) e Zona da Fronteira (Sub-zonas Campanha e Fronteira Oeste). O zoneamento identificou nove zonas turísticas, divididas em centros turísticos efetivos e potenciais, identificados por municípios que substituíram a noção do polo, ou subzona do plano anterior, assim definidas: Zona da Serra; Zona da Grande Porto Alegre; Zona do Litoral Norte; Zona das Missões; Zona das Hidrominerais; Zona da Campanha; Zona dos Vales; Zona Central e Zona Sul (MACHADO; TOMAZZONI, 2011, p. 236 - 237).

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, como mencionado anteriormente, propõe diretrizes políticas e operacionais para orientar no processo do desenvolvimento turístico, com foco na regionalização (BRASIL, 2007). Neste contexto, sobre o referido programa, o governo federal entendia que a regionalização não era somente “[...] o ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades, pois visava construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, a iniciativa privada, o terceiro setor e a comunidade” (BRASIL, 2005, p. 10).

Além disso, o respectivo programa remetia aos compromissos dos agentes públicos e privados relacionados à atividade turística, através de objetivos, como a estruturação dos destinos turísticos; a qualificação do produto turístico; a diversificação da oferta turística; a ampliação e qualificação do mercado de trabalho; a ampliação de seu consumo no mercado internacional e o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista em seu destino (BRASIL, 2005).

O Programa de Regionalização do Turismo teve início com a participação efetiva dos representantes dos órgãos e colegiados de turismo municipais e estaduais, além de representantes da iniciativa privada, das instituições de ensino e do terceiro setor. O debate por meio de oficinas e reuniões setoriais e nacionais, possibilitou a compreensão de conceitos; a definição das estratégias e, particularmente, a construção de critérios, a partir de um processo plural e democrático para a definição do conjunto de municípios que constituiriam a “região turística”, de forma a promover a sustentabilidade, a inclusão e a diversidade de cada uma das 219 regiões turísticas identificadas. A proposta visava impulsionar o desenvolvimento Turístico, como fator de desenvolvimento endógeno, de forma

regionalizada, e não mais baseada no município, como no caso do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado em 1994 (BRASIL, 2005).

O processo gerou uma ferramenta de trabalho, denominado de Mapa da Regionalização do Turismo, com o objetivo de nortear ações de programas e processos no âmbito do Ministério do Turismo.

Produziu-se um Mapa de Regionalização, no ano de 2004, com 219 regiões turísticas no território brasileiro, que, mais tarde, foi condensado em 200 regiões e, posteriormente, em 111 regiões turísticas, quatro localizadas no Rio Grande do Sul, também identificadas como Zonas Turísticas - Serra, Missões, Litoral Norte e Porto Alegre - Metropolitana (MACHADO; TOMAZZONI, 2011, p. 234).

No ano de 2005 surgiu a ideia das governanças locais, e posteriormente, elas foram definidas como “[...] uma organização representativa dos poderes públicos, do setor privado, do terceiro setor e da sociedade civil organizada dos municípios integrantes da Região Turística” (BRASIL, 2007, p. 16).

O governo deu continuidade às políticas públicas de turismo no Brasil por meio do lançamento do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2011 – 2014. As primeiras metas do referido plano visavam ampliar a infraestrutura turística; desenvolver ações de qualificação de mão de obra para o turismo; investir na consolidação dos 65 destinos indutores do desenvolvimento regional do turismo; incrementar a parceria com os outros ministérios, com vistas à preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (BRASIL, 2013). Como exemplos, cita-se os municípios gaúchos de Gramado, Porto Alegre e Bento Gonçalves como parte dos 65 destinos indutores do desenvolvimento regional do turismo.

No ano de 2013, o Ministério do Turismo lançou o Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016, denominado de “O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil”. Este plano visava dar continuidade ao Programa de Regionalização e apontava para a

Necessidade de novos desafios para construção de uma estratégia de fortalecimento e posicionamento do turismo a partir da organização das regiões com abordagem territorial e institucional para o desenvolvimento e a integração do turismo no Brasil (BRASIL, 2013, p. 56).

Desta maneira, entende-se que é necessário “[...] respeitar as peculiaridades e especificidades de cada região e entender o papel de cada município no processo

de desenvolvimento regional do turismo” (BRASIL, 2013, p. 9). Conforme o governo federal, apontado no Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016,

Reconhecer o espaço regional e a segmentação do turismo, construído e implementado pelos próprios atores públicos e privados nas diversas regiões do país, constitui uma estratégia facilitadora do desenvolvimento territorial integrado. O Ministério do Turismo dá continuidade ao Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, apoiando ações de fortalecimento institucional, promovendo o planejamento, a qualificação e as práticas de cooperação entre os diferentes atores, públicos e privados, na busca da competitividade dos produtos turísticos nas regiões (BRASIL, 2013, p. 56).

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT/RB) reformulado através da Portaria Federal nº 105, de 16 de maio de 2013, institucionalizou o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) com nova redação. Passou a ser, então, uma política pública em âmbito territorial de forma descentralizada e participativa, incluindo os estados e municípios brasileiros. (BRASIL, 2013).

O referido programa apresenta-se como um eixo norteador nacional e tem como propósito a interação das ações com os demais programas e setores que conformam a gestão descentralizada do turismo (BRASIL, 2013). São premissas das diretrizes do referido programa

- Abordagem territorial: adotada como referência para o desenvolvimento.
- Integração e participação social: fortalecendo o protagonismo da cadeia produtiva do turismo no âmbito regional, no conjunto dos municípios, e nos processos de gestão das políticas públicas.
- Inclusão: entendendo a região como espaço plural e participativo, que amplia as capacidades humanas e institucionais, facilitando as relações políticas, econômicas, sociais e culturais.
- Descentralização: atuando no âmbito do Sistema Nacional de Turismo, adotando os métodos e processos da Gestão Descentralizada.
- Sustentabilidade: compreendendo o desenvolvimento sustentável das regiões turísticas como base para a preservação da identidade cultural, respeitando as especificidades políticas, econômicas, sociais e ambientais.
- Inovação: definida como a capacidade da cadeia produtiva do turismo, de compreender que a estruturação dos destinos turísticos depende de uma nova visão integradora do desenvolvimento produtivo e da competitividade.
- Competitividade: entendida como a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas ao setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva (BRASIL, 2013, p. 23).

A principal meta do referido plano é o desenvolvimento turístico em escala regional. Assim, o governo federal também instituiu a definição do Mapa do Turismo

Brasileiro através da Portaria Federal nº 313, de 03 de dezembro de 2013 e da Portaria Federal nº 144, de 27 de agosto de 2015, onde estabeleceram a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2013).

Na reformulação do Programa de Regionalização do Turismo, foi incluído o desafio da organização da oferta turística do Brasil, considerando as diversidades do território brasileiro. Neste sentido, a regionalização turística pode auxiliar na organização turística, uma vez que

A dimensão e a diversidade do território brasileiro são de tal ordem que a estruturação e organização da oferta turística do País constituem um dos maiores desafios para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade. A estruturação da oferta turística pode ser potencializada, se considerada em sua dimensão regional, em que diversos municípios se integram e se complementam na prestação de serviços aos turistas, agregando valor aos territórios. Tendo este princípio como referência, o Ministério do Turismo criou e vem implementando o Programa de Regionalização do Turismo, pelo qual os municípios são incentivados a um trabalho conjunto de estruturação e promoção, em que cada peculiaridade local pode ser contemplada, valorizada e integrada num mercado mais abrangente (BRASIL, 2013, p. 3).

Na nova redação da regionalização, o Ministério do Turismo dispõe que turismo é compreendido sob a perspectiva de que mesmo um município que não possui uma clara vocação para o turismo, ou seja, que não recebe turistas em seu território, pode, assim mesmo, dele se beneficiar. Para tal finalidade, o município deve desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão de obra ou de produtos destinados a atender o turista. O trabalho regionalizado permite ganhos, não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região (BRASIL, 2013).

É importante considerar, também, que o turismo com base local, no contexto regional, abrange suas potencialidades e sua organização espacial. O Programa de Regionalização do Turismo tem como objetivo estruturar, ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística brasileira, para, assim, promover a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional (BRASIL, 2007).

A participação de um município na regionalização faz com que ele seja reconhecido turisticamente. Desta forma, participa de ações integradas e tem acesso a oportunidades como a captação de recursos para projetos, nas instâncias

estadual e federal, bem como, participação em eventos e em materiais institucionais com vistas à promoção e divulgação de seus atrativos e produtos turísticos.

O Rio Grande do Sul, como já mencionado anteriormente, foi um dos estados pioneiros a trabalhar com a regionalização do turismo, e mesmo antes da criação do Programa de Regionalização do Turismo, já se preocupava em realizar estudos visando o desenvolvimento regional mediado pelo turismo estadual. Com essa preocupação, se estabeleceu uma regionalização através de seis fases.

1) criação das zonas turísticas (1976); 2) zoneamento em centros turísticos efetivos e potenciais (1983 a 1990); 3) programas de turismo no contexto da criação dos COREDES (1991 a 1994); 4) extinção da Companhia Rio-grandense de Turismo e recriação da Secretaria de Estado de Turismo (1995 a 2003); 5) os programas de turismo do Rio Grande do Sul como modelos para o Ministério do Turismo do Brasil (2003 a 2004); e 6) atualização do mapeamento e mudança de zonas para regiões turísticas (2005 a 2009) (MACHADO; TOMAZZONI, 2011, p. 243).

A lógica do Programa de Regionalização do Turismo, difundido em 2003, pressupõe que trabalhar o turismo de forma integrada, regionalizada e cooperada seja uma forma mais vantajosa para a região, pois assim, o turista é estimulado a permanecer por mais tempo na região, gerando, dessa forma, recursos para os municípios envolvidos (BRASIL, 2007).

Para implementar as prerrogativas deste novo programa, o Ministério do Turismo definiu estratégias, sendo elas,

a) Mapeamento: define o território a ser trabalhado pois, o Mapa do Turismo Brasileiro é a base territorial de atuação dessa política para o desenvolvimento do turismo; b) Categorização: divide os municípios constantes no Mapa do Turismo Brasileiro, de acordo com o desempenho de suas economias do turismo; c) Formação: prevê a capacitação de gestores públicos e a publicação de cartilhas de orientação para o desenvolvimento do turismo; d) Fomento à regionalização: prevê o apoio financeiro do Ministério do Turismo aos estados, regiões e municípios na implantação de seus projetos, e) Comunicação: engloba a constituição de uma rede nacional de interlocutores do programa, facilitando a interação das ações em prol do desenvolvimento do turismo e f) Monitoramento: etapa que avalia a evolução do programa e garante eventuais correções de rumo (BRASIL, 2013, Art. 5).

Contudo, o Ministério do Turismo, de acordo com o Programa de Regionalização, definiu as regiões turísticas como territórios que possuem características similares e/ou complementares e aspectos em comum, onde os

municípios se identifiquem, enquanto região, através da identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica (BRASIL, 2013).

É possível verificar, no Quadro 4, a relação quantitativa de regiões e municípios regionalizados entre os anos de 2013 à 2019, no Rio Grande do Sul.

Analisando tal Quadro é possível perceber o aumento do número de regiões turísticas no Brasil, do ano de 2013 para 2016, permanecendo constante para os anos de 2017 e 2019. Tal crescimento e permanência resultam das novas formatações das regiões turísticas, por solicitações dos municípios a partir de suas características culturais, identitárias e geográficas.

Ressalta-se, também, que a diminuição de municípios regionalizados é consequência dos critérios selecionados a cada nova regionalização. Neste sentido, para que o município se enquadre em uma nova proposta de regionalização, ele deverá atingir maior profissionalização da gestão pública do turismo.

Quadro 4 – Quantitativo de regiões e municípios regionalizados de 2013 a 2019 no Rio Grande do Sul

ANO	Nº DE REGIÕES	Nº DE MUNICÍPIOS
2013	25	467
2016	27	294
2017	27	371
2019	27	345

Fonte: BRASIL (2019)
Org.: SILVA, M, M. (2020)

Também se observou que no ano de 2016 ocorreu uma diminuição significativa da participação dos municípios na regionalização, tal fato ocorreu devido ao ano de 2016 ter sido um ano eleitoral, com diversas mudanças municipais, inclusive de recursos humanos. Sabe-se que, as pessoas responsáveis pelo setor de turismo, nas prefeituras municipais, na maioria, são de cargos em comissão, ou seja, de livre nomeação e exoneração pelo prefeito municipal, caracterizando cargos políticos.

4.3 MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

Outra questão de relevância na regionalização do turismo é o Mapa do Turismo Brasileiro (MTB), o qual faz parte do Programa de Regionalização do Turismo. É um instrumento de planejamento, ou seja, uma ferramenta de categorização de recorte territorial e ordenamento regional (BRASIL, 2013). Além de, também, orientar a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas através do recorte territorial, ou seja, a área que deverá ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério.

De acordo com o modelo de gestão descentralizada, instituído pela Lei nº 11.771/2008, o Mapa do Turismo Brasileiro é definido pelas próprias Unidades Federadas. Desta forma, os órgãos oficiais de turismo dos estados e do Distrito Federal organizam o mapeamento por meio da realização de oficinas regionais e/ou estaduais, tendo como orientação os critérios mínimos estabelecidos na Portaria do Ministério do Turismo, nº 192, de 27 de dezembro de 2018. Estes são validados pelas Unidades Federativas e enviados ao Ministério do Turismo para publicação. O Estado tem autonomia para inserir outros critérios além dos previstos na Portaria do Ministério do Turismo (BRASIL, 2019).

Os municípios que o compõem o MTB foram indicados pelos órgãos estaduais de turismo em conjunto com as instâncias de governança regional, considerando critérios construídos com o Ministério do Turismo. E são categorizados em A, B, C, D e E, de acordo com o desempenho de sua economia voltada para o turismo.

Nesta perspectiva, o Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento de orientação para a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento de políticas públicas, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada (BRASIL, 2013). Sua construção é realizada em conjunto com os órgãos oficiais de turismo dos estados brasileiros. Ele foi instituído pela Portaria nº 313 do Ministério do Turismo, em 3 de dezembro de 2013 e atualizada no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas (BRASIL, 2013).

O Mapa do Turismo Brasileiro é atualizado bienalmente. A sua atual versão, a de 2019, tem a participação de 2.694 municípios regionalizados, divididos em 333 regiões turísticas no Brasil e apresenta as versões de 2004, 2006, 2009, 2013, 2016, 2017 e 2019.

Outro fato relevante é que todos os municípios brasileiros, independentes de serem enquadrados ou não como municípios considerados turísticos, podem participar da regionalização turística e do MTB. Para tal finalidade, esses municípios devem atender aos critérios estabelecidos na Portaria do Ministério do Turismo nº 192, de 27 de dezembro de 2018 e se adequarem aos três níveis estabelecidos, conforme o inciso I do Artigo 1º da citada Portaria.

Na primeira versão do Mapa do Turismo Brasileiro, em 2004, o Brasil possuía 3.203 municípios regionalizados e divididos entre as 219 regiões turísticas. No Rio Grande do Sul, o estado utilizava denominações de região e de zonas, pois havia uma região, ou seja, Porto Alegre (incluindo todos municípios da região metropolitana) e mais oito zonas (Zona do Litoral Norte, Zona da Serra, Zona das Hidrominerais, Zona das Missões, Zona do Pampa, Zona Central, Zona dos Vales e Zona Sul) sendo total de 467 municípios regionalizados. Nessa primeira versão do MTB, o estado gaúcho estava organizado em zonas e não em regiões, como é atualmente.

No período de 1995 a 2003, manteve-se o mesmo modelo de regionalização, quando o programa de ações da SETUR-RS, instituiu um novo modelo, organizado em vinte e quatro microrregiões, incluindo Campos de Cima da Serra e Rota das Terras, desmembradas, por solicitação das governanças locais do turismo, totalizando as mesmas nove zonas turísticas. A organização regional do turismo, enquanto política pública atendia, assim, à solicitação das comunidades, representadas pela instância de governança legalmente instituída. O novo processo de organização regional, proposto em 05 de junho de 2000, resulta de ações de planejamento, instituídas a partir da implantação do Fórum Estadual de Turismo e dos vinte e quatro Fóruns Microrregionais, em conjunto com entidades do setor, universidades, representantes do Sistema "S", órgãos públicos, privados e não governamentais, em busca de ações integradoras e de uma linguagem comum (MACHADO; TOMAZZONI, 2011, p. 239 – 240).

Salienta-se que ocorreram edições do Mapa do Turismo Brasileiro, através do Programa de Regionalização, nos anos de 2004, 2006, 2009, 2013, 2016, 2017 e

2019. Em 2004, teve início o processo de mudança da denominação de zonas turísticas para regiões turísticas.

No mês de abril de 2004, realizaram-se no Rio Grande do Sul três Oficinas de Planejamento do Programa de Regionalização do Turismo, com o objetivo de definir a estratégia de implantação do programa Roteiros do Brasil. O estado adotou os conceitos de região e microrregião, abolindo a ideia de zonas turísticas. Tal questão parece indicar a ideia de planejamento centrado em unidades regionais menores e, possivelmente, com identidades mais próximas (MACHADO; TOMAZZONI, 2011, p. 241).

No que diz respeito, sobre a transição da denominação de zonas para regiões turísticas, ressalta-se que

Com a implementação do Plano Viajando pelo Rio Grande, em 2000, foram instituídas, informalmente, as instâncias de governanças microrregionais específicas para o setor de turismo. Assim, como política pública estadual, a regionalização do turismo foi implantada articulando as regiões políticas do estado, agrupadas em nove zonas turísticas. A partir do ano de 2004, a denominação zonas turísticas deu lugar a regiões turísticas (SETUR/RS, 2012, p. 29).

Para a realização da transição das denominações de zonas para regiões, se considerou a formatação histórica das regiões turísticas no Rio Grande do Sul, uma vez que ocorreram duas mudanças, uma no ano de 2007 e a outra em 2009.

No ano de 2007 e surgiu a décima região intitulada Yucumã, desmembrada da Zona das Missões, por solicitação da governança local e em 2009, surgiu a 11ª região, intitulada Rota das Terras, que se desmembrou da Região Central, também por solicitação da governança local. Posteriormente, ainda no ano de 2009, com a retirada do programa de regionalização da microrregião Jacuí-Centro, o estado passou a ter onze regiões e 23 microrregiões. Tal formatação permanece até o ano de 2010 (MACHADO; TOMAZZONI, 2011, p. 241-242).

É importante destacar que no ano de 2009 ocorreu a terceira edição do Mapa do Turismo Brasileiro. O Brasil apresentava, então, 276 regiões turísticas distribuídas em 3.819 municípios, conforme o Ministério do Turismo. E, em 2013, com a quarta edição do MTB, o país configurou-se com 303 regiões turísticas e 3.345 municípios regionalizados.

No ano de 2016 ocorreu a quinta edição do Mapa do Turismo Brasileiro. Neste ano, o Brasil dispunha de 2.175 municípios regionalizados, divididos em 291

regiões turísticas. O Rio Grande do Sul apresentou 27 regiões turísticas contempladas através de 294 municípios regionalizados.

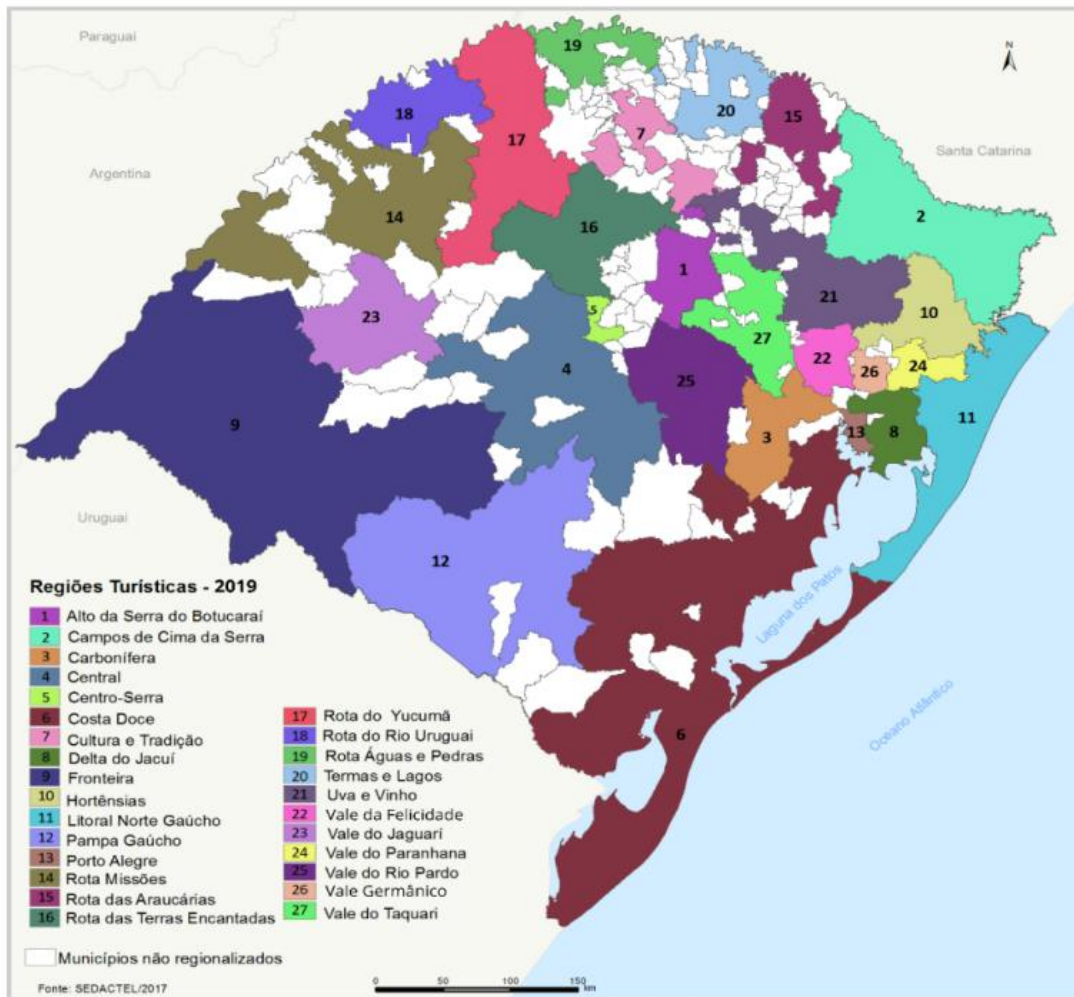
Salienta-se, também que, como dito anteriormente, o ano de 2016 foi um ano eleitoral, ocorreu uma diminuição significativa do número de municípios regionalizados, tanto no Estado quanto no país. Essa diminuição ocorreu devido ao fato do responsável pelo repasse de dados e documentos necessários para a adesão ao Programa de Regionalização do Turismo e ao MTB ser o gestor público nomeado e/ou inserido no departamento turismo. Em muitas prefeituras a vaga do gestor do turismo não estava preenchida, e em muitos casos, eles foram exonerados pela administração pública. Assim, essas situações dificultaram o andamento das atividades administrativas e burocráticas da regionalização, afetando diretamente o resultado do processo tanto em nível estadual quanto nacional.

No ano de 2017, ocorreu a sexta edição do Mapa do Turismo Brasileiro. Para esta atualização, foram realizadas oficinas e reuniões regionais nas 27 Unidades Federativas. A validação do mapa foi concretizada pelos estados e o Distrito Federal em seus respectivos Fóruns e/ou Conselhos Estaduais do Turismo. Na referida edição, o Brasil apresentou 328 regiões turísticas, distribuídas em todas as unidades federativas, abrangendo 3.285 municípios. Tal ano foi recorde em número de regiões turísticas, o qual pode ser justificado pelo crescente interesse dos gestores públicos pelo desenvolvimento do turismo, se comparado aos dados de 2016.

O aumento dos números de municípios regionalizados é resultado de um amplo trabalho de conscientização do Ministério do Turismo junto aos gestores municipais e estaduais, a respeito da necessidade de identificação e classificação das cidades, para que as políticas públicas e investimentos sejam mais adequados à realidade de cada região (BRASIL, 2017).

Em 2019, até então atual edição do Mapa do Turismo, o Brasil conta com 333 regiões turísticas e 2.694 municípios regionalizados. O Rio Grande do Sul apresenta 27 regiões turísticas e 345 municípios regionalizados. A Região Turística Central, nesse ano, está composta por 16 unidades territoriais que aderiram ao processo de regionalização turística (Figura 30).

Figura 30 – Mapa do Turismo Brasileiro, edição 2019



Fonte: Ministério do Turismo (2019)

O Departamento de Ordenamento do Turismo, do Ministério do Turismo, organizou uma cartilha com orientações, critérios e compromissos exigidos, necessário para que os municípios possam aderir e compor o Mapa do Turismo Brasileiro (Quadro 5).

Quadro 5 – Critérios para os municípios aderirem à regionalização de 2019

Unidades Federativas	Regiões Turísticas	Município
<p>1 - Critérios Estaduais para seleção de seus municípios e regiões;</p> <p>2- Inserção dos documentos comprobatórios no Sistema do Ministério do Turismo;</p> <p>3- Validação do Mapa estadual pelo Órgãos Estadual de Turismo e pelo Fórum ou Conselho Estadual do Turismo.</p>	<p>1- Os municípios que a compõem devem possuir características similares e/ou complementares e aspectos que os identifiquem enquanto região, ou seja, que tenham uma identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum;</p> <p>2- Os municípios que a compõem devem ser limítrofes e/ou próximos uns aos outros;</p> <p>3- A região deverá comprovar a existência de uma Instância de Governança Regional (conselho, fórum, comitê, associação) responsável por sua gestão, por meio de ata da reunião de sua instalação;</p> <p>4- O Órgão Oficial de Turismo das Unidades da Federação deverá apresentar ata de reunião com o Fórum ou Conselho Estadual de Turismo, registrando a apresentação das Regiões Turísticas definidas ao referido colegiado.</p>	<p>1- Comprovar a existência de órgão ou entidade responsável pela Pasta de turismo, por meio da apresentação de legislação referente à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;</p> <p>2- Comprovar a existência de dotação orçamentária destinada ao Turismo, por meio da apresentação da Lei Orçamentária Anual - LOA e do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD vigentes;</p> <p>3- Comprovar a existência de Conselho Municipal de Turismo ativo, mediante a apresentação da legislação que o institui, da ata de posse da atual diretoria e das atas das duas últimas reuniões realizadas;</p> <p>4- Possuir prestador (es) de serviços turísticos de atividades obrigatórias registrados, na Base de Dados do Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, até 30 (trinta) dias antes da data de fechamento do Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo - SISPR;T;</p> <p>5- Apresentar Termo de Compromisso assinado pelo Prefeito Municipal e pelo dirigente responsável pela Pasta de turismo, conforme modelo disponibilizado pelo Ministério do Turismo, aderindo de forma espontânea e formal ao Programa de Regionalização do Turismo e à Região Turística.</p> <p>* Parágrafo único. Em relação ao disposto no inciso III, nos casos em que o Conselho Municipal de Turismo tiver sido instituído nos últimos três meses antes do fechamento do Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo - SISPR;T, faculta-se a apresentação das atas das duas últimas reuniões.</p>

Fonte: Elaborado com base em BRASIL (2018)
Org.: SILVA, M. M. (2019)

Todos os municípios brasileiros podem participar do Mapa do Turismo Brasileiro, desde que cumpram os critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo e se adequem aos três níveis estabelecidos, ou seja, estadual, regional e municipal.

O Ministério do Turismo (2018) ressalta que é fundamental que os municípios componentes de determinada região turística devam apresentar identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum, ou seja, que transmitam e valorizem a identidade de forma singular de todos os municípios que a compõem. Esta recomendação vai ao encontro da problemática desta pesquisa, isto é, repensar sobre a denominação de Região Turística Central do Rio Grande do Sul, base empírica deste estudo, transmite e/ou valoriza sua identidade em sua nomenclatura, uma vez que os municípios que a integram, apresentam uma diversidade de identidades que os caracterizam.

Assim, as combinações presentes em uma unidade territorial não necessariamente ocorrem em outra. Também é necessário repensar se na denominação de região turística, a palavra “Central”, transmite identidade uma vez que, apenas demonstra a sua localização geográfica no estado gaúcho.

É importante salientar, novamente que, mesmo que um município não seja essencialmente turístico, pode esse, aderir e se beneficiar dessa regionalização, podendo contribuir e cooperar com os demais municípios turísticos através de serviços, do artesanato, das agroindústrias, entre outros. Assim, essas unidades territoriais também se beneficiam e se desenvolvem, gerando aumento de empregos e renda para a população, mesmo sem ter contato com os turistas.

Enfatiza-se que há municípios que possuem atrativos turísticos, porém ainda recebem pouco fluxo de turistas. Entretanto, eles podem cooperar com os municípios turísticos próximos, servindo de oferta complementar e até participando de roteiros integrados.

Aderir ao Programa de Regionalização Turística, e conseqüentemente, do Mapa do Turismo Brasileiro é importante para os municípios e região. É através deste programa que são definidos e priorizados os investimentos por programas e projetos do Ministério do Turismo, incluindo ações de infraestrutura turística, qualificação profissional e promoção dos destinos, observando características peculiares de demanda e vocação turística.

Ressalta-se que as regiões turísticas agregam, na sua composição, entre 01 a 20 municípios. Ou seja, esta classificação referente ao número de municípios está presente em 21 das 27 regiões turísticas. A região com maior número de unidades territoriais do Rio Grande do Sul é a Região Turística Uva e Vinho, composta por 29 municípios, seguida da Região Turística da Rota do Yucumã, formada por 26 unidades territoriais.

É importante ressaltar que o MTB é reconhecido pelo Tribunal de Contas da União e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado como uma prática de gestão no setor público, considerando que é uma ferramenta que busca a convergência entre as políticas prioritárias para a área do turismo (BRASIL, 2017).

Desta forma, o órgão de turismo estadual, ou seja, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Rio Grande do Sul, além de exigir que os municípios cumpram as determinações do Ministério de Turismo para a regionalização e para o MTB, ele, também, exige que o município detenha um conselho municipal de turismo, comprovado através da lei municipal.

Neste sentido, o Ministério do Turismo propôs que cada município identificasse o papel primordial do turismo em sua unidade territorial perante a região turística, baseando-se pelas tipologias das ofertas turísticas, sendo

- a) Oferta principal: municípios que concentrem os principais serviços e atrativos da região e também concentrem o maior fluxo e turistas na região. Que deem a identidade a região (emblemático) e em casos específicos é possível considerar que exista mais de um município que detenha o a oferta principal na região turística; b) Oferta complementar: municípios que complementem a oferta da região e possuem fluxo de turistas. Uma região turística pode contemplar um ou mais municípios que detenham a oferta complementar e c) Oferta de apoio a atividade turística: municípios que não tem fluxo turístico expressivo, mas se beneficiam da atividade turística, fornecendo mão de obra, serviços, equipamentos turísticos, produtos associados ao turismo (BRASIL, 2017).

Outro instrumento para aprimorar a gestão pública é a categorização dos municípios das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Esse foi idealizado pelo Ministério do Turismo, através da Portaria Federal nº 144, de 27 de agosto de 2015, que visa identificar o desempenho da economia do setor, permitindo que a

gestão pública tome decisões acertadas para a implementação de políticas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros regionalizados.

A categorização dos municípios deve ser considerada para reflexão e ações de melhoria a serem planejadas para os municípios. Serve para que cada município reflita sobre o seu papel no processo de desenvolvimento turístico regional. O processo ocorre após a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro. A categorização é um instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo para identificar o desempenho da economia do turismo dos municípios que constam no Mapa (BRASIL, 2019).

Assim, o Ministério do Turismo (2015) visa com a categorização turística

a) otimizar a distribuição de recursos públicos; b) orientar a elaboração de políticas específicas para cada categoria de municípios (A, B, C, D e E); c) aperfeiçoar a gestão pública, na medida em que fornece aos gestores do Ministério e dos Estados mais um instrumento para subsidiar a tomada de decisão; d) auxiliar na atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, que é feita periodicamente e e) auxiliar na reflexão sobre o papel de cada municípios no processos de desenvolvimento turístico regional (BRASIL, 2015).

Com relação à categorização, a Região Turística Central do Rio Grande do Sul apresenta quatro categorizações (B, C, D e E). O município de Santa Maria integra a categoria “B”; Cachoeira do Sul, a categoria “C”; Agudo, Faxinal do Soturno, Itaara, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Restinga Sêca, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé e Silveira Martins pertencem a categoria “D”; e na categoria “E”, estão os municípios de Ivorá, Paraíso do Sul, Pinhal Grande e Toropi (Quadro 6).

Na edição do Mapa do Turismo Brasileiro de 2017, dois municípios da Região Turística Central do Rio Grande do Sul ascenderam de categoria em relação a edição anterior. Foram os municípios de Dona Francisca e Itaara, que passaram da categoria “E” para a “D” (SEDACTEL/RS, 2018). Em 2019 ocorreram, novamente, mudanças na configuração desses municípios, pois Dona Francisca não participou da adesão da regionalização, ficando excluída do Mapa do Turismo Brasileiro. Em relação a categorização de 2019, não houve alteração em relação a edição anterior.

No Rio Grande do Sul, a maioria dos municípios regionalizados encontra-se na categoria “D” (SDET/RS, 2019). Portanto, pode-se observar que a Região Turística Central acompanha a dinâmica estadual. Outro fato importante quanto edição de 2016 até a atual, o estado gaúcho se mantém, ainda, com 27 regiões turísticas.

Quadro 6 – Categorização da Região Turística Central do Rio Grande do Sul em 2019

Nº	MUNICÍPIO	CATEGORIA
01	Agudo	D
02	Cachoeira do Sul	C
03	Faxinal do Soturno	D
04	Itaara	D
05	Ivorá	E
06	Júlio de Castilhos	D
07	Nova Palma	D
08	Paraíso do Sul	E
09	Pinhal Grande	E
10	Restinga Seca	D
11	Santa Maria	B
12	São João do Polésine	D
13	São Pedro do Sul	D
14	São Sepé	D
15	Silveira Martins	D
16	Toropi	E

Fonte: BRASIL (2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

4.4 INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL

O modelo de gestão do Programa de Regionalização do Turismo é descentralizado para as Unidades da Federação, Distrito Federal, regiões e municípios, por isso, para as regiões turísticas, o Ministério do Turismo propôs a criação de Instância de Governança Regional (BRASIL, 2013) (Quadro 7).

A Instância de Governança Regional é conceituada pelo Ministério do Turismo, como “[...] uma organização com participação do poder público e dos setores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa de Regionalização do Turismo” (BRASIL, 2007, p. 30). Também é importante assinalar que “[...] a estrutura, o formato e o caráter jurídico da Instância de Governança ficarão a cargo dos envolvidos, podendo ser um fórum, um conselho ou outro tipo de colegiado” (BRASIL, 2004, p.28).

Quadro 7 – Gestão compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo, 2013

ÂMBITO	INSTITUIÇÃO	COLEGIADO	EXECUTIVO
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Fonte: BRASIL (2013)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Outro documento específico sobre a institucionalização da Instância de Governança, em âmbito regional do Ministério do Turismo, define governança como

[...] a capacidade gerencial ou em um universo mais restrito, como a capacidade dos governos de gerarem respostas às demandas sociais. Destaca o documento que essa competência técnica de governar, na proposta de governança social ou governança democrática, “incorpora os mecanismos de gestão participativa e envolve as populações locais na elaboração, monitoramento e, em alguns casos, na execução de políticas públicas (BRASIL, 2005, p.11).

O intuito das Instâncias de Governanças regionais é a ampliação da participação da sociedade nos processos decisórios e na gestão da atividade turística, além de servirem como mecanismos para qualificação e acréscimo da oferta turística regional.

A percepção de criar ou fortalecer grupos de representantes dos setores da cadeia do turismo (público, privado e sociedade civil organizada), nas regiões mapeadas, a partir do compartilhamento de conceitos, princípios e valores, também foi conduzida como estratégia, de forma a garantir a governabilidade, a exemplo das intituladas 'Instâncias de Governança', cujo modelo de formação e institucionalidade se define e se constitui a partir das realidades regionais e seus relacionamentos intermunicipais (BRASIL, 2013, p. 18).

Neste contexto, os objetivos e as estratégias das Instâncias de Governanças regionais, do Programa de Regionalização do Turismo

a) criar comunicação regional para a operacionalização do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil; b) coordenar todo o processo da regionalização do turismo de uma região turística; c) descentralizar as ações de coordenação do processo, deslocando-as da União para o Estado, e deste para as regiões turísticas; d) organizar e coordenar os diversos atores para trabalhar com o foco centrado na região turística, de modo a considerar as especificidades de cada município; e) avaliar e apoiar os projetos elaborados pelos diversos agentes do processo de consolidação da região turística, quando necessário; f) mobilizar parceiros regionais para integrarem o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil; g) participar do planejamento e apoiar a gestão dos roteiros e produtos turísticos; h) integrar as ações inter-regionais e interinstitucionais; i) realizar o planejamento, o acompanhamento, a monitoria e a avaliação das estratégias operacionais do Programa no âmbito regional e j) captar recursos e otimizar seu uso (BRASIL, 2004, p. 20).

É importante destacar que a Instância de Governança da Região Turística Central do Rio Grande do Sul, bem como o Fórum Regional do Turismo, são coordenados, desde 2017 pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e representado pelo Curso de Tecnólogo em Gestão do Turismo. Anteriormente, o referido fórum era coordenado pelo Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (UNIFRA), hoje Universidade Franciscana (UNF), através do curso de graduação de Bacharelado em Turismo, o qual foi extinto dessa instituição.

A palavra Fórum significa reunião, congresso, conferência, que envolve debate de um tema (BRASIL, 2007). Para o Programa de Regionalização o Fórum constitui uma via para ampliar a participação social na gestão das atividades relacionadas ao turismo em uma região, estabelecendo uma Instância de Governança Regional (BRASIL, 2007). Pode-se dizer, então, que o Fórum é um espaço democrático que serve para debates, reflexões e articulações regionais para

atingir a mútua colaboração e solução de problemas, através de sugestões sobre um determinado tema.

Neste espaço múltiplo e notório, ocorrem reuniões para debater sobre assuntos predeterminados, onde há pauta de discussão, bem como, articulação política, social, cultural e econômica, por meio de atividades coletivas, a fim de atingir um propósito específico.

Conforme orientação do Ministério do Turismo, essa organização pressupõe a escolha democrática de um presidente, um vice-presidente e coordenadores de cada um dos comitês temáticos. Por exemplo: um Fórum para a regionalização do turismo poderá ter câmaras temáticas, como a de qualificação de serviços turísticos, de promoção e apoio à comercialização, de infraestrutura, de capacitação e qualificação profissional, dentre outras (BRASIL, 2007).

A maior parte dos Fóruns possui, ainda, um coordenador e um secretário executivo, eleitos por maioria simples e com mandatos por tempo determinado (geralmente de seis meses ou um ano). O secretário executivo terá a função de manter a comunicação entre os integrantes do Fórum e de encaminhar o cumprimento das deliberações e decisões (BRASIL, 2007).

Os Fóruns também podem contar com comissões que tratam da organização de todos os procedimentos internos que possam colaborar com o crescimento e alcance desta Instância de Governança. Como exemplo: Comissão Articuladora; Comissão de Captação e Gerenciamento de Recursos; Comissão de Infraestrutura; Comissão de Divulgação; Comissão de Registro, Sistematização e Desdobramentos (BRASIL, 2007).

O registro das reuniões do Fórum é feito por meio de atas elaboradas por um relator a ser definido. Os integrantes do Fórum assumem o compromisso de informar às respectivas entidades e instituições integrantes, todas as atividades realizadas e decisões tomadas.

Os encontros do Fórum de Turismo da Região Turística Central acontecem, juntamente, com as reuniões dos gestores públicos municipais das áreas de turismo e de cultura, da Associação dos Municípios da Região Central (AM Centro), de forma descentralizada, ou seja, as reuniões ocorrem uma vez por mês, em municípios diferentes, para que todos os municípios sejam contemplados e que cada

dirigente público possa conhecer outras realidades sobre o turismo e a cultura, de modo regional.

O Fórum Regional de Turismo da Região Turística Central, possui um assento com direito a voz e voto no Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul (CONETUR). Assim, além de ser o responsável por organizar e sistematizar as informações dos municípios na adesão à regionalização turística, também é uma ligação da Região Turística Central do Rio Grande do Sul junto ao governo estadual e o Ministério do Turismo.

Portanto, a partir da discussão teórica apresentada, ficou exposto a organização, o funcionamento e a estrutura para a formatação das regiões turísticas no país, a partir de uma política pública territorial, bem como, os conceitos de região e regionalização, os quais são balizadores na discussão teórica e do campo empírico desta pesquisa.

A regionalização do turismo, adotada desde a criação do Ministério do Turismo em 2003, está contemplada em todos os planos nacionais de turismo. Com o decorrer do tempo, o processo de desenvolvimento regional instalado a partir do Programa de Regionalização do Turismo, foi ganhando força e *status* nas políticas desenvolvidas pelo setor, até se tornar a diretriz central para o processo de desenvolvimento turístico brasileiro (BRASIL, 2007).

5 CULTURA, IDENTIDADE E MARCADORES TERRITORIAIS: UM OLHAR GEOGRÁFICO REGIONAL

O presente capítulo refere-se à contextualização sobre a matriz teórica referente a cultura, Geografia Cultural, identidade territorial e marcadores territoriais. Busca compreender a importância desses conceitos, por isso, faz-se necessário a estruturação teórico-metodológica, no intuito de subsidiar o estudo proposto.

A questão regional compreende as diversidades culturais marcadas, expressadas e visualizadas nos municípios do Rio Grande do Sul, através dos hábitos, das atitudes, da arquitetura, das sociabilidades, das religiosidades, da história e dos costumes, caracterizando os distintos grupos sociais que moldaram sua(s) identidade(s) territorial(ais), nos distintos recortes espaciais em estudo.

As marcas simbólicas identitárias foram construídas, no decorrer do tempo, pelos povos colonizadores de descendências diversas, mas principalmente de etnias alemãs e italianas, que desbravaram as terras sulinas do Brasil, país que se caracteriza por uma diversidade cultural, pois

A heterogeneidade cultural do Brasil, assim como seu dinamismo, e a escala dos participantes de Geografia, assim como as inúmeras redes estabelecidas com geógrafos europeus e norte-americanos, contribuíram para que fosse despertado o interesse pela dimensão cultural do espaço. Afinal, parafraseando Denis Cosgrove, a cultura está em toda parte, manifestando-se no espaço e no tempo, especialmente, se esse espaço for amplo, diversificado e mutável, como é o Brasil (LOBATO; ROSENDAHL, 2005. p. 97-98).

No Brasil, a Geografia Cultural, tem seus estudos orientados por um corpo teórico renovado, e as pesquisas nesta linha de pensamento remetem à década de 1990 (BRUM NETO, 2007).

Para Claval (2002, p. 19) a Geografia Cultural, ou mais precisamente o interesse dos geógrafos pelas temáticas culturais “[...] nasceu juntamente com a Geografia Humana no final do século XIX”. Para o autor, pode-se destacar três momentos no seu desenvolvimento,

(1) Final do século dezenove até os anos cinquenta: os geógrafos adotavam uma perspectiva positivista ou naturalista, não estudando a dimensão psicológica ou mental da cultura. O interesse voltava-se para os aspectos materiais da cultura, as técnicas, as paisagens e o gênero de vida. As representações e as experiências subjetivas dos lugares foram completa e voluntariamente esquecidas. Contudo, a contribuição desse período também foi importante. Esta perspectiva mostrou que os aspectos culturais fundamentais para a Geografia inserem-se em três domínios: a) das relações homens/meio ambiente, através do estudo do meio humanizado, da paisagem, das técnicas e das densidades; b) das relações sociais, a partir do estudo das instituições, da comunicação e da difusão das ideias e das técnicas; c) da organização regional e do papel dos lugares. (2) Anos sessenta e setenta: a evolução da Geografia Cultural deu-se numa tentativa de utilizar os resultados da “Nova Geografia” para uma sistematização metodológica. (3) Após anos setenta: ocorreu uma mudança significativa, haja vista a Geografia Cultural deixar de ser tratada como um subdomínio da geografia humana, posicionando-se no mesmo patamar da Geografia Econômica ou da Geografia Política (CLAVAL, 2002, p. 19/20).

Entretanto, com o decorrer do tempo, o enfoque nas pesquisas culturais foi agregando novas preocupações. Figueiredo (2013, p. 57) relata que “[...] a perspectiva cultural da Geografia nem sempre foi fundamentada em uma concepção que identificasse e aprovasse as interações entre o homem e o espaço e suas marcas [...]”.

Pode-se dizer, então, que a Geografia Cultural desempenhou, na história do pensamento geográfico, “[...] um papel significativo, oferecendo uma contribuição particular para a compreensão da ação humana sobre a superfície terrestre” (CORRÊA, 2001, p. 9). Esse importante papel vem se consolidando pela diversidade de pesquisas de cunho cultural, nas pesquisas geográficas. Neste sentido, as pesquisas empíricas, em um contexto policultural como o Brasil, podem alimentar novos conceitos e ampliar a base teórica da Geografia Cultural (LOBATO; ROSENDAHL, 2005).

A priori, entende-se que a análise cultural na Geografia é uma abordagem que visa analisar o que Raffestin (1977) (*apud* BONNEMAISON, 2012, p. 281) denomina de “geoestrutura”, isto é, um “sistema real a se tornar inteligível”. Então, a Geografia Cultural possui importância fundamental para os estudos e pesquisas que explicam as diversidades das ações humanas na paisagem.

Sauer (2000, p. 106) afirma que a Geografia Cultural “[...] se interessa pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão

característica”. Desta forma, a cultura pode ser entendida por meio de pensamentos e ações dos diversos grupos sociais.

Como a atenção dos geógrafos para a escolha de seus objetos de investigação. Por ser uma abordagem, um modo de olhar a realidade, uma interpretação daquilo que os outros grupos pensam e praticam, a Geografia Cultural não é definida por um objeto específico, como a própria cultura, concebida segundo o senso comum ou segundo uma visão abrangente (CORRÊA, 2009, p.5).

Para Figueiredo (2013), o olhar do geógrafo inicia pela própria espacialidade, resultante da produção social. Pensar as lógicas dos bastidores desse processo é de fundamental importância, uma vez que, o conhecimento empírico identifica-se com a paisagem, gerando importantes transformações socioespaciais.

Epistemologicamente, a partir de 1990, as pesquisas na Geografia Cultural se intensificaram, sendo objeto de estudo de pesquisadores, por ser uma área abrangente para as interpretações espaciais.

A Geografia Cultural é, atualmente, uma das mais excitantes áreas do trabalho geográfico. Abrangendo desde as análises de objetos do cotidiano, representação da natureza na arte e em filmes até estudos do significado das paisagens e a construção social de identidades baseadas em lugares, ela cobre numerosas questões. Seu foco inclui a investigação da cultura material, costumes sociais e significados simbólicos, abordados a partir de uma série de perspectivas teóricas (MCDOWELL, 1996, p.159).

No contexto da academia, um novo pensamento epistemológico chamado de pós-moderno, ou mesmo de “virada cultural”, recolocou a questão cultural no núcleo das inquietações e discussões das Ciências Sociais e Humanas. Esse novo pensamento científico emergiu no Brasil, a partir de 1993, quando a Geografia Cultural ganhou existência com a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura (NEPEC), do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (CORRÊA, 2009).

De acordo com Hall (1997, p. 27), a “virada cultural” fez emergir “[...] uma abordagem da análise social contemporânea, que passou a ver a cultura como uma condição constitutiva da vida social, ao invés de uma variável dependente, provocando uma mudança de paradigma nas ciências sociais e nas humanidades”.

A quebra de paradigmas após a “virada cultural” proporcionou um novo entendimento de cultura, e foi uma importante etapa para a emergência da proposta de materialismo cultural em Geografia, tal como apresentada por Mcdowell (1996).

[...] não só os geógrafos culturais, mas os teóricos sociais, em geral, têm um interesse comum, cada vez maior, em saber como a crescente escala global de produção e consumo afeta as relações entre identidade, significado e lugar. A atenção é concentrada na maneira como os símbolos, rituais, comportamento e práticas sociais do dia a dia resultam num compartilhado conjunto ou conjuntos de significados, que em, maior ou menor grau, são específicos em termos de lugar. Portanto, temos que, uma perspectiva geográfica tornou-se central para o projeto de estudos culturais de forma mais ampla (MCDOWELL, 1996, p. 160).

Para Cosgrove e Jackson (2000), os estudos culturais legaram algumas lições à Geografia, dentre as quais, o reconhecimento de que as culturas são plurais e específicas de lugar e tempo, bem como, objetos de contestação política e, no que se refere ao espaço, considera-se que “[...] a Geografia das formas culturais é muito mais do que mero reflexo passivo das forças históricas que a moldaram; a estrutura espacial é parte ativa da constituição histórica das formas culturais” (COSGROVE; JACKSON, 2000, p. 26).

A cultura é o conceito-chave da Geografia Cultural. É o suporte que oportuniza compreender a relação que o homem estabelece com o seu meio e sua influência distinta, através das marcas e símbolos expostos no espaço.

O geógrafo cultural não está preocupado em explicar o funcionamento interno da cultura, nem em descrever completamente padrões de comportamento humano, mesmo quando afetam a superfície da Terra, mas em avaliar o potencial técnico de comunidades humanas. Para realizar tal avaliação, a Geografia Cultural estuda a distribuição, no tempo e no espaço, de culturas e elementos das culturas (WAGNER; MIKESELL, 2003, p. 31).

Neste sentido, a cultura pode ser considerada como um conjunto de práticas comuns a um grupo social, composta de aspectos materiais e imateriais, sendo transmitida através de gerações (COSGROVE, 1998). Assim, as práticas simbólicas dos grupos sociais dão coesão às suas formas de identificação, no tempo e no espaço. Desta forma, pode-se afirmar que “[...] a cultura tende a ser compreendida como outra vertente do real, um sistema de representação simbólica existente em si mesmo” (BONNEMAISON, 2012, p. 280).

Para Cucho (2002), a cultura passa a ser vista como a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história. Nesta linha de raciocínio,

[...] regiones y territorios participan en las dinámicas que configuran las identidades (una categoría que entra definitivamente en el terreno de la Geografía entre las décadas de 1980 y 1990). Y, al igual que las dinámicas espaciales, las identidades están siempre en proceso de definición; son múltiples, ambivalentes y potencialmente conflictivas (ZUSMAN; HAESBAERT, 2011, p. 9).

De uma maneira ampla, pode-se entender a cultura através de Paes (2009, p. 163), onde esta “[...] assumiu a sua interpretação mais pelo viés das relações sociais simbólicas, embora o caráter material desta esteja sempre presente”. A cultura está diretamente relacionada com a Geografia, sendo um dos componentes desta ciência que vem sendo cada vez mais discutida com o advento das trocas mundiais de informações onde os resultados podem ser observados através da paisagem local (SCHIER, 2003).

A partir da nova Geografia Cultural, houve enriquecimento na abordagem da realidade, propiciando diversos estudos (CLAVAL, 2002). Ela visa “[...] a interpretação das representações que os diferentes grupos sociais construíram a partir de suas próprias experiências e práticas” (CORRÊA, 2009, p. 5).

Claval (2001) refere-se sobre interrogar os homens a respeito das experiências que têm daquilo que os envolvem, sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens, para neles firmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças.

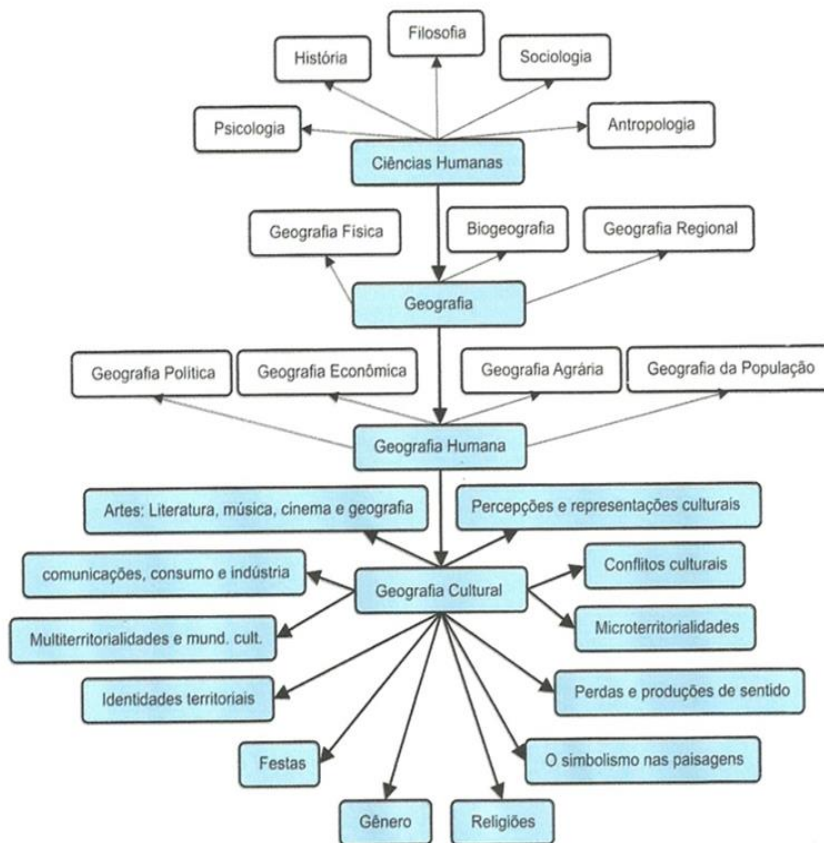
El espacio, tanto institucional como epistemológico, que las Geografías Culturales han adquirido en el interior de la disciplina desde los inicios de la década de 1990 no se explica solo por el “giro cultural” sino también por algunas transformaciones del mundo de hoy que requieren poner en juego la relación espacio-cultura (ZUSMAN; HAESBAERT, 2011, p. 5).

Ressalta-se a relevância das relações dos aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais para o campo simbólico, além das materialidades e imaterialidades entrelaçadas no espaço e tempo na sociedade.

O enfoque cultural nas pesquisas científicas está baseado em como as realidades são percebidas e sentidas pelos homens e pelos grupos sociais. Nas palavras de Claval (2002, p. 40) o enfoque cultural “[...] aparece, em compensação, fundamental para entender a ressurreição dos lugares, as transformações dos territórios e os problemas de identidades nas sociedades multiculturais de um mundo globalizado”.

Neste contexto, são abrangentes as temáticas abordadas pelos pesquisadores na Geografia Cultural. Essa abrangência se refere aos estudos intrínsecos como a microterritorialidades, identidades, arte, religião, conflitos culturais, entre outros (Figura 31).

Figura 31 – Temas da Geografia Cultural



Fonte: BRUM, R. M. (2015)

É possível perceber na Figura 31 que a Geografia Cultural possui diversas terminologias e abrange muitas temáticas, as quais são estudadas por diferentes pesquisadores, com o intuito de compreender os homens e a sociedade,

incorporando seus significados na vida cotidiana. A partir da década de 1990 o interesse pelos estudos com aporte das discussões e relações das diversidades culturais dos grupos sociais, na ocupação dos espaços, acabaram se intensificando. Portanto, a Geografia Cultural gera uma pluralidade de temática de estudos, pois

A diversidade temática dos estudos é grande e tende a enriquecer o debate, à medida que aumenta a preocupação com as diferentes formas e necessidades das pluralidades de grupos humanos (HEIDRICH; PIRES, 2016, p. 9).

Neste sentido, a cultura representa as atividades de um grupo social e seus conhecimentos, ou seja, a cultura é a vivência do homem em sociedade, o qual transforma o meio para satisfazer suas necessidades. Pode-se afirmar, então, que, a identidade territorial, temática central desta tese, gera sentido a um grupo, reproduzindo e construindo a sua identidade territorial.

5.1 A RELAÇÃO DA CULTURA E DA IDENTIDADE NA ABORDAGEM DA GEOGRAFIA CULTURAL

A Geografia Cultural tem como preocupação examinar e analisar “[...] o sentido da diversidade das identidades dos lugares e das pessoas” (BOSSÉ, 2004, p. 179). Para compreender a relação da cultura e da identidade na abordagem da Geografia Cultural, é necessário entender os seus significados da cultura e da identidade.

O conceito de cultura, atualmente, tem se evidenciado mediante os debates acerca do processo de globalização, com ênfase para as suas consequências quanto à homogeneização dos costumes em detrimento da expressão das singularidades culturais. No entanto, o resgate das bases teóricas que norteiam a concepção de cultura é imprescindível para o entendimento desse conceito, considerado amplo e complexo, uma vez que, transita em uma área fronteira entre a Geografia e as Ciências Sociais, sendo abordado também, pela Antropologia e História (BRUM NETO; BEZZI, 2008, p. 139).

No que diz respeito cultura ela “[...] é a principal fonte para a compreensão de comportamentos e hábitos espaciais da organização espacial das coisas e das divisões simbólicas do espaço” (GOMES, 1999, p. 120).

Neste contexto, segundo Claval (1999), a cultura pode ser compreendida a partir de diversos entendimentos, dos quais destacam-se

(a) é a mediação entre o homem e a natureza; (b) é a herança, resultado de um jogo de comunicação; (c) permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro; (d) é feita por palavras, articulada nos discursos e realizada na representação; (e) é um fator essencial de diferenciação social, (f) a paisagem é o objeto de trabalho da Geografia Cultural através da marca cultural (CLAVAL, 1999 apud BRUM NETO; BEZZI, 2008, p. 140 e 141).

De acordo com Canedo (2009), a cultura é o conjunto de significados e valores dos grupos humanos. “A coerência de hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence [...]” (LARAIA, 2009, p. 87).

Pode-se afirmar, então, que cada sistema cultural está em constante mudança. “[...] Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema” (LARAIA, 2009, p. 101). Como por exemplo, na Alemanha, Ratzel (1882) introduziu o termo “cultura” na Geografia alemã,

O termo cultura foi introduzido pela primeira vez na Geografia alemã, por meio do livro Friedrich Ratzel, publicado em 1882, denominado Antropogeografia, obra em que analisou os fundamentos culturais da diversidade das repartições dos homens e das civilizações, adotando encaminhamento ora etnográfico, ora político (ZANATTA, 2007, p. 3).

Com esse trabalho, Ratzel construiu a base conceitual, na qual se tem estruturado, desde então, a Geografia Humana, na Alemanha.

Na França, os estudos culturais foram realizados por Paul Vidal de La Blache e seus seguidores, e surgiu “[...] assim como na Alemanha, simultaneamente ao processo de sistematização da Geografia como ciência acadêmica” (ZANATTA, 2007, p. 4).

No final da década de 70, começou-se “[...] a esboçar um processo de recuperação da abordagem cultural na Geografia que, desde então, denota um nítido interesse pelo pensamento pós-moderno” (ZANATTA, 2007 p. 6). O conceito de cultura é então revitalizado, pois

[...] é liberado da visão supra-orgânica e do culturalismo, na qual a cultura é vista segundo o senso comum e dotada de poder explicativo. É vacinado, também, contra a visão estruturalista, na qual a cultura faria parte da “superestrutura”, sendo determinada pela “base”. A cultura é vista como um reflexo, uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada (CORRÊA, ROSENDAHL, 2003, p.13).

A renovação da Geografia Cultural foi relevante, pois “[...] uma Geografia Cultural renovada procura vencer algumas dessas fraquezas com uma teoria cultural mais forte” (COSGROVE, 1998, p.101).

O ressurgimento da Geografia Cultural se faz num contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo (CORRÊA, 1999, p.51).

No âmbito da Geografia Cultural renovada, a partir da década de 70, o conceito de cultura foi ressignificado, fugindo da visão supra-orgânica e passou a ser observada como um reflexo, uma mediação e uma condição social (COSTA; ROSENDAHL; CORREA, 2009).

A cultura passou a ser tema significativo na perspectiva geográfica. Portanto, a nova Geografia Cultural, ao fazer do homem o centro de sua análise, desenvolveu novas abordagens investigativas, pois

Ela se construiu em torno de três eixos, que são igualmente necessários e complementares; primeiro, ela parte revisitando as matrizes teóricas das sensações e das percepções; segundo, a cultura é estudada através da ótica da comunicação, compreendida como uma criação coletiva; terceiro, a cultura é apreendida na perspectiva da construção de identidades, insiste-se então no papel do indivíduo e nas dimensões simbólicas da vida coletiva (CLAVAL, 1997, p. 92).

Claval (2012, p. 21) assinala que “a concepção de cultura tem um papel importante na construção das identidades [...]”. E, por outro lado, Woodward (2000), destaca que a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e às escolhas identitárias. Assim,

[...] não há mais indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente, contínuo, além de numerosas características de crença e de comportamento comuns aos membros de tais comunidades (WAGNER; MIKESSELL, 2003, p. 28).

Neste sentido, destaca-se que a noção de identidade “[...] foi explorada pelo conjunto das Ciências Humanas e Sociais, através de uma grande variedade de abordagens específicas ou interdisciplinares” (BOSSÉ, 2004, p. 157).

A identidade existe em função da cultura, como um produto resultante, capaz de exprimir suas características distintivas mais marcantes, atribuindo “valores culturais”. A cultura existe, a identidade classifica, pois a partir desta, ocorre à inclusão ou exclusão do grupo social (BRUM NETO; BEZZI, 2008, p. 140).

Na Geografia, o termo “identidade” é compreendido como sendo de caráter individual ou coletivo, ultrapassando a associação relacionada às características como sexo e origem étnica, mas dizendo respeito, também, ao espaço cultural e geográfico que o grupo habita (FONT; RUFÍ, 2006).

A cultura e a identidade estão intimamente entrelaçadas no tempo e no espaço, pelos grupos sociais. As marcas, os símbolos e a memória das pessoas, formam conjuntos característicos com elos que facilitam uma orientação para a sociedade. Hall (1999), explica esta função através de uma bússola simbólica, que fornece aos indivíduos uma orientação para sentirem-se pertencentes a um determinado grupo e para retornarem às suas origens quando necessitarem afirmar suas identidades.

É fundamental compreender que as identidades são processos de identificação em curso. “[...] Estes processos se dão de forma ininterrupta ao longo do tempo, de modo que a sociedade está em constante renovação de seus valores, crenças, tradições, entre outros traços identitários” (SANTOS, 1997, p. 135).

Considerando os conceitos supracitados, os elementos e marcas simbólicas encontradas nas diversidades culturais, presentes nos grupos sociais e comunidades que marcam o encontro do passado com as relações sociais, culturais, históricas e econômicas na contemporaneidade da sociedade, são enfatizadas pela diversidade cultural nos municípios integrantes da Região Turística Central do Rio Grande do Sul, base empírica deste estudo.

A identidade como a cultura, constitui-se como termo polissêmico. De acordo com Corrêa (2009), polissêmico quer dizer possuidor de diversas acepções que foram se transformando ao longo do espaço e tempo, possuindo diversas conotações resultantes de um momento histórico e de influências metodológicas.

Portanto, pode-se aferir que a polissemia ocorre em diferentes formas, o qual relaciona o indivíduo no âmbito pessoal e, também, na coletividade.

Se a cultura em sua espacialidade reveste-se de uma polivocalidade e que, consoante ao pensamento de Denis Cosgrove, a Geografia está em toda parte, podendo assegurar que a discussão realizada pelos autores dessa coletânea, justificam e manifestam esse caráter plural. A polissemia investida na dimensão socioespacial é entendida através de seus múltiplos significados e impulsiona a pesquisa com novas abordagens, apoiando-se em novas imaginações geográficas (COSTA; ROSENDAHL; CORREA, 2009, n.p).

No entanto, a análise da identidade é utilizada em diversos estudos das áreas da Sociologia, Psicologia, História, Antropologia, Filosofia e, mais recentemente, na Geografia Humana e, especialmente, na Geografia Cultural.

Na presente pesquisa, há um consenso de que a identidade é uma construção social, pois os diferentes grupos sociais, ao longo do tempo, criaram inúmeros significados através de marcas e que construíram identidades, sejam elas vinculadas a uma determinada cultura, religião, etnia, território, dentre outros.

A identidade se exprime e se comunica de maneira interna e externa, através de práticas simbólicas e discursivas [...] a partilha de um espaço comum, as redes de sociabilidade, a participação em obras coletivas – econômicas, políticas e morais – que asseguram sua coesão (BOSSÉ, 2004, p.162).

Pode-se dizer, então, que a identidade é, antes de tudo, um sentimento de pertencimento, uma sensação de natureza compartilhada, de unidade plural, que possibilita e dá forma e consistência à própria existência (GOMES, 1999). Ela “[...] estabelece a relação mais importante entre os seres humanos, suas sociedades e seus espaços” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p. 43).

Segundo Castells (1999), a identidade é um processo de construção de significado, com base em um atributo cultural que prevalece sobre outros significados. Eles podem ser múltiplos e pressupõem a relação do indivíduo com o grupo.

Desta forma, entende-se que a identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas, e está relacionada aos grupos sociais e ao pertencimento cultural e territorial. Percebe-se que a incorporação desta dimensão, em estudos

geográficos, tem permitido o enriquecimento nas análises sobre a produção, organização e reorganização do espaço, das regiões e das territorialidades.

Portanto, o termo identidade designa, primeiramente, aquilo que é idêntico, onde a essência do indivíduo é compartilhada. Para Ferreira (1986), a identidade refere-se a aspectos coletivos de um conjunto de características que fazem com que alguém seja definitivamente reconhecível ou conhecido. Limberti (2008) considera identidade como o conjunto de caracteres próprios e exclusivos com os quais se podem criar a diferenciação entre as espécies e suas particularidades.

Nesta perspectiva, a identidade se forma através das interações do indivíduo com o meio. Entende-se que a identidade “[...] se constitui como um produto da socialização, produto da interação do sujeito com aqueles que estão presentes em sua vida” (ALMEIDA; SIQUEIRA; DIAS, 2008, p.156). Percebe-se a relação dos grupos sociais através de valores, marcas, símbolos, transformações transpassados pelo tempo e pelo espaço cultural e geográfico que compartilham.

Esses espaços de referências, vivenciados pelos grupos, como suporte para sua construção identitária, propicia, muitas vezes, o fortalecimento de uma identidade coletiva, que é acima de tudo, territorial (HAESBAERT, 2006).

É relevante salientar que as identidades são mutáveis, estando em constante processo de construção e reconstrução, variando de acordo com as circunstâncias (FONT; RUFÍ, 2006). Segundo Haesbaert (1999), as identidades construídas a partir do território, tanto simbólico, quanto concreto, são compreendidas como identidades territoriais. Tais identidades fortalecidas pelos territórios manifestam-se das mais diversas formas, podendo configurar-se como identidades locais, regionais ou nacionais (HAESBAERT, 2006).

Salienta-se que a perspectiva da compreensão sobre a identidade territorial, sob a ótica cultural proposta por este estudo, alicerça-se sobretudo, na ideia de que “[...] as identidades se situam frente ou num espaço simbólico, social e historicamente produzido” (HAESBAERT, 1999, p. 179). Então, entende-se que essa identidade é uma construção histórica, relacional e formada por elementos, tanto materiais quanto simbólicos.

Assim, pode-se compreender que não existe identidade fixa ou estática. Ela é sempre uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o

processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo, sendo necessário compreender “[...] como, a partir de quê, por quem e para que isso acontece” (CASTELLS, 2008, p. 23).

Neste contexto, a identidade sob essa perspectiva é definida como

[...] o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados, podendo haver múltiplas identidades para determinado indivíduo ou ator coletivo (CASTELLS, 2008, p. 22).

A identidade desvela uma série de questões em torno da sua construção, quer seja individual ou coletiva, uma vez que

[...] o conceito de identidade não se confunde com as ideias de originalidade, tradição ou de autenticidade, pois os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem, tanto por tradições (“raízes”, heranças, passado, memórias etc), como pelas traduções (estratégias para o futuro, “rotas”, “rumos”, projetos etc). A identidade não se restringe a questão: “quem somos nós”, mas, também, “quem nós podemos nos tornar” [...] a construção de identidades tem a ver com “raízes” (ser), mas também com “rotas” e “rumos” (tornar-se, vir a ser) (CRUZ, 2007, p. 97).

Pode-se dizer, então, que cada grupo social organiza seus significados em função de tendências sociais e projetos enraizados em sua estrutura social, bem como, em sua visão de tempo e espaço. Compreende-se que as rotas e rumos podem ser as rotas e roteiros turísticos existente nas regiões turísticas, que visam a organização sistemática de atrativos dos municípios, com o intuito de caracterizar a região e suas unidades territoriais. Então, a identidade que é construída por meio de um processo de identificação, pode se constituir como fonte de mudanças, traduzindo anseios, lutas, novas rotas, outros rumos.

Nesta perspectiva, entende-se que a identidade territorial reafirma o sentido de pertencer a algo e/ou algum espaço, no qual, os grupos sociais estão inseridos e, portanto, podem viabilizar, através do pertencimento e identidade, transformações e mudanças sociais.

O caráter dinâmico da identidade também é mencionado por Haesbaert (2007), utilizando-se do termo “processos de identificação”, que traduz a ideia de dinamismo e o caráter relacional da mesma.

Destaca-se, contudo, que o caráter dinâmico e relacional da identidade não significa, necessariamente, fragilidade frente ao dinamismo imposto pelas relações estabelecidas no território, pois [...] as identidades são dinâmicas [...] e se relacionam a processos sociais e históricos atentando para [...] a existência de identidades híbridas [...] (ALMEIDA; SIQUEIRA; DIAS, 2008, p. 70).

No ponto de vista da Geografia Clássica Francesa, marcadamente do século XIX, La Blache, entendia a identidade como conjunto relacional do lugar e dos seus habitantes, na profundidade histórica do grupo e de sua relação com o ambiente. Porém, esta concepção de identidade estava fortemente associada às perspectivas naturalistas, característica deste período histórico, como se as sociedades fossem “congeladas”.

No século XX, na década de 70, com as correntes humanistas e a expansão da Geografia Crítica, a identidade passou a ser estudada através do conceito de sentido de lugar, de pertencimento e de espaço vivido (TUAN, 1983). A relação entre identidade e lugar era pensada na perspectiva pela qual este participava inteiramente da vida dos indivíduos e dos grupos. Posteriormente, para a Geografia Cultural, a identidade tornou-se uma celebração móvel formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais os indivíduos eram representados interrogados nos sistemas culturais (HALL, 1987, p.11).

Contemporaneamente, busca-se uma nova possibilidade do reconhecimento dos indivíduos, não mais centrado em uma única identidade, mas partilhando por diversas referências, pertencendo os diferentes grupos, reconhecendo-se na pluralidade, no movimento, na incoerência, na contradição (HALL, 2002; CASTELLS, 2008; CUCHE, 2002). Nesta perspectiva, compreende-se a reprodução da(s) identidade(s) da Região Turística Central, que possui diferentes grupos sociais partilhando pluralidades culturais e construindo identidades territoriais nos municípios que habitam.

Bock, Golçalves e Furtado (2001) expõem como o processo sócio-histórico da identidade é entendido. Os autores fundamentam-se no marxismo e adotam o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método. Nesse sentido,

Concebe o homem como ativo, social e histórico; a sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material; as ideias, como representações da realidade material; e a realidade material, fundada em contradições que se expressam nas ideias; e a história, como movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de ideias, incluindo a ciência e a psicologia (BOCK; GOLÇALVES; FURTADO, 2001, p.17-18).

Entende-se que a identidade “[...] se constitui como um produto da socialização, produto da interação do sujeito com aqueles que estão presentes em sua vida” (ALMEIDA; SIQUEIRA; DIAS, 2008, p. 156). Ou então, como “[...] unidade expressiva que orienta a ação de uma comunidade” (EWALD; SOARES, 2007, p. 24).

De acordo com Hall (2002), existem duas formas distintas de identidades culturais. A primeira ocorre quando determinada comunidade busca recuperar o seu passado histórico e uma cultura partilhada, que pode ser representada reafirmando a identidade. A segunda concepção é aquela baseada no reconhecimento entre os indivíduos e nas suas reivindicações comuns. Os processos históricos sustentam a fixação de certas identidades e a geração de novas identidades.

A globalização, para Hall (2003) é um dos processos da modernidade tardia que mais tem exercido impacto sobre a identidade cultural. Tal fenômeno tem provocado

O deslocamento-descentração dos indivíduos, tanto de seu lugar no mundo social e cultural, quanto de si mesmos. Ou seja, o sujeito pós-moderno está se tornando cada vez mais fragmentado e enfrentando uma “crise de identidade” (HALL, 2003, p. 9).

Para Saquet (2003), a identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que se estabelecem todos os dias, e isso envolve as obras materiais e imateriais produzidas, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas, entre outros. Tem-se a identidade como um processo dinâmico, pois

A identidade não é somente um estado, mas também e, sobretudo, [...] um processo de tornar-se similar no interior de uma área territorial, com mesmas imagens, ídolos, normas. [...]. Um processo dinâmico de identificação que se faça reconhecer ao outro. A identidade é construída, desconstruída e reconstruída com o passar do tempo, no mesmo ou em lugares diferentes, como ocorre através das migrações (RAFFESTIN, 2003, p. 4).

Entende-se que a identidade é um processo de identificação construído no tempo e no espaço por grupos sociais, os quais são sendo dispostos através de características e elementos culturais.

Para Haesbaert (2007, p. 42) “[...] as marcas da identidade não estão inscritas no real, mas os elementos sobre as quais as representações de identidades são construídas e são dele selecionados”. Portanto, há uma marca material e simbólica.

São a partir desse marco material e simbólico que serão construídos os processos de identificação, como no caso de grupos de indivíduos que constroem no espaço, identidades territoriais. Os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica (como aquela promovida pelas identidades) se sobrepõe à dimensão mais concreta (como a do domínio político que faz o uso de fronteiras territoriais para se fortalecer) (HAESBAERT, 1999, p. 171).

Woodward (2000) aborda que as identidades possuem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos, pelos quais são representadas. O autor revela que a identidade é relacional e marcada pela diferença que, por sua vez, envolve a exclusão. Também, há símbolos entre a identidade das pessoas e as “coisas” que elas usam, ou seja, a construção da identidade é simbólica e social.

É relevante destacar que a identidade não faz referência somente às pessoas ou objetos materiais, afinal, a mesma carrega signos do passado e do presente. São representações que criam o processo de identificação. Este, por sua vez, perpassa pela noção de semelhança, igualdade de um ser humano com outro, com um objeto ou um símbolo, pois

Ela (a identidade) nunca é construída a partir da mera diferença ou de características “próprias”, “singulares”, pois tem sempre um caráter reflexivo, isto é, identificar-se implica sempre identificar-se com, num sentido relacional, dialógico, e a identidade, por mais essencializada que pareça, justamente por seu caráter simbólico, é sempre múltipla e/ou está aberta a múltiplas reconstruções (HAESBAERT, 2007, p. 42).

Contudo, muitas vezes transcorre-se a ideia de que esta identidade caminha sempre no campo do irreal, no âmbito simbólico-imaterial. Não obstante, por mais que esteja pautada nesta dimensão, a mesma necessita do material, de um marco concreto, um referencial espacial, ou seja, a dicotomia.

Os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica (como aquela promovida pelas identidades) se sobrepõe à dimensão mais concreta (como a do domínio político que faz o uso de fronteiras territoriais para se fortalecer) (HAESBAERT, 1999, p. 171).

Como a identidade reafirma o sentido de pertencimento, demonstra um papel transformador, de modificação, essencial para a construção de identidades. Neste sentido “[...] as identidades estão constantemente sendo construídas a partir de relações [...] que envolvem interesses políticos, econômicos e culturais” (PINTO, 2015, p. 281).

Portanto, as identidades exprimem pertencimento a uma cultura, a um imaginário coletivo, e seus processos unem representações sociais míticas e ideológicas, que constituem uma classificação hierárquica e de distinção (DI MÉO; BULÉON, 2007. Então, os elementos necessários para a construção da identidade, baseiam-se

[...] na matéria-prima fornecida pela História, Geografia, Biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva [...] pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso [...]. Esses [...] materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades [...] (CASTELLS, 2008, p. 23).

Desta forma, o território identitário não é apenas um ritual simbólico. Ele é, também, “[...] o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se firmam e vivem as identidades” (BOSSÉ, 2004, p. 169). Assim, percebe-se que os marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados são marcas materializadas, constituídas por determinados grupos sociais e que auxiliam no processo de identificações culturais desses grupos em determinados espaços geográficos.

Neste entendimento, a identidade advém de um processo histórico e relacional, ou seja, da formação de cada território em um contexto de relações sociais com o ambiente externo à vida em sociedade. A identidade, desta maneira, configura-se no patrimônio a ser conservado e valorizado pelos sujeitos envolvidos

diretamente na sua constituição histórica e por outras pessoas que podem “viver” esse patrimônio.

Há algum tempo, o conceito de identidade territorial começou a fazer parte da reflexão das disciplinas geográficas, como observa Grasso: “[...] a identidade territorial veio adquirindo um lugar de destaque na análise geográfica” (GRASSO, 1998, p. 617).

Compreender a identidade, enquanto produto sociocultural é objeto de interesse geográfico, pois, ela modifica e relaciona sentidos plurais aos espaços. A identidade territorial baseia-se, principalmente, nos aspectos socioculturais dos grupos sociais.

A identidade, enquanto produto sociocultural pode ser objeto de interesse geográfico quando se torna elemento plasmante das disposições territoriais ou, mais em geral, quando determina, ou está em grau de determinar, modificações estruturais, relacionais e de sentido no espaço geográfico (POLLICE, 2010, p. 10).

Nesta pesquisa, busca-se compreender a identidade na perspectiva territorial, construída a partir das distintas marcas territoriais simbólicas determinadas pelos grupos sociais no espaço, expressas em uma região, produzindo o que se denomina de identidade territorial, pois a dimensão mais concreta se constitui de alguma forma, um componente estruturador da identidade.

Parte-se do pressuposto geral de que toda Identidade Territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constitui, assim, parte fundamental dos processos de identificação social. [...]. De forma muito genérica podemos dizer que não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica [...] do espaço pelos seus habitantes (HAESBAERT, 1999, p. 172).

No sentido de relação de apropriação, pode-se dizer que “[...] a identidade territorial pode ser interpretada como sentido de pertença, identificação social e representação partilhada do coletivo” (POLLICE, 2010, p. 10).

Desta forma, muitos autores que balizam a fundamentação teórica desta pesquisa, na concepção da identidade territorial, pertencem a perspectiva teórica da Geografia Cultural. Segundo Pollice (2010), a identidade territorial nasce por um

processo autorreferencial colocado em ação por uma comunidade que se apropria culturalmente de um âmbito espacial predefinido.

Neste contexto, torna-se pertinente pensar na identidade territorial além do sentido relacional, não apenas entendendo que as identidades são frutos das interações entre os indivíduos com seus territórios, mas, também, enquanto diferenças que caracterizam esses espaços, que os definem como únicos e, portanto, os constituem.

Para Pollice (2010), a identidade não é um fenômeno estático, mas dinâmico, fruto da incessante interação entre uma determinada comunidade e o seu espaço relacional. Então, entende-se que a identidade é criada e transformada pelos grupos sociais no decorrer do tempo e do espaço.

Flores (2006), parte do pressuposto de que toda identidade territorial é uma identidade social definida por meio do seu espaço, enriquecida com seus traços culturais, constituindo determinado espaço geográfico. Afirma, também, que não há território sem algum tipo de valoração simbólica do espaço pelos seus habitantes.

Portanto, uma das características mais importante da identidade territorial, é que ela recorre a uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” a memória do grupo (HAESBAERT, 1999). Desta forma “A relação da sociedade a seus espaços, lugares e territórios é acompanhada de um poderoso sentimento de identidade” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p 45). Também se deve considerar

Otra característica fundamental de la identidad ésta personal o colectiva es su capacidad de perdurar aunque sea imaginariamente en el tiempo y el espacio. [...] Hemos de decir entonces que es más bien la dialéctica entre permanencia y cambio, entre continuidad y discontinuidad, la que caracteriza por igual a las identidades personal y a las colectivas (GIMENÉZ, 2009. p. 40-41)

Pode-se dizer, então, que a identidade sobrevive, historicamente, através de um processo de assimilações e permanências. Portanto, a identidade é construída a partir da organização e/ou reorganização espacial, tanto simbólica quanto concreta. Na presente pesquisa ela é compreendida como identidade territorial.

Segundo Haesbaert (2007), a identidade territorial se efetiva num espaço referencial, que assume caráter central para a identificação do grupo. O autor prossegue,

Assim no que estamos denominando aqui de identidades territoriais, escolhem-se (ou, concomitantemente, reconstruem) espaços e tempos, Geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns (HAESBAERT, 2007, p. 44).

Entende-se que, a identidade territorial oportuniza o reconhecimento de um grupo social, num determinado espaço e essa identidade é composta, por símbolos que a constrói e, não são construções totalmente eventuais, pois se mantêm sempre determinados vínculos com a realidade concreta e o grupo social.

Desse modo o poder simbólico, pode fazer uso de elementos espaciais, representações e símbolos, constituindo uma identidade territorial (HAESBAERT, 1997). O referido autor afirma, também, que não é propriamente o espaço que forma uma identidade, mas sim, a força política e cultural dos grupos sociais que nele se reproduzem e a sua capacidade de produzir uma determinada escala de identidade, territorialmente mediada. Assim, o território envolve, ao mesmo tempo, diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica cultural, através de uma identidade atribuída pelos grupos sociais ao espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político, de controle do espaço como forma de domínio dos indivíduos (HAESBAERT, 1997).

Nesta perspectiva, Cruz (2007) afirma que a construção de uma identidade territorial pressupõe dois elementos considerados fundamentais, o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento. Por conseguinte

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2003, p. 13).

Portanto, a produção de identidades territoriais se manifesta em diversas escalas. As territorialidades

Podem também ser projetadas por práticas sociais (festas, rituais), pelo mercado (enclaves homogêneos de consumo) ou por estratégias e discursos políticos (valorização e institucionalização de paisagens e monumentos), lembrando que o sujeito e o meio estão em contínua integração e são constitutivos um ao outro (BERDOLAY; ENTRIKIM, 1998, p.118).

A identidade territorial permite uma cooperação estreita entre os diversos sujeitos, ou seja, a imagem e as paisagens permitem a valorização econômica do espaço por consumidores externos a ele. Nesta perspectiva, a identidade faz relações com a atividade turística que desempenha um papel estratégico nas políticas de desenvolvimento local, como sugerem aqueles mecanismos de identificação que são adotados pelos atores locais (POLLICE, 2010).

O desenvolvimento endógeno é quase sempre a expressão de uma expressiva identidade territorial. O sentido de pertencimento representa um dos fatores determinantes do desenvolvimento local. A perceptiva territorial é essencial para compreensão do espaço turístico como um sistema complexo em constante evolução, que combina, de um lado, um conjunto de atores e de outro, o território do qual esses atores se apropriam, usam, ordenam e administram (SILVEIRA, 2014).

Como já mencionado, a identidade não é um fenômeno estático, mas sim dinâmico, fruto da interação entre uma determinada comunidade e o seu espaço relacional, ela pode contribuir para o desenvolvimento e para implementação dos processos inovadores em escala local e regional, pois na realidade geográfica, por múltiplos aspectos, ela pode ser viabilizada expressando-se através da identidade territorial.

Haesbaert (1997) refere-se que a identidade territorial é intercalada por várias outras e seu conteúdo simbólico pode, as vezes, mudar rapidamente no tempo, portanto, ela nunca pode ser vista como unitária. Neste sentido, os símbolos que compõem uma identidade não são construções totalmente eventuais. Eles mantêm sempre determinados vínculos com a realidade concreta, ou seja, são suas expressões territoriais.

Para Haesbaert (1997), também é possível admitir que existem identidades somente partindo da concepção de espaço produzido, da territorialização como um processo de reprodução social, que incorpora uma dimensão concreta e simbólica, inventada e manipulada pelos interesses de grupos econômicos e políticos, que

conseguem tornar mais eficazes esses símbolos em suas estratégias de controle e acumulação.

Muitos autores desconsideram a existência “concreta” da identidade concebendo-a somente no campo das representações, no caso específico das identidades territoriais (HAESBAERT, 1997). Ressalta-se a base material que serve de referência para a construção da identidade, pois

Na discussão da Identidade Territorial isto irá aparecer de forma muito nítida, pois por mais que se reconstrua simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui de alguma forma, um compromete estruturador de uma identidade (HAESBAERT, 1999, p. 174).

A consciência socioespacial de pertencimento diz respeito ao sentimento de pertença, dos laços de solidariedade, ao sentido de pertencer e de se reconhecer como sujeito ou grupo social em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território.

Pode-se dizer, então, que as identidades territoriais são construídas pelos grupos sociais através da funcionalidade do espaço pelo viés histórico, econômico e político, mais concreto, ou mesmo a partir de uma dimensão simbólica.

Destaca-se que, paulatinamente, elaboram-se abordagens que reconhecem a identidade como uma unidade transescalar, entre distintos sujeitos e territórios, unidos pelas relações (SAQUET, 2003). Então,

A construção dessas novas identidades acontece num espaço coletivo de reflexões, organizações e mobilizações, além de favorecer a descoberta de que caminhar junto pode ser mais eficaz ou recompensador, do que sozinho ou isolado (OLIVEIRA, 1990, 165).

A identidade territorial tende a reforçar o poder normativo dos valores éticos e comportamentais localmente compartilhados. Algumas vezes, a identidade se funda sobre o compartilhamento destes valores que são sentidos pela comunidade local, como expressão tangível da própria especificidade cultural (POLICCE, 2010).

É importante ressaltar que a identidade não é uma construção totalmente arbitrária ou aleatória, ela precisa ancorar-se em referentes materiais ou, em outras palavras, tem sempre uma fundamentação política concreta. “[...] As marcas da identidade não estão inscritas no real [...] mas sim, nos elementos sobre as quais as

representações de identidades são construídas e são dele selecionados” (HAESBAERT, 2007, p. 42).

Entende-se que, é a partir do marco material e simbólico, que são construídos os processos de identificação, como os grupos sociais que constroem suas identidades territoriais organizando e/ou reorganizando o espaço geográfico.

5.2 MARCADORES TERRITORIAIS RELIGIOSOS, HISTÓRICOS E FABRICADOS

Ao encontro deste estudo, a região passa a ter significado para o grupo social nele inserido, por meio da materialização da identidade, sob a ótica cultural através dos marcadores territoriais que garantem a coesão identitária dessas comunidades.

Os marcadores territoriais são “[...] a vertente da materialização que permite a manipulação, tornando visível e palpável os sinais identificadores dos territórios” (HENRIQUE, 2004, p. 12). Assim, a vertente material torna-se instrumento espacial de alteridade (BONNEMAISON, 2012; HENRIQUE, 2004).

Neste sentido, destaca-se que “[...] as identificações e relações de pertencimento, constantemente estão sendo alteradas a partir do visível, ou seja, através da fabricação de marcadores territoriais” (PINTO, 2015, p. 48). Portanto,

As marcas territoriais contribuem para a constituição de imaginários sociais, relações de pertencimento e reconhecimento identitários, envolvendo, muitas vezes, crenças enraizadas ou fabricadas no território (PINTO, 2015, p. 114).

A partir do exposto, pode-se compreender que os marcadores territoriais são marcas espaciais e simbólicas materializadas, que contribuem para o reconhecimento identitário representado no espaço e no tempo, vivenciados socialmente.

Segundo Bonnemaïson (2012), essas marcas são elementos essenciais que contribuem para a interpretação da realidade, uma vez que fornecem sustentação para a produção dos territórios de vida, convivialidade e enraizamento social. A partir da relação social com tais marcas territoriais, observa-se que esses símbolos favorecem as transformações sociais, históricas, culturais e identitárias. Pinto (2015, p. 116) afirma que “[...] essas marcas são elementos que contribuem para a

interpretação da realidade”. Então, a partir da relação social com tais marcas, observa-se que esses símbolos favorecem os câmbios identitários (BONNEMAISON, 2012).

Os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. O espaço cultural é um espaço geosimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território – santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e de valores (BONNEMAISON, 2012, p. 292).

O conceito de geosímbolos proposto por Bonnemaïson (2012) vai ao encontro das ponderações dos marcadores territoriais, pois

Os geosímbolos humanizam o espaço e o diversificam, marcando-o como empreendimento cultural. A riqueza cultural de uma civilização pode ser lida na multiplicação dessas “paragens tranquilas”, dos signos e lugares de enraizamento que são os territórios. Inversamente, o desaparecimento desses territórios em benefício de um espaço “banalizado”, é sinal de um empobrecimento cultural, quando não se trata de certa incapacidade de se comunicar com uma terra e seus semelhantes. O território não responde apenas as necessidades de identidade e segurança; é também o lugar de alteridade consentida (BONNEMAISON, 2012, p. 301).

Essa discussão possibilita entender os geosímbolos como “[...] marcas culturais no espaço, os quais tornam-se um instrumento de comunicação histórico-cultural nos espaços sociais” (PINTO, 2015, p. 132). Para o referido autor, os marcadores territoriais são elementos importantes para uma melhor compreensão dos processos de construção das identidades socioterritoriais, pois envolvem relação de poder e de pertencimento social.

Neste contexto, é necessário se ater as duas vertentes, a vertente imaterial do simbólico, que traz à tona a transcendência social, enquanto a vertente material, torna-se instrumento espacial de alteridade (BONNEMAISON, 2012; HENRIQUE, 2004).

Para Bordieu (1989), o poder simbólico exerce a construção da realidade, pois esses marcadores territoriais contribuem para o estabelecimento das ordens sociais, que geram sentidos e significados sobre o mundo social. Então, o ordenamento social objetiva a homogeneidade de pensamento sobre o tempo e espaço, que essencializam os marcadores territoriais, os quais expõem a intencionalidade de espaços autênticos (BOURDIEU, 1989), sendo assim, são

fundamentais para a análise das interações socioespaciais (PINTO, 2015, p.140). Essas espacialidades são as marcas identitárias dos grupos sociais expostas no espaço.

Outro ponto relevante a ser destacado são os símbolos, que podem ser refletidos como elementos de integração social. Desta forma, eles provocam o consenso do mundo e a reprodução da ordem social. Os sistemas simbólicos podem ser pensados como deslocamentos de sentido, visto que as marcas territoriais estão diretamente dialogando com as temporalidades e com os imaginários sociais (BOURDIEU, 1989).

Os marcadores territoriais como instrumentos que representam o domínio do sentido territorial, à medida que eles associam a interesses político – ideológico e de valorização de determinadas tradições locais, passam a gerar representações sociais e relações de pertencimento a determinadas identidades socioterritoriais (PINTO, 2015, p. 143).

Para Pinto (2015), também é possível relacionar os marcadores territoriais com o patrimônio cultural, os quais são essenciais para a análise das representações sociais e da identidade socioterritorial. Neste sentido, eles representam as influências sociais, artísticas, culturais, religiosas e econômicas nos processos sociais vivenciados, ou seja, os bens patrimoniais tornam-se representações simbólicas do vivido.

O patrimônio cultural pode ser definido como marcadores identitários, pois envolvem pertencimentos e materializações culturais que permite uma melhor compreensão de como as identidades são vivenciadas e impostas, através da fabricação de marcas patrimoniais legitimadoras de interesse políticos, econômicos e cultural (PINTO, 2015, p. 159).

Neste estágio das reflexões é pertinente a retomada da discussão da contextualização das categorias dos marcadores territoriais selecionados para a pesquisa, ou seja, os religiosos, os históricos e os fabricados, que balizam metodologicamente o trabalho.

A primeira categoria refere-se aos marcadores territoriais religiosos, também denominados de sagrados. Eles representam “[...] um marcador simbólico que permite vários suportes e desempenha diferentes funções em relação ao homem e a

religiosidade” (HENRIQUE, 2004, p. 16). Neste entendimento, a arte e as crenças profanas – religiosas produzem sentidos aos espaços sociais (PINTO, 2015).

Os espaços religiosos são entendidos como lugares que oportunizam o fortalecimento de identidades à medida que as pessoas compartilham e vivenciam, juntas, a manifestação do sagrado, construindo ou avigorando valores que se refletem através das ações de cada pessoa no grupo social.

Os marcadores territoriais históricos constituem a segunda categoria. De acordo com Henrique (2004, p. 23) “[...] eles constituem elementos naturais e também fabricados, que implicam a mobilização dos grupos sociais que o organizaram, assegurando a socialização do espaço e da natureza e dos lugares de memória”. Como exemplos, entendem-se os monumentos históricos e culturais, museus históricos, memoriais, bustos, estátuas, praças públicas, pórticos, esculturas, entre outros.

Os marcadores territoriais históricos são aqueles que “[...] remetem a temporalidades, vivências e *modus operandi*, inversos do sistema simbólico atual, que geram representações modernas, ecléticas e padronizadas” (PINTO, 2015, p. 144).

Os monumentos são representações materiais de eventos passados, os quais, cotidianamente, estão gerando paisagens nos espaços públicos. A construção dessas marcas territoriais envolve a produção de sentidos e significados (CORRÊA, 2013, p. 71).

Resgata-se novamente Corrêa (2013, p. 74), quando o autor refere que os monumentos “[...] apresentam, potencial para perpetuar antigas tradições, fazer parecer antigo o que é novo e representar valores que são transmitidos como fossem de todos”. Eles “[...] impregnam lugares de valores estéticos e simbólicos” (CORRÊA, 2013, p. 76). Então, é possível compreender os monumentos como marcas concebidas como construções históricas e culturais.

A terceira categoria refere-se aos marcadores fabricados, os quais dizem respeito “[...] aos espaços de habitação dos homens com suas múltiplas construções, além das marcas que integram os caminhos que sinalizam os territórios” (HENRIQUE, 2004, p. 17 e 18). A autora destaca as arquiteturas civis,

públicas e as pontes que facilitam a circulação dos homens, pois “[...] os marcadores são autênticos e são fabricados no espaço regional” (PINTO, 2015, p. 47).

Desta forma, entende-se, de acordo com Pinto (2015, p. 46), que os marcadores territoriais são como elementos “[...] simbolicamente materializados nos espaços regionais e suas interações com a sociedade, expõem diversos sentidos e representações sociais que definem os territórios e contribuem para a construção de identidades”.

Pode-se dizer que “[...] A existência de marcadores territoriais é também uma forma de conceber e apreender o espaço, o mundo habitado e a fronteira entre o território do Eu e o território do Outro” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 53). É possível afirmar, também, através dos marcadores territoriais, que a construção identitária é descrita como uma produção social que se ampara nas distinções socioculturais, na identificação e comparação relacional com o outro (individual) e com outras culturas (coletivo) (PINTO, 2015).

A “[...] organização simbólica e social do território materializa-se na construção de marcadores que exprimem a história e a identidade de uma comunidade” (NORDMAN 2005 et al. apud ALBUQUERQUE, 2013, p. 53).

Diante do exposto, pode-se afirmar que os marcadores territoriais são marcas culturais, materializadas através de representações simbólicas no espaço, pelos grupos sociais no decorrer do tempo, que interagem com a sociedade, definindo, construindo e reproduzindo identidades em suas unidades territoriais. Os marcadores territoriais “[...] salientam-se no espaço através de seus elementos materializados, assim como por suas gerações de sentidos e significados para as comunidades ao entorno” (PINTO, 2015, p. 161).

Os valores produzidos pela “[...] relação espacial que desenvolve a sociedade enraizada [...], também, desempenha uma relação dialética de legitimação” (DI MÉO; BULÉON, 2007, p. 29). Portanto, “[...] A materialização une a identidade e torna os recursos para os territórios construírem e compartilhar sua identidade” (LANDEL, 2007, p. 168).

Através dos marcadores territoriais, é possível compreender os sentidos e significados das representações socioculturais e históricas no espaço geográfico, aferindo a sua identidade territorial. Essas marcas “[...] instigam o reconhecimento

sócio territorial, pois estão cotidianamente interagindo com a comunidade” (PINTO, 2015, p. 144).

Para Claval (1999), a construção identitária vai da apropriação completa ao enraizamento simbólico, assim como a realização das divisões em unidades espaciais e a articulação de focos que organizam as identidades.

Di Méo e Buléon (2007) discutem que as identidades possuem dimensões espaciais que tomam a forma cultural das relações sociais e espaciais, produzindo “[...] um território, uma realidade material e uma realidade ideológica” (PINTO, 2015, p. 320).

A realidade material pode estar constituída numa determinada região pela extensão de características e relações culturais construídas e reconstruídas pelos grupos sociais com base no sentido simbólico, na medida em que um conjunto de símbolos e marcas que apontem para seu significado em determinado espaço e tempo sejam estabelecidos.

Desta forma, contemporaneamente “[...] instiga-se pensar os marcadores territoriais através da polissemia do simbólico, uma vez que envolvem uma dialética entre elementos materializados e suas práticas subjetivas” (PINTO, 2015, p. 328).

Nesta pesquisa, o desafio é justamente identificar e compreender as marcas simbólicas no espaço, ou seja, os marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados, construídos no decorrer do tempo pelos grupos sociais descendentes das colonizações alemãs e italianas, que tenham apelo turístico e que estão marcados e materializados nos municípios que integram a Região Turística Central do Rio Grande do Sul.

6 OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO DA REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DA LEITURA DOS MARCADORES TERRITORIAIS

O capítulo apresenta o entendimento dos processos de identificação da Região Turística Central do Rio Grande do Sul, a qual foi delimitada pelos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados, os quais têm influência das etnias colonizadoras alemãs e italianas. Demonstra, também, como os referidos marcadores estão espacializados através da técnica de georreferenciamento, no campo empírico, das unidades territoriais, ou seja, nos dezesseis municípios que integram a região em estudo.

A concepção da identidade territorial na Região Turística Central do Rio Grande do Sul, temática dessa tese, é estruturada através do reconhecimento e entendimento dos marcadores territoriais, marcas simbólicas materializadas no espaço, considerando as três categorias propostas por Henrique (2004). Neste sentido, os marcadores territoriais religiosos, os históricos e os fabricados foram analisados. Eles foram fundamentais para o entendimento das identidades dos municípios que compõem a região em estudo, a partir da organização dos grupos sociais em suas unidades territoriais. É importante enfatizar, novamente, que os levantamentos, bem como as escolhas dos marcadores territoriais foram coletados considerando as indicações obtidas nas entrevistas com os agentes públicos, observação a campo, pesquisa em sites institucionais, observação participante e conhecimento empírico da pesquisadora, levando em consideração as influências alemãs e italianas e o viés turístico, que nem sempre ocorrem com todos os marcadores, pois eles se diferenciam em cada unidade territorial que integram a região em estudo.

Ao abordar a ideia de espaço, é fundamental compreender que seu conceito transcende o entendimento natural, sendo resultado, também, de construções sociais e culturais, uma vez que os processos diários de convivência e identidade, construídos com as experiências de vida das pessoas “[...] ficam enraizados em lugares, em sua cultura, em sua história [...]” (CASTELLS, 1999, p. 440).

Concomitante, Corrêa (2001, p. 292) enfatiza que “[...] a natureza e o espaço, socialmente produzido, constituem o ambiente geográfico resultante de percepções que surgem de variadas bases culturais e expressas pelos variados grupos sociais [...]”.

A partir dos dados e informações coletados, organizados e analisados em concordância com as concepções teóricas da pesquisa, compreende-se que a identidade territorial reafirma o sentido de pertencer a algo, sendo construída por um grupo social, em um determinado tempo, organizando e reorganizando o espaço, tanto de forma simbólica quanto concreta.

Constata-se que a partir da observação *in loco* bem como nas entrevistas realizadas no trabalho de campo com os gestores públicos municipais, que a força política e cultural influencia os grupos sociais na produção e reprodução das identidades territoriais. Essa reflexão vai ao encontro da teoria de Haesbaert (1999), na qual o autor se refere à identidade como uma construção histórica e relacional, formada por elementos tanto materiais quanto simbólicos. Portanto, a compreensão da identidade territorial alicerça-se, sobretudo, na ideia de que “[...] as identidades se situam frente ou num espaço simbólico, social e historicamente produzido” (HAESBAERT, 1999, p. 179). Sendo assim, a identidade territorial reafirma o sentido de pertencer a algo, a uma cultura com inferências históricas, políticas e, também, econômicas de forma simbólica e sólida.

Neste contexto, afirma-se que as identidades territoriais são construídas por fatores históricos, culturais e políticos, onde os grupos sociais expressam as suas características nos espaços em determinado tempo. Cruz (2007, p. 97) relaciona “quem somos nós”, mas também “quem nós podemos nos tornar”, [...] “a construção de identidades tem a ver com raízes (ser), mas também com “rotas” e “rumos” (tornar-se, vir a ser)” (CRUZ, 2007, p. 97).

Dessa maneira as identidades territoriais são construídas pela agregação de diferentes elementos e pelas múltiplas relações territoriais de distintos grupos sociais, os quais apresentam mudanças ao longo do tempo, podendo então, ser ressignificadas e reorganizadas.

De acordo com Cruz (2007) a definição de uma identidade territorial considera dois elementos: os espaços de referência identitária e a consciência socioespacial

de pertencimento. Em relação à referência de pertencimento, entende-se que os grupos sociais sentem-se afetivamente e culturalmente parte de determinado espaço, no qual constroem suas identidades territoriais.

A Região Turística Central do Rio Grande do Sul é composta por diferentes grupos sociais que partilham pluralidades culturais e, conseqüentemente, reproduzem identidades territoriais distintas nos espaços em que habitam, tornando assim, uma região heterogênea.

Na região supracitada é visível a presença de diversos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados que representam os grupos sociais étnicos das colonizações alemãs e italianas no espaço em que foram criadas, construídas e reconstruídas no decorrer do tempo.

O processo de formação e organização da Região Turística Central do Rio Grande do Sul advém de uma política pública territorial e descentralizada, criada pelo Ministério do Turismo no ano de 2004, através do Programa de Regionalização do Turismo, o qual passou por algumas transformações e reorganizações no decorrer do tempo. Essas mudanças ocorreram tanto em relação à formação territorial, ou seja, no número dos municípios que integram a referida região turística, quanto às normatizações da adesão municipal através de decretos e portarias, advindos das políticas públicas do turismo para tal regionalização.

Os marcadores territoriais compreendem as marcas culturais materializadas e, portanto, visíveis no espaço, representados simbolicamente pelos grupos sociais étnicos de colonização alemã e italiana, através de aspectos históricos, políticos, turísticos e culturais no decorrer do tempo, que interagem com a sociedade na construção, produção e reprodução de identidades territoriais.

Salienta-se que todos os municípios que integram a região em estudo, possuem diversas colonizações e etnias que os povoaram, colonizaram e/ou influenciaram nas características históricas, culturais e nas expansões territoriais regionais. Como por exemplo, citam-se os índios, negros, espanhóis, portugueses, açorianos, poloneses, japoneses entre outros. Entretanto, essa pesquisa priorizou a influência cultural da colonização alemã e italiana, pois, “[...] os imigrantes alemães e italianos não foram os únicos a se inserirem no território rio-grandense. Embora

tenham sido as correntes migratórias que apresentaram maiores contingentes populacionais [...]” (BRUM NETO, 2012, p. 203).

A força política e cultural tem poder de influenciar os grupos sociais na produção e reprodução da sua identidade territorial. Tal fato ficou evidente na pesquisa, ao compreender que a Região Turística Central do Rio Grande do Sul existe devido a uma política pública territorial onde grupos sociais são os responsáveis por mobilizar, produzir, construir, organizar e reorganizar o espaço ao longo do tempo, por meio dos atrativos, dos ambientes coletivos e dos marcadores territoriais, os quais apresentam influências culturais em suas composições.

No decorrer do trabalho de campo, a realização das entrevistas com os gestores públicos das áreas de turismo e/ou Cultura das prefeituras municipais integrantes das unidades territoriais da região em estudo, foram relevantes para a compreensão do processo da formação histórica de cada município. Também contribuíram para o conhecimento dos aspectos físicos e/ou naturais, socioculturais, dos produtos turísticos formatados, bem como, dos atrativos turísticos e culturais e dos principais marcadores territoriais religiosos, fabricados e históricos, advindos das influências das etnias colonizadoras alemãs e italianas e com viés turístico. Além disso, as referidas informações foram imprescindíveis para o entendimento do processo de inclusão de cada município na Região Turística Central do Rio Grande do Sul.

Na presente pesquisa foram identificados, fotografados e georreferenciados duzentos e vinte e nove marcadores territoriais na Região Turística Central do Rio Grande do Sul, os quais estão divididos em três categorias, sendo: sessenta e três marcadores territoriais religiosos, setenta marcadores territoriais históricos e noventa e seis marcadores territoriais fabricados (Quadro 8).

Os dados coletados no trabalho de campo foram correlacionados com o diário de campo, com os registros fotográficos, com o georreferenciamento dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados e com a pesquisa participante, na qual a pesquisadora compartilhou de diversas reuniões referentes à gestão pública do turismo e da cultura, inclusive em atividades sobre a Regionalização do Turismo, e também do Mapa do Turismo Brasileiro, as quais ocorreram na Associação dos Municípios da Região Central do Rio Grande do Sul

(AM Centro) e no Fórum de Turismo da Região Central do Rio Grande do Sul, o qual é Instância de Governança Regional da Região Turística Central do Rio Grande do Sul, além de diversas atividades no Conselho Estadual de Turismo, cuja sede está em Porto Alegre.

Quadro 8 - Quantitativo de marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados da Região Turística Central do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO	MARCADORES TERRITORIAIS RELIGIOSOS	MARCADORES TERRITORIAIS HISTÓRICOS	MARCADORES TERRITORIAIS FABRICADOS	TOTAL DE MARCADORES TERRITORIAIS
1. Agudo	02	03	02	07
2. Cachoeira do Sul	04	06	05	15
3. Faxinal do soturno	05	04	09	18
4. Itaara	07	06	08	21
5. Ivorá	05	03	07	15
6. Júlio de Castilhos	01	05	10	16
7. Nova Palma	05	03	09	17
8. Paraíso do Sul	03	03	02	08
9. Pinhal Grande	04	02	05	11
10. Restinga Sêca	04	04	04	12
11. Santa Maria	06	11	11	28
12. São João do Polêsine	04	06	03	13
13. São Pedro do Sul	02	07	04	13
14. São Sepé	03	03	07	13
15. Silveira Martins	05	03	08	16
16. Toropi	03	01	02	06
TOTAL	63	70	96	229

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Apresenta-se a seguir, a identificação dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados, presentes em cada um dos municípios pertencentes à Região Turística Central do Rio Grande do Sul.

No município de Agudo foram identificados sete marcadores territoriais, sendo dois marcadores territoriais religiosos, três marcadores territoriais históricos e dois marcadores territoriais fabricados. Nesta unidade territorial é expressiva a influência da colonização alemã os quais se materializam na paisagem pelos marcadores territoriais (Quadro 9 e Figura 32).

Os marcadores religiosos referem-se ao Monumento do Imigrante, em comemoração ao cinquentenário da imigração alemã no Estado, o qual foi construído em 1907, e encontra-se neste local os restos mortais de dezoito imigrantes. O referido monumento, situado na Linha Cerro Chato, foi destruído no período da Segunda Guerra Mundial e posteriormente reerguido em 1952. Todos os anos o local é sede de atividades religiosas no município. O segundo marcador religioso refere-se à Igreja Evangélica de Confissão Luterana localizada próximo à prefeitura municipal no centro da cidade.

Os três marcadores territoriais históricos, no município, são compostos do Instituto Cultural Brasileiro Alemão (ICBAA) fundado em 05 de maio de 1982, sob a liderança do Pastor Richard Rudolf Brauer e Olivo Schirmer. E, os outros dois, se referem, a Praça Padre Francisco Schuster e a Casa da Cultura que também possui estilo arquitetônico *enxaimel*⁵.

Em relação aos marcadores territoriais fabricados, existem dois prédios de arquitetura típica alemã. Um deles é o Restaurante Congeart, localizado na praça central e o outro, um prédio o qual atualmente é utilizado para comércio por uma vidraçaria denominada de Casarão, localizada no centro da cidade.

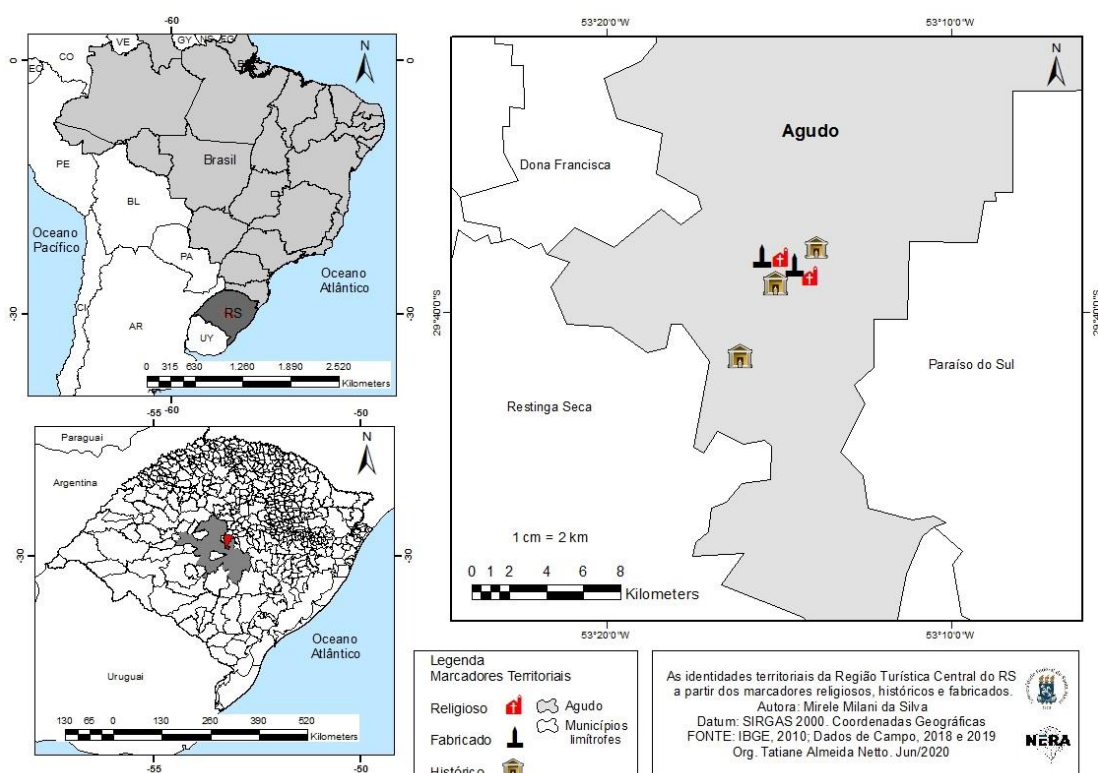
5 O enxaimel é uma técnica de construção que se caracteriza basicamente pela construção de paredes formadas por uma estrutura com peças de madeira horizontais, verticais e inclinadas encaixadas umas nas outras, sem o uso de pregos. No século XVIII, o tijolo começaria a ser usado como material de preenchimento das paredes das casas em cidades no norte da Alemanha. A estrutura de madeira normalmente ficava exposta na fachada, possuindo também função decorativa. Ao longo do tempo, o enxaimel europeu sofreu inúmeras variações técnicas e estéticas, de modo que não se pode dizer que exista um estilo enxaimel. É preciso frisar que enxaimel é a técnica de construção e não o estilo da casa, embora a técnica proporcione uma estética peculiar (WEIMER, 2006).

Quadro 9 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Agudo

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Monumento do Imigrante	Instituto Cultural Brasileiro Alemão (ICBAA)	Prédio do Restaurante Congeart
Igreja Evangélica de Confissão	Praça Padre Francisco Schuster	Prédio da Vidraçaria Casarão
	Casa da Cultura	

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 32 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Agudo



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

Segundo relatos obtidos através das entrevistas com os agentes públicos, os primeiros imigrantes alemães vieram da Pomerânia, em 1857. Eles desembarcaram na comunidade do atual Cerro Chato, na margem esquerda do Rio Jacuí.

Agudo é conhecido como o berço da Colônia Santo Ângelo, a qual foi instalada pelo Governo Provincial (Presidente Ângelo Muniz Ferraz), entre os anos de 1857 e 1885.

Os marcadores territoriais mencionados são partes dos atrativos turísticos e culturais que são divulgados pelo município e estão inseridos na rota turística da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Além dos marcadores citados, no município destacam-se eventos típicos, feiras e a gastronomia colonial, principalmente no hábito cervejeiro, nos pratos à base de salsicha, batatas e cuca alemã, denominada *Kuchen*.

Na unidade territorial de Cachoeira do Sul foram encontrados quinze marcadores territoriais, sendo quatro marcadores territoriais religiosos, seis marcadores territoriais históricos e cinco marcadores territoriais fabricados.

O primeiro marcador territorial religioso é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – Templo Martinho Lutero. Ela é uma construção em estilo gótico, marcando a história da colonização alemã na região. Sua construção remete ao início da imigração germânica a qual se concentrou no bairro Rio Branco e entorno. O templo foi inaugurado no dia 19 de abril de 1931, sendo o primeiro templo luterano da cidade, localizado na esquina da Rua Isidoro Neves da Fontoura com Avenida Presidente Vargas.

A Igreja Nossa Senhora da Conceição é a catedral da diocese do município e se constitui no segundo marcador religioso. A Igreja de Santo Antônio, inaugurada em 1938 em estilo barroco é o terceiro marcador e, a capela Nosso Senhor do Bonfim, conhecida popularmente como “Capela Santa Josefa” é o quarto marcador religioso. Ela foi construída em 1912, no local onde teria sido a senzala de uma fazenda e, segundo a história, foi construída por devotos da escrava em agradecimento por graças alcançadas. Há uma versão de que a escrava estaria sepultada em um túmulo localizado nos fundos da referida capela. Ela é conhecida como Santa Josefa, sendo folclore no município, visto que a mesma não foi canonizada. O local é visitado por fiéis, que agradecem por graças alcançadas.

Os marcadores históricos são seis. O primeiro refere-se ao Busto de Liberato Salzano Vieira da Cunha, localizado na praça Dr. Balthazar de Bem. A figura ilustre, Liberato Salzano Vieira da Cunha nasceu em 20/12/1920. Ele foi prefeito da cidade em 1947 e deputado estadual em 1950. Além do busto, ruas e escolas levam seu nome em sua homenagem.

O Château d'Eau é o segundo marcador histórico. Ele foi construído com a finalidade de levar água por gravidade ao reservatório de distribuição da rua Júlio de Castilhos e regular a pressão da água nas zonas mais elevadas da cidade. Foi desativado em junho de 1970, não sendo mais reservatório e nem passagem de água, tornando-se um importante atrativo turístico.

O Memorial Nacional do Arroz constitui-se o terceiro marcador. Ele é um espaço que possui máquinas e implementos agrícolas dos primórdios da lavoura de arroz irrigado. Nele pode ser encontrado, também, além de fotos, documentos e materiais produzidos pela cadeia produtiva orizícola, principal produto da economia local.

O quarto marcador histórico é o Parque de eventos e exposições Fenarroz. Nele ocorre o maior evento da cidade. Inicialmente criado para festejar a crescente produtividade das lavouras de arroz e das indústrias do setor instaladas no município. O evento era a oportunidade de comemorar a abertura da colheita do cereal e o sucesso da produção. Assim, nos primórdios, tinha a característica de festa e, posteriormente, com a evolução econômica passou a ser uma feira de negócios, sendo atualmente denominada de Feira Nacional do Arroz.

A Praça Honorato de Souza Santos, quinto marcador territorial histórico, inaugurada no ano de 1980, recebeu essa denominação em homenagem ao médico e prefeito municipal de Cachoeira do Sul. Ela substituiu a antiga estação férrea, a qual transferiu-se naquela época para o bairro Oliveira. Por fim, o pavilhão do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), junto ao memorial do arroz é o último marcador histórico, constituindo um espaço dedicado a história do plantio, beneficiamento e colheita da orizicultura.

Os marcadores territoriais fabricados são: A Ponte de Pedra, aberta ao trânsito em 1848 na época do império. Foi a primeira do tipo a ser construída no Estado e, segundo relatos de historiadores, era o principal acesso da Vila de

Cachoeira aos municípios de Rio Pardo e Porto Alegre na época. Atualmente encontra-se desativada.

O prédio arquitetônico da Câmara Municipal de Vereadores; o Edifício do Banrisul; a antiga edificação da Câmara Municipal de Vereadores, construída em 1864 e localizado na Praça Dr. Balthazar de Bem, onde hoje é o Museu Municipal e o prédio do Colégio Imaculada Conceição, contemplam os demais marcadores fabricados, que remetem as arquiteturas públicas demonstrando características da época de suas construções.

Este município se caracteriza pela diversidade étnica. As marcas simbólicas alemãs e italianas podem ser observadas nas arquiteturas públicas e civis, igrejas católicas e luteranas, praça municipal, parque histórico, monumento e o memorial do arroz, que remetem a atividade econômica do município.

Os marcadores territoriais citados são atrativos turísticos que remetem aos aspectos históricos, econômicos e culturais de Cachoeira do Sul (Quadro 10 e Figura 33).

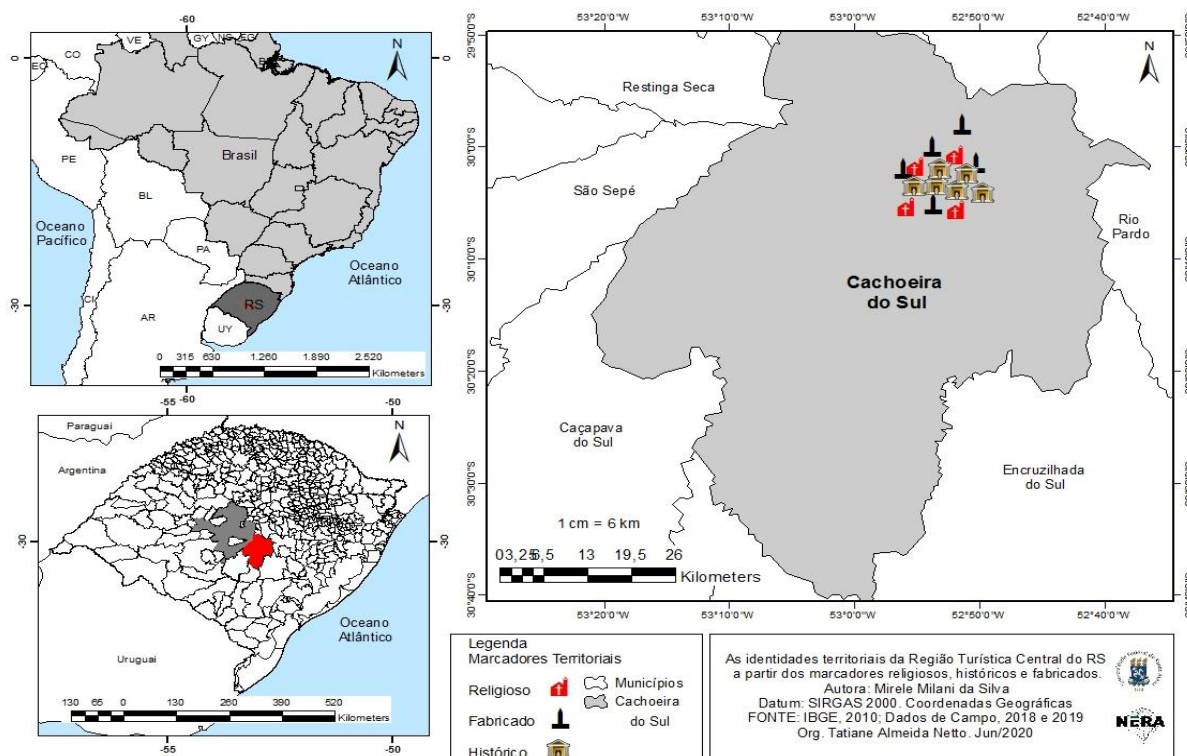
Quadro 10 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Cachoeira do Sul

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – Templo Martinho Lutero	Busto de Liberato Salzano Vieira da Cunha	Ponte de Pedra
Igreja Nossa Senhora da Conceição	Château d’Eau	Prédio da Câmara Municipal de Vereadores
Igreja de Santo Antônio	Memorial Nacional do Arroz	Edifício do Banrisul
Capela Nosso Senhor do Bonfim	Parque de eventos e exposições Fenarroz.	Prédio da antiga edificação da Câmara Municipal de Vereadores
	Praça Honorato de Souza Santos	Prédio do Colégio Imaculada Conceição
	Pavilhão do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA)	

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)

Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 33 - Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Cachoeira do Sul



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

No município de Faxinal do Soturno foram identificados dezoito marcadores territoriais, sendo cinco marcadores territoriais religiosos, quatro marcadores territoriais históricos e nove marcadores territoriais fabricados.

Faxinal do Soturno faz parte dos municípios pertencentes à Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Ele foi colonizado por imigrantes italianos e, conseqüentemente, as marcas culturais se expressam nos costumes, hábitos, gastronomia, monumentos, arquiteturas e na vivência religiosa de sua população. Segundo os relatos das entrevistas, foi João Batista Zago quem trouxe da Itália a imagem e a devoção a São Roque, padroeiro do município.

Entre os marcadores territoriais religiosos destaca-se o Santuário Mãe Rainha, construído por Eugênio Piovesan no ano de 1950, o qual está localizado no centro da cidade, especificamente no Bosque Municipal.

No ano de 1937 foi iniciada a construção de outro importante marcador religioso, a Igreja Matriz São Roque. Ela foi inaugurada no dia 6 de janeiro de 1939. Porém, a efetivação da Paróquia só ocorreu em 15 de agosto de 1960. Suas pinturas internas representam o novo e antigo testamento bíblico, cujo pintor foi o artista Ângelo Lazzarini, auxiliado pelo morador local, Fiorelo Orlandi e o mestre de obras Luis Soldera. O Capitel Nossa Senhora da Saúde, outro marcador religioso, localiza-se na Linha Formosa e é um pequeno oratório construído em uma estrada rural.

Outro marcador territorial religioso do município é a Ermida de São Pio de Pieltrecina. Ela é uma pequena igreja localizada fora do povoado, na comunidade de Cerro Comprido. Foi construída em 24 de outubro de 2004 por iniciativa do professor gaúcho, Cláudio Casassola e sua esposa Lourdes Pauletto. A paisagem cênica onde está localizada a ermida permite aos visitantes vislumbrar uma vista panorâmica de toda a região da Quarta Colônia, sendo um marcador bastante visitado pelos turistas.

A Gruta Nossa Senhora de Lourdes, situada na comunidade de Sitio Alto, destaca-se, também, como marcador religioso. Ela foi inaugurada em 25 de maio de 1958 e está distante 15 km do centro da cidade. No local há infraestrutura para festas, um riacho e uma praça para receber os devotos e turistas, principalmente na festa dedicada a Nossa Senhora de Lourdes, que ocorre todos os anos no mês de fevereiro.

Os marcadores históricos estão representados pelo Monumento ao Imigrante, inaugurado em 1975 o qual homenageia a imigração italiana. O referido monumento é uma réplica do navio Columbus, que trouxe os imigrantes italianos para Estado.

Outro marcador territorial histórico é a Praça Vicente Palotti. Ela é utilizada para a realização de diversas atividades públicas e eventos como mateadas, festas natalinas e de páscoa entre outros eventos.

O Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha é um marcador histórico que contempla um vasto acervo fotográfico, desde a década de 1920 até os dias atuais. Nele é possível conhecer a trajetória e os costumes dos imigrantes italianos que povoaram o município. O mesmo situa-se no centro da cidade, próximo ao Bosque do Santuário.

Destaca-se, também, o Monumento do Bebedouro, localizado na Praça Vicente Palotti. Ele se constitui em uma réplica do bebedouro construído em 1923 por Vicente Pigatto. O mesmo tinha como finalidade o abastecimento de água potável para a população local e para os animais, principalmente aos cavalos que eram utilizados como meio de locomoção e para o trabalho nas lavouras.

Os marcadores territoriais fabricados do município estão representados pelas construções típicas da arquitetura italiana. Destacam-se as habitações e igrejas e se constituem em um importante legado cultural local. Os mesmos estão representados por dois prédios públicos, um comercial e, os demais, são residências particulares. Um dos prédios é utilizado pelo Ministério Público – Promotoria da Justiça e o outro é o antigo Seminário Palotino São José. Este abriga algumas secretarias municipais e a Emater-Ascar/RS. Integra também este grupo de marcadores, um casarão antigo que, na atualidade, é o Hotel e Lancheira da Gema, além das arquiteturas civis de domínio particular.

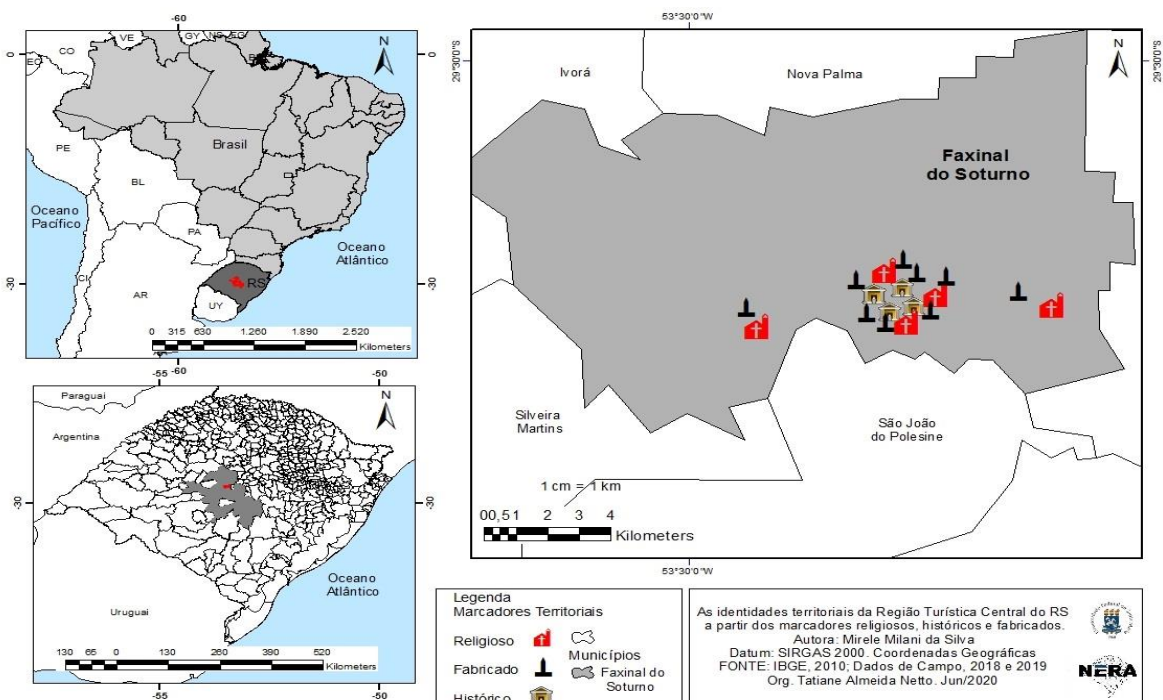
Em Faxinal do Soturno são bem expressivas as marcas e influências da colonização italiana. Elas podem ser percebidas a partir dos marcadores territoriais, das paisagens bucólicas, dos hábitos e costumes da população, das arquiteturas, da gastronomia italiana presente no cotidiano, como a polenta, a cuca italiana, o queijo, o salame, o vinho, das festas típicas, do dialeto, da religiosidade presente nas comunidades urbanas e rurais e pelo próprio sistema econômico produtivo herdado dos imigrantes italianos (Quadro 11 e Figura 34).

Quadro 11 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Faxinal do Soturno

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Santuário Mãe Rainha	Monumento ao Imigrante	Prédio Ministério Público (Promotoria da Justiça)
Igreja Matriz São Roque	Praça Vicente Palotti	Prédio do Seminário Palotino São José onde contempla secretarias municipais.
Capitel Nossa Senhora da Saúde	Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha	Casarão antigo que abriga Hotel e Lancheira da Gema
Ermida de São Pio de Peltrecina	Monumento do Bebedouro	Seis residências particulares
Gruta Nossa Senhora de Lourdes		

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 34 - Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Faxinal do Soturno



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

Na unidade territorial de Itaara foram identificados vinte e um marcadores territoriais, sendo sete marcadores territoriais religiosos, seis marcadores territoriais históricos e oito marcadores territoriais fabricados.

No ano de 1857, os alemães Jacob Albrecht, Jacob Adami e Miguel Kroeff compraram lotes de terras do cirurgião Manoel Alves, iniciando, assim, o processo de colonização alemã no município. Desta forma teve início a urbanização e o desenvolvimento do povoado chamado de São José do Pinhal. Posteriormente, italianos e outras etnias também chegaram no município.

Os marcadores territoriais religiosos são compostos pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana, localizada em frente à praça matriz. Ela foi construída pelos imigrantes alemães, em 1869. Os sinos do templo vieram da Alemanha com inscrições no idioma alemão, pois na época não era permitido erguer torres ou templos que não fossem católicos. Esses sinos são considerados os primeiros não católicos do Brasil. No sino maior está escrito: “*Recordações da Família Albrecht – 1885*”. “*Louvado seja o Pai, o Filho e o Espírito Santo em seu trono*” e no sino menor: “*Fundimos para a Comunidade do Pinhal em Santa Maria – 1885*” - “*A Santa Trindade seja louvada e glorificada eternamente*”. Em frente a igreja está localizado o cemitério histórico germânico, com um monumento de pedra que retrata a homenagem dessa etnia colonizadora no município. Ainda compondo aos arredores da praça, está outro marcador religioso, a Igreja Matriz São José, construída ao lado da Igreja Luterana.

A Igreja de Santo Expedito é uma construção recente e de destaque turístico. Lá é realizado um evento importante do município, pois na romaria anual, em devoção ao santo, se reúnem fiéis e devotos para visitaçã o e pagamento de graças alcançadas.

A Capela de Schoenstatt é outro marcador religioso, sendo composto de uma ermida em estilo gótico. O altar é trabalhado em madeira, e sobre ele, há uma imagem da Mãe Três Vezes Admirável. A capela de Itaara segue as linhas do Santuário Original, em Vallendar, Alemanha, no qual surgiu o movimento Schoenstatt, em 1914.

O cemitério judaico localiza-se junto a Fazenda Philippson nas margens da Rodovia BR 158, é um patrimônio das famílias que participaram do primeiro grupo

de imigrantes judeus vindos da região de Bessarábia, na época Rússia e hoje Ucrânia, para o Brasil por motivos de perseguições religiosas. O cemitério foi tombado como patrimônio cultural do Estado, através do Decreto nº 36 de 1994.

A capela Santo Antônio, localizada na comunidade Vila Etelvina próximo à via férrea, destaca-se como outro marcador religioso local. Foi construída em estilo belga, no século XX, por Antônio Alves Ramos. Marco histórico dos primeiros católicos da região, a capela que tem aproximadamente 200m² e possui imagens de Nossa Senhora Aparecida e Santo Antônio. A lei municipal nº 728/2007 reconhece a referida capela como patrimônio histórico municipal.

Entre os marcadores territoriais históricos em Itaara, destaca-se o Monumento Judaico, localizado na Fazenda Philippson. Ele se constitui em um marco histórico-cultural da primeira colonização judaica no Brasil. Foi inaugurado em 1994, ano do centenário da imigração e construído por Bóris Russowski (*in memoriam*).

A Pedra Fundamental na Estrada do Perau, o Monumento aos Imigrantes Alemães, localizado próximo ao cemitério luterano e o Pórtico, situado em uma propriedade particular, conhecida antigamente como “Casa do Barão”, com os dizeres “*Barão de Hirsch*”, um dos responsáveis pela companhia que trouxe os judeus para o Brasil, integram os marcadores históricos locais.

A Praça Matriz é uma construção recente e o Sobrado Dona Etelvina completam os marcadores históricos. O Sobrado foi construído por Antônio Alves Ramos, português que trabalhou na construção da estrada de ferro que ligava Paraná ao Rio Grande do Sul. Apresenta estilo de uma estação belga de trem, com as instalações consideradas de luxo para a época. Mais tarde, a propriedade foi adquirida pela Mitra Diocesana, passando a ser residência de verão do bispado e, mais recentemente, foi vendida à particulares.

Compõem os marcadores territoriais fabricados, a Ponte “Vale do Menino Deus”, conhecida popularmente por “Ponte Garganta do Diabo”. Ela foi construída na década de 1950 e restaurada em 1996. Estabelece a divisa dos municípios de Itaara e Santa Maria, localizada na Rodovia BR 158 e possui um vão de 76 m de altura e 10 pilares de sustentação, oferecendo vista deslumbrante da região.

A Estrada do Perau foi construída em 1840, época da Revolução Farroupilha e calçada no início da década de 1940, período da Segunda Guerra Mundial. Foi

considerada militarmente estratégica. É uma estrada vicinal com 3,6 km de extensão, ligando a Rodovia BR 158 (Itaara) ao bairro Campestre do Menino Deus (Santa Maria) e encontra-se a aproximadamente 430 m de altitude. Ela se caracteriza pela presença de belas paisagens e mirantes com vistas para a Ponte “Vale do Menino Deus”. As demais arquiteturas, referenciadas como marcadores fabricados deste município, são de residências civis particulares.

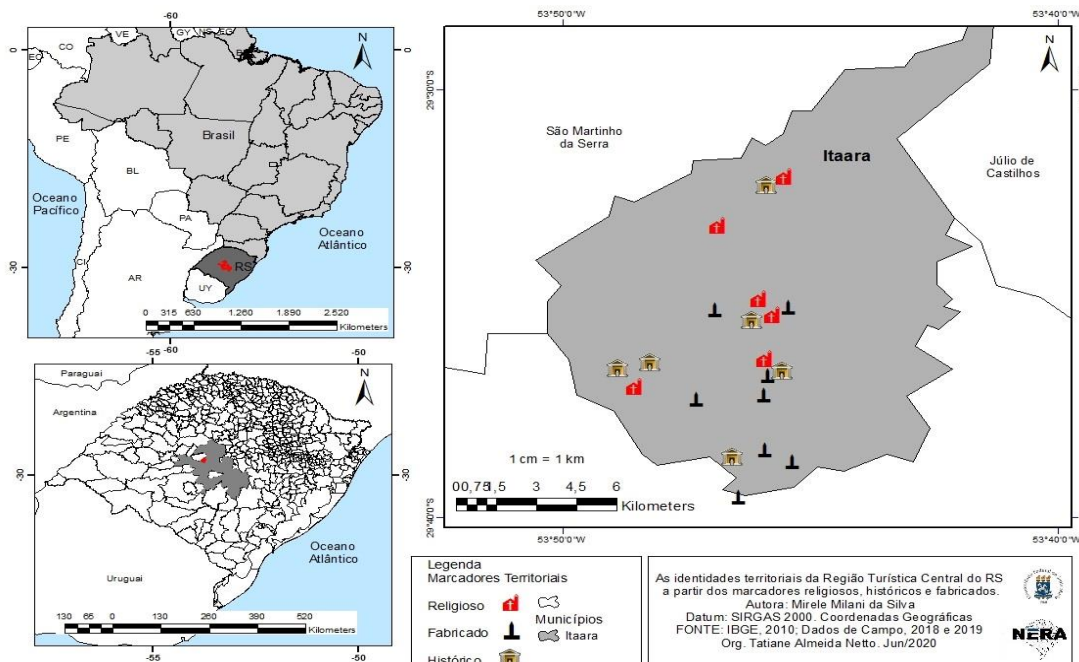
Os marcadores referenciados são atrativos culturais, históricos e turísticos do município (Quadro 12 e Figura 35).

Quadro 12 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Itaara

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Igreja Evangélica de Confissão Luterana	Monumento Judaico	Ponte “Vale do Menino Deus”
Cemitério histórico germânico	Pedra Fundamental na Estrada do Perau	Estrada do Perau
Igreja Matriz São José	Monumento aos Imigrantes Alemães	Seis prédios civis particulares
Igreja de Santo Expedito	Pórtico “Barão de Hirsch”	
Capela de Schoenstatt	Praça Matriz	
Cemitério judaico	Sobrado Dona Etelvina	
Capela Santo Antônio		

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 35 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Itaara



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

No município de Ivorá foram contabilizados quinze marcadores territoriais, sendo cinco marcadores territoriais religiosos, três marcadores históricos e sete marcadores fabricados (Quadro 13 e Figura 36).

O conjunto arquitetônico religioso na Praça Matriz, a Via Sacra e a Cruz Luminosa, são marcas destacadas e que reforçam a fé e a religiosidade no município.

Os marcadores territoriais religiosos correspondem a Igreja Matriz São José, a qual integra o conjunto arquitetônico da Praça Matriz, juntamente com a Torre do Cristo Rei e a Casa Paroquial. A Igreja Matriz São José foi construída no final do século XX e a Torre Cristo Rei e a Casa Paroquial no início do século XX. Se destaca, também, o Monumento Humberto Bussato, figura ilustre, o qual foi pároco de Ivorá de 1918 à 1962.

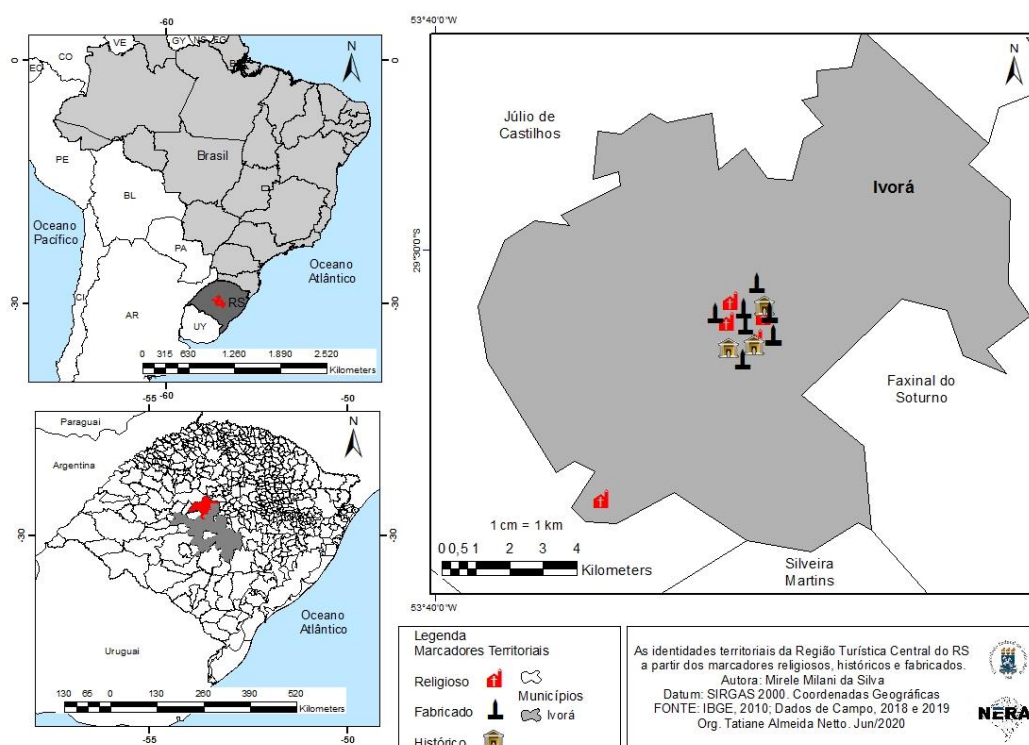
O Monumento da Cruz Luminosa, localizada às margens da RS 348, se constitui em um ponto de visitação turística, pois está edificado no alto de uma montanha, proporcionando uma deslumbrante visão da cidade e região.

Quadro 13 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Ivorá

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Igreja Matriz São José	Museu Alberto Pasqualini	Casa do Nono
Monumento Humberto Bussato	Praça Central	Centro Administrativo Municipal Senador Alberto Pasqualini
Monumento da Cruz Luminosa	Pórtico “Ivorá: berço de Alberto Pasqualini”	Clube Esportivo União
Capitel sem identificação		Quatro prédios de propriedades civis particulares
Mosteiro de Monges Cartuxa Nossa Senhora Medianeira		

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 36 - Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Ivorá



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

O Capitel, sem identificação, situado próximo ao pórtico na entrada da cidade e o Mosteiro de Monges Cartuxa Nossa Senhora Medianeira, são marcadores religiosos que propiciam o desenvolvimento da atividade turística no município, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Os marcadores territoriais históricos correspondem ao Museu Alberto Pasqualini, casa onde nasceu o Senador Alberto Pasqualini, construída em 1896. Localizada na Avenida Garibaldi, centro da cidade, a residência, na atualidade, é um dos grandes atrativos turísticos que abriga um patrimônio mobiliário histórico importante.

A Prefeitura Municipal, a Igreja Matriz São José, a Praça Central e o Pórtico na entrada da cidade, o qual apresenta a seguinte frase: “Ivorá: berço de Alberto Pasqualini”, também integram os marcadores históricos do município.

Os marcadores territoriais fabricados dizem respeito à Casa do Nono, hoje pertencente a prefeitura municipal. Caracteriza-se por apresentar uma arquitetura italiana de grande valor sentimental e histórico para os moradores, pois ela é uma forma de preservação da cultura de seus antepassados. O prédio do Centro Administrativo Municipal, denominado Senador Alberto Pasqualini e o Clube Esportivo União, fundado em 30/03/1965, juntamente com as demais arquiteturas de propriedades civis particulares, integram este grupo de marcadores fabricados.

A unidade territorial integra a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Conforme as entrevistas, atualmente, 90% da população é de descendência italiana e 10% descendentes de outras etnias. O modo de vida, a produção econômica agrícola, costumes, linguagem, festividades, arquiteturas e a religiosidade são marcas expressivas da colonização italiana no município.

Em Ivorá é perceptível a religiosidade, a qual é um dos elementos mais importantes no processo de enraizamento do imigrante italiano. Os marcadores citados são atrativos turísticos e fazem parte da Rota Turística da Quarta Colônia de Imigração Italiana e, também, de roteiros municipais agregados ao turismo de natureza, modalidade que vem atraindo expressividade em nível regional e estadual, através de passeios em cascatas, trilhas, cachoeiras e cânions.

No município de Júlio de Castilhos foram identificados dezesseis marcadores territoriais, sendo um marcador territorial religioso, cinco marcadores territoriais históricos e dez marcadores territoriais fabricados.

Como marcador territorial religioso destaca-se a Paróquia Nossa Senhora da Piedade, localizada no centro da cidade, em frente à Praça João Alvarenga.

Os marcadores históricos correspondem ao Monumento da Convenção da Reserva, erguido em um capão, local onde ocorreu a célebre reunião de Júlio de Castilhos com o mais representativo grupo da Propaganda Republicana, no dia 21 de março de 1889. O fato se constitui em um dos principais acontecimentos políticos do Estado. Salienta-se, também, o Pórtico localizado na entrada da cidade, às margens da Rodovia BR 158, que traz marcas da história e cultura local. O Monumento Júlio Prates de Castilhos, localizado na Praça João Alvarenga (Praça Central), tem calçada em mosaico português. A Fonte Pública de 1911, importante projeto social da época, o qual reverenciou o serviço que era realizado pelas antigas lavadeiras.

No que diz respeito aos marcadores territoriais fabricados, no município, salienta-se as arquiteturas civis de residências particulares. Destaca-se a casa onde nasceu Júlio Prates de Castilhos, na Fazenda da Reserva e a antiga casa de Carlos Prates de Castilhos, irmão de Júlio Prates de Castilhos, no centro da cidade.

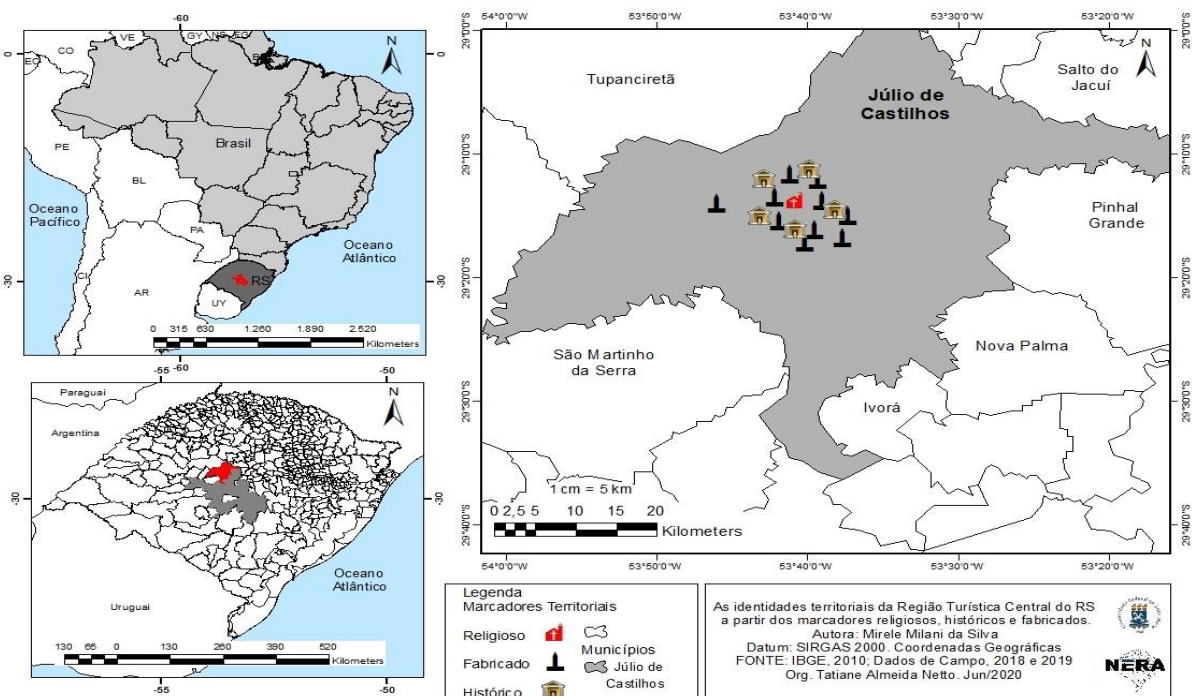
Segundo relatos da entrevista, por volta de 1812 ou 1813, chegaram o descendente açoriano, João Vieira de Alvarenga, sua mulher Maria Rosa de Moraes, seu primeiro filho, Manoel e mais alguns escravos. Eles ocuparam as terras devolutas cujo título de sesmaria ele teria recebido em 1826. Escolheu para sua moradia, o alto da Coxilha, onde hoje é o centro da cidade, e os arredores da praça central, que atualmente leva o seu nome. Neste local, estabeleceu ranchos e mangueiras e, também, criou gado. O município se caracteriza por uma diversidade étnica e não apresenta uma expressividade cultural alemã e/ou italiana, como ocorre nos demais municípios, principalmente os pertencentes à região da Quarta Colônia de Imigração Italiana (Quadro 14 e Figura 37).

Quadro 14 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Júlio de Castilhos

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Paróquia Nossa Senhora da Piedade	Monumento da Convenção da Reserva Monumento Júlio Prates de Castilhos Praça João Alvarenga Fonte Pública	Casa onde nasceu Júlio Prates de Castilhos Casa de Carlos Prates de Castilhos Oito prédios residenciais particulares

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 37 - Marcadores territoriais religiosos, históricos, fabricados do município de Júlio de Castilhos



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

Na unidade territorial de Nova Palma foram encontrados dezessete marcadores territoriais, sendo cinco marcadores territoriais religiosos, três marcadores territoriais históricos e nove marcadores territoriais fabricados.

O primeiro marcador territorial religioso refere-se à estátua do Padre Luiz Sponchiado, conhecido popularmente por “Padre Luizinho”, figura ilustre do município e fundador do Centro de Genealogia de Nova Palma. O segundo corresponde a Igreja Matriz Santíssima Trindade, em estilo renascentista. Ela foi projetada pelo arquiteto Vitório Zani e sua planta data de 1925. A imagem da padroeira Santíssima Trindade, posicionada no centro do altar principal, foi trazida da Alemanha em 1904.

O terceiro marcador religioso é a Gruta Nossa Senhora de Lourdes, na qual pode ser observada diversas placas sobre os milagres e bênçãos alcançadas. Dois capiteis, Santa Polônia e Vitorino Bellé, à beira da estrada, também são importantes marcadores religiosos.

No que diz respeito aos marcadores históricos, destacam-se as esculturas que compõem a Rota das Esculturas, formatada em parceria entre o município e o escultor Rogério Bertoldo. A rota apresenta doze esculturas em pedra, com alusão e símbolos da história local, referente à colonização italiana. Ela possui um trajeto de aproximadamente 9 km entre a cidade de Nova Palma e o Jardim das Esculturas, no município de Júlio de Castilhos, localidade de São João dos Mellos.

A Praça Padre João Zanella possui esculturas alusivas aos italianos. Está localizada em frente à Igreja Matriz Santíssima Trindade. Possui arborização de espécies nativas e exóticas, calçada com pedras de basalto no seu interior. Na área da praça há uma quadra de esportes, pracinha de brinquedos, bancos, mesas para carteados, sanitários, um quiosque com lancheria e restaurante, monumentos ao Pe João Zanella, ex-pároco, aos expedicionários e do centenário da colonização italiana (1887 – 1987), o gazebo Raimundo Aléssio e uma academia ao ar livre.

O Pórtico, na entrada da cidade, uma escultura que representa uma família de colonos italianos, integram o grupo de marcadores históricos de Nova Palma.

Os marcadores territoriais fabricados são as arquiteturas das residências particulares típicas italianas. As referidas arquiteturas são sistemas de construções que demarcam as características da colonização italiana e estão presentes tanto na

área urbana quanto na área rural do município. Algumas arquiteturas estão em bom estado de conservação, outras foram restauradas e, também, aquelas que foram desgastadas com o passar do tempo devido as intempéries naturais.

O município pertence à região da Quarta Colônia de Imigração Italiana e as distintas características italianas podem ser percebidas em todo município. Elas estão presentes na arquitetura, nas igrejas, nos capitéis, nos monumentos, nas estátuas e nos diversos bustos dedicados, por exemplo, aos sacerdotes.

A religiosidade ligada à igreja católica é um fator marcante e uma característica reafirmada na atualidade, sendo um legado dos imigrantes italianos.

Os marcadores fazem parte da rota turística da Quarta Colônia de Imigração Italiana e, também, de roteiros integrados no município e na região (Quadro 15 e Figura 38).

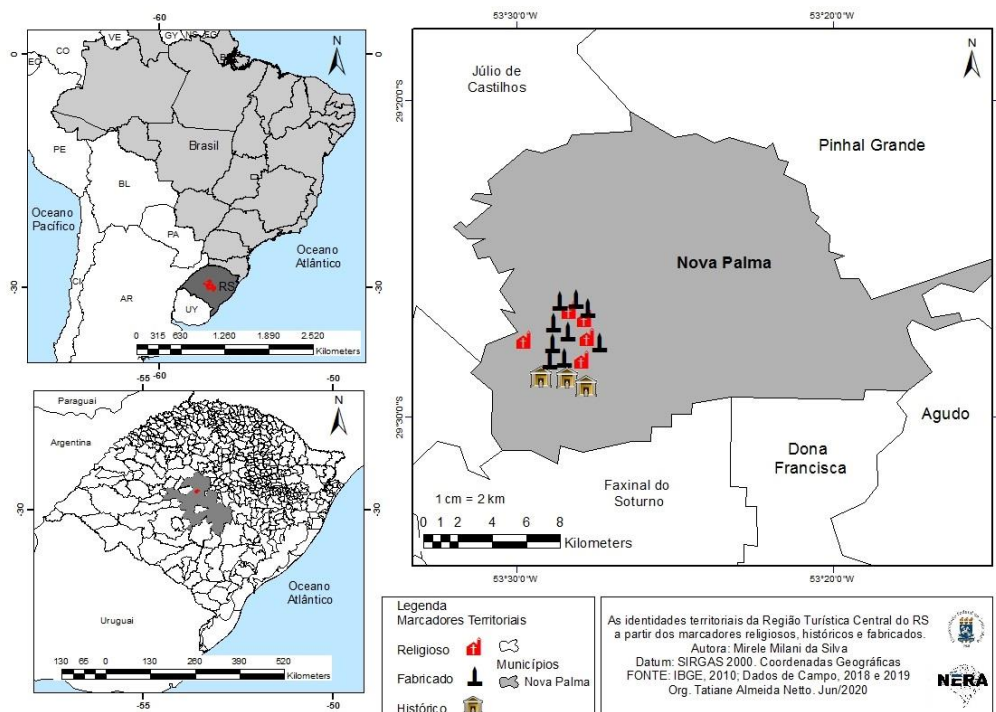
Quadro 15 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Nova Palma

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Estátua do Padre Luiz Sponchiado	Conjunto de doze esculturas que compõem a Rota das Esculturas	Nove prédios residenciais particulares
Igreja Matriz Santíssima Trindade	Praça Padre João Zanella	
Gruta Nossa Senhora de Lourdes	Pórtico de escultura de família de colonos italianos	
Capitel Santa Polônia Capitel Vitorino Bellé		

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)

Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 38 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Nova Palma



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

No município de Paraíso do Sul identificaram-se oito marcadores territoriais, sendo três marcadores territoriais religiosos, três marcadores territoriais históricos e dois marcadores territoriais fabricados.

Os marcadores territoriais religiosos correspondem a duas Igrejas Evangélicas Luteranas – Congregação Martinho Lutero (IELB). Fundada em 1904, a IELB é herdeira da Reforma Luterana iniciada por Martinho Lutero na Alemanha, no século XVI, e iniciou sua atividade no Brasil em 1900. O cemitério germânico é outro marcador religioso.

Os marcadores históricos referem-se ao Monumento em Homenagem à Imigração Alemã, localizado na Vila Paraíso. A Praça Florinaldo Rohde, a qual é decorada com as cores da bandeira da Alemanha (vermelho, amarelo e preto) e ao Pórtico, na entrada da cidade, de arquitetura típica alemã.

As arquiteturas de residências civis correspondem aos marcadores fabricados e foram construídas com técnicas construtivas, como por exemplo, o

enxaimel. Esta técnica é típica da colonização alemã e constituía-se em erguer paredes através de hastes de madeira, encaixadas entre si e com preenchimento de pedras e tijolos.

O município possui a influência da etnia colonizadora alemã através das marcas expostas por meio da arquitetura, igrejas luteranas, monumento em homenagem aos primeiros imigrantes alemães e dos cemitérios, com túmulos e sobrenomes típicos de descendência alemã (Quadro 16 e Figura 39).

Em relação a atividade turística, o município ainda não possui produtos turísticos formatados, mas possui atrativos históricos e culturais que futuramente poderão ser organizados em roteiros turísticos.

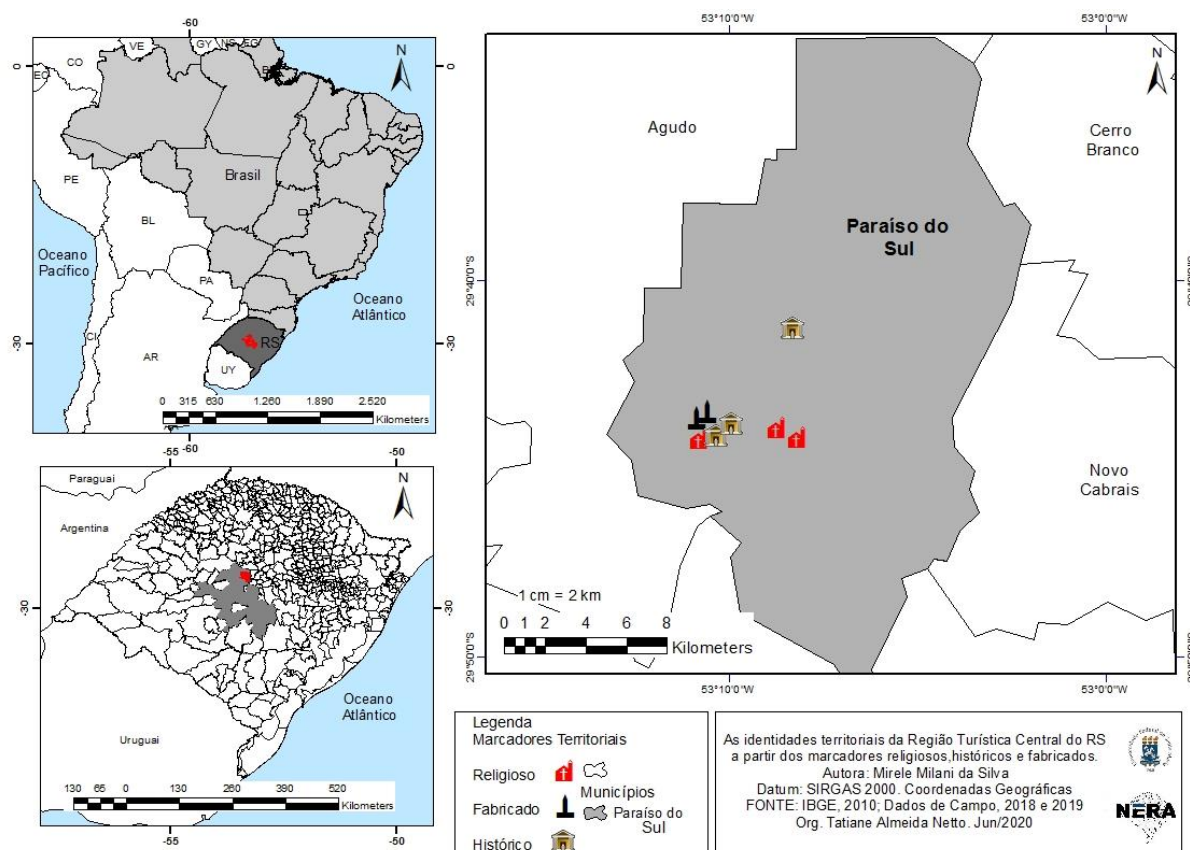
Conforme os historiadores, no ano de 1863 foi construídos o terceiro galpão da Colônia Santo Ângelo, para abrigar provisoriamente as novas levas de colonos alemães, oriundos do município de Cachoeira do Sul. Na localização onde havia essa construção, hoje está o Monumento ao Imigrante, ou seja, às margens da estrada que dá acesso à Vila Paraíso. Este monumento é um dos mais importantes marcos históricos da imigração alemã na região.

Quadro 16 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Paraíso do Sul

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Duas Igrejas Evangélicas Luteranas – Congregação Martinho Lutero (IELB) Cemitério germânico	Monumento ao Imigrante Praça Florinaldo Rohde Pórtico estilo enxaimel	Dois prédios de residências civis

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 39 - Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Paraíso do Sul



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

No município de Pinhal Grande localizam-se onze marcadores territoriais, sendo quatro marcadores territoriais religiosos, dois marcadores territoriais históricos e cinco marcadores territoriais fabricados.

Os marcadores territoriais religiosos dizem respeito à Igreja Matriz São José em estilo gótico. Ela foi construída em 1934 e, posteriormente, passou a ser o centro religioso de referência na cidade. A Gruta Nossa Senhora das Graças, a Capela São João Maria Vianeí, construída no início do século XX, a qual teve sua arquitetura modificada em 1940, em estilo do período colonial. Ela situa-se em um dos pontos mais altos da cidade, no centro e em frente a uma praça. O Monumento de São Cristóvão é outro marcador religioso do município.

Os marcadores territoriais históricos são o Moinho São José Rubin e Irmãos Ltda. Moinho de farinha construído em 1930, pela família de José Rubim Filho. Encontra-se desativado, porém é um importante atrativo turístico cultural bem como a Praça Municipal Campos Salles, localizada no Bairro Limeira.

Os marcadores fabricados são compostos por arquiteturas de residências particulares tipicamente italianas. O sistema construtivo refere-se às arquiteturas remanescentes da imigração europeia e, que atualmente, tornam-se patrimônio para a comunidade, pois auxiliam na manutenção da cultura e história local, sendo valorizada pelo turismo.

Pertencente à região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, o município tem características marcantes dos imigrantes italianos, exposto no seu modo de vida, na paisagem, na arquitetura, na religiosidade, nas festas típicas, no artesanato e na gastronomia.

O município é totalmente agrícola, remetendo a produção econômica dos imigrantes ligada as atividades primárias da agricultura e da pecuária nas diversas propriedades rurais. Os colonos sempre foram persistentes em cultivar a terra. Os principais produtos cultivados são a soja, o milho, o feijão, o fumo, a aveia e a mandioca. O município também participa da rota turística da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Em Pinhal Grande, a religiosidade é significativa desde os primórdios, pois por meio dos sacerdotes, era possível mobilizar os colonos nas comunidades socialmente, realizando atividades e trabalhos comunitários e visando a construção de igrejas, capitéis e capelas, além do salão de festas e de cemitérios (Quadro 17 e Figura 40).

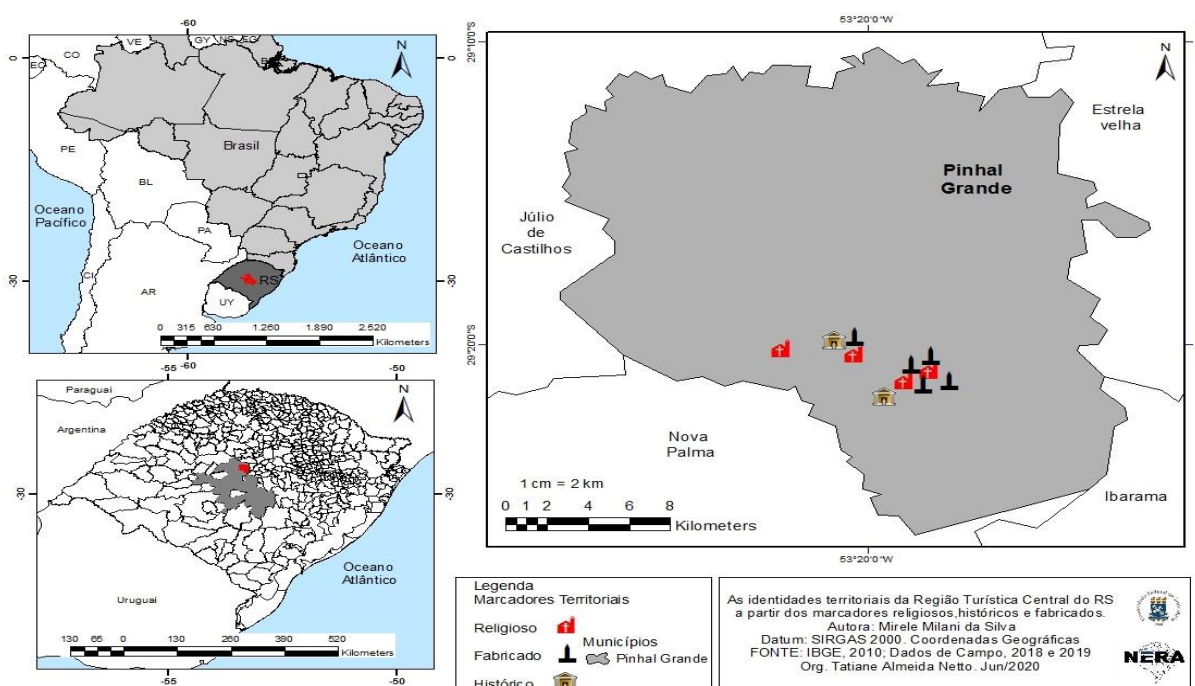
Quadro 17 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Pinhal Grande

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Igreja Matriz São José	Moinho São José Rubin e Irmãos Ltda	Cinco prédios de residências civis
Gruta Nossa Senhora das Graças	Praça Municipal Campos Salles	
Capela São João Maria Vianeí		
Monumento São Cristóvão		

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)

Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 40 – Marcadores territoriais religiosos, fabricados, históricos do município de Pinhal Grande



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)

Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

No município de Restinga Sêca foram observados doze marcadores territoriais, sendo quatro marcadores territoriais religiosos, quatro marcadores territoriais históricos e quatro marcadores territoriais fabricados.

Os marcadores territoriais religiosos configuram-se no Monumento Cruz Luminosa, a qual possui 7,38 metros de altura e, corresponde à centésima parte da altitude do Monte Calvário, onde Jesus foi crucificado.

Os outros marcadores são a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, construída em 1938, localizada em frente à praça municipal, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana e a Capelinha em honra a Nossa Senhora.

Os marcadores territoriais históricos correspondem à três monumentos e um pórtico. O Monumento do Imigrante Alemão, criado em 1934, o qual precisou de diversas juntas de boi e carroções para conduzir as pedras para sua construção.

O Monumento a Iberê Camargo e o Monumento da Locomotiva. E o Pórtico, também, dedicado à Iberê Camargo.

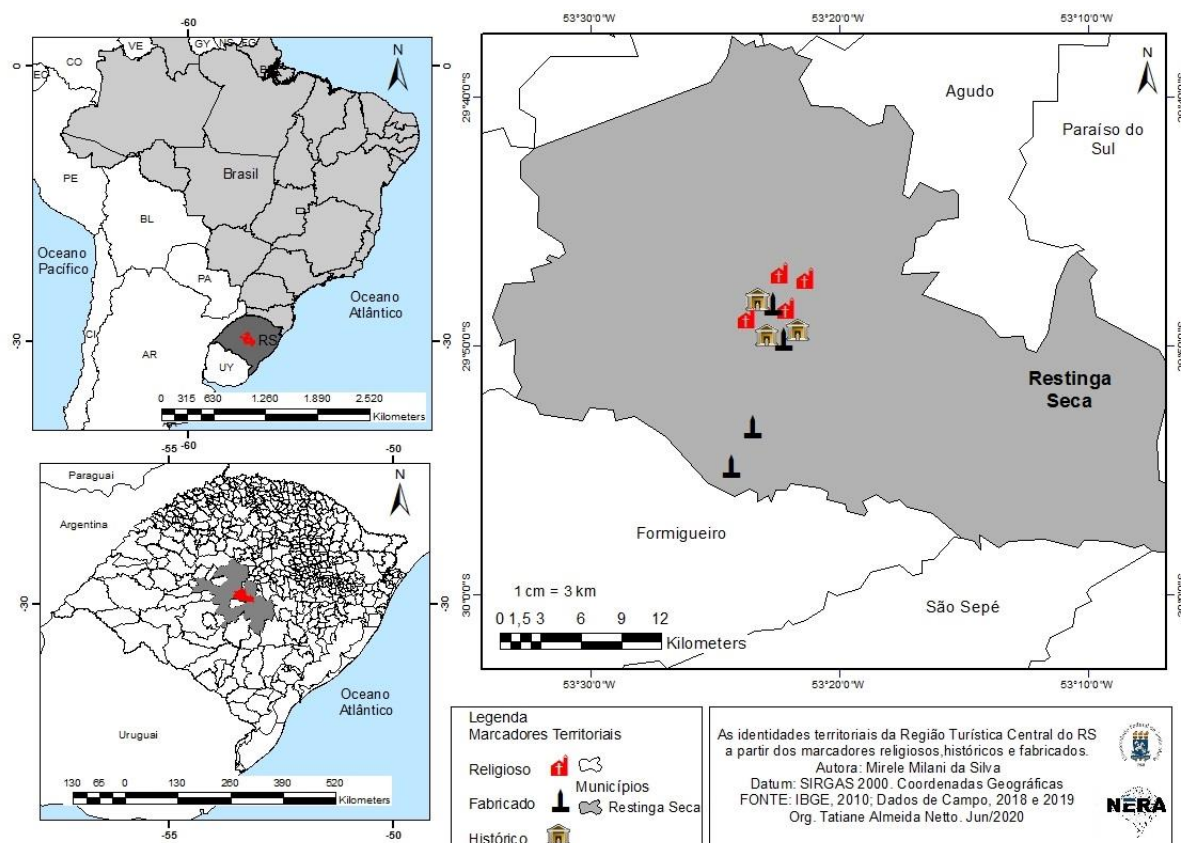
Os marcadores fabricados remetem as arquiteturas de residências particulares, entre elas, cita-se a residência de Edenir Raddatz. Também se destaca a casa do pastor na comunidade luterana São Miguel. O casarão antigo desativado o qual foi, por muitos anos, salão de baile e jogos de bolão, e a casa pomerana em São Miguel (Quadro 18 e Figura 41).

Quadro 18 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Restinga Sêca

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Monumento Cruz Luminosa	Monumento do Imigrante Alemão	Prédio histórico de Edenir Raddatz
Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Monumento a Iberê Camargo	Casa do pastor
Igreja Evangélica de Confissão Luterana	Monumento da Locomotiva	Salão de baile e jogos de bolão
Capelinha em honra a Nossa Senhora	Pórtico de homenagem Iberê Camargo	Casa pomerana

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 41 - Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Restinga Sêca



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

O município integra a Rota Turística da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Segundo a entrevista o principal atrativo turístico é o Balneário das Tunas, que recebe visitantes, turistas e veranistas de todo o estado nos meses de verão, em dias ensolarados e em feriados.

A formação étnica do município é composta predominantemente por quatro etnias: alemã, italiana, portuguesa e afro-brasileira, produzindo uma diversidade cultural

No município de Santa Maria foram identificados vinte e oito marcadores territoriais, sendo seis marcadores territoriais religiosos, onze marcadores históricos e onze marcadores fabricados.

Nos marcadores territoriais religiosos destacam-se o Santuário de Shoenstatt, o Capitel, sem denominação, localizado próximo à ponte Vale do Menino Deus, o Santuário Basílica Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. O qual é um templo católico dedicado à Virgem Maria, sendo a única basílica do mundo dedicada à Nossa Senhora Medianeira a qual atrai milhares de fiéis na romaria que ocorre anualmente, no segundo domingo do mês de novembro.

Também integram este grupo de marcadores religiosos a Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição, construída entre 1902 até 1909. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana e a Sinagoga Itzhak Rabin. A pedra fundamental da sinagoga, localizada em Santa Maria, data de 1926 e, no ano de 1997, a sinagoga passou por uma restauração.

Os marcadores territoriais históricos referem-se ao Monumento da Locomotiva; o Monumento do Blindado, localizado em frente 3ª Divisão do Exército.

O Pórtico é um monumento cultural, de autoria do arquiteto Pepe Reyes e integra um complexo que inclui um avião doado pelas Forças Armadas Brasileiras, um centro cultural e um posto de informações turísticas, com estacionamento para carros e ônibus e situa-se próximo à entrada da Base Aérea.

No que diz respeito aos marcadores históricos, destacam-se: a sede do grupo folclórico germânico *Immer Lustig*; a Casa Diácono João Luiz Pozzobon; a Praça Saldanha Marinho; o Teatro 13 de Maio; a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); o Museu Gama D'êça; a Biblioteca Pública Municipal Henrique Bastide, criada em 1938 e o Clube 21 de abril, fundado em 21 de abril de 1927.

Os marcadores territoriais fabricados correspondem aos prédios públicos como por exemplo, o da Caixa Econômica Federal, localizado no espaço denominado "calçadão", localizado no centro da cidade e o prédio da antiga Estação Férrea.

Integra-se ao grupo de marcadores fabricados, o complexo de casas da Vila Belga e outras arquiteturas civis de residências particulares (Quadro 19 e Figura 42).

A Vila Belga foi projetada pelo engenheiro belga Gustave Wauthier e foi construída no período de 1901 até 1903 para servir de moradia aos funcionários da companhia belga "*Compagnie Auxiliare des Chamins de Fer au Brésil*", os quais vieram para construir as ferrovias no país. Atualmente, nesse complexo, há eventos

culturais como o Brique da Vila Belga, além disso, o espaço é contemplado em rotas e roteiros turísticos da cidade.

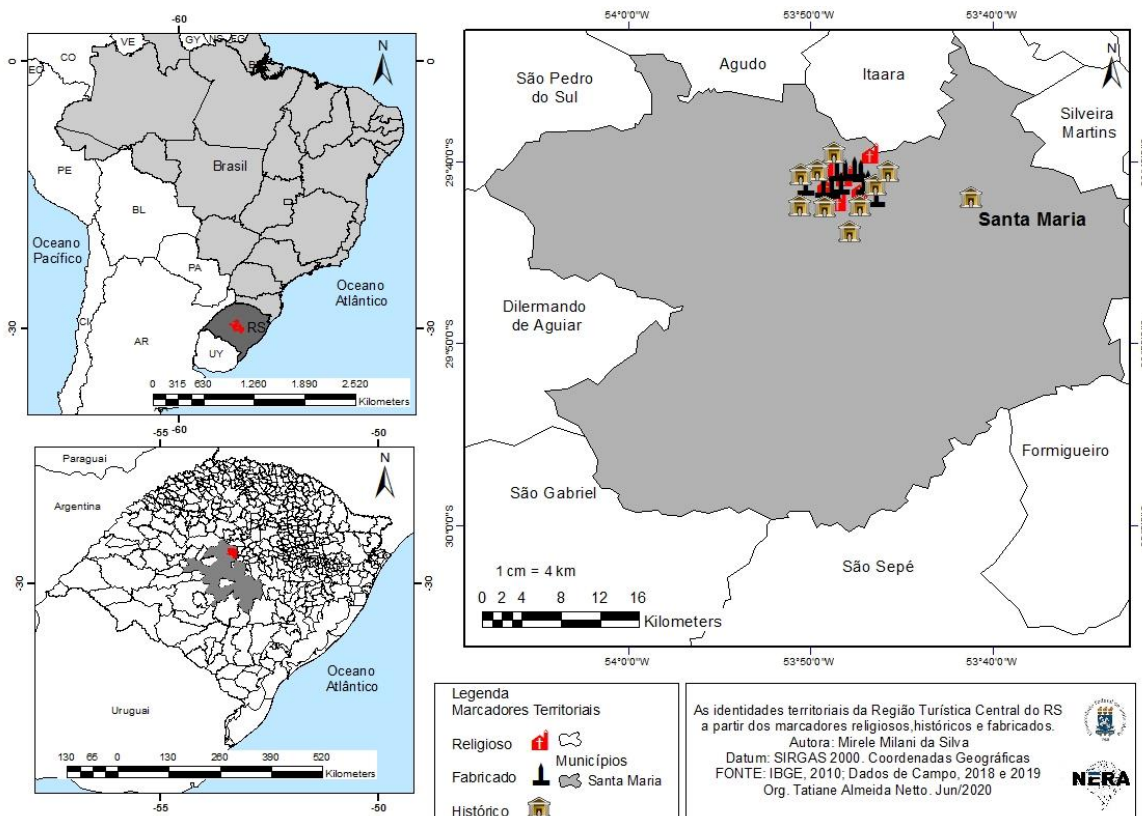
O evento denominado de Brique da Vila Belga é uma atividade organizada de forma mensal para a comercialização e divulgação de serviços e produtos não industrializados, como artesanatos, gastronomia caseira, roupas, utensílios e objetos usados, shows e espaçosos artísticos e culturais.

Quadro 19 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Santa Maria

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Santuário de Shoenstatt,	Monumento da Locomotiva	Prédio da Caixa Econômica Federal
Capitel	Monumento do Blindado	Prédio da antiga Estação Férrea
Santuário Basílica Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças	Pórtico de autoria do arquiteto Pepe Reyes	Casa da Vila Belga
Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição	Sede do grupo folclórico germânico Immer Lusting	Sete arquiteturas civis de residências particulares
Igreja Evangélica de Confissão Luterana	Casa Diácono João Luiz Pozzobon	
Sinagoga Itzhak Rabin	Praça Saldanha Marinho	
	Theatro 13 de Maio	
	Universidade de Federal de Santa Maria	
	Museu Gama D'êça	
	Biblioteca Pública Municipal Henrique Bastide	
	Clube 21 de abril	

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 42 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Santa Maria



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

O município possui uma diversidade étnica, desde a sua fundação até os dias atuais. É possível identificar alguns traços das colonizações alemãs e italianas, porém, com menor expressividade em relação aos outros municípios em estudo.

Santa Maria tem localização geográfica privilegiada, sendo popularmente denominada de “Coração do Rio Grande”. Também é considerada uma cidade polo regional.

Ao final do século XIX, a principal malha ferroviária gaúcha se tornou um dos pilares para o desenvolvimento econômico local e regional. Os acessos, a diversidade de instituições de ensino, bem como o contingente militar e a capacidade estrutural para receber grandes eventos, fazem de Santa Maria um dos principais destinos gaúchos.

Em São João do Polêsine foram analisados treze marcadores territoriais, sendo quatro marcadores territoriais religiosos, seis marcadores territoriais históricos e três marcadores territoriais fabricados.

Os marcadores territoriais religiosos correspondem a Igreja Matriz São João Batista, localizada em frente à Praça do Imigrante italiano; o Monumento Nossa Senhora da Salete, padroeira dos agricultores, a qual possui setenta e sete degraus; a Igreja São Pedro de Ribeirão, foi inaugurada em 1917 e a Igreja de Corpus Christi, localizada no distrito turístico Vale Vêneto, inaugurada em 1907, sendo a única dedicada à Eucaristia na América Latina.

Quanto aos marcadores históricos salientam-se o Museu e a Casa Diácono João Luiz Pozzobom. O local guarda a história e a memória da vida do diácono e de sua família, onde recebe visitantes e peregrinos oriundos de diversos países, estados e municípios.

O Painel “Os Tropeiros” representa o trabalho da agricultura dos colonos italianos. O Monumento da máquina a vapor, a qual era usada para irrigar as lavouras é preservada e faz parte da história do município. A referida máquina era utilizada, pelos agricultores, em forma de revezamento comunitário. Ela está localizada no centro da cidade, na Praça do Imigrante, o qual representa outro marcador histórico, tornando-se um importante símbolo da cidade. Os doadores da máquina a vapor foram João Cera e família, Vergílio Pilecco e família, Ernesto Pilecco e família, Alcides Pilecco e família. A doação ocorreu em maio de 1988.

O Monumento da Polenta (alimentação típica italiana) localizado no distrito de Vale Vêneto e o Pórtico na entrada da cidade, são homenagens à colonização de imigrantes italianos no município.

Os marcadores fabricados referem-se ao casarão antigo, situado em frente à praça, o qual antigamente era o Hotel Central, desativado na atualidade e, também, arquiteturas de residências particulares.

A unidade territorial integra a rota turística da Quarta Colônia da Imigração Italiana e de roteiros municipais e integrados regionais. A fé e a religiosidade também estão materializados na paisagem do município.

O distrito de Vale Vêneto foi um dos núcleos da colonização italiana, pertencentes à Colônia Silveira Martins. A comunidade foi fundada no ano de 1878,

a partir da chegada do imigrante Paulo Bortoluzzi e seu grupo familiar [...] composto por um total de trinta pessoas, além de outros parentes, vizinhos e conhecidos das comunas próximas de Piavon [na Itália], formando um agregado de duzentos indivíduos” (VENDRAME, 2014, p. 172). Neste distrito são realizados anualmente eventos culturais, como exemplo, a semana italiana, focados na gastronomia de origem italiana, na religiosidade, na arte e cultura local. Esses eventos são formas de preservar e demonstrar a importância da colonização de imigração italiana no município e na região.

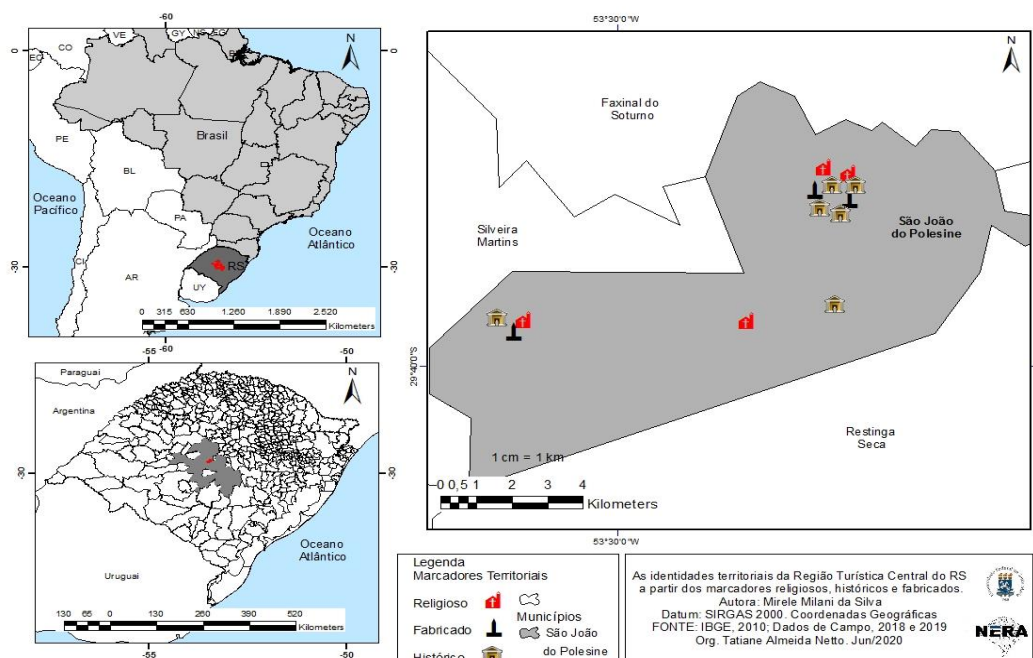
O município apresenta a influência da etnia colonizadora, simbolicamente materializada através das arquiteturas civis, igreja católica, monumentos religiosos e culturais, pórtico e na praça, que possui marcas e elementos expressivos através das miniaturas de ferramentas de trabalho dos colonos italianos (Quadro 20 e Figura 43).

Quadro 20 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de São João do Polêsine

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Igreja Matriz São João Batista	Museu Diácono João Luiz Pozzobom	Casarão do antigo Hotel Central
Monumento Nossa Senhora da Salete	Casa Diácono João Luiz Pozzobom	Dois prédios de arquiteturas civis particulares
Igreja São Pedro de Ribeirão	Painel “Os Tropeiros”	
Igreja de Corpus Christi	Monumento máquina a vapor	
	Monumento da Polenta	
	Pórtico de homenagem aos italianos	

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 43 – Marcadores territoriais religiosos, fabricados e históricos do município de São João do Polêsine



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

Em São Pedro do Sul foram identificados treze marcadores territoriais, sendo dois marcadores territoriais religiosos, sete marcadores territoriais históricos e quatro marcadores territoriais fabricados.

Os marcadores religiosos referem-se à Congregação Evangélica Luterana – IELB. O local de fundação é o atual município de São Pedro do Sul, em 24 de junho de 1904. Seu primeiro presidente foi o pastor missionário Reverendo Carl August Wilhelm Mahler. Outro marcador religioso é a Igreja Matriz São Pedro, localizada em frente à Praça Crescêncio Pereira. No alto da igreja localiza-se a escultura do padroeiro da cidade São Pedro.

Os marcadores territoriais históricos são o Museu Paleontológico e Arqueológico Professor Walter Ilha. Ele possui um acervo de fósseis vegetais e animais que datam entre 245 e 205 milhões de anos, além dos acervos mineralógicos e arqueológicos. O Museu municipal Fernando Ferrari, prédio do antigo Colégio Deiflo Monteiro, apresenta em seu acervo, doações da família de Fernando Ferrari, de empresas, da prefeitura, de clubes, de igrejas, dos cinemas,

das escolas, dos expedicionários, dos agricultores e da população em geral. Visa divulgar e preservar a história de São Pedro do Sul, valorizando as tradições e a cultura local. O tronco de madeira petrificado de cerca de 200 milhões de anos, localizado na Praça Crescêncio Pereira, onde também encontra-se a sua estátua, além do Pórtico, na entrada da cidade, remetem aos marcadores históricos locais.

Os marcadores fabricados são dois prédios históricos. Um comercial, onde funciona o Hotel Cordoni e o outro, público, denominado de Casa da Cultura São Pedro, o qual tem a finalidade de prestar serviços através da disponibilidade de um espaço adequado para o fomento das artes, teatro, dança e concertos.

Segundo a entrevista, o município possui a maior reserva de fósseis petrificados do mundo e faz parte da Rota Paleontológica através de seus fósseis vegetais e petrificados, museus e sítios paleontológicos. Caracteriza-se por proporcionar um passeio ao período geológico triássico, atraindo turistas e pesquisadores de todas as regiões brasileiras e do exterior (Quadro 21 e Figura 44).

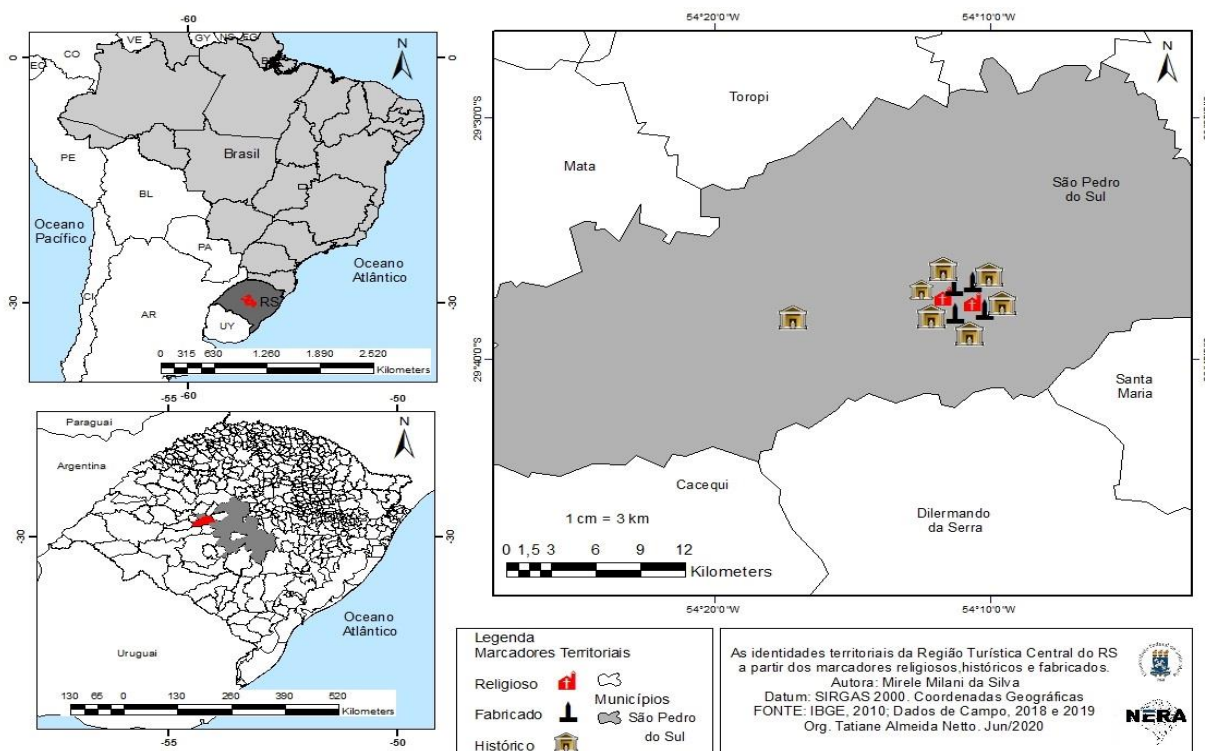
Quadro 21 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de São Pedro do Sul

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Congregação Evangélica Luterana – IELB	Museu Paleontológico e Arqueológico Professor Walter Ilha	Prédio do Hotel Cordoni
Igreja Matriz São Pedro	Museu Histórico Municipal Fernando Ferrari	Prédio da Casa da Cultura São Pedro
	O extenso tronco de madeira petrificado da praça	Dois prédios de arquiteturas civis particulares
	Praça Crescêncio Pereira	
	Estátua Crescêncio Pereira	
	Conjunto de madeiras petrificadas junto ao pórtico	
	Pórtico	

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)

Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 44 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de São Pedro do Sul



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

Destaca-se que o município tem pouca influência das etnias colonizadoras alemãs e italianas materializadas na paisagem, se comparado aos outros municípios da região em estudo. Conforme relatado nas entrevistas, a formação da cidade data de 1866, quando Crescêncio José Pereira doou 14 hectares de terras para edificação de uma capela, e após, distribuiu, gratuitamente, terrenos para quem desejasse residir no local.

No município de São Sepé foram identificados treze marcadores territoriais, sendo três marcadores territoriais religiosos, três marcadores territoriais históricos e sete marcadores territoriais fabricados.

Quanto aos marcadores territoriais religiosos, salienta-se a Igreja Evangélica Luterana no Brasil (IECLB), Igreja Nossa Senhora das Mercês e a Capela São José Operário, localizada no distrito de Vila Block.

Em relação aos marcadores territoriais históricos, enfatiza-se o Monumento em Homenagem ao Centenário do Município. Ele retrata o trabalho do povo, ou seja, há uma placa com desenho que remete aos imigrantes com instrumentos rústicos de trabalho, como arado, enxada e uma junta de bois com carroça.

A Estátua do índio Sepé Tiaraju, “Joseph Tyaraju” é destaque na cidade. O índio nasceu, possivelmente, em torno de 1720 e faleceu em 7 de fevereiro de 1756, às margens da sanga da Bica, em São Gabriel, no combate que precedeu o massacre de Caiboaté, quando enfrentava os Portugueses e Espanhóis, em defesa de sua terra. A Praça das Mercês também é um marcador histórico e está em frente à Igreja Nossa Senhora das Mercês

Os marcadores territoriais fabricados foram identificados por cinco arquiteturas de residências particulares, um prédio utilizado pelas secretarias municipais e o prédio do Clube do Comércio.

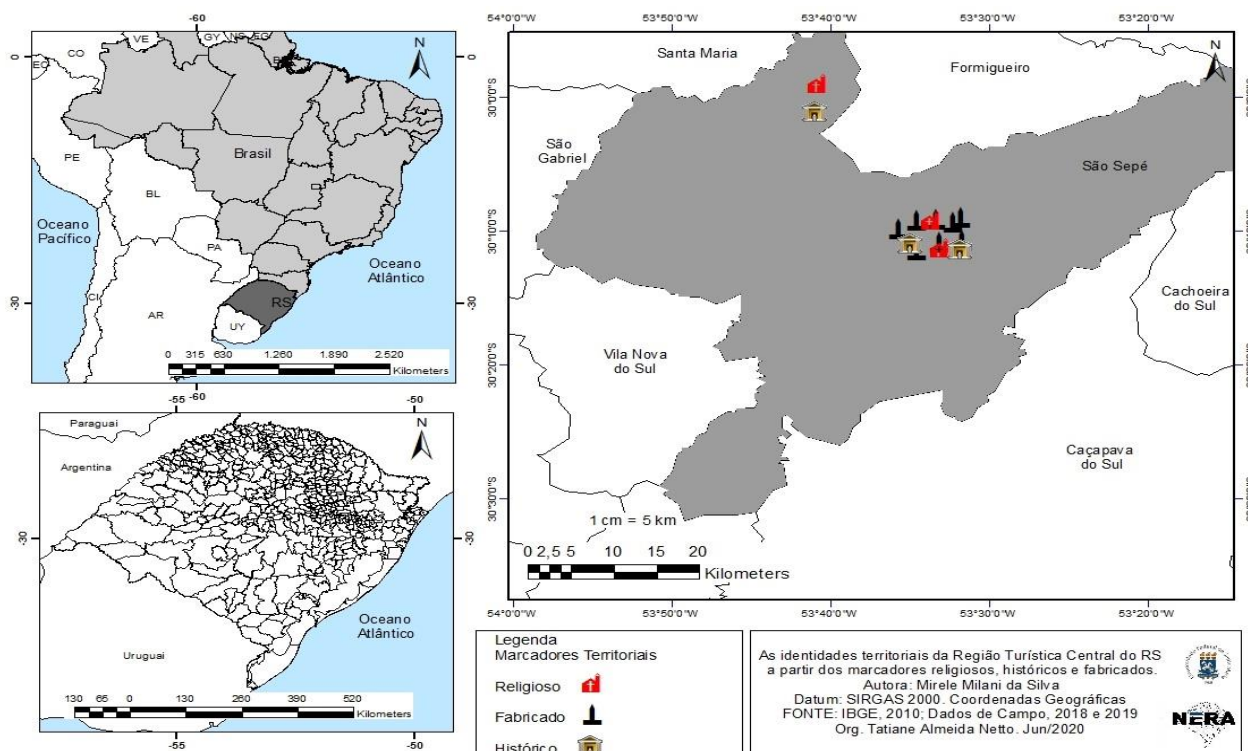
A unidade territorial também apresenta poucos elementos materializados das etnias colonizadoras alemãs e italianas. Segundo as entrevistas, o historiador Aurélio Porto, relata que no território do município havia uma aldeia de índios Guaranis, da qual Sepé Tiaraju era cacique. Em homenagem ao índio, foi edificado a estátua em sua referência póstuma (Quadro 22 e Figura 45).

Quadro 22 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de São Sepé

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Igreja Evangélica Luterana no Brasil (IECLB)	Monumento em Homenagem ao Centenário do Município	Cinco arquiteturas de residências civis particulares
Igreja Nossa Senhora das Mercês	Estátua do índio Sepé Tiaraju	Prédio antigo utilizado para secretarias municipais
Capela São José Operário	Praça das Mercês	Prédio do Clube do Comércio.

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 45 – Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de São Sepé



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

Na unidade territorial de Silveira Martins foram identificados dezesseis marcadores territoriais, entre eles cinco são marcadores territoriais religiosos, três marcadores territoriais históricos e oito marcadores territoriais fabricados.

Os marcadores territoriais religiosos estão representados pela Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua, construída pelos imigrantes italianos em 1890 e inaugurada em 1893. Ela se caracteriza por apresentar uma torre de 42 metros, em estilo romântico-bizantino e em formato cilíndrico, única do gênero na América Latina. Também o Capitel Santo Antônio, datado em 1932 e a Capela Nossa Senhora da Pompéia, em formato octogonal, construída no início do século XX, constituem-se no patrimônio histórico-arquitetônico do local. Pompéia, uma comunidade rural, preserva as características típicas do tempo da imigração e somam-se aos marcadores religiosos do município.

A Gruta Nossa Senhora de Lourdes e o Santuário Nossa Senhora da Saúde são outros marcadores religiosos. O referido santuário tem a santa como padroeira da Quarta Colônia de Imigração Italiana, localizada na Linha Quarta Norte. Todos os anos acontecem a Romaria da Saúde, atraindo centenas de devotos e fiéis. O evento é composto por tríduo, missa de benção à saúde, procissão, almoço e festejos populares.

Quanto aos marcadores territoriais históricos, cita-se a Praça Garibaldi, em homenagem a Giuseppe Garibaldi. O Espaço Memória, que reúne parte do acervo do Museu do Imigrante, inaugurado em 1977, ano do centenário da imigração italiana no município. No local do referido espaço, funciona a Secretaria de Turismo, a qual detém o acervo doado por descendentes dos primeiros imigrantes, configurando-se mais um marcador histórico.

Também compõe este grupo de marcadores, o Monumento ao Imigrante. Ele foi construído no local onde, na época, se instalaram, provisoriamente, a primeira leva de imigrantes italianos, em Val de Buia. Essa denominação é semelhante ao local de origem, *Friulli* na Itália. Próximo ao monumento há demarcações do que seria o cemitério dos primeiros desbravadores italianos. Segundo relatos na entrevista, o agricultor aposentado, Valentim Aita, de 83 anos, que mora há poucos metros do local, além de ter sido membro da comissão do monumento, foi quem doou o terreno para construção do mesmo.

Os marcadores territoriais fabricados correspondem a quatro arquiteturas particulares. Um casarão desativado, que antigamente funcionava o Hotel Pippi, um casarão que funciona um escritório de advocacia, o prédio do Colégio Bom Conselho, inaugurado em 1908, em estilo neoclássico e mantido até a década de 80 pelas Irmãs do Imaculado Coração de Maria, quando passou a funcionar como Escola Estadual. O colégio, durante a maior parte do tempo, foi um internato de meninas. Atualmente têm diversas atividades e projetos da Universidade Federal de Santa Maria, atuando como centro cultural e espaço multidisciplinar de pesquisas e extensão desta instituição.

Também se destacam no município como marcadores fabricados, o prédio do Clube Silveira Martins e o prédio arquitetônico onde se localiza o Centro de Saúde e o Hotel Pinton, ainda em funcionamento.

O município é considerado o berço da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, dando início ao 4º Núcleo de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, juntamente com os outros três primeiros núcleos: Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi. Foi em 19 de maio de 1877, que na localidade de Val de Buia, chegaram as primeiras famílias provenientes do norte da Itália, principalmente da região do Vêneto.

As marcas culturais dos antepassados estão expressas nos saberes e fazeres do cotidiano e na paisagem. Como exemplo, pode-se citar a arquitetura, religiosidade, igrejas, capitéis, cemitérios, gastronomia, monumentos, grutas, festas, dialeto, artesanatos, modo de vida e memórias afetivas.

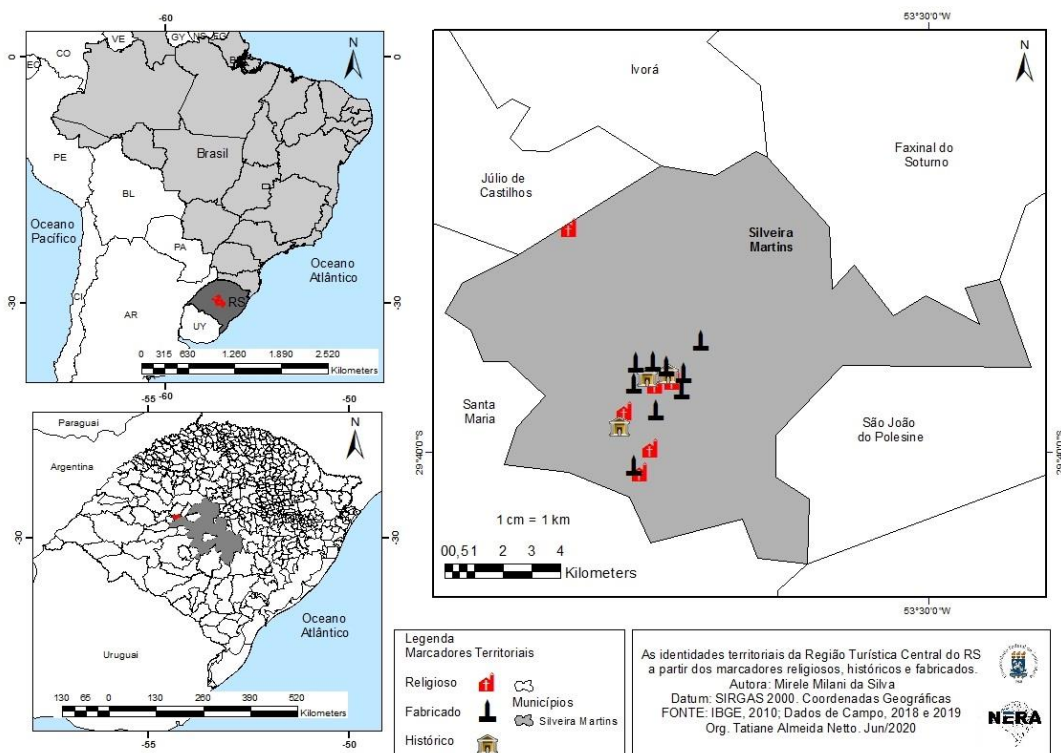
Silveira Martins destaca-se na atividade turística, integrando a Rota Turística da Quarta Colônia de Imigração Italiana, a Rota Turística Gastronômica Silveira Martins e Santa Maria, a Rota Gastronômica da imigração, entre outros roteiros municipais e regionais (Quadro 23 e Figura 46).

Quadro 23 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Silveira Martins

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua	Praça Garibaldi	Quatro arquiteturas civis particulares
Capitel Santo Antônio	Espaço Memória	Casarão desativado que antigamente funcionava o Hotel Pippi
Capela Nossa Senhora da Pompéia	Monumento ao Imigrante	Casarão que funciona um escritório de advocacia
Gruta Nossa Senhora de Lourdes		Prédio do Colégio Bom Conselho
Santuário Nossa Senhora da Saúde		Prédio do Clube Silveira Martins
		Prédio do Centro de Saúde Prédio do Hotel Pinton

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 46 - Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Silveira Martins



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

No município de Toropi identificaram-se seis marcadores territoriais, sendo três marcadores territoriais religiosos, um marcador territorial histórico, dois marcadores territoriais fabricados.

O primeiro marcador territorial religioso é a Igreja Católica São Bonifácio, o qual é o santo padroeiro o município. O segundo é a Igreja Evangélica Luterana (IELB) Congregação de “São Paulo de Toropi” e o terceiro, o cemitério municipal, onde possui diversas lápides com sobrenomes de origem dos imigrantes alemães.

Quanto aos marcadores históricos, se destaca a Praça Municipal. Ela constitui-se de uma obra recente, com poucos elementos expressivos que remetem às colonizações de etnias alemãs e italianas.

Os marcadores fabricados dizem respeito às arquiteturas de residências particulares, as quais remetem aos sistemas construtivos influenciados conforme determinadas épocas (Quadro 21 e Figura 47).

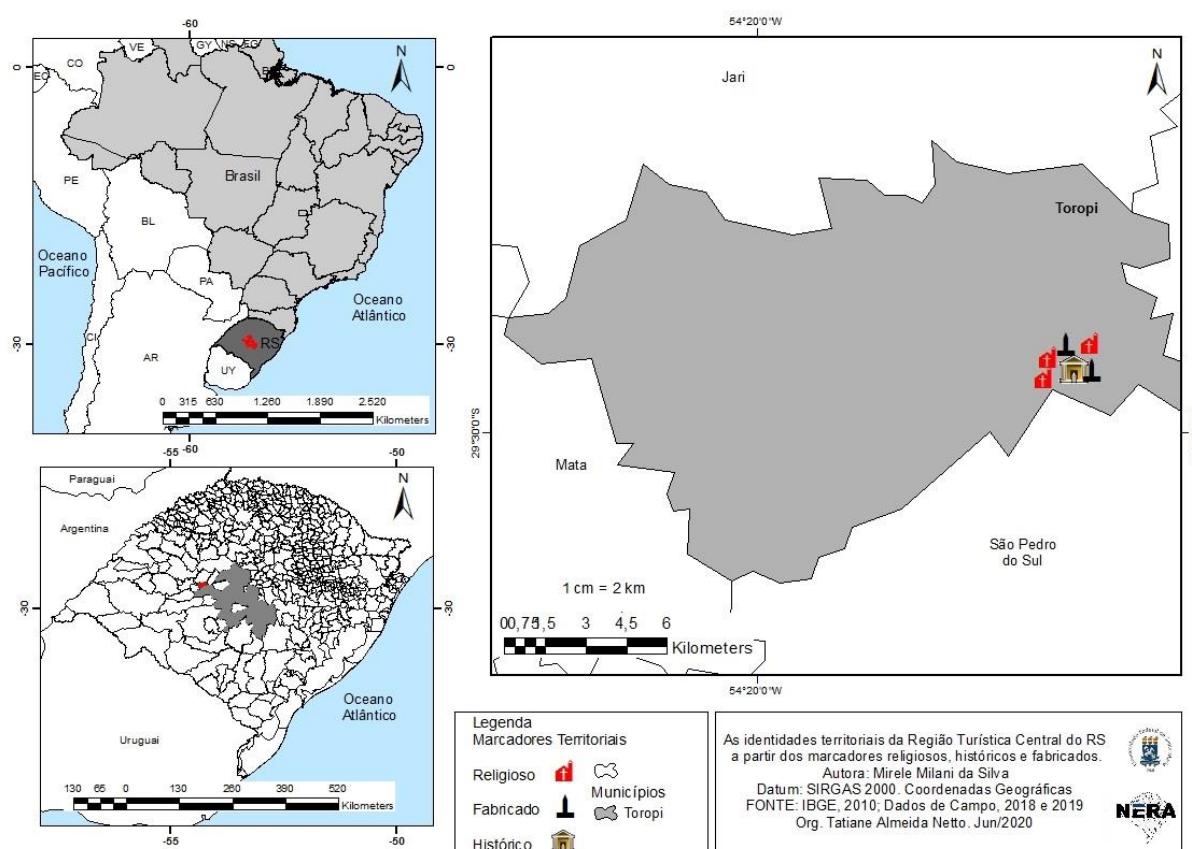
Quadro 24 – Síntese dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Toropí

Marcadores territoriais religiosos	Marcadores territoriais históricos	Marcadores territoriais fabricados
<p>Igreja Católica São Bonifácio.</p> <p>Igreja Evangélica Luterana (IELB) Congregação de “São Paulo de Toropí”</p> <p>Cemitério municipal</p>	<p>Praça Municipal</p>	<p>Dois prédios de arquiteturas civis particulares</p>

Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)

Org.: SILVA, M. M. (2020)

Figura 47 - Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados do município de Toropí



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)

Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

Conforme a entrevista, por volta de 1890, as famílias Koglin, Warber e Drayfker começaram a ocupar o local onde hoje é o município. As referidas famílias dedicaram-se à agricultura (lentilha e feijão preto) e criação de porcos e gado. Após instalar suas casas, construíram um moinho, uma casa comercial, um clube com cancha de bolão, tiro ao alvo e um grupo de coral.

Historicamente surgiram as igrejas católica e luterana. Como havia uma sobra de vinte e sete hectares de terra, foi solicitado ao Governador do Estado para repartir a mesma entre as duas igrejas. Desta concessão foram criadas as primeiras escolas. A escola particular pertencia à Comunidade São Paulo, luterana, enquanto que a comunidade católica, instalou a primeira escola pública, com nome de Escola Municipal José Bonifácio

O Município divide-se em dois distritos, denominados de Sede e Linha Bonita. A produção primária ocorre em pequenas propriedades, onde se produz, principalmente, leite, fumo, soja, arroz e feijão. O município se destaca, também, no turismo, com três balneários: Passo do Angico, Praia Nova e Toropi Mirim.

Simbolicamente, o município expõe de forma menos expressiva, a influência das etnias colonizadoras italianas e alemãs, através das arquiteturas civis, igrejas luterana, católica e pelo cemitério.

6.1 MARCADORES TERRITORIAIS RELIGIOSOS

A Região Turística Central do Rio Grande do Sul apresenta, de acordo com os critérios adotados na pesquisa, sessenta e três marcadores territoriais religiosos materializados em suas unidades territoriais, os quais se constituem em espaços sagrados, de religiosidade, de fé e espiritualidade, dispostos na paisagem dos seus municípios.

Na região estudada, estes marcadores foram identificados por meio de construções como: igrejas, capitéis, ermidas, santuários, capelas, grutas, cruzes, paróquias, cemitérios e monumentos religiosos (Figura 48).

Nas comunidades italianas, o sacerdote, líder eclesiástico, ministrava os sacramentos, como as missas, os batizados e os casamentos. Os imigrantes realizavam a manutenção da capela, do salão social, do cemitério e organizavam as

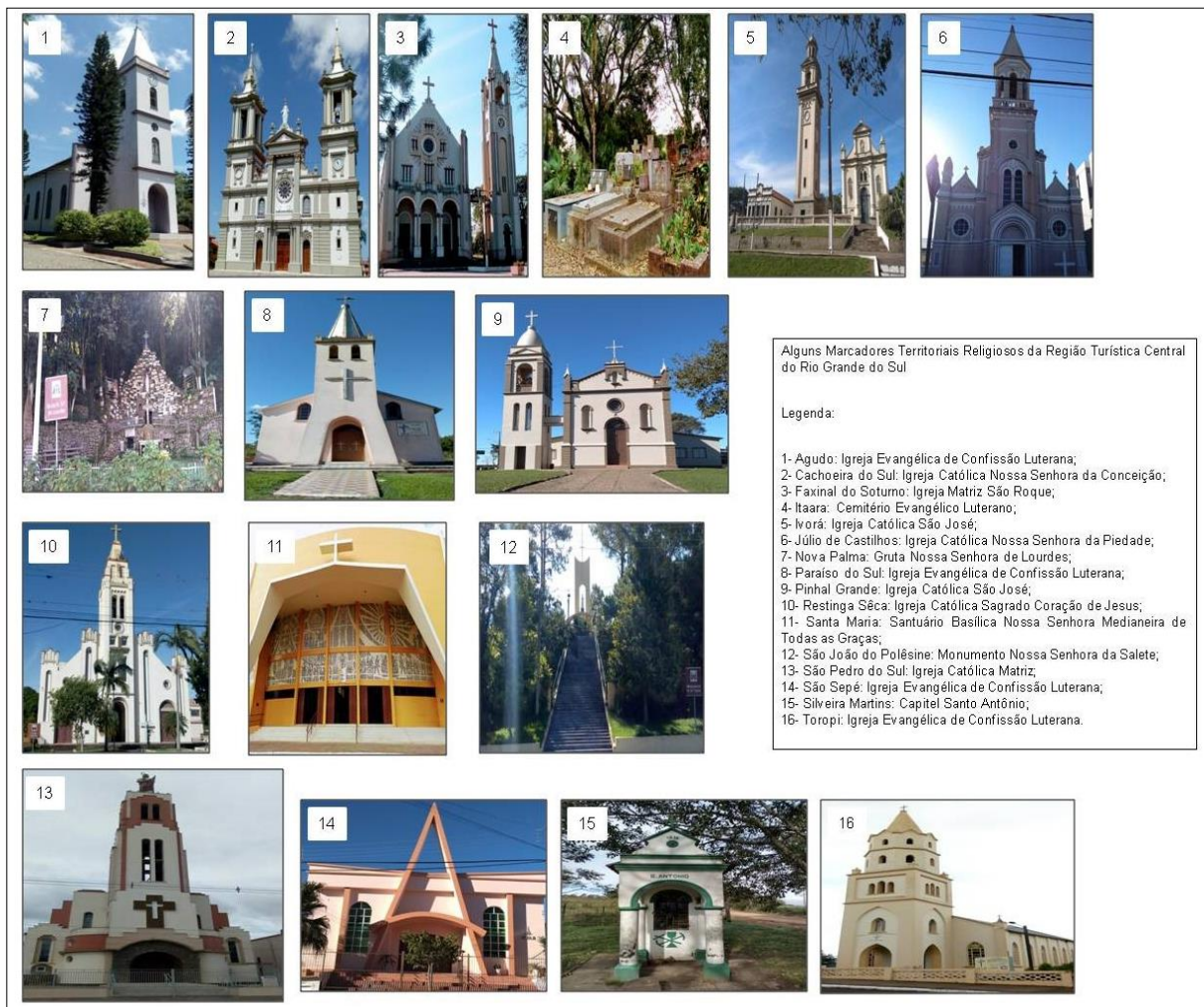
festas do padroeiro em homenagem a determinado santo. Além disso, os imigrantes italianos tinham a tradição de construir capitéis, pequenos oratórios edificadas na frente das residências ou nas estradas, para demonstrar a devoção aos santos, pagamento de graças alcançadas, promessas pela saúde ou colheitas prósperas. Também eram utilizados para a bênção dos mais velhos aos mais novos, em sentimento de respeito e, também, para orações pessoais, compartilhadas nas comunidades, geralmente, com a reza do terço.

As principais igrejas católicas nas unidades territoriais estudadas são em sua maioria, consideradas igrejas matrizes e estão localizadas nos centros das cidades, geralmente próximo e/ou em frente à praça principal. Esses espaços, na maior parte das vezes, compreendem lugares onde se teve o início dos povoados, no período da sua ocupação e colonização. Elas são bastante ricas em objetos religiosos, pinturas e estátuas de santos, altares, cruzeiros, via sacra, entre outros acessórios religiosos. Os pisos, geralmente, de azulejos vindos da Itália, proporcionam beleza às mesmas. As Igrejas se caracterizam por ser um dos marcadores religiosos mais visitados. Se destacam, também, pelas festas religiosas dedicadas ao santo que fornece o nome a ela. Essas festividades são acompanhadas de missa, procissão e almoço típico italiano, atraindo muitos turistas.

Os monumentos religiosos estão localizados, na sua maioria, próximos da área urbana e foram construídos para homenagear santos, padres, entre outras pessoas que exerceram influência religiosa nos municípios, tornando-se assim, figuras ilustres.

Os cemitérios situam-se nos bairros e vilas, geralmente afastados do centro urbano. Eles se caracterizam em importantes marcadores religiosos. Principalmente para os imigrantes italianos, o cemitério é uma forma de manter seus antepassados presentes em suas vidas. Tal fato faz com que as pessoas visitem seus entes queridos, levando flores e mantendo os cemitérios limpos, não apenas no dia dos finados. Esse fato pode ser observado nos cemitérios dos municípios que compõem a Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Enfatiza-se, também, que muitos deles apresentam, no túmulo, esculturas vindas da Itália, com emblema de santos e esculturas sacras de anjos. A utilização de velas também é uma prática comum para os católicos descendentes italianos.

Figura 48 – Mosaico de fotografias de alguns marcadores territoriais religiosos da Região Turística Central do Rio Grande do Sul



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

Sendo católicos fervorosos, muitos descendentes de imigrantes italianos, conservam os hábitos de rezar o terço em família, rezar antes das refeições, bem como, assistir as missas e procissões religiosas.

A religião para os colonos italianos sempre foi um importante fator de integração social, visando a coesão de suas identidades. A religiosidade, o envolvimento com o sagrado era uma forma de demonstrar a união familiar e o

convívio social com o grupo. A fé permitia a superação de obstáculos, principalmente no início da colonização.

Para os imigrantes alemães, a estrutura social está atrelada à religiosidade, onde ocorre uma interação social. O sistema religioso foi quem incentivou a construção de escolas. Os líderes religiosos, pastores, incentivavam a comunidade a construir escolas para a alfabetização e, também, para que as pessoas pudessem realizar a leitura da bíblia de Lutero. Muitas vezes, as próprias escolas serviam de espaços para realização dos cultos. Nesta época, muitas vezes, a pessoa mais culta era quem realizava os ofícios religiosos e cultos na comunidade, sendo chamado de pastor colono, visto que não era eclesiástico.

A maioria dos imigrantes alemães eram luteranos e a minoria, católicos. Desta forma, os municípios que tiveram colonização alemã, existe pelo menos, uma igreja evangélica luterana.

As comunidades se organizavam próximas à igreja ou onde a mesma seria construída. Nesta época, não havia necessidade de estruturas jurídicas e penais civis, pois quem não cumpria sua obrigação com a igreja não recebia os sacramentos e, então, era excluído do grupo social.

Os luteranos dividem-se em dois grupos. Um da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB - ligada à corrente alemã do luteranismo) e o outro, são os fiéis da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB – de origem norte-americana do luteranismo), mas que no Brasil é seguida por descendentes de alemães.

As Igrejas de Confissões Luteranas, em sua maioria, encontram-se nos bairros. Elas não apresentam a riqueza de detalhes religiosos igual que as igrejas católicas ostentam. As igrejas luteranas são pintadas com cores neutras e não há imagem de Jesus crucificado, nem de santos.

O principal símbolo da igreja evangélica luterana é a cruz. Ela tem como finalidade, lembrar que Cristo é o senhor do mundo, conforme as suas ideologias religiosas.

A presença dos imigrantes alemães, no Brasil, consolidou a atuação dos protestantes evangélicos no país, contribuindo com a história e com a cultura dos alemães.

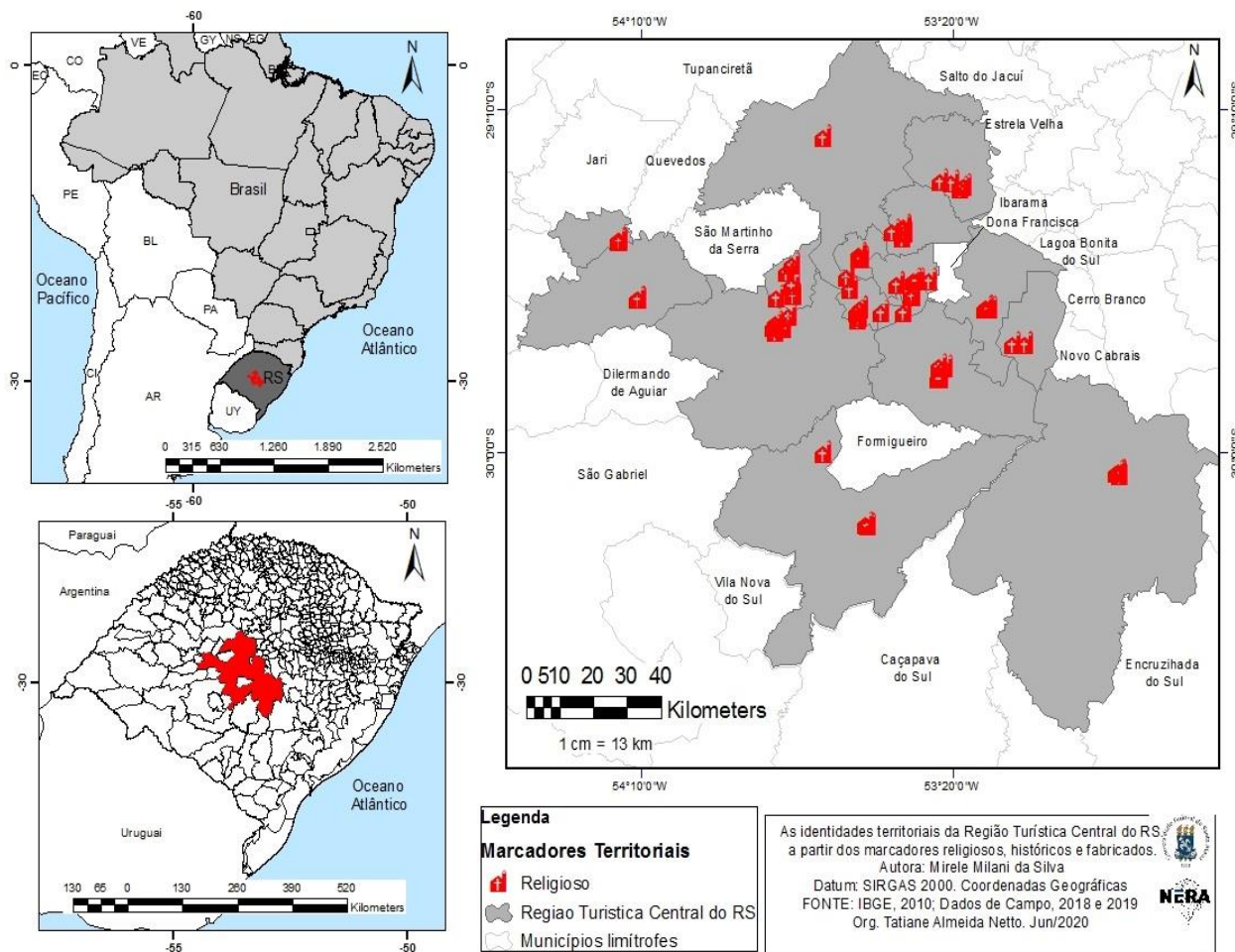
Geralmente os cemitérios históricos luteranos localizam-se próximos da igreja luterana. Possuem como características, a inscrição de epitáfios, ou seja, a escrita de uma frase em relevo no túmulo, na lápide, juntamente, com uma foto do falecido. Os túmulos têm cores neutras, geralmente em tons de cinza. Não há imagens de santos e anjos, pois elas não fazem parte da fé luterana.

Os túmulos não apresentam arquiteturas monumentais. Entretanto, alguns apresentam obeliscos. Não possuem alegorias ou ornamentos e nem mausoléus. Já, essas características, são comuns na arquitetura funerária católica.

No cemitério luterano, geralmente, não é permitido a queima de velas em sepulturas e corredores, nem a venda de flores e outros objetos religiosos. Em relação aos ritos funerários, os cultos realizados após o falecimento, como os do sétimo dia, são direcionados para pedir conforto à família enlutada e não pela salvação da alma do falecido.

Torna-se imprescindível enfatizar que a expressão da fé, da espiritualidade, da religiosidade e do sagrado, das influências alemãs e italianas, estão consolidadas na paisagem da região (Figura 49).

Figura 49 – Marcadores territoriais religiosos da Região Turística Central do Rio Grande do Sul



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

6.2 MARCADORES TERRITORIAIS HISTÓRICOS

A Região Turística Central do Rio Grande do Sul abrange setenta marcadores territoriais históricos materializados, os quais se relacionam aos espaços geográficos e aos ambientes de socialização do homem, bem como os lugares de memórias e pertencimentos dos grupos sociais no decorrer do tempo.

É evidente a expressividade dos marcadores históricos de influências das colonizações alemãs e italianas na região estudada. A riqueza da história e da cultura está marcada no espaço e na paisagem da região, representando e

fortalecendo as identidades territoriais constituídas pelos imigrantes e seus descendentes.

Nestes espaços, foram identificados: museus, pórticos, praças públicas, monumentos, estátuas, bustos, casas de memorial, pedra fundamental e parques históricos (Figura 50).

As influências culturais das colonizações alemãs e italianas estão presentes e materializadas através de diversas formas na paisagem dos municípios. Como exemplo, os bustos e estátuas são homenagens às pessoas ilustres, as quais tiveram importância histórica, social e cultural para seu desenvolvimento.

Os pórticos municipais, geralmente, remetem às características sociais, econômicas, históricas, culturais e identitárias das etnias colonizadoras. São formas de apresentar e demarcar o município para aqueles ali chegam.

Também, os monumentos em homenagem à imigração alemã e a italiana são importantes marcas construídas pelos grupos sociais, para comemorar a colonização europeia no município e valorizar sua importância cultural, social e econômica. São formas de preservar e manter a memória dos povos alemães e italianos, que desbravaram os municípios da região.

Figura 50 – Mosaico de fotografias de alguns marcadores territoriais históricos da Região Turística Central do Rio Grande do Sul



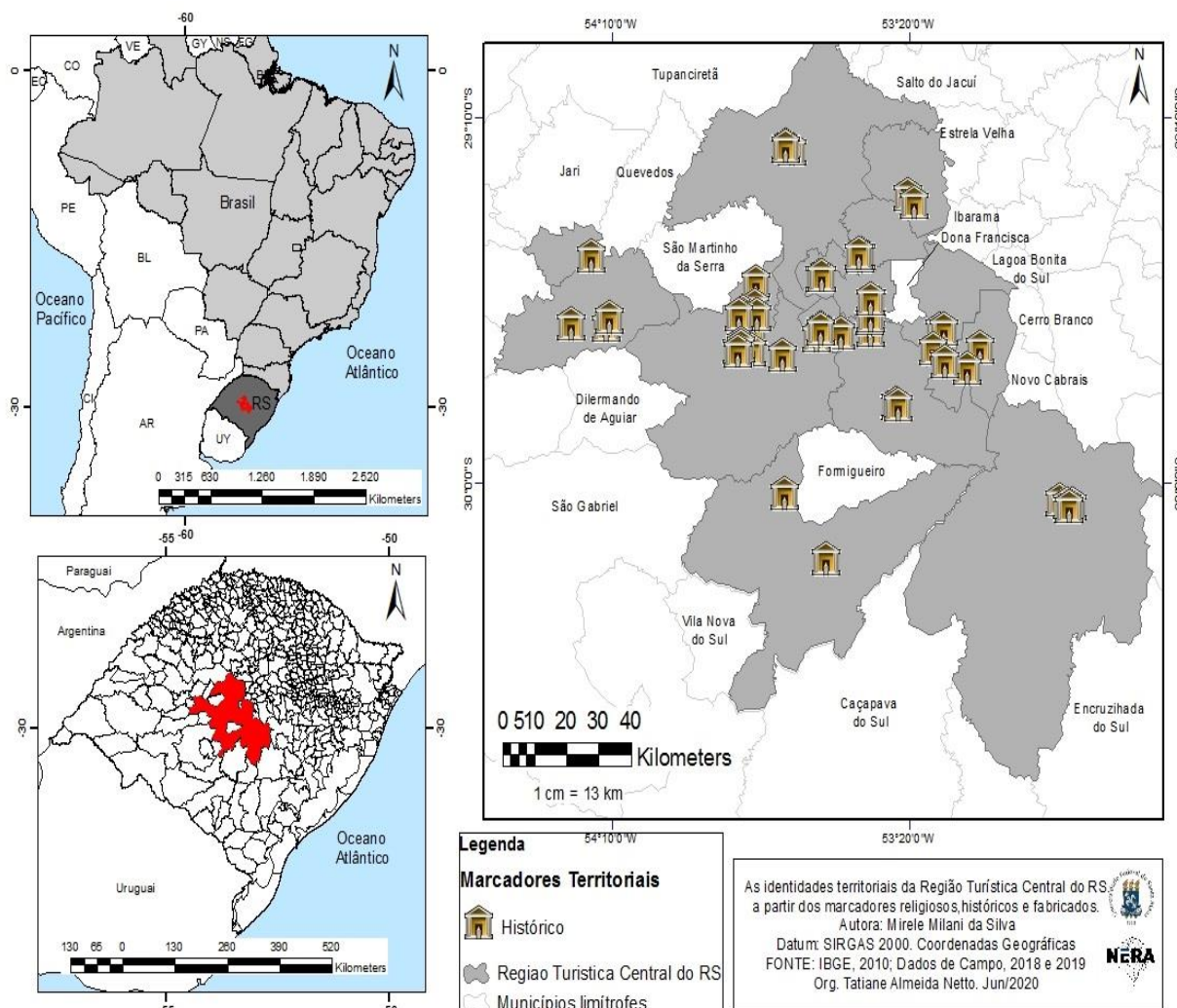
Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

As praças municipais possuem objetos, cores, estruturas, formatos e decorações expostos na paisagem, condizentes com a organização territorial característica dessas etnias, nas unidades territoriais. Geralmente é em torno da praça central que se deu o início do povoado, e também, onde foram construídas as primeiras igrejas. No referido espaço, encontram-se estátuas, bustos e monumentos de caráter históricos, remetendo a valorização do patrimônio cultural resultante do processo imigratório.

Pode-se afirmar, então, que os marcadores territoriais históricos auxiliam na preservação da cultura e são compartilhados pelos grupos sociais. Muitos deles se tornaram patrimônio cultural e histórico local, fazendo parte das identidades de uma sociedade quanto às suas características, costumes e comportamentos. São marcas que fornecem singularidades e/ou individualidade aos municípios e fornecem, também, produtos turísticos importantes para o seu desenvolvimento econômico.

Se enfatiza que alguns municípios da região apresentam expressividade maior das características e das influências alemãs e italianas do que outros. Entretanto, existe uma representatividade cultural significativa dessas etnias, o que reafirma que as identidades territoriais são fundamentais para o desenvolvimento do turismo cultural e rural, com as suas segmentações e características, com vista ao desenvolvimento endógeno (Figura 51).

Figura 51 - Marcadores territoriais históricos da Região Turística Central do Rio Grande do Sul



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

6.3 MARCADORES TERRITORIAIS FABRICADOS

A Região Turística Central do Rio Grande do Sul contempla noventa e seis marcadores territoriais fabricados materializados (Figura 52). Eles estão representados pelas habitações, através das arquiteturas, sistemas construtivos e dos caminhos que sinalizam o território dos homens, por meio de pontes e estradas,

com características históricas e socioeconômicos da época de sua edificação e com influência cultural das colonizações alemãs e italianas.

Os marcadores territoriais fabricados estão presentes através dos tipos, modelos e técnicas das arquiteturas de residências civis particulares e públicas. Esses aspectos remetem aos tipos de materiais existentes da época de construção, bem como das influências culturais dos imigrantes europeus.

Os referidos marcadores territoriais expressam a importância dos grupos sociais que os idealizaram e sinalizaram os caminhos dos diversos locais para os grupos sociais, facilitando o trânsito nas vias de acesso. Eles remetem aos processos sociais, históricos, culturais e identitários de seus habitantes.

As influências culturais das colonizações alemãs e italianas, presentes através das formas físicas das arquiteturas, puderam ser percebidas através dos aspectos construtivos e padrões das casas, sentido dos formatos, tipos de materiais, quantidades de repartições, cores e designer, observadas tanto nas residências particulares, quanto nas de atividades comerciais e serviços públicos. Algumas dessas características foram submetidas às condições naturais no decorrer do tempo e acabaram apresentando transformações arquitetônicas e estruturais, ou então, foram transformadas totalmente ou destruídas, perdendo sua identidade cultural frente à arquitetura moderna.

As arquiteturas italianas se caracterizam pela presença de casas grandes, com porões, onde havia o depósito e a cantina. As aberturas (janelas e portas) em madeira. O telhado, geralmente, construído de quatro águas e cerâmica. Também possuíam peças em anexo, ou seja, separadas da parte maior da residência, como por exemplo, a cozinha, provavelmente por precaução contra incêndios e por ser uma das peças mais utilizadas por esses imigrantes, devido ao valor dado à gastronomia.

Figura 52 – Mosaico de fotografias de alguns marcadores territoriais fabricados da Região Turística Central do Rio Grande do Sul



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

As características italianas são as construções em formato de sobrados. A residência era no térreo e o armazém (sótão) no pavimento superior, para armazenamento de cereais e mantimentos. A sala era uma peça grande, pois além de receber visitas, também era utilizada para as pessoas se reuniam para rezar, comemorar datas festivas e até mesmo nos velórios.

As arquiteturas alemãs se caracterizam através das residências, em geral, térreas. A maioria com varandas, algumas com sótão, telhados de duas águas com

coberturas metálicas ou cerâmicas. Outras com detalhes em madeira na varanda, portas e janelas. Algumas construídas com pedra grés (arenito) e outras com tijolos. Ainda há registros de construções alemãs com a técnica *enxaimel*.

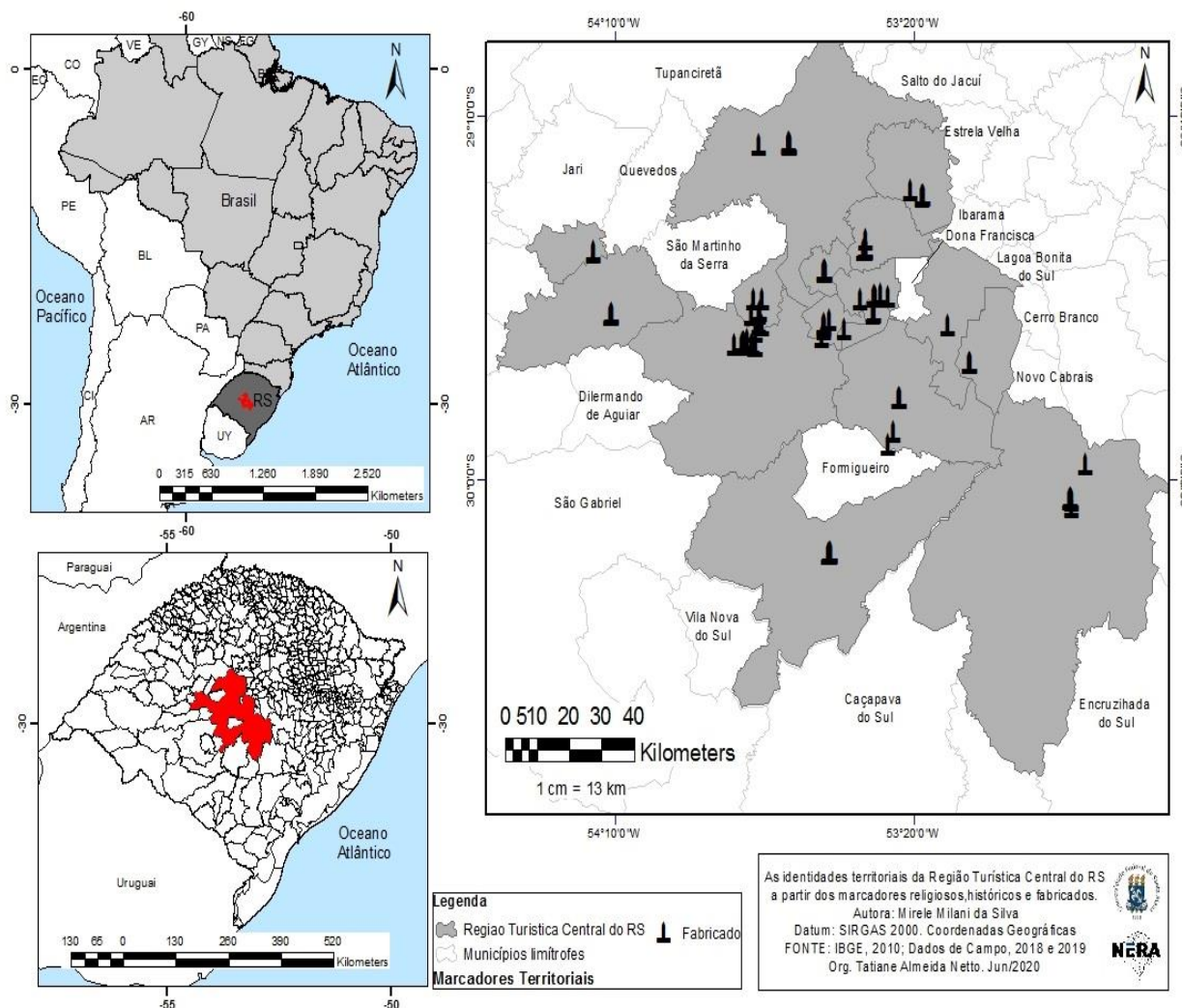
As residências foram construídas com telhados com grande inclinação. Essa é uma das principais características da arquitetura alemã. Além disso, elas refletem simplicidade, pois foram construídas superando as dificuldades iniciais dos imigrantes, por viver em uma terra muito diferente da sua de origem.

Os marcadores territoriais fabricados são patrimônios materiais imóveis da arquitetura remanescente da imigração europeia. Alguns estão preservados, outros estão ativos e são utilizados para fins particulares, comerciais ou públicos. Destaca-se que uma minoria foi transformada em patrimônio histórico cultural, através do tombamento municipal. Existem, também, aqueles que se encontram abandonados, ameaçados pelo descaso e desamparo, ou atingidos por intempéries, encontrando-se em ruínas. Esses patrimônios, mesmo com algumas descaracterizações, reportam elementos culturais marcados na paisagem e representam a memória das imigrações europeias nestes municípios.

As construções arquitetônicas civis, públicas, as pontes e estradas históricas, relacionam-se aos espaços de habitação e deslocamento dos grupos sociais, no espaço e no tempo e estão configuradas na paisagem da Região Turística Central do Rio Grande do Sul (Figura 53).

Como síntese da leitura dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados, enfatiza-se que, em sua maioria, possuem influências das colonizações alemãs e italianas, bem como, são atrativos turísticos, onde a cultura aparece como fator econômico e de desenvolvimento local e regional.

Figura 53 – Marcadores territoriais fabricados da Região Turística Central do Rio Grande do Sul



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

Destaca-se que a partir dos referidos marcadores territoriais, tem-se a extensão histórica e cultural de influência das etnias colonizadoras na região estudada.

Através da leitura regional, é possível entender as formas identitárias articuladas, que foram se resignificando de forma coesa conforme a composição, organização e reorganização dos grupos sociais, ao longo do tempo. Neste contexto, foram moldadas as identidades territoriais, expressamente estruturadas na cultura e, assim, conseqüentemente, a cultura é interpretada como uma herança transmitida entre as gerações (CLAVAL, 2001).

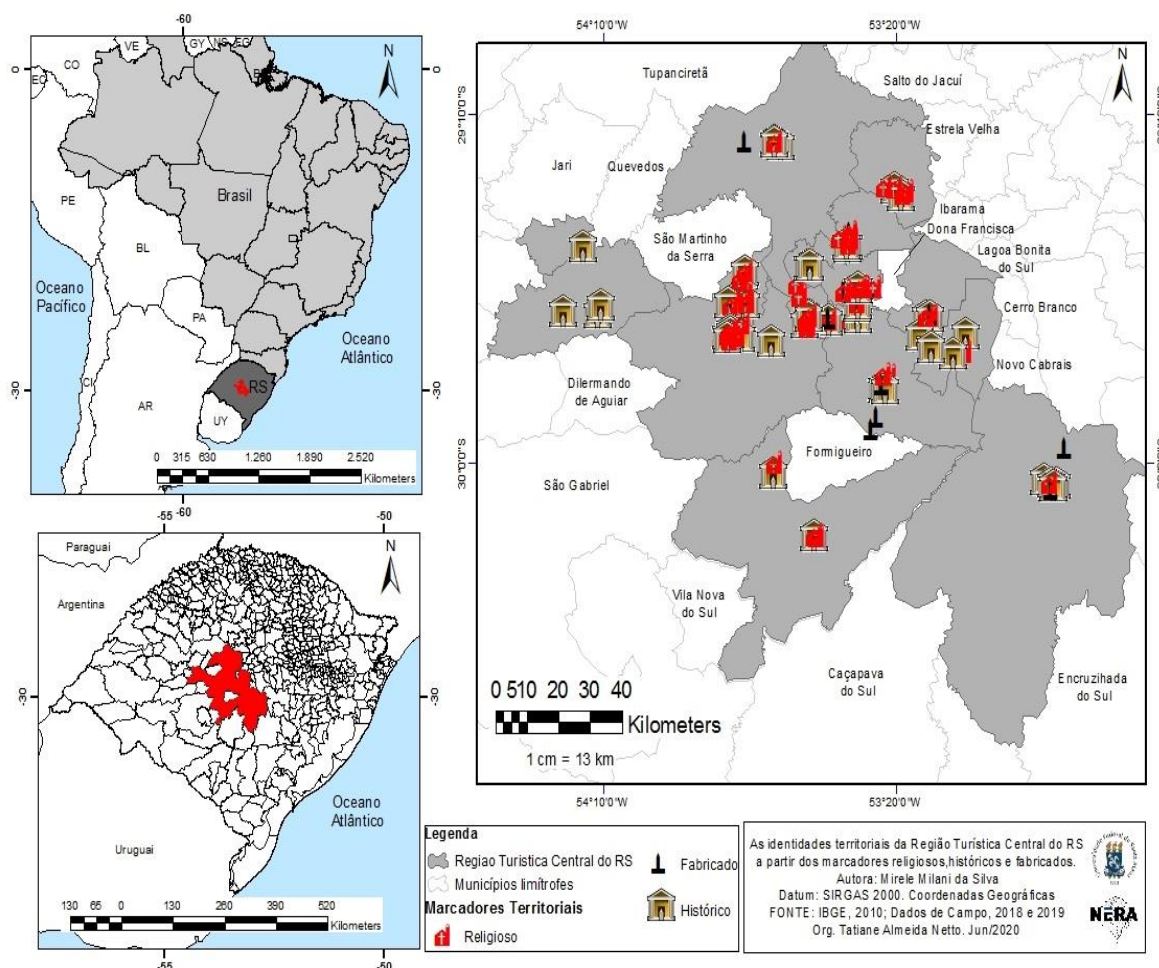
Na pesquisa ficou evidente que os municípios de colonização italiana, principalmente, apresentam uma relação entre si, pela composição de uma região cultural com base histórica, turística e agrícola. Lencioni (1999) remete a região entendida, em seu sentido afetivo, com base no sentimento de pertencer a um determinado lugar. Desta forma, entende-se a formação da região pelo viés cultural, onde as próprias comunidades constroem os espaços através das suas vivências e experiências em relação a cultura, pois a região turística é um espaço geográfico com características, potencialidades e capacidade de articulações regionais.

Nesta perspectiva, é possível entender as identidades territoriais da região de forma dinâmica, híbrida e heterogênea, ou seja, elas são produzidas por combinações dos grupos sociais que se espacializaram, de formas diversificadas, os recortes espaciais, os reorganizando diferentemente no decorrer do tempo.

Pode-se afirmar, então, que a identidade territorial não é estática e nem homogênea, pois é construída, formada e transformada pelos grupos sociais através de representações simbólicas e culturais que os representam, em determinado tempo e espaço (Figura 54).

A partir do conhecimento e da análise dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados, com viés turístico e influências das colonizações alemãs e italianas foi possível identificar as distintas marcas simbólicas que reproduzem as identidades territoriais materializadas nas paisagens das unidades territoriais que integram a Região Turística Central do Rio Grande do Sul, pelos distintos grupos sociais no decorrer do tempo.

Figura 54 - Marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados da Região Turística Central do Rio Grande do Sul



Fonte: Trabalho de campo (2018, 2019)
 Org.: NETTO, T. A.; SILVA, M. M. (2020)

Portanto, a utilização dos referidos marcadores territoriais para o planejamento de rotas e roteiros de turismo, como fator de crescimento econômico é fundamental para o desenvolvimento local e regional. Entretanto, salienta-se que a região supracitada é carente nos quesitos de infraestrutura turística, em relação a outras regiões do Estado, que já possuem o turismo consolidado. Como exemplo, cita-se a rota turística “Caminhos e Pedra”, no município de Bento Gonçalves, a qual foi desenvolvida a partir dos aspectos históricos, econômicos e culturais das colonizações europeias, no Estado. Assim, a região em foco, possui alternativas de

desenvolvimento econômico e cultural, com a implantação de rotas e roteiros turísticos associados às identidades territoriais simbolizadas através dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados apresentados nesta pesquisa.

Neste sentido, deve ser incentivado, pelos órgãos gestores dos municípios integrantes da Região Turística Central, projetos para sua viabilidade junto ao governo estadual e federal. O incremento dessas rotas turísticas contribuiria para o desenvolvimento destes municípios. Além disso, permitiria explorar os marcadores das etnias alemãs e italianas, que são características de diversas unidades territoriais desta região, fomentado assim, novos e diversificados produtos turísticos e culturais.

Outro fator relevante é a necessidade de capacitação e qualificação profissional de empresas e pessoas para o trabalho com atividade turística. Cabe ao poder público fomentar a cadeia produtiva do turismo e criar políticas públicas focadas no desenvolvimento local e regional, bem como, na divulgação dos atrativos e produtos turísticos de bases culturais.

As identidades territoriais, demonstradas pela pesquisa, são de expressivo valor para o patrimônio cultural da região estudada. As distintas etnias colonizadoras materializaram suas marcas na paisagem, expressando a riqueza histórica e cultural, preponderantes para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e valorização local.

Neste contexto, os marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados são atrativos materializados no espaço geográfico. São memórias presentes na paisagem, tornando o ambiente acolhedor e valorizando as expressivas marcas, os quais registram as diversidades culturais da região, tecendo então, o seu patrimônio cultural.

A cultura se faz presente no processo social dinâmico, que são os grupos sociais interagindo com valores e costumes de diferentes expressões, características, crenças, rituais, símbolos, códigos, marcas e tradições, que passam de geração para geração. Assim, é essencial o envolvimento da comunidade para as premissas de desenvolvimento sustentável do turismo cultural.

A atividade turística possui como uma de suas características, o deslocamento de pessoas no espaço geográfico, evidenciando então, que o turismo

é fenômeno sociocultural em sua essência e a cultura é um fator de desenvolvimento econômico na atividade turística, sendo a identificação essencial da representação de um povo que visa a valorização e promoção dos bens materiais e imateriais da cultura.

O turismo tem a possibilidade de revelar e valorizar um dos componentes essenciais da cultura, a identidade territorial. É necessário a interação dos grupos sociais, os quais compartilham de suas culturas e dos visitantes que buscam conhecer e vivenciar distintas tradições. Desta forma, torna-se essencial a preparação dos turistas para apreciação desses bens, adotando posturas éticas que não venham a comprometer a continuidade das práticas culturais.

As rotas e roteiros turísticos têm um papel estratégico para o desenvolvimento regional, oportunizando a geração de emprego e renda, pois estimula a visita entre vários pontos e, desta forma, gera negócios para diversos comércios (setor de alimentos e bebidas, meios de hospedagem e lojas de artesanatos, entre outras), com impactos positivos na economia.

Ao planejar a atividade turística é necessário compreender e respeitar as manifestações e diversidades culturais, pois a interpretação da cultura estimula a apreciação do atrativo e promove o entretenimento ao visitante. Nesta tese, o planejamento pode ser realizado subsidiado pelos marcadores territoriais destacados, analisados, georeferenciados e espacializados.

O poder público tem um papel fundamental, tanto nas políticas públicas de incentivo às manifestações culturais e sua gestão, quanto avaliar possibilidades de se obter sustentabilidade através de atividades turísticas planejadas, adotando estratégias de educação patrimonial, que visem à salvaguarda e ao incentivo das práticas relacionadas aos saberes culturais e aos modos de como fazer geradores de identidades territoriais.

O turismo, no segmento cultural pode gerar renda para os municípios e, também, a manutenção da cultura produzindo melhoria na autoestima da comunidade local.

Portanto, é de suma importância para a comunidade local, bem como para a sociedade, compreender a preservação das identidades territoriais, pois ela é a

identificação essencial da cultura de um povo, o que é produzido, construído, reconstruído e partilhado, compondo o seu conjunto de produção cultural.

Pelo exposto, a presente pesquisa afirma as significativas identidades territoriais a partir dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados na região estudada, de influências das etnias colonizadoras alemãs e italianas, sendo marcas importantes historicamente, culturalmente e socialmente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da existência dos grupos sociais, a cultura perpassou e perpassa de geração em geração. Ela se caracteriza por ser um processo de transmissão e compartilhamento de valores com pluralidades de significados, experiências, memórias, crenças, simbolismos, saberes e fazeres que são criados e recriados, organizados e reorganizados, construídos e reconstruídos no tempo e no espaço, onde ocorre uma coesão, indo ao encontro das identidades territoriais enquanto fenômenos socioculturais.

No campo teórico, a pesquisa centrou suas discussões na área da Geografia, especificadamente da Geografia Cultural. Suas reflexões dialogaram com os conceitos geográficos de região, regionalização, identidade territorial e marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados. Paralelamente, utilizou-se de outras áreas do conhecimento, como o turismo.

A presente tese considera que a partir das distintas identidades e marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados, vinculados ao processo de povoamento e colonização, efetivado por processos migratórios de origem europeia, de descendência alemãs e italianas, o espaço se organiza e se reorganiza no decorrer do tempo. Entretanto, ele mantém traços culturais que permanecem materializados na paisagem dos municípios que integram a Região Turística Central do Rio Grande do Sul.

As representações das diversas potencialidades históricas, geográficas, culturais, econômicas e turísticas, concomitantes com a materialização dos marcadores territoriais, denotam as identidades territoriais compartilhadas pelos distintos grupos sociais na região multicultural estudada. Entretanto, para este estudo as etnias alemãs e italianas foram selecionadas e, conseqüentemente, os seus marcadores territoriais históricos, religiosos e fabricados.

Após as reflexões realizadas na construção deste estudo, sustenta-se que as marcas territoriais constituem o sentido simbólico refletido na paisagem, tornando-se elementos culturais presentes nos espaços, sendo manifestações essenciais para o entendimento dos processos identitários responsáveis pelos vínculos e processos de enraizamento histórico e social.

A cultura é transformada e ressignificada no tempo e no espaço e a paisagem turística é um cenário que se utiliza dos significados e experiências dos grupos sociais. Pode-se afirmar, então, que o espaço geográfico é o principal objeto de consumo do turismo. Neste sentido, compreender a relação sistêmica entre cultura, turismo e Geografia é fundamental.

A cultura é herança, transmissão e conhecimento. Ela diferencia os grupos sociais. Enquanto a identidade é o modo de espacialização cultural por meio de marcas e elementos simbólicos.

A pesquisa atendeu o objetivo geral ao analisar a formação e organização territorial da Região Turística Central do Rio Grande do Sul e a identificação dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados, compreendendo então, os processos de identificação por meio das influências das colonizações alemãs e italianas.

É importante o resgate dos objetivos específicos propostos pelo trabalho. O primeiro buscou verificar o processo de formação territorial e a reorganização espacial da Região Turística Central do Rio Grande Sul para o ano de 2019. O segundo, objetivou identificar e georreferenciar os principais marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados com viés turísticos das unidades territoriais pertencentes à região estudada e, o terceiro, visou compreender os processos de identificação territorial a partir da leitura dos marcadores territoriais de influência das colonizações de etnias alemãs e italianas.

A Região Turística Central do Rio Grande do Sul, assim como as demais regiões turísticas do Estado e do Brasil, tem sua formação resultante de uma política pública de desenvolvimento territorial a partir de programas e projetos públicos institucionais por meio de legislações específicas. O programa do governo federal denominado Programa de Regionalização do Turismo, instituiu, no Brasil, as regiões turísticas e as suas devidas composições territoriais organizadas e reorganizadas a cada nova edição, geralmente bienal, através do Mapa do Turismo Brasileiro (MTB).

Ressalta-se que a decisão dos municípios em participar do Programa de Regionalização do Turismo, compete ao chefe do poder executivo municipal, desde que a unidade territorial contemple os critérios preestabelecidos em portaria institucional do governo federal e do Estado. Estes são homologados via Conselho

Estadual do Turismo e compete aos conselheiros o direito a voz e voto, uma vez que eles representam as instâncias de governanças regionais de cada região turística.

Enfatiza-se que os critérios para a regionalização são de responsabilidade do gestor público municipal. Depende dele a decisão de aderir ou não ao Mapa do Turismo Brasileiro e a respectiva regionalização. Essa decisão pode acarretar mudanças na configuração do número de municípios que queiram compor as respectivas regiões turísticas a cada nova edição do MTB. Outro fator a considerar é que, muitas vezes, ocorrem mudanças de cargos e de pessoas na gestão municipal, dificultando a participação e execução.

Neste contexto, o atual Mapa do Turismo Brasileiro, para o ano de 2019, considerou todos os critérios supracitados e, assim, a Região Turística Central está composta por dezesseis municípios regionalizados. São eles: Agudo, Cachoeira do Sul, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Restinga Sêca, Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins e Toropi.

Os marcadores territoriais, segundo a concepção de Henrique (2004), são aqueles que proporcionam as ações concretas materializadas na paisagem. Neste estudo as materialidades dos marcadores territoriais presente na paisagem dos municípios que integram a Região Turística Central do Rio Grande do Sul foram consideradas. São, portanto, os elementos culturais e simbólicos, que fornecem sentido ao espaço e reproduzem identidades territoriais.

Neste sentido, foram identificados, fotografados e georreferenciados duzentos e vinte e nove marcadores territoriais. Estes foram divididos em três categorias: sessenta e três marcadores territoriais religiosos, setenta marcadores territoriais históricos e noventa e seis marcadores territoriais fabricados. Salienta-se, também, que as unidades territoriais se destacam culturalmente como marcas simbólicas de influência das colonizações das etnias alemãs e italianas na região em foco.

O georreferenciamento permitiu inventariar e identificar os marcadores territoriais. As espacializações desses marcadores estão demonstradas nos mapas apresentados na tese. Estes visam fornecer subsídios para definição de estratégias de planejamento municipal e regional com direcionamento para o desenvolvimento turístico.

A compreensão dos processos de identificação territorial da região supracitada, a partir da leitura dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados de influência das colonizações alemãs e italianas ocorrem a partir do entendimento da região artefato, argumentada por Haesbaert (2014). Essa teoria defende que as distintas articulações dos grupos sociais e o espaço geográfico apresentam múltiplas dimensões. Neste entendimento, a região não é concebida apenas por um recorte empírico, mas por um espaço de ações e representações, agrupando as pluralidades e as complexidades de artifícios que marcam as espacialidades contemporâneas, ressaltando a significância das manifestações culturais dos grupos sociais, e por conseguinte, a possibilidade de empoderamento e ressignificações para novas relações espaciais.

Portanto, as identidades territoriais da Região Turística Central do Rio Grande do Sul advêm de um processo histórico e pauta-se com a formação histórica cultural de cada município em um contexto de relações dos grupos sociais com o ambiente externo e a vida em sociedade. Ou seja, a cultura está intrínseca nas relações territoriais estabelecidas entre os imigrantes e seus descendentes no recorte espacial estudado.

A realidade material está constituída através de características e relações culturais construídas e reconstruídas pelos grupos sociais com base no sentido simbólico, na medida em que um conjunto de símbolos e marcas apontem para seu significado estabelecido em determinado espaço e tempo. Pode-se afirmar, então, que os marcadores territoriais são elementos materiais que permitem interpretar a realidade, sustentando a organização dos espaços mediados pelo modo de vida, da convivência, dos costumes, dos enraizamentos sociais e aspectos simbólicos e culturais dos grupos sociais.

Os referidos marcadores territoriais são elementos que interagem com meio e a sociedade, expõem múltiplos sentidos e representações sociais contribuindo para a construção de identidades territoriais. Neste sentido, concorda-se com Haesbaert (1999) quando o autor se refere à identidade territorial como “uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para a sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto”. Tal afirmativa pode ser constatada, nesta pesquisa, quando foram identificados diversos

marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados semelhantes nas distintas unidades territoriais em estudo. Como por exemplo, os monumentos em homenagem aos imigrantes alemães e italianos; os objetos decorativos e contemplativos expostos nos espaços públicos centrais, que remetem as características dessas colonizações em praticamente toda a região estudada. Assim, é possível afirmar que os grupos sociais construíram os marcadores territoriais em alusão às imigrações europeias alemães e italianas que colonizaram a referida região.

A análise das representações identitárias trouxe para esta pesquisa o sentido dos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados na composição das identidades territoriais. Eles são marcas que reportam as referidas colonizações, demonstrando a sua importância no processo de povoamento dos municípios, as contribuições para a sociedade, as homenagens e a preservação da memória e da história dos povos até a atualidade.

Através dos marcadores territoriais religiosos, destacados pelas igrejas, capitéis, grutas, cruzeiros, monumentos entre outros, pôde-se afirmar que os grupos sociais compartilham e vivenciam, desde a antiguidade até os dias atuais, a manifestação do sagrado, da religiosidade, da espiritualidade e da fé, constantemente construindo e/ou reforçando valores que se refletem nos espaços externos e nas marcas simbólicas que contribuem para o fortalecimento das identidades territoriais. Neste aspecto, as unidades territoriais integrantes da Quarta Colônia de Imigração Italiana, mostraram-se mais significativas, visto que a colonização italiana foi mais expressiva na região. É importante ressaltar que a religiosidade e sua materialização é uma das características marcantes dos imigrantes italianos

No que diz respeito aos marcadores territoriais históricos eles possuem vastas significâncias, pois afirmam o pertencimento cultural e afetivo dos grupos sociais através dos monumentos, bustos de homenagens, pórticos, memoriais, praças, entre outros. Eles expressam a cultura passada de geração para geração, por meio de marcas visíveis e materializadas na paisagem, as quais também preservam a história e a memória dos antepassados para as gerações futuras. Desta forma, o

sistema simbólico refletido na construção das identidades territoriais da região estudada é intrínseco e heterogêneo.

Os marcadores territoriais fabricados demonstraram, através das construções arquitetônicas, as significativas influências coloniais que dividem espaços e cenários com as construções modernas nos centros das cidades. Muitos casarões já sofreram com as intempéries do tempo, alguns de ordem pública passaram por restaurações com vistas a preservação da história e da cultura local.

Portanto, os referidos marcadores territoriais visíveis e materializados no espaço e na sua dimensão concreta, se constituem, de alguma maneira, de elementos fundamentais para a interpretação e leitura da formação de identidades territoriais enquanto produto sociocultural.

As marcas territoriais enfocadas nesta pesquisa são originadas, em sua maior parte, dos marcadores culturais advindos da imigração alemã e italiana. Suas simbologias mesmo perpassando o tempo, ainda estão expostas e enraizadas no cenário da região. Essas marcas são elementos construtivos das identidades territoriais, configurando-se como um processo de apropriação espacial dos grupos sociais ao longo do tempo, pois eles encontram nos elementos e práticas culturais as suas formas identitárias e emergem na constante dialética de identificação e caracterização da região.

Nesta perspectiva, concordamos com Cosgrove (1998) quando o autor afirma a importância da cultura como organizadora do espaço a partir de um sistema simbólico, responsável pela identificação dos grupos sociais. São formas e funções repletas de significados, como verdadeiros legados culturais que testemunham a história dos lugares e representa o sistema cultural orientador dos arranjos espaciais.

Mediante os resultados da pesquisa, nos chama atenção à denominação da Região Turística Central. A designação “Central” indica a sua localização geográfica no estado gaúcho, mas não remete especificamente uma identidade territorial definida e/ou constituída culturalmente. Assim, às vezes, os marcadores territoriais e as combinações que estão presentes em uma unidade territorial não necessariamente ocorrem em outra. A partir disso, aponta-se como sugestão, que poderia-se repensar sobre a denominação da nomenclatura “Central” da Região

Turística estudada. Neste sentido, acredita-se que a pesquisa fornece valiosos subsídios para que se repense esta denominação agregando novos marcadores que busquem cenários turísticos diversificados. É fundamental, também, o envolvimento político dos gestores dos municípios que integram esta região, no sentido de propor ações conjuntas para o desenvolvimento local/regional via turismo.

Neste contexto, sugere-se que essa temática possa ser aprofundada e debatida pelos gestores públicos, pois são eles os responsáveis para dinamizar ações que tencionem o desenvolvimento turístico. Assim, podem ser desenvolvidos projetos integrados que visem utilizar os marcadores existentes nos municípios, criando rotas específicas que valorizem o turismo histórico cultural, o turismo religioso e o turismo que valorize a arquitetura alemã e italiana presentes, ou então, rotas regionais integradas.

É importante destacar que a região poderá formatar novas rotas e roteiros turísticos que proporcionam aos turistas uma viagem ao passado, ou seja, a visitação aos casarões de arquiteturas típicas, aos templos religiosos e as manifestações culturais, que vão ao encontro da história local e que são elementos e marcas simbólicas culturalmente advindas das colonizações das imigrações alemãs e italianas e, que na atualidade, são importantes ofertas turísticas.

Portanto, espera-se que esta pesquisa seja utilizada pela administração pública, uma vez que ela poderá subsidiar informações para nortear o planejamento de políticas públicas a fim de potencializar o desenvolvimento turístico local e regional a partir de ações como as formatações de novas rotas e roteiros integrados, utilizando a espacialização fornecida pelos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados, evidenciando a segmentação do turismo cultural, histórico, religioso, arquitetônico e rural ao encontro do viés econômico.

A tese também procura contribuir com a sociedade, a partir da valorização da cultura local. Dessa forma, através de elementos condizentes para elaboração de planejamento turístico e cultural na dimensão econômica, se enfatiza as peculiaridades e/ou singularidades locais com vistas à geração de emprego e renda propondo a inserção das pessoas no processo de criação de novas rotas e roteiros turísticos, bem como incorporar a valorização dos saberes e fazeres, as tradições e

a cultura local, uma vez que esse reconhecimento incentiva a cidadania, acentuando o sentimento de pertencimento, afetividade e convívio social.

Os marcadores territoriais interagem com a sociedade, expondo os diversos significados e reproduções sociais que definem os territórios que colaboram para a sua construção e identificam processos simbólicos dos grupos sociais. A administração pública poderá se subsidiar das informações deste estudo para nortear o planejamento de políticas públicas a fim de potencializar o desenvolvimento turístico local e regional a partir de ações como formatações de novas rotas e roteiros inteirados, utilizando a espacialização fornecida pelos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados, evidenciando a segmentação do turismo cultural, histórico, religioso, arquitetônico e rural ao encontro do viés econômico.

A Região Turística Central do Rio Grande do Sul configura-se num conjunto de elementos materiais e imateriais, concretos e simbólicos que se articulam em rede e possuem funções estratégicas que interagem com diversas relações e representações do espaço. Portanto, as identidades territoriais produzem essa diversidade geográfica regional, por meio das características formadas pelos grupos sociais, os quais se distinguem de outros grupos e de outras regiões, incluindo e excluindo elementos importantes nas construções identitárias.

Acreditamos que as regiões são dinâmicas assim como a cultura, a qual no decorrer das temporalidades apresenta novos significados e, conseqüentemente, conduz a novos entendimentos criados e recriados. Desta forma, o entendimento da cultura nos remete a um processo constante de construção, desconstrução e reconstrução. Assim, na Região Turística Central é possível perceber as permanências e rupturas nos aspectos materializados e subjetivos que conformam as identidades territoriais.

Portanto, as identidades territoriais são construídas e perpassam por modificações e ressignificações no decorrer do tempo e no espaço pelos diferentes grupos sociais, que expressam e materializam de forma concreta e simbólica as suas culturas. Os referidos marcadores retratam as culturas da região, entretanto elas podem ser alteradas no tempo, visto que isso é um processo natural de mudanças e imbricações. Assim, as transformações espaciais estarão

ressignificando as marcas simbólicas da Região Turística Central. Ademais, a própria região poderá futuramente sofrer alterações na composição de suas unidades territoriais, o que acarretaria novos estudos e novas configurações identitárias territoriais regionais.

Neste contexto, enfatiza-se que as reflexões alicerçadas nos marcadores territoriais religiosos, históricos e fabricados não são definitivas, uma vez que tanto a ciência como a cultura se retroalimentam de transformações no decorrer do tempo e, conseqüentemente, nos impõem novas perguntas e respostas.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, A. As Interfaces entre migração internacional e religião: um estudo de caso. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2007. Recife/PE. **Anais**. Recife/PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2007. p. 2-15. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/sbs2007_gt14_aparecida_amorim.PDF>. Acesso em: 20 out. 2018.
- ALBUQUERQUE, P. Alguns pontos de interrogação sobre identidade (s) e território (s) em Tarsessos. **Spall**, Espanha, v. 22, p. 47-60, 2013. Disponível em: <http://institucional.us.es/revistas/spal/22/art_3.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.
- ALMEIDA, A. R. de; SIQUEIRA, S.; DIAS, C. A. A construção da identidade cultural em filhos de emigrantes. **Caderno Neder**, v.2, p. 154-179, 2008. Disponível em: <https://www.univale.br/sites/editora/e_books/detalhes/?CodigoArquivo=7&Titulo=Caderno-Neder-2---Dossie-da-Emigracao>. Acesso em 15 set. 2018.
- BECKER, E. L. S. A geografia e o método dialético. **Vidya**, Santa Maria/RS, v. 25, n. 2, p. 51-58, jul./dez., 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.unifra.br/index.php/VIDYA/article/view/394/368>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- BENI, M. C. A política de turismo. In: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: Senac, 2001. p.177-202.
- _____. **Análise estrutural do Turismo**. 4 ed. rev. São Paulo; Senac, 2001.
- _____. **Turismo, interfaces, desafios e incertezas**. Caxias do Sul: EducS, 2001.
- BERDOLAY, V.; ENTRIKIN, J. N. *Lieu et sujet-perspective théoriques*. In: BRUNET, Roger. **Géographie universelle. BELLIN-RECLUS** (p.111-121), Diffusion Belin, Paris, França. 1998.
- BERTÊ, A. M. A. et al. Perfil Socioeconômico - COREDE Central. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS, n. 26, p. 182-220, fev. 2016.
- BEZZI, M. L. **Região**: uma (re) visão historiográfica da gênese aos novos paradigmas. 1996. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Rio Claro, SP, 1996.
- _____. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, v. 27, n. 1, p. 5-19, 2002.
- _____. **Uma (Re)visão historiográfica** – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004. 292 p.

BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Org.). **Psicologia sócio - histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L., ROSENDHAL, Z. (Org.). **Geografia Cultural**: uma antologia. v.1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 83-131.

BOSSÉ, M. L. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004. p. 157-179.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: Edusc, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.7-16.

BÜTTENBENDER, P. L; SIEDENBERG, D. R. ALLEBRANDT, S.L. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (coredes) RS: Articulações Regionais, Referenciais Estratégicos E Considerações Críticas. **Revista Desenvolvimento Regional em debate**. Canoinhas – SC, ano 1, n. 1, dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília, DF, 2003.

_____, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas. Brasília - DF, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais. Brasília - DF, 2005.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo** - Marcos Conceituais. Brasília, DF. 2005.

_____. Ministério Do Turismo. **Plano Nacional do Turismo**: diretrizes, metas e programas – 2007/2010. Brasília-DF, 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: Conteúdo Fundamental. Formação de Redes. Brasília-DF, 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Institucionalização da Instância de Governança Regional**. Módulo operacional 3. Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo. Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Qualificação à Distância para o Desenvolvimento do Turismo**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2008.

_____. Ministério do Turismo. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Institui o Plano Nacional do Turismo de 2008. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/lei-no-11-771-de-17-de-setembro-de-2008.html>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil**. Turismo e Sustentabilidade. Brasília-DF, 2009.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Segmentação do Turismo e o Mercado**. Brasília-DF, 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil 2011 – 2014** (Documento Referencial). Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/49-documento-referencial-turismo-no-brasil-2011-2014.html>>. Acesso em: fev. 2018.

_____. Ministério do Turismo: **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011. São Paulo-SP, 2012.

_____. Ministério Do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2013/2016**. Brasília-DF, 2013.

_____. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília-DF, 2013.

_____. Ministério do Turismo. **Portaria n. 105, de 16 de maio de 2013**. Institui o Programa de Regionalização do Turismo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/portaria-n-105-de-16-de-maio-de-2013>>. Acesso em: 10 julho de 2017.

_____. Ministério Do Turismo. **Programa de Regionalização: Diretrizes**. Brasília-DF, 2013.

_____. Ministério do Turismo. **Programa Turismo Acessível**. Brasília-DF, 2014. Disponível em: <<http://www.turismoacessivel.gov.br/ta/index.mtur>>. Acesso em: março de 2018.

_____. Ministério Do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: São Raimundo Nonato**. Brasília-DF, 2015.

_____. Ministério do Turismo; Fundação Getúlio Vargas - FGV. **Plano Estratégico de Estatísticas Turísticas Nacionais**, Brasília-DF, 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Portaria nº. 205, de 09 de dezembro de 2015**. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/portaria-n%C2%BA-268-de-28-de-dezembro-de-2016>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Categorização dos municípios das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro.** Brasília-DF, 2016.

_____. Ministério do Turismo; Fundação Getúlio Vargas. **Plano Nacional Estratégico de Estatísticas Turísticas,** Brasília-DF, 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo - 2013-2016: O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil.** Brasília – DF, 2013. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em março de 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Cartilha Brasil Mais Turismo.** Brasília-DF, 2017. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/brasilmaiturismo/wpcontent/uploads/2017/04/cartilha.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Portaria nº. 197, de 14 de setembro de 2017.** Define o Mapa do Turismo Brasileiro 2017 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/8198-portaria-n%C2%BA-197,-de-14-de-setembro-de-2017.html>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/>>. Acesso em março de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Região Central Rio Grande do Sul,** 2009. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio075.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Pesquisa de atualização da proporção de domicílios com moradores que realizam viagens e cadastro para levantamentos futuros de dados do turismo doméstico brasileiro.** Brasília-DF, 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2018 – 2022.** Brasília – DF, 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo e Sustentabilidade:** orientações para prestadores de serviços turísticos. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em março de 2018.

BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. **Estudos sobre geografia cultural no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Oikos, 2017.

_____. **Regiões culturais:** a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 135-155, Dez, 2008.

BRUM NETO, H. **Regiões Culturais**: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. 2007. 358 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BRUM, R. M. **Terminologia da Geografia Cultural**: estudo preliminar para um glossário bilíngue francês – português. 2015, 111 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CANEDO, D. Cultura é o que? - Reflexões sobre o Conceito de Cultura e a Atuação dos Poderes Públicos. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. **Anais**. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

CARLEIAL, L. M. da F. A questão Regional no Brasil contemporâneo. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. 2ª edição, Ed. Hucitec, 1993.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. Vol. 1. Paz e Terra, SP, 1999.

_____. **O Poder da Identidade**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). Tradução Klauss B. Gerhardt. Prefácio de Ruth C. L. Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 1999.

_____. Comunicación, poder y contrapoder en la sociedade. **Telos**: Revista, n. 75, 2008. Entrevista. Disponível em: <<http://www.campusred.net/telos/articuloAutorInvitado.asp?idarticulo=1&rev=75>>. Acesso em: 16 out. 2017.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CORRÊA, R. L. Geografia cultural: passado e futuro – uma introdução. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R. L. (Orgs). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 49-58.

_____. **Sobre a Geografia Cultural**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.ihgrgs.org.br/artigos/contibuicoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Sobre%20a%20Geografia%20Cultural.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CORRÊA, R. L. Monumentos, política e espaço. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Geografia Cultural: uma antologia, volume II**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013 - A.

_____. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; et. Al. (org.) **Território**: Globalização e Fragmentação. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 251-256.

_____. **Trajelórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R L; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R L; ROSENDAHL, Z. (Org.). Introdução a Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 9-18.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Geografia Cultural: um século (2)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000. p. 15-32.

COSTA, O. J. L.; ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (orgs.) Espaço e Cultura: Pluralidade Temática. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, Vol. XIV, nº 817, 30 de marzo de 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-817.htm>>. Acesso em mai. 2019.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: Ed. da USC, 2002.

CLAVAL, P. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 89-117.

_____. A geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R.L. et al. (org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. A geografia cultural no Brasil. In: BARTHE-DELOIZY, Francine; SERPA, Angelo. **Visões do Brasil: estudos culturais em geografia**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 11-25.

_____. **A geografia cultural**. Tradução: Luiz Pimenta e Margareth Pimenta. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

_____. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

_____. “A Volta do Cultural” na Geografia. **Revista Mercator**. Fortaleza, v. 1, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/192>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CRUZ, R. de C. A. da. A política pública de turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. In: SOUZA, M. J. de. **Política pública e o lugar do turismo**. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p. 25-38.

_____. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, F. G. B.; HAESBERT, R. (Org.) **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 93-122.

DAVID, C. de. Trabalho de Campo: limites e contribuições para a pesquisa geográfica. **Revista do Departamento de Geografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, n. 11, p. 19-24. 2002.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris Armand Colin, 2007.

DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.

EWALD, A. P.; SOARES, J. C. Identidade e subjetividade numa era de incerteza. **Estudos de psicologia**, v. 12, n. 1, p. 23-30, 2007.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FARHAT, S. **Dicionário parlamentar e político**: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Fundação Peirópolis; Companhia Melhoramentos, 1996.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa**. 3 ed. Curitiba: Positivo, 1986.

FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade, globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FIGUEIREDO, L. C. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.1 p. 55-70, jan./abr. 2013.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento**: uma visão do estado da arte. Territórios com identidade cultural. Rimisp 20. Aniversário, 2006.

FLORES, H. A. H. **Turismo no Rio Grande do Sul**: 50 anos de pioneirismo no Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

GAIO, R.; CARVALHO, R. B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 2008.

GIMENÉZ, G. Materiales para una teoría de las identidades sociales. In:_____. **Identities sociales**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes; Instituto Mexiquense de Cultura, 2009. 25-51 p.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 e 6 ed. São Paulo: Atlas, 1999, 2008.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, P. C. da C. Cultura ou civilização: A renovação de um importante debate. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 99-122.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. IN: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C.; Corrêa, Roberto Lobato. Geografia: **Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 49-75.

GRASSO, A. **Note sul concetto di identità territoriale**. BSGI, 1998, p. 617-624.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: A rede “gaúcha” no nordeste. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

_____. Identidades territoriais. In: CORREA, R. L., ROSENDAHL, Z. (Org). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1999, p.169-190.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF. 2002.

_____. Território, Poesia e Identidade. In: HAESBAERT, R. (Org.) **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 143-158.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Por uma constelação geográfica de conceitos. In: **Viver no limite**. Território e multi/transterritorialidades em tempos de in-segurança e contecção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **Regional – Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, 2, p. 15 – 46, jul./dez., 1997.

_____. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1987; 1999; 2002.

_____. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HEIDRICH, A. L. Território e cultura: argumentos para uma produção de sentido. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z. (Org.). **Maneiras de ler**: geografia e cultura. Porto Alegre: Compasso-Lugar Cultura; Imprensa Livre, 2013, p. 52-61.

HEIDRICH, A; L.; PIRES, C. L. Z. **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra, 2016.

HENRIQUE, I. C. **A materialidade do simbólico**: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880 – 1950). Texto de História. v. 12, n. 1 e 2, 2004.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2018. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

ITAQUI, J. (org.). **Quarta Colônia**: Inventários Técnicos – Flora e Fauna. Santa Maria: Pallotti, 2002.

LANDEL, P. A. Invention de patrimoines et construction des territories. In: GUMUCHIAN, H.; PECQUEUR, B. **La ressource territoriale**. Paris: Economica, Anthropos, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993, 2003 e 2007.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999 e 2014.

LIMA, M. S. B.; MOREIRA, E. V. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP. n. 27, v.2, p. 27-55, ago./dez. 2015.

LIMBERTI, R. de C. A. P. Discurso Indígena: Identidade, Alteridade, Transculturalidade. **Anais**. In: III Simpósio Internacional sobre análise do discurso: Emoções, Ethos e Argumentação. Belo Horizonte, UFMG. 2008.

LOBATO, R.; ROSENDAHL, Z. **A geografia cultural no Brasil**. Rio de Janeiro, 2005. p. 97-98.

MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L. A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v.5, n.2, p.226-247, ago. 2011.

MANFIO, V. et al. COREDE CENTRAL: uma análise sobre as especificidades, as dinâmicas e estratégias de desenvolvimento. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 76-92, jan./jul. 2015.

MCDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, D. et al. (Org.) **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999, 2002 e 2009.

OLIVEIRA, A. S. et al. **Introdução ao pensamento filosófico**. São Paulo: Loyola, 1990.

PAULILO, M. A S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul./dez.1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

PESSOA, M. L. (Org.). **População do RS**. In: ____Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/territorio/regioes-do-rs/> >. Acesso em: 28 de mar. 2020.

PINTO, M. **A identidade socioterritorial Missioneira na cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas Reduções Jesuítica – Guarani**. 2015. 367 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, n. 27, p 7-23, jan./jun., 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS. **Plano Municipal de Turismo de Santa Maria, 2014**. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/economico/?secao=documentos&tipo=127&lista=>>>. Acesso em: 06 mai. 2017.

RAFFESTIN, C. Immagini e identità territoriali. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES, 2003. p.3-11.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº. 14.129, de 12 de novembro de 2012**. Cria o Conselho Estadual de Turismo e revoga a Lei n. 10782, de 07 de maio de 1996.

Diário Oficial/RS. Disponível em: <<https://sedactel.rs.gov.br/conetur-5977768c90547>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande Do Sul**. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. 4 ed – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019. 125 p.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul 2012 – 2015**. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/3057764423246598989_Plano_de_De_senvolvimento_do_Turismo_do_RS_2012_-_2015>. Acesso em: 05 fev. 2018.

_____. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Corede Central 2015 – 2030**. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144203-plano-central.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

_____. **Rumos 2015** – Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Coordenação e Planejamento. Consorcio Booz Allen – FIPE – HLC. Porto Alegre, 242 p.

RUVIARO, R. E. **Plano Municipal de Turismo, Cultura e Paleontologia de Mata/RS 2015 – 2020**. COMUNITTÀ – Cooperativa de Desenvolvimento Turístico. Área: Planejamento Turístico, 2015.

SEPLAG - Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - 2019)**. Disponível em: <http://www.sri.rs.gov.br/conteudo_puro.asp?ta=1&modo_exibicao=&cod_menu=31> Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. **Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - 2010)**. Disponível em: <<https://governanca.rs.gov.br/mapa-estrategico-e-apresentado-aos-coredes>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. **Perfil Socioeconômico do COREDE Central**. Porto Alegre: Governo do Estado do RS, 2017. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17095341-perfisregionais-2017-central.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

_____. **Perfil Socioeconômico do COREDE Jacuí Centro**. Porto Alegre: Governo do Estado do RS, 2010. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17095341-perfisregionais-2010-jacui-centro.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SETEL. Secretaria do Turismo Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul. **Mapa da Região Turística Central – 2016**. Disponível em:

<http://www.setel.rs.gov.br/conteudo/3461/mapa-da-regiao-turistica-central>. Acesso em: 16 mar. 2020.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós- modernidade. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: o desenvolvimento econômico da Colônia de Silveira Martins (RS). Porto Alegre, EST, 2003.

SÁ-SILVA, J. R. et al. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009.

SARMENTO, M. Análise dos impactos do turismo no desenvolvimento sustentável das regiões. In: Boiteux, Bayard (org.). **Lições de turismo**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2004, p.12-35.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Geografia Cultural**: um século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p.99-110.

SCHINDLER, A. A. W. **Políticas públicas aplicadas ao turismo**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

SERVILHA, M. de M. **Quem precisa de região?** o espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 416 p.

SILVA, M. M. **Contribuições do turismo para a revitalização do rural**. 2013. 141 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SILVEIRA, M. A. T. **Impactos do turismo no território**. Curitiba, 2002. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/167757180/Impactos-do-turismo-no-Território>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

_____. Geografia aplicada ao turismo: fundamentos teóricos práticos. Curitiba: **InterSaberes**, 2014.

SPOSITO, E. S. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. (Org.). **Redescobrimo o Brasil**: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2010. p. 347-359.

_____. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VENDRAME, M. I. A trajetória de dois imigrantes italianos no Brasil Meridional (1878-1900). **Revista Latino Americana de História. UNISINOS**. São Leopoldo, v.3, n.11, 2014, p.167-185. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/446/425> Acesso em: mai. 2019.

VOLPATO, G. L. **Ciência**: da filosofia à publicação. Botucatu: Tipomic, 2004.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-61.

WEIMER, Günter. **Arquitetura**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

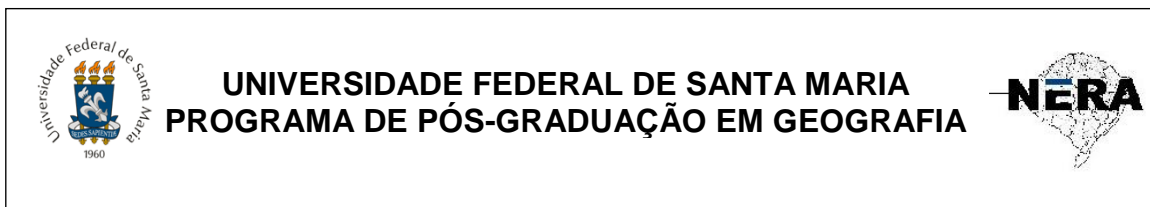
WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, T. S. (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7 – 72.

XAVIER, H. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

ZANATTA, B. A. A abordagem cultural na geografia. **Revista UEG**, Goiás, v. 1, n. 9, p. 1-12, 2007. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/5995/4103>. Acesso em: 18 ago. 2018.

ZIEMANN, D. R. **Estratégias de geoconservação para a proposta do geoparque Quarta Colônia-RS**. 2016. 241 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO ESTRUTURADO PARA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO



Esta pesquisa faz parte da tese de doutorado intitulada: **“As identidades territoriais da Região Turística Central do Rio Grande do Sul a partir dos marcadores religiosos, históricos e fabricados”**.

ENTREVISTA DIRECIONADA AOS AGENTES PÚBLICOS DAS PREFEITURAS
MUNICIPAIS DA REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

Nome da Prefeitura:

Site oficial:

Nome do entrevistado:

Cargo/Função:

Secretaria/Diretoria/Setor que trabalha:

Telefone:

E-mail:

Data:

ROTEIRO ESTRUTURADO PARA A ENTREVISTA

- 1- Breve histórico do município / etnias colonizadoras.
- 2- Folder do município e de roteiros, rotas e atrativos turísticos municipais e da região central.
- 3- Relate sobre aspectos físicos, naturais, políticos e sócio espaciais do seu município.

- 4- Comente sobre os aspectos turísticos e culturais do município, bem como principais produtos e atrativos turísticos e culturais
- 5- O que a cultura local representa para você?
- 6- A formação étnica cultural do seu município tem a ver com a identidade local? Como?
- 7- Como cultura de influência alemã e/ou italiana está materializada no município?
- 8- Tendo como base os marcadores territoriais presentes no espaço, ou seja, as marcas visíveis construídas por grupos sociais, as quais identificam culturalmente o município, e que apresentem influência da colonização alemã e/ou italiana, além de possuir expressividade turística para a região, solicito que você cite e explique os de maior relevância, a partir das categorias:

A) Marcadores religiosos (relação homem x religião)

B) Marcadores Fabricados pelo Homem (espaços de habitação (construções/casas) e humanizados pelo homem, bem como os caminhos construídos como as pontes).

C) Marcadores Históricos (espaços criados pelos grupos para socialização coletiva bem como lugares de memória)

- 9- A Região Turística, a qual o seu município faz parte, é denominada de Região Turística Central do Rio Grande do Sul". O que isso significa "Central" para você? Como e porque o município participa da referida região?

Agradecemos a sua atenção e disponibilidade!

Profª Drª Meri Lourdes Bezzi
Orientadora
UFSM

Mirele Milani da Silva
Doutoranda
UFSM

APÊNDICE B – ROTEIRO ESTRUTURADO PARA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “**As identidades territoriais da Região Turística Central do Rio Grande do Sul a partir dos marcadores religiosos, históricos e fabricados**”.

Nome do Pesquisador: Mirele Milani da Silva

Orientador(a): Meri Lourdes Bezzi

1. **Natureza da pesquisa:** *A Senhoria está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como objetivo compreender se a diversidade étnica possibilitou uma (re)organização sócioespacial rural, e de que forma esses códigos culturais materiais e imateriais através de realidades cotidianas e trocas culturais possibilitam a transformação e a permanência das paisagens rurais em Santa Maria-RS.*
2. **Participantes da pesquisa:** A população participante da pesquisa consiste em residentes da área rural da Santa Maria que possuem conhecimento referente a formação do respectivo distrito, bem como possam colaborar com questões referentes a cultura da população local.
3. **Envolvimento na pesquisa:** *ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que a pesquisadora Elizandra Voigt. A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.) (...). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora.*
4. **Sobre as entrevistas:** As entrevistas serão realizadas com o auxílio de um questionário que servirá como roteiro para a entrevista.
5. **Riscos e desconforto:** *a participação nesta pesquisa não traz complicações legais.*
6. **Confidencialidade:** *todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados.*
7. **Benefícios:** *ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre Santa Maria e em especial para seus distritos, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa beneficiar todos os moradores locais, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.*
8. **Pagamento:** *a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.*

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo

de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Mirele Milani da Silva

Meri Lourdes Bezzi

Pesquisador Principal: Mirele Milani da Silva, telefone para contato (055) 999576742.

Orientadora: Prof^a. Tit. Dr^a. Meri Lourdes Bezzi, telefone para contato (055) 32209448.

**APÊNDICE C – COORDENADAS GEOGRÁFICAS DOS MARCADORES
TERRITORIAIS NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A REGIÃO TURÍSTICA
CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL**

1- AGUDO	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°38'38,6"	53°14'20,8"
	29°38'29,2"	53°14'56,4"
MARCADOR HISTÓRICO	29°38'39,3"	53°14'26,7"
	29°38'39,0"	53°14'59,5"
	29°41'18,7"	53°16'05,8"
MARCADOR RELIGIOSO	29°38'39,1"	53°14'21,7"
	29°38'39,0"	53°14'59,4"

2 - CACHOEIRA DO SUL	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	30°02'37,6"	52°53'58,8"
	30°02'29,0"	52°53'46,4"
	30°02'40,5"	52°53'37,3"
	30°02'42,1"	52°53'38,0"
	30°03'42,6"	52°53'41,6"
MARCADOR HISTÓRICO	30°02'53,6"	52°53'25,4"
	30°02'39,9"	52°53'37,9"
	30°02'54,3"	52°53'24,6"
	30°02'55,3"	52°53'22,6"
	30°02'08,6"	52°54'49,5"
MARCADOR RELIGIOSO	30°02'41,2"	52°52'48,3"
	30°02'37,5"	52°53'58,7"
	30°02'24,7"	52°53'35,8"
	30°02'31,6"	52°53'35,2"
	30°02'54,2"	52°53'23,8"

3- FAXINAL DO SOTURNO	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°34'39.5"	53°26'28.3"
	29°35'06.5"	53°28'56.9"
	29°34'32.6"	53°26'36.9"
	29°34'47.9"	53°26'30.0"
	29°34'39.3"	53°26'43.1"
	29°34'39.3"	53°26'41.5"
	29°34'40.9"	53°26'40.6"
	29°34'22.4"	53°25'42.4"
	29°34'40.6"	53°24'21.6"
MARCADOR HISTÓRICO	29°34'32.7"	53°26'35.2"
	29°34'37.6"	53°26'44.7"
	29°34'37.1"	53°26'43.4"
	29°34'37.8"	53°26'44.9"
MARCADOR RELIGIOSO	29°34'33.1"	53°23'58.0"
	29°35'09.5"	53°29'09.4"
	29°34'30.9"	53°26'33.3"
	29°34'30.4"	53°26'01.0"
	29°35'09.5"	53° 29'09.5"

4- ITAARA	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°39'32.7"	53°46'27.4"
	29°35'05.9"	53°45'26.5"
	29°38'42.0"	53°45'22.3"
	29°38'26.1"	53°45'55.3"
	29°37'14.7"	53°47'18.2"
	29°37'08.3"	53°45'56.6"
	29°36'41.3"	53°45'51.5"
	29°35'09.3"	53°46'55.7"
MARCADOR HISTÓRICO	29°36'40.3"	53°45'50.5"
	29°36'37.9"	53°48'49.5"
	29°38'41.2"	53°46'35.9"
	29°32'18.6"	53°45'55.7"
	29°35'31.2"	53°46'09.9"
	29°36'20.0"	53°48'09.8"
MARCADOR RELIGIOSO	29°35'20.5"	53°46'01.9"
	29°35'20.1"	53°46'53.7"
	29°36'39.1"	53°45'52.0"
	29°36'38.4"	53°45'50.5"
	29°36'40.8"	53°45'49.6"
	29°37'03.4"	53°48'29.9"
	29°32'18.2"	53°45'55.1"

5 - IVORÁ	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°31'17.2"	53°35'01.4"
	29°31'14.1"	53°34'51.7"
	29°31'13.0"	53°34'56.1"
	29°31'05.7"	53°34'56.2"
	29°31'13.3"	53°35'10.2"
	29°31'13.1"	53°35'00.7"
	29°31'17.2"	53°34'52.4"
MARCADOR HISTÓRICO	29°31'17.2"	53°34'55.1"
	29°31'20.9"	53°35'12.9"
	29°31'15.8"	53°34'55.5"
MARCADOR RELIGIOSO	29°31'15.4"	53°34'81.3"
	29°31'17.3"	53°35'13.4"
	29°30'51.0"	53°35'11.7"
	29°31'19.9"	53°34'49.9"
	29°34'00.4"	53°37'17.2"

6- JÚLIO DE CASTILHOS	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°13'49.4"	53°45'56.0"
	29°13'50.1"	53°40'53.5"
	29°13'46.0"	53°40'54.1"
	29°13'44.6"	53°40'53.9"
	29°13'39.1"	53°40'57.4"
	29°13'41.2"	53°40'55.6"
	29°13'42.4"	53°40'57.0"
	29°13'35.9"	53°40'59.3"
	29°13'34.0"	53°41'03.5"
	29°13'37.5"	53°40'52.6"
MARCADOR HISTÓRICO	29°13'36.0"	53°40'52.5"
	29°13'41.3"	53°40'59.0"
	29°14'02.3"	53°39'58.2"
	29°13'31.6"	53°41'01.2"
	29°13'40.9"	53°40'57.9"
MARCADOR RELIGIOSO	29°13'40.3"	53°40'55.8"

7- NOVA PALMA	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°28'17.3"	53°28'17.0"
	29°28'10.4"	53°28'04.4"
	29°28'04.8"	53°28'02.3"
	29°26'57.6"	53°28'12.5"
	29°28'08.9"	53°28'07.4"
	29°28'13.2"	53°28'07.6"
	29°28'16.8"	53°28'12.4"
	29°28'16.2"	53°28'17.4"
	29°28'17.0"	53°28'24.0"
MARCADOR HISTÓRICO	29°28'42.3"	53°28'31.9"
	29°28'16.3"	53°28'14.7"
	29°28'14.0"	53°28'40.2"
MARCADOR RELIGIOSO	29°28'18.1"	53°28'15.4"
	29°27'33.5"	53°27'56.3"
	29°27'28.0"	53°29'49.9"
	29°26'43.4"	53°28'11.4"
	29°27'03.2"	53°28'06.4"

8- PARAÍSO DO SUL	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°43'49,8"	53°10'39,7"
	29°43'46,7"	53°10'42,4"
MARCADOR HISTÓRICO	29°44'09,7"	53°10'21,3"
	29°43'56,1"	53°10'29,4"
	29°41'15,4"	53°08'20,4"
MARCADOR RELIGIOSO	29°43'55,5"	53°08'43,6"
	29°43'55,4"	53°08'43,5"
	29°43'54,7"	53°10'35,0"

9- PINHAL GRANDE	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°20'53.2"	53°18'35.9"
	29°20'48.2"	53°18'24.9"
	29°20'49.5"	53°18'28.2"
	29°20'54.7"	53°18'39.4"
	29°20'09.6"	53°20'40.2"
MARCADOR HISTÓRICO	29°20'14.0"	53°20'26.0"
	29°21'18.0"	53°19'17.9"
MARCADOR RELIGIOSO	29°20'17.3"	53°20'21.7"
	29°20'06.6"	53°22'16.6"
	29°20'49.7"	53°18'24.1"
	29°21'10.3"	53°19'03.9"

10 – RESTINGA SÊCA	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°48'41,8"	53°22'26,7"
	29°48'38,7"	53°22'35,6"
	29°55'00,6"	53°24'19,2"
	29°53'23,2"	53°23'27,0"
	29°48'48,8"	53°22'29,1"
	29°48'48,4"	53°22'29,8"
	29°48'59,1"	53°22'06,3"
MARCADOR HISTÓRICO	29°48'48,8"	53°22'29,1"
	29°48'48,1"	53°22'29,3"
	29°48'48,4"	53°22'29,8"
	29°48'59,1"	53°22'06,3"
MARCADOR RELIGIOSO	29°48'48,8"	53°22'30,3"
	29°48'48,2"	53°22'16,9"
	29°47'16,0"	53°21'34,0"
	29°47'09,2"	53°22'21,3"

11- SANTA MARIA	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29° 41'11.3"	53° 48'26.5"
	29° 41'08.5"	53° 48'24.8"
	29° 41'32.6"	53° 46'46.5"
	29° 41'36.1"	53° 46'32.0"
	29° 41'23.6"	53° 47'03.2"
	29° 41'23.0"	53° 47'13.5"
	29° 40'36.6"	53° 48'02.0"
	29° 41'00.6"	53° 48'29.7"
	29° 40'56.0"	53° 48'35.8"
	29° 41'19.9"	53° 48'54.2"
	29° 41'23.0"	53° 50'02.3"
MARCADOR HISTÓRICO	29° 40'40.3"	53° 48'29.3"
	29° 40'42.5"	53° 48'28.6"
	29° 41'08.7"	53° 48'23.1"
	29° 41'09.6"	53° 48'24.2"
	29° 41'45.5"	53° 48'45.5"
	29° 41'13.4"	53° 48'24.7"
	29° 41'21.3"	53° 49'17.0"
	29° 42'09.7"	53° 41'26.0"
	29° 41'31.0"	53° 46'47.1"
	29° 40'59.7"	53° 48'29.0"
	29° 41'44.1"	53° 48'56.5"
MARCADOR RELIGIOSO	29° 41'05.5"	53° 48'28.2"
	29° 41'59.6"	53° 48'40.1"
	29° 40'53.6"	53° 48'36.5"
	29° 41'32.3"	53° 47'23.1"
	29° 41'20.0"	53° 48'56.2"
	29° 39'44.6"	53° 46'34.6"

12- SÃO JOÃO DO POLÊSINE	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°36'57,4"	53°26'46,3"
	29°37'06,6"	53°26'51,8"
	29°39'14,7"	53°31'39,3"
MARCADOR HISTÓRICO	29°36'56,8"	53°26'45,1"
	29°36'54,2"	53°26'44,9"
	29°36'54,9"	53°26'45,6"
	29°37'16,1"	53°26'56,3"
	29°38'53,2"	53°26'38,7"
	29°39'16,5"	53°31'39,8"
MARCADOR RELIGIOSO	29°36'57,8"	53°26'44,6"
	29°36'42,6"	53°26'47,8"
	29°39'14,8"	53°28'02,7"
	29°39'16,1"	53°31'38,7"

13- SÃO PEDRO DO SUL	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°37'18,19"	54°10'46,43"
	29°37'09,7"	54°10'39,6"
	29°37'06,4"	54°10'40,2"
	29°37'02,5"	54°10'38,5"
MARCADOR HISTÓRICO	29°38'09,66"	54°11'06,54"
	29°37'08,3"	54°10'38,7"
	29°37'09,0"	54°10'41,3"
	29°37'08,7"	54°10'41,2"
	29°37'08,7"	54°10'40,3"
	29°37'07,9"	54°10'39,3"
MARCADOR RELIGIOSO	29°37'18,44"	54°10'45,34"
	29°37'09,6"	54°10'41,8"

14- SÃO SEPÉ	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	30°10'04.0"	53°34'07.3"
	30°10'03.4"	53°34'03.0"
	30°09'59.3"	53°34'03.0"
	30°09'57.5"	53°34'03.4"
	30°09'55.1"	53°34'03.9"
	30°10'09.0"	53°34'21.0"
	30°10'00.3"	53°34'07.6"
MARCADOR HISTÓRICO	30°10'03.1"	53°34'06.5"
	30°10'02.2"	53°34'08.1"
	30°01'07.4"	53°41'13.0"
MARCADOR RELIGIOSO	30°10'02.8"	53°34'10.2"
	30°10'12.4"	53°33'53.5"
	29°59'49.9"	53°41'01.8"

15 – SILVEIRA MARTINS	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°37'56.8"	53°34'12.8"
	29°38'39.3"	53°35'05.3"
	29°40'16.8"	53°35'28.9"
	29°39'12.9"	53°35'04.8"
	29°38'48.7"	53°35'00.8"
	29°38'42.2"	53°35'02.8"
	29°38'31.2"	53°35'09.5"
	29°38'29.3"	53°35'06.4"
MARCADOR HISTÓRICO	29°39'29.1"	53°35'44.5"
	29°38'34.7"	53°35'07.7"
	29°38'41.5"	53°35'03.6"
MARCADOR RELIGIOSO	29°39'17.6"	53°35'41.0"
	29°40'14.9"	53°35'26.2"
	29°38'36.2"	53°35'06.2"
	29°39'59.7"	53°35'12.3"
	29°38'36.9"	53°35'07.2"

16 – TOROPI	PONTOS	
	S	W
MARCADOR FABRICADO	29°28'43,1	54°13'41,8"
	29°28'26,5"	54°13'42,1"
MARCADOR HISTÓRICO	29°28'44,0"	54°13'36,2"
MARCADOR RELIGIOSO	29°28'43,5"	54°13'41,9"
	29°28'40,0"	54°13'52,8"
	29°28'50,6"	54°13'42,2"

ANEXO A – PORTARIA 192 - ESTABELECE CRITÉRIOS PARA ATUALIZAÇÃO DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2019- 2021

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 249, sexta-feira, 28 de dezembro de 2018

Anexo II

Parágrafo primeiro. Não havendo "quórum" para a abertura da reunião, poderá ser convocada uma nova reunião, a pedido de qualquer das bancadas, com antecedência mínima de dez dias.

Parágrafo segundo. Não havendo a reunião agendada, os presentes poderão discutir os assuntos que lhes interessar, sem, contudo, ser considerada essa atividade como reunião da CEBz/PR, portanto, sem deliberações e sem inclusão desse debate na ata.

Art. 18º. As propostas referentes à pauta das reuniões da CEBz/PR, deverão ser encaminhadas à secretaria executiva com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, e o seu repasse a todos os membros titulares e suplentes acontecerá até 10 (dez) dias da data da reunião.

Art. 19º. As atas deverão ser aprovadas por consenso pelas três representações.

Parágrafo primeiro. As minutas das atas devem ser submetidas para as três representações antes da divulgação pública.

Parágrafo segundo. Será permitido às bancadas registrar eventuais encaminhamentos não aprovados, respondendo pelos termos e registros que solicitarem.

Parágrafo terceiro. As atas devem ser submetidas para aprovação no início da reunião seguinte pelas três representações.

Parágrafo quarto. Cada bancada e instituição componente poderá divulgar as atas aprovadas em sites respectivos.

Capítulo VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 20º. Em caso de dúvidas, as mesmas deverão ser encaminhadas à CNPBz.

Art. 21º. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado em reuniões ordinárias, desde que conste como item específico na pauta.

Parágrafo único. As solicitações de alterações no Regimento Interno da CEBz/PR deverão ser encaminhadas à secretaria executiva, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a fim de que sejam repassadas aos demais membros.

Art. 22º. A CEBz/PR poderá constituir grupos de trabalhos sempre que se fizer necessário.

Parágrafo primeiro. Os grupos de trabalhos serão formados de forma tripartite paritária, por membros da comissão, e poderão ser incluídos assessores convidados pelas bancadas.

Parágrafo segundo. Os grupos de trabalho elaborarão relatório das suas atividades e apresentarão em reunião da CEBz/PR.

Art. 23º. A CEBz/PR será composta de dois fóruns, a reunião das Bancadas e a reunião Ordinária ou extraordinária.

Parágrafo único. A reunião das bancadas poderá ser realizada uma hora antes do início da reunião ordinária ou extraordinária.

Art. 24º. Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pela CEBz/PR.

ANEXO I do Regimento Interno da Comissão Estadual do Benzeno do Paraná (CEBz/PR)

Protocolo de VISITAS - CNPBz

1. Negociar a visita com pelo menos 1 (uma) reunião de antecedência, sendo definidos os objetivos e áreas a serem visitadas, observadas as particularidades do caso.

2. A confirmação da visita ficará sujeita a consulta ao órgão / empresa a ser visitado. Esta consulta deverá ser feita pelo representante da respectiva bancada;

3. O representante da bancada do órgão ou empresa cuja visita foi solicitada, deverá informar ao Coordenador da CNPBz sobre a disponibilidade do órgão / empresa para receber a visita da CNPBz e sobre regras internas que deverão ser observadas;

4. A visita deverá ocorrer em único dia;

5. O Coordenador da CNPBz deverá delegar representante da Bancada de Governo na CNPBz, que ficará responsável pelos ajustes das visitas, centralizando as informações e encaminhamentos a todos;

6. Para atendimento ao item acima, o Coordenador deverá disponibilizar correio eletrônico da pessoa indicada às demais representações das bancadas (patronal e de trabalhadores) visando a fluência das informações;

7. Para efetivação da visita deverão as bancadas apresentar a empresa a ser visitada, num prazo de até 15 dias antes da visita, lista com a relação dos visitantes com nome completo, Nº de RG e CPF de cada participante.

8. A fim de manter a melhor organização e minimizar a possibilidade de exposição a riscos laborais, cada bancada poderá ser representada por até 10 (dez) pessoas, limitado a 30 (trinta) representantes na visita. Havendo vacância as vagas poderão ser ocupadas por representantes de outra bancada. Além deste, fica assegurada a comunicação da visita a CIPA e a participação do GTB da respectiva empresa.

9. Para atendimento a visita, o Representante da Bancada deverá disponibilizar correio eletrônico da pessoa indicada pela empresa a ser o responsável pela organização da visita às demais representações das bancadas (patronal e de trabalhadores) visando a fluência das informações;

10. Os interessados e relacionados na lista de visitantes deverão confirmar a presença até 5 (cinco) dias antes da visita via representante delegado pelo Coordenador da comissão;

11. O representante deverá, imediatamente, repassar as confirmações ao representante da bancada e, diretamente, ao responsável pelo recebimento da comissão na empresa a ser visitada;

12. Todos que confirmarem a presença deverão se apresentar para a visita devidamente vestidos para acessar áreas industriais com pelo menos: calças e camisa de brim (com mangas compridas) e sapatos de couro fechado com solado de borracha. A entrada na empresa ficará condicionada à vestimenta apropriada, e a empresa não estará obrigada a fornecer complementos para a vestimenta.

13. Caberá a empresa visitada disponibilizar EPI's (capacetes, protetores auriculares, óculos de proteção, luvas e outros) que julgar necessários em função das suas particularidades e dos riscos existentes;

14. Ficarão a critério de a empresa visitada acatar pedidos de inclusão de visitantes fora do prazo de inscrições;

15. Deverá ser negociada forma de transporte e deslocamento com a empresa visitada - a princípio não existe a obrigatoriedade de a empresa visitada prover meios de transporte para visitantes;

16. A empresa a ser visitada deverá encaminhar ao coordenador da comissão, com cópia ao coordenador de bancada patronal, um cronograma da visita, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da visita, dando tempo para que todas as representações (empresa / Sindicato e Trabalhadores - GTB) possam se preparar para usarem os tempos disponibilizados (é boa prática disponibilizar tempo para os representantes de Governo e dos Trabalhadores);

EXEMPLO DE CRONOGRAMA DE VISITA - Programação:

- Chegada à empresa: local e horário;

- Entrada para visita: horário com tolerância de 10 minutos;

- Programação de recepção: a cargo da empresa (deve incluir Reunião de Abertura, - Objetivos da visita, além de outros tópicos que forem ajustados);

- Visita às áreas: horário e roteiro;

- Apresentação do Serviço de Saúde e Medicina Ocupacional e do PPEOB;

- Reunião de fechamento

17. A Comissão (representantes das três bancadas junctas) deverá preparar um relato que constará na ata da reunião da CNPBz.

18. As visitas não terão cunho fiscalizatório.

19. Durante a visita fotos e solicitação de cópia de documentos ou informações somente serão atendidas caso a empresa visitada o permita e nas condições por ela fixadas.

Membros da CEBz-PR:
1. Bancada de Governo
Deborah Cordeiro Machado
Elver Andrade Morante
Irinéia Solovy
José Marçal Jackson Filho
June Maria Passos Rezende
Luana Francesca Badalotti De Geroni
Maria Carolina Lobo da Silva
Rubens Patrui Filho
Vanise Cleto Murta
2. Bancada de Trabalhadores
Alan Martins Frangulys
Alberto Henrique Dluhosch Filho
Alexandro Guilherme Jorge
Faisal Bark
José de Souza
Luciano Zanetti
Cristiano Mathews Sabchuk
Karoline Ferreira Prestes
Rodrigo Scherr Vieira
Vilmar Felichak
3. Bancada Patronal
Juliano Moreira da Silveira
Patrícia Elisa Baume Merlin
Rejane Rattmann

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 192, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 97, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso VI, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008;

CONSIDERANDO que o mapeamento das regiões turísticas brasileiras se constitui em uma das estratégias para a implementação do Programa de Regionalização do Turismo, consoante dispõe o art. 5º da Portaria MTur nº 105, de 16 de maio de 2013; e

CONSIDERANDO que o Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento de orientação para a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas setoriais e locais, nos territórios nele identificados, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada, conforme definido pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Para integrar o Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, as regiões turísticas deverão observar os seguintes critérios:

I - os municípios que a compõem devem possuir características similares e/ou complementares e aspectos que os identifiquem enquanto Região, ou seja, que tenham uma identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum;

II - os municípios que a compõem devem ser limítrofes e/ou próximos uns aos outros;

III - a região deverá comprovar a existência de uma Instância de Governança Regional (conselho, fórum, comitê, associação) responsável por sua gestão, por meio de ata da reunião de sua instalação; e

IV - o Órgão Oficial de Turismo das Unidades da Federação deverá apresentar ata de atuação do Fórum ou Conselho Estadual de Turismo, registrando a apresentação das Regiões Turísticas definidas ao referido colegiado;

Art. 2º Para integrar uma Região Turística do Mapa do Turismo Brasileiro, cada município deverá atender aos seguintes critérios:

I - comprovar a existência de órgão ou entidade responsável pela Pasta de turismo, por meio da apresentação de legislação referente à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;

II - comprovar a existência de dotação orçamentária destinada ao turismo, por meio da apresentação da Lei Orçamentária Anual - LOA e do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD vigentes;

III - comprovar a existência de Conselho Municipal de Turismo ativo, mediante a apresentação da legislação que o institui, da ata de posse da atual diretoria e das atas das duas últimas reuniões realizadas;

IV - possuir prestador(es) de serviços turísticos de atividades obrigatórias registradas, na Base de Dados do Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, até 30 (trinta) dias antes da data de fechamento do Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo - SISPR; e

V - apresentar Termo de Compromisso assinado pelo Prefeito Municipal e pelo dirigente responsável pela pasta de turismo, conforme modelo disponibilizado pelo Ministério do Turismo, aderindo de forma espontânea e formal ao Programa de Regionalização do Turismo e à Região Turística.

Parágrafo único. Em relação ao disposto no inciso III, nos casos em que o Conselho Municipal de Turismo tiver sido instituído nos últimos três meses antes do fechamento do Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo - SISPR, facultar-se a apresentação das atas das duas últimas reuniões.

Art. 3º Todos os documentos comprobatórios deverão ser anexados ao Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo - SISPR, conforme cronograma a ser definido e divulgado pelo Ministério do Turismo, por meio dos sites eletrônicos www.turismo.gov.br e www.regionalizacao.turismo.gov.br.

Art. 4º As instruções para condução do processo de mapeamento das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro estão contidas no documento "Orientação para Atualização do Mapa do Turismo Brasileiro", disponível no endereço eletrônico: www.regionalizacao.turismo.gov.br.

Art. 5º O Ministro de Estado do Turismo, em caráter excepcional, poderá decidir acerca dos casos não previstos nesta Portaria, desde que justificado o interesse da Administração Federal ou Estadual e respeitado o princípio da razoabilidade, mediante análise do caso concreto.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 205, de 9 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia subsequente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VINICIUS LUMMERTZ

ANEXO B – PORTARIA 271 - DEFINE O MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2019

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 164, segunda-feira, 26 de agosto de 2019

Gérbera, Gladiolus, Hortênsia, Lantana, Lírio, Lisianthus, Margarida, Pinus, Pteridium, Ruscus, Sálvia, Sedum makinoi, Seringueira, Verbena, Vinca e Zinnia, com LMR e IS "Não determinados"; Alterar o LMR de 0,2 para 0,5 mg/kg nas culturas de Açaí, Coco, Dendê, Macadâmia, Pinhão e Pupunha, todas na modalidade de emprego (aplicação) Foliar; Alterar o LMR de 0,2 para 0,5 mg/kg na cultura de Algodão, modalidade de emprego (aplicação) Foliar e Sementes; Alterar o LMR de 0,01 para 0,02 mg/kg na cultura de Batata, modalidade de emprego (aplicação) Foliar e Sulco de plantio; Alterar o LMR de 0,1 para 0,2 mg/kg na cultura de Beterraba; Alterar o LMR de 0,02 para 0,2 mg/kg e IS de 30 para 07 dias na cultura de Mandioca; Alterar o LMR de 0,5 para 0,7 mg/kg nas culturas da Manga, Cupuaçu, Guaraná e Maracujá, todas na modalidade de emprego (aplicação) foliar na monografia do ingrediente ativo 946 - PIRACLOSTROBINA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Dossimétricos e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico <http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas>.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.341, DE 22 DE AGOSTO DE 2019(*)

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.342, DE 22 DE AGOSTO DE 2019(*)

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: <http://www.anvisa.gov.br>.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.343, DE 22 DE AGOSTO DE 2019(*)

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Transferência de titularidade e por consequente, cancelar o Registro dos produtos saneantes de risco 2, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.344, DE 22 DE AGOSTO DE 2019(*)

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Cancelamento de Notificação de Produto Saneante de Risco 1, por ato de ofício, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE ALAGOAS

DECISÃO Nº 1, DE 23 DE AGOSTO DE 2019

O Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Alagoas, nomeado pela Portaria nº 2144 de 01/08/2019, do Presidente da Funasa-Brasília/DF, publicada no Diário Oficial da União de 01/08/2019, no uso das atribuições, e considerando as informações constantes nos autos do Processo Administrativo Sancionador nº 25110.001.926/2017-52 e após concedido o direito ao contraditório e ampla defesa, sem qualquer manifestação por parte do interessado.

Decido aplicar as sanções Lei nº 8.666/93, art. 87, inciso II e art. 7º da Lei nº 10.520/2002, referidas nos autos.

JEAN JACKS CAVALCANTE GOMES

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE RETIFICAÇÃO

No art. 8º da Portaria nº 410/SAS/MS, de 27 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 64, de 3 de abril de 2019, seção 1, páginas 51 e 52,

Onde se lê:

Art. 8º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênica e alogênica aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICA: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICA APARENTADO: 24.02

Leia-se:

Art. 8º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênica, alogênica aparentado e alogênico não aparentado, à equipe de saúde a seguir identificada:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICA: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICA APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICA NÃO APARENTADO: 24.03



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/instancia>, pelo código 05151913082600078

78

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 271, DE 23 DE AGOSTO DE 2019

Define o Mapa do Turismo Brasileiro 2019 e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso VI, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; no art. 6º do Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010; no art. 5º, inciso I, da Portaria MTur nº 105, de 16 de maio de 2013; e na Portaria MTur nº 192, de 27 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica definido o Mapa do Turismo Brasileiro 2019, com 2.694 municípios, que compõem 333 regiões turísticas, disponibilizado no site www.mapa.turismo.gov.br, como instrumento de orientação para atuação do Sistema Nacional de Turismo, nos termos do art. 9º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e do art. 6º do Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010.

Art. 2º Fica revogada a Portaria MTur nº 197, de 14 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

PORTARIA Nº 142, DE 23 DE AGOSTO DE 2019

Institui o Programa "EMBAIXADOR HONORÍFICO DO TURISMO BRASILEIRO", que visa fortalecer e apoiar as ações da Política Nacional do Turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico, promovidos pela Embratur.

O Presidente da Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo, no uso de suas atribuições conferidas pelos arts. 3º e 4º da Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991, art. 4º, do Anexo I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 8.644, de 21 de janeiro de 2016, e do art. 52 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa "EMBAIXADOR HONORÍFICO DO TURISMO BRASILEIRO", com o objetivo de fortalecer e apoiar as ações da Política Nacional do Turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 2º Fica estabelecido que o Programa poderá selecionar influenciadores dos ramos artístico, jornalístico, turístico, esportivo, empresarial, científico, digital/influencer ou notórios na sociedade brasileira e estrangeira, os quais serão escolhidos diretamente, mediante prévia justificativa, ou por meio de Chamamento Público.

Parágrafo único. Os selecionados comprometem-se a ceder gratuitamente sua imagem para a divulgação do turismo nacional nas ações em parceria com a Embratur.

Art. 3º A adesão dos selecionados para apoiar o Programa "EMBAIXADOR HONORÍFICO DO TURISMO BRASILEIRO" é considerado serviço civil voluntário, nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de dezembro de 1998, ficando vedada, a qualquer título, a percepção de remuneração, contraprestações financeiras, ou parcelas de outras espécies aos convocados ou selecionados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON MACHADO NETO

Ministério Público da União

ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA CONJUNTA MPF-MP/PA Nº 6, DE 18 DE JUNHO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA e o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 3434/2019/PRPA/GAB06, de 13 de junho de 2019, da Procuradoria da República no Estado do Pará e do Ministério Público do Estado do Pará, resolvem:

Art. 1º Revogar a Portaria Conjunta MPF - MP/PA nº 1, de 7 de março de 2018, publicada no D.O.U., Seção I, pág. 149, de 4 de abril de 2018.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Procuradora-Geral da RepúblicaGILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.235, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispostos no art. 91, XXI, da Lei Complementar nº 75/93, de 20/5/1993, no art. 2º, § 4º, da Lei nº 13.024, de 26/08/2014, no art. 57 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014, no art. 18, parágrafo único, da Portaria CSMPPT nº 132/2016, e no PGEA nº 20.02.0400.0001978/2019-82, resolve:

Art. 1º Determinar a prorrogação da suspensão do 31º Ofício Geral da Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região/RS e a recomposição do seu acervo, deferida inicialmente pela Portaria nº 1.647, de 04 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO CURADO FLEURY

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RESOLUÇÃO Nº 256, DE 16 DE AGOSTO DE 2019

Altera o Anexo I, primeira parte, da Resolução CSMPDF nº 64, de 27 de setembro de 2005.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhes conferem o inciso I do artigo 166, da Lei Complementar nº 75, de 20 maio de 1993, tendo em vista o Procedimento de Gestão Administrativa nº 08191.004829/2019-10, e de acordo com a deliberação ocorrida na 27ª Sessão Ordinária de 16 de agosto de 2019 e, resolve:

Art. 1º O Anexo I, primeira parte, da Resolução CSMPDF nº 64, de 27 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I

PRIMEIRA PARTE

Distrito Federal e Territórios)

1ª TURMA CÍVEL 12ª Procuradoria de Justiça Cível

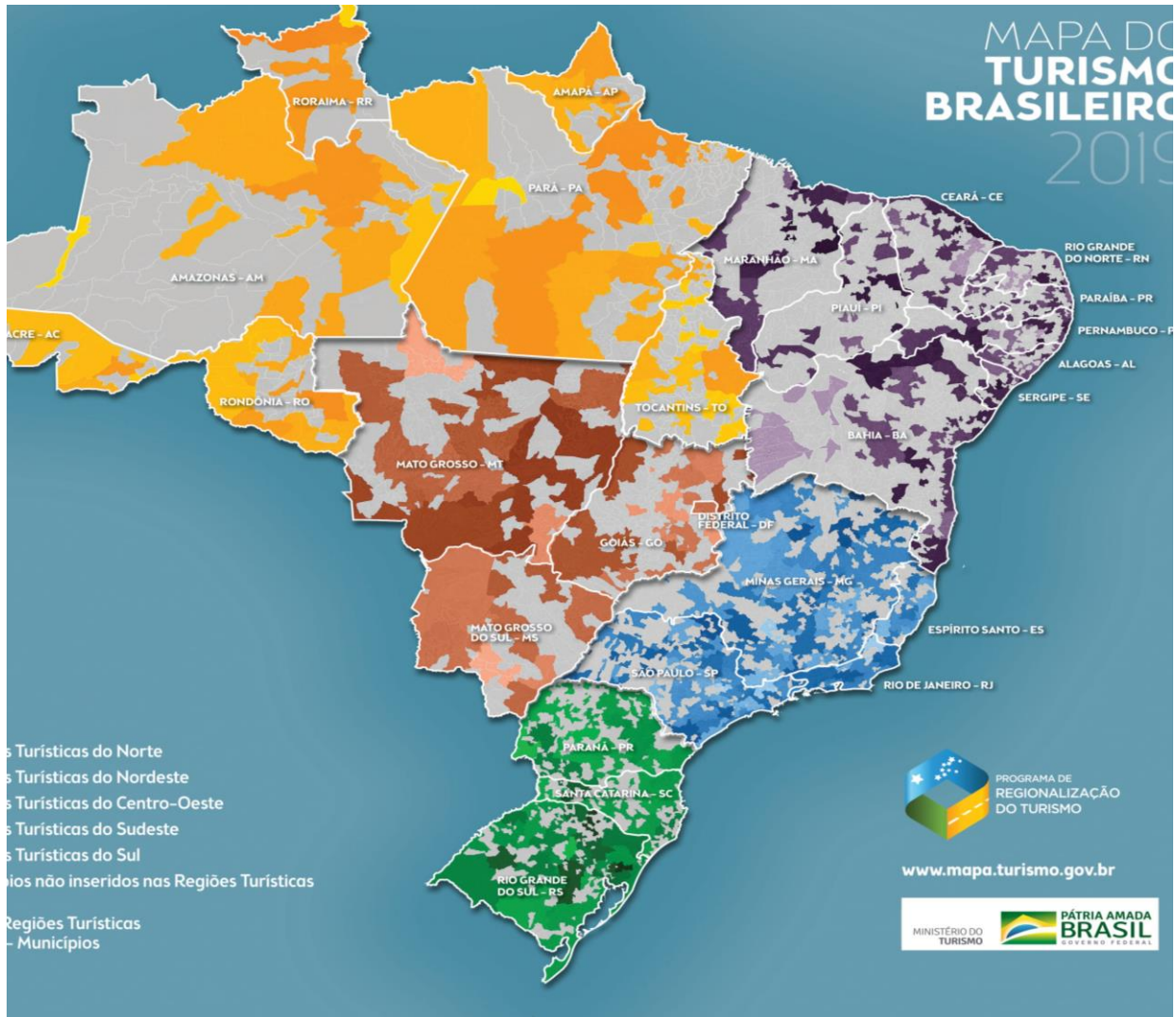
Atuação junto à 1ª Turma Cível, com sessões na 1ª quinzena

(...)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO C – MAPA TURISMO BRASILEIRO 2019 – MTUR



ANEXO D – REGIÕES TURÍSTICAS DO RS 2019-2021

MTur - Ministério do Turismo

Regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro

Parâmetros da consulta: SUL / Rio Grande do Sul

Resumo da Seleção

Nº de Macrorregiões	Nº de Uf	Nº de Municípios	Nº de Regiões Turísticas
1	1	345	27

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Aceguá	Pampa Gaúcho	D
RS	Agudo	Central	D
RS	Ajuricaba	Rota do Yucumã	D
RS	Alecrim	Rota do Rio Uruguai	D
RS	Alegrete	Fronteira	C
RS	Alegria	Rota do Rio Uruguai	E
RS	Almirante Tamandaré do Sul	Cultura e Tradição	E
RS	Alpestre	Rota Águas e Pedras	D
RS	Alto Feliz	Vale da Felicidade	E



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 1

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Ametista do Sul	Rota Águas e Pedras	D
RS	André da Rocha	Uva e Vinho	D
RS	Anta Gorda	Vale do Taquari	D
RS	Antônio Prado	Uva e Vinho	D
RS	Arambaré	Costa Doce	D
RS	Araricá	Vale Germânico	E
RS	Aratiba	Termas e Lagos	D
RS	Arroio do Meio	Vale do Taquari	D
RS	Arroio do Sal	Litoral Norte Gaúcho	C
RS	Arroio dos Ratos	Carbonífera	D
RS	Arroio do Tigre	Centro-Serra	D
RS	Arroio Grande	Costa Doce	D
RS	Arvorezinha	Vale do Taquari	D
RS	Augusto Pestana	Rota do Yucumã	D
RS	Áurea	Termas e Lagos	E



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 2

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Bagé	Pampa Gaúcho	B
RS	Balneário Pinhal	Litoral Norte Gaúcho	D
RS	Barão	Vale da Felicidade	E
RS	Barra do Guarita	Rota do Yucumã	E
RS	Barra do Quaraí	Fronteira	E
RS	Barra do Ribeiro	Costa Doce	D
RS	Barros Cassal	Alto da Serra do Botucaraí	D
RS	Bento Gonçalves	Uva e Vinho	B
RS	Boa Vista do Buricá	Rota do Rio Uruguai	D
RS	Boa Vista do Cadeado	Rota das Terras Encantadas	E
RS	Bom Jesus	Campos de Cima da Serra	D
RS	Bom Princípio	Vale da Felicidade	D
RS	Boqueirão do Leão	Vale do Taquari	D
RS	Bossoroca	Rota Missões	E
RS	Bozano	Rota do Yucumã	D



UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Brochier	Vale da Felicidade	E
RS	Butiá	Carbonífera	D
RS	Caçapava do Sul	Pampa Gaúcho	C
RS	Cachoeira do Sul	Central	C
RS	Caiçara	Rota Águas e Pedras	D
RS	Camaquã	Costa Doce	C
RS	Cambará do Sul	Campos de Cima da Serra	C
RS	Campestre da Serra	Campos de Cima da Serra	D
RS	Campina das Missões	Rota do Rio Uruguai	D
RS	Campinas do Sul	Termas e Lagos	D
RS	Campo Bom	Vale Germânico	D
RS	Candelária	Vale do Rio Pardo	D
RS	Cândido Godói	Rota do Rio Uruguai	D
RS	Candiota	Pampa Gaúcho	D
RS	Canela	Hortênsias	B



UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Canguçu	Costa Doce	C
RS	Canoas	Delta do Jacuí	B
RS	Capão da Canoa	Litoral Norte Gaúcho	B
RS	Capivari do Sul	Litoral Norte Gaúcho	D
RS	Caraá	Litoral Norte Gaúcho	E
RS	Carlos Barbosa	Uva e Vinho	D
RS	Caseiros	Rota das Araucárias	E
RS	Catuípe	Rota do Yucumã	D
RS	Caxias do Sul	Hortênsias	B
RS	Centenário	Termas e Lagos	E
RS	Cerro Branco	Centro-Serra	E
RS	Cerro Largo	Rota Missões	D
RS	Chapada	Cultura e Tradição	D
RS	Charqueadas	Carbonífera	D
RS	Chiapetta	Rota do Yucumã	D



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 5

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Chuí	Costa Doce	C
RS	Cidreira	Litoral Norte Gaúcho	C
RS	Colinas	Vale do Taquari	D
RS	Colorado	Rota das Terras Encantadas	D
RS	Condor	Rota do Yucumã	D
RS	Constantina	Cultura e Tradição	D
RS	Coronel Barros	Rota do Yucumã	D
RS	Coronel Bicaco	Rota do Yucumã	D
RS	Coronel Pilar	Uva e Vinho	E
RS	Cotiporã	Uva e Vinho	D
RS	Crissiumal	Rota do Yucumã	D
RS	Cristal	Costa Doce	D
RS	Cruz Alta	Rota das Terras Encantadas	C
RS	Cruzeiro do Sul	Vale do Taquari	E
RS	Derrubadas	Rota do Yucumã	D



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 6

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Dois Irmãos	Vale Germânico	D
RS	Dois Lajeados	Vale do Taquari	E
RS	Dom Pedrito	Pampa Gaúcho	D
RS	Doutor Maurício Cardoso	Rota do Rio Uruguai	E
RS	Doutor Ricardo	Vale do Taquari	E
RS	Encantado	Vale do Taquari	D
RS	Encruzilhada do Sul	Vale do Rio Pardo	D
RS	Entre-Ijuís	Rota Missões	D
RS	Entre Rios do Sul	Termas e Lagos	D
RS	Erechim	Termas e Lagos	B
RS	Ernestina	Cultura e Tradição	D
RS	Erval Grande	Termas e Lagos	E
RS	Esperança do Sul	Rota do Yucumã	E
RS	Estrela	Vale do Taquari	D
RS	Estrela Velha	Centro-Serra	D



UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Farroupilha	Uva e Vinho	C
RS	Faxinal do Soturno	Central	D
RS	Fazenda Vilanova	Vale do Taquari	E
RS	Feliz	Vale da Felicidade	D
RS	Flores da Cunha	Uva e Vinho	D
RS	Florianópolis	Termas e Lagos	D
RS	Fontoura Xavier	Alto da Serra do Botucarái	D
RS	Fortaleza dos Valos	Rota das Terras Encantadas	D
RS	Frederico Westphalen	Rota Águas e Pedras	C
RS	Garibaldi	Uva e Vinho	C
RS	Gaurama	Termas e Lagos	D
RS	General Câmara	Carbonífera	D
RS	Getúlio Vargas	Termas e Lagos	D
RS	Giruá	Rota Missões	D
RS	Glorinha	Delta do Jacuí	E



UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Gramado	Hortênsias	A
RS	Gramado Xavier	Alto da Serra do Botucaraí	D
RS	Gravataí	Delta do Jacuí	C
RS	Guaíba	Costa Doce	C
RS	Guaporé	Uva e Vinho	D
RS	Guarani das Missões	Rota Missões	D
RS	Harmonia	Vale da Felicidade	D
RS	Horizontina	Rota do Rio Uruguai	D
RS	Humaitá	Rota do Yucumã	E
RS	Ibarama	Centro-Serra	E
RS	Ibiraíaras	Rota das Araucárias	D
RS	Ibirapuitã	Alto da Serra do Botucaraí	D
RS	Ibirubá	Rota das Terras Encantadas	D
RS	Igrejinha	Vale do Paranhana	D
RS	Ijuí	Rota do Yucumã	B



UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Ilópolis	Vale do Taquari	D
RS	Imbé	Litoral Norte Gaúcho	C
RS	Imigrante	Vale do Taquari	D
RS	Independência	Rota do Rio Uruguai	E
RS	Inhacorá	Rota do Yucumã	E
RS	Ipê	Campos de Cima da Serra	E
RS	Ipiranga do Sul	Termas e Lagos	D
RS	Iraí	Rota Águas e Pedras	D
RS	Itaara	Central	D
RS	Itapuca	Vale do Taquari	E
RS	Itaqui	Fronteira	D
RS	Itati	Litoral Norte Gaúcho	E
RS	Itatiba do Sul	Termas e Lagos	E
RS	Ivorá	Central	E
RS	Ivoti	Vale Germânico	D



UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Jacutinga	Termas e Lagos	D
RS	Jaguarão	Costa Doce	C
RS	Jaguarí	Vale do Jaguarí	D
RS	Jaquirana	Campos de Cima da Serra	D
RS	Jóia	Rota do Yucumã	D
RS	Júlio de Castilhos	Central	D
RS	Lagoa dos Três Cantos	Rota das Terras Encantadas	D
RS	Lajeado	Vale do Taquari	B
RS	Lavras do Sul	Pampa Gaúcho	D
RS	Linha Nova	Vale da Felicidade	D
RS	Machadinho	Rota das Araucárias	D
RS	Mampituba	Litoral Norte Gaúcho	E
RS	Manoel Viana	Fronteira	D
RS	Maquiné	Litoral Norte Gaúcho	D
RS	Maratá	Vale da Felicidade	D



UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Marau	Uva e Vinho	C
RS	Marcelino Ramos	Termas e Lagos	C
RS	Mariano Moro	Termas e Lagos	D
RS	Mata	Vale do Jaguarí	D
RS	Mato Leitão	Vale do Rio Pardo	E
RS	Maximiliano de Almeida	Rota das Araucárias	D
RS	Minas do Leão	Carbonífera	D
RS	Miraguaí	Rota do Yucumã	D
RS	Monte Alegre dos Campos	Campos de Cima da Serra	E
RS	Monte Belo do Sul	Uva e Vinho	D
RS	Montenegro	Vale da Felicidade	C
RS	Morrinhos do Sul	Litoral Norte Gaúcho	E
RS	Morro Redondo	Costa Doce	D
RS	Morro Reuter	Vale Germânico	D
RS	Mostardas	Litoral Norte Gaúcho	D



UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Muçum	Vale do Taquari	D
RS	Muitos Capões	Campos de Cima da Serra	E
RS	Não-Me-Toque	Rota das Terras Encantadas	C
RS	Nicolau Vergueiro	Alto da Serra do Botucaraí	E
RS	Nonoai	Rota Águas e Pedras	D
RS	Nova Alvorada	Uva e Vinho	D
RS	Nova Araçá	Uva e Vinho	D
RS	Nova Bassano	Uva e Vinho	D
RS	Nova Brésia	Vale do Taquari	D
RS	Nova Candelária	Rota do Rio Uruguai	E
RS	Nova Esperança do Sul	Vale do Jaguarí	D
RS	Nova Pádua	Uva e Vinho	D
RS	Nova Palma	Central	D
RS	Nova Petrópolis	Hortênsias	C
RS	Nova Prata	Uva e Vinho	D



MINISTÉRIO DO

TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 13

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Nova Ramada	Rota do Yucumã	E
RS	Nova Roma do Sul	Uva e Vinho	D
RS	Novo Barreiro	Cultura e Tradição	E
RS	Novo Cabrais	Centro-Serra	E
RS	Novo Hamburgo	Vale Germânico	B
RS	Novo Machado	Rota do Rio Uruguai	D
RS	Osório	Litoral Norte Gaúcho	C
RS	Palmares do Sul	Litoral Norte Gaúcho	C
RS	Palmitinho	Rota Águas e Pedras	D
RS	Panambi	Rota do Yucumã	C
RS	Pantano Grande	Vale do Rio Pardo	D
RS	Paraíso do Sul	Central	E
RS	Parei Novo	Vale da Felicidade	E
RS	Parobé	Vale do Paranhana	D
RS	Passa Sete	Centro-Serra	D



MINISTÉRIO DO

TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 14

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Passo Fundo	Cultura e Tradição	B
RS	Paulo Bento	Termas e Lagos	E
RS	Pelotas	Costa Doce	B
RS	Picada Café	Hortênsias	D
RS	Pinhal	Rota Águas e Pedras	C
RS	Pinhal da Serra	Campos de Cima da Serra	D
RS	Pinhal Grande	Central	E
RS	Pinheirinho do Vale	Rota Águas e Pedras	E
RS	Pinheiro Machado	Pampa Gaúcho	D
RS	Pinto Bandeira	Uva e Vinho	D
RS	Piratini	Costa Doce	D
RS	Planalto	Rota Águas e Pedras	D
RS	Ponte Preta	Termas e Lagos	E
RS	Portão	Vale da Felicidade	D
RS	Porto Alegre	Porto Alegre	A



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 15

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Porto Lucena	Rota do Rio Uruguai	D
RS	Porto Mauá	Rota do Rio Uruguai	E
RS	Porto Vera Cruz	Rota do Rio Uruguai	E
RS	Porto Xavier	Rota Missões	D
RS	Progresso	Vale do Taquari	E
RS	Protásio Alves	Uva e Vinho	E
RS	Quaraí	Fronteira	D
RS	Quinze de Novembro	Rota das Terras Encantadas	D
RS	Redentora	Rota do Yucumã	D
RS	Restinga Seca	Central	D
RS	Rio dos Índios	Rota Águas e Pedras	E
RS	Rio Grande	Costa Doce	B
RS	Rio Pardo	Vale do Rio Pardo	D
RS	Riozinho	Vale do Paranhana	E
RS	Roca Sales	Vale do Taquari	E



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 16

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Rodeio Bonito	Rota Águas e Pedras	D
RS	Rolante	Vale do Paranhana	D
RS	Ronda Alta	Cultura e Tradição	D
RS	Roque Gonzales	Rota Missões	D
RS	Rosário do Sul	Fronteira	C
RS	Saldanha Marinho	Rota das Terras Encantadas	E
RS	Salto do Jacuí	Rota das Terras Encantadas	D
RS	Salvador das Missões	Rota Missões	E
RS	Salvador do Sul	Vale da Felicidade	D
RS	Sananduva	Rota das Araucárias	D
RS	Santa Bárbara do Sul	Rota das Terras Encantadas	D
RS	Santa Cecília do Sul	Rota das Araucárias	D
RS	Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo	B
RS	Santa Margarida do Sul	Fronteira	E
RS	Santa Maria	Central	B



UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Santa Maria do Herval	Vale Germânico	D
RS	Santa Ana do Livramento	Fronteira	B
RS	Santa Rosa	Rota do Rio Uruguai	C
RS	Santa Tereza	Uva e Vinho	D
RS	Santa Vitória do Palmar	Costa Doce	C
RS	Santiago	Vale do Jaguarí	D
RS	Santo Ângelo	Rota Missões	C
RS	Santo Antônio da Patrulha	Delta do Jacuí	D
RS	Santo Antônio do Palma	Uva e Vinho	E
RS	Santo Augusto	Rota do Yucumã	C
RS	Santo Cristo	Rota do Rio Uruguai	D
RS	São Borja	Rota Missões	C
RS	São Francisco de Assis	Vale do Jaguarí	D
RS	São Francisco de Paula	Hortênsias	C
RS	São Gabriel	Fronteira	B



UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	São João da Urtiga	Rota das Araucárias	D
RS	São João do Polêsine	Central	D
RS	São José do Hortêncio	Vale da Felicidade	E
RS	São José do Inhacorá	Rota do Rio Uruguai	D
RS	São José do Norte	Costa Doce	D
RS	São José dos Ausentes	Campos de Cima da Serra	D
RS	São José do Sul	Vale da Felicidade	E
RS	São Leopoldo	Vale Germânico	B
RS	São Lourenço do Sul	Costa Doce	C
RS	São Luiz Gonzaga	Rota Missões	C
RS	São Marcos	Uva e Vinho	D
RS	São Martinho	Rota do Yucumã	D
RS	São Miguel das Missões	Rota Missões	D
RS	São Nicolau	Rota Missões	D
RS	São Paulo das Missões	Rota Missões	D



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 19

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	São Pedro da Serra	Vale da Felicidade	E
RS	São Pedro do Butiá	Rota Missões	D
RS	São Pedro do Sul	Central	D
RS	São Sebastião do Caí	Vale da Felicidade	D
RS	São Sepé	Central	D
RS	São Valentim do Sul	Uva e Vinho	E
RS	São Vendelino	Vale da Felicidade	D
RS	Sapiranga	Vale Germânico	D
RS	Sarandi	Cultura e Tradição	C
RS	Seberí	Rota Águas e Pedras	D
RS	Sede Nova	Rota do Yucumã	E
RS	Segredo	Centro-Serra	E
RS	Selbach	Rota das Terras Encantadas	D
RS	Senador Salgado Filho	Rota do Rio Uruguai	E
RS	Serafina Corrêa	Uva e Vinho	D



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 20

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Sério	Vale do Taquari	E
RS	Sertão Santana	Costa Doce	E
RS	Severiano de Almeida	Termas e Lagos	D
RS	Silveira Martins	Central	D
RS	Sinimbu	Vale do Rio Pardo	D
RS	Sobradinho	Centro-Serra	D
RS	Soledade	Alto da Serra do Botucaraí	C
RS	Tapejara	Rota das Araucárias	D
RS	Tapera	Rota das Terras Encantadas	C
RS	Tapes	Costa Doce	D
RS	Taquara	Vale do Paranhana	D
RS	Taquaruçu do Sul	Rota Águas e Pedras	D
RS	Tavares	Costa Doce	D
RS	Tenente Portela	Rota do Yucumã	D
RS	Terra de Areia	Litoral Norte Gaúcho	D



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 21

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Teutônia	Vale do Taquari	D
RS	Tio Hugo	Rota das Terras Encantadas	D
RS	Tiradentes do Sul	Rota do Yucumã	E
RS	Toropi	Central	E
RS	Torres	Litoral Norte Gaúcho	B
RS	Tramandaí	Litoral Norte Gaúcho	B
RS	Travesseiro	Vale do Taquari	E
RS	Três Arroios	Termas e Lagos	E
RS	Três Cachoeiras	Litoral Norte Gaúcho	D
RS	Três Coroas	Vale do Paranhana	D
RS	Três de Maio	Rota do Rio Uruguai	D
RS	Três Passos	Rota do Yucumã	D
RS	Triunfo	Delta do Jacuí	D
RS	Tucunduva	Rota do Rio Uruguai	D
RS	Tupanci do Sul	Rota das Araucárias	E



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 22

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Tupandi	Vale da Felicidade	E
RS	Tuparendi	Rota do Rio Uruguai	D
RS	Turuçu	Costa Doce	D
RS	Uruguiana	Fronteira	B
RS	Vacaria	Campos de Cima da Serra	B
RS	Vale Verde	Vale do Rio Pardo	E
RS	Venâncio Aires	Vale do Rio Pardo	D
RS	Vera Cruz	Vale do Rio Pardo	D
RS	Veranópolis	Uva e Vinho	D
RS	Vespasiano Correa	Vale do Taquari	E
RS	Viadutos	Termas e Lagos	E
RS	Viamão	Delta do Jacuí	C
RS	Vicente Dutra	Rota Águas e Pedras	D
RS	Victor Graeff	Rota das Terras Encantadas	E
RS	Vila Flores	Uva e Vinho	D



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 23

/24

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Vila Maria	Uva e Vinho	E
RS	Vista Alegre	Rota Águas e Pedras	E
RS	Vista Alegre do Prata	Uva e Vinho	E
RS	Vitória das Missões	Rota Missões	E
RS	Westfalia	Vale do Taquari	D
RS	Xangri-lá	Litoral Norte Gaúcho	C



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h11

Página 24

/24

ANEXO E

REGIÃO TURÍSTICA CENTRAL DO RS 2019-2021

MTur - Ministério do Turismo

Regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro

Parâmetros da consulta: SUL / Rio Grande do Sul, Central

Resumo da Seleção

Nº de Macrorregiões	Nº de Uf	Nº de Municípios	Nº de Regiões Turísticas
1	1	16	1

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Agudo	Central	D
RS	Cachoeira do Sul	Central	C
RS	Faxinal do Soturno	Central	D
RS	Itaara	Central	D
RS	Ivorá	Central	E
RS	Júlio de Castilhos	Central	D
RS	Nova Palma	Central	D
RS	Paraíso do Sul	Central	E
RS	Pinhal Grande	Central	E



MINISTÉRIO DO
TURISMO



03/07/2020 s 19h09

Página 1

/2

UF	Município	Região Turística	Categoria
RS	Restinga Seca	Central	D
RS	Santa Maria	Central	B
RS	São João do Polésine	Central	D
RS	São Pedro do Sul	Central	D
RS	São Sepé	Central	D
RS	Silveira Martins	Central	D
RS	Toropi	Central	E